MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

BRASÍLIA-DF

2016

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2016

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AAAe - Artilharia Antiaérea
ACE - Alto Comando do Exército
AO - Ação Orçamentária
Asse Adm - Assessoria de Administração
BID - Base Industrial de Defesa
CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CCIEx - Centro de Controle Interno do Exército
CDCiber - Centro de Defesa Cibernética
CDS - Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEB - Companhia Energética de Brasília
CEADEx - Centro de Ensino a Distância do Exército
CHQAO - Curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais
CGU - Controladoria Geral da União
Cmdo Ex- Comando do Exército
CMilA - Comando Militar de Área
Cmt Ex - Comandante do Exército
COLOG - Comando Logístico do Exército
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSUT - Conselho Superior de Transformação
CONTIEx- Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COTER- Comando de Operações Terrestres
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DCIPAS - Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DCT - Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército
DEC - Departamento de Construção do Exército
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército
DN - Decisão Normativa
EB - Exército Brasileiro
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EE - Estabelecimento de Ensino
EME - Estado-Maior do Exército
END - Estratégia Nacional de Defesa
EPEx - Escritório de Projetos do Exército
FEx - Fundo do Exército
FTer - Força Terrestre
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
GRU - Guia de Recolhimento da União
ICFEX - Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IMBEL - Indústria de Material Bélico
IME - Instituto Militar de Engenharia
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MD - Ministério da Defesa
MeHEx - Meios de Hospedagem do Exército
MEM - Material de Emprego Militar
MTC - Míssil Tático de Cruzeiro
OCI - Órgão de Controle Interno
OCOP - Obtenção da Capacidade Operacional
ODG - Órgão de Direção Geral

ODS - Órgão de Direção Setorial (Departamentos)
OM - Organização Militar
PCTEG - Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba
PE - Planejamento Estratégico
PEDCiber - Projeto Estratégico Defesa Cibernética
PEE - Planejamento Estratégico do Exército
PEEx - Plano Estratégico do Exército
PGP - Plano de Gestão do Programa
PO - Plano Orçamentário
PPA - Plano Plurianual
PRODE - Produtos de Defesa
RAE - Regulamento de Administração do Exército
RDE - Regulamento Disciplinar do Exército
RG - Relatório de Gestão
RI - Regulamento Interno
RISG - Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RP - Restos a Pagar
SCh - Subchefia
SCMB - Sistema Colégio Militar do Brasil
SIAFI - Sistema Integrado da Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Segurança da Informação e Comunicações
SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
SIDOMT - Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIGA-Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINFOEx - Sistema de Informação do Exército
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP - Sistema de Inativos e Pensionistas
SIPLEx - Sistemática de Planejamento do Exército
SISDABRA - Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SMU - Setor Militar Urbano
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UA - Unidade Administrativa
UG - Unidade Gestora
UGE - Unidade Gestora Executora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UPC - Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

APRESENTAÇÃO

O Exército Brasileiro (EB) é uma Instituição nacional, permanente e regular, baseada na hierarquia e disciplina. É constituído por mais de 200.000 homens e mulheres que integram 652 organizações militares espalhadas por todos os rincões de nosso imenso país.

Este Relatório de Gestão de 2015 traz ao conhecimento público e dos órgãos de controle interno e externo diversas informações sobre a sua gestão e atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro (EB).

No ano de 2015, o Comando do Exército participou de centenas de operações militares e atividades de cooperação e apoio ao Estado e à população, como os exemplos a seguir:

- A **Operação Conjunta AGATA 9**, que, sob a coordenação do Ministério da Defesa, cobriu toda a extensão da fronteira oeste do País, combatendo os chamados crimes transfronteiriços, tais como narcotráfico, contrabando de armas, munições e veículos, descaminho, crimes ambientais e garimpos ilegais;
- A **Operação São Francisco,** que foi realizada no Rio de Janeiro-RJ a fim de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio nas comunidades do Complexo da Maré;
- A **Missão de Paz no Haiti**, que o Exército participa e lidera desde 2004; e
- A **Operação Carro-Pipa**, que é realizada pelo Exército Brasileiro há 20 anos, e é uma atividade de distribuição de água potável por meio de carros-pipa para a população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no semiárido nordestino, atendendo a centenas de municípios e a milhões de brasileiros.

O Exército também contribui para a realização de grandes eventos nacionais como os **Jogos Olímpicos e Paralímpicos**.

Inicia-se o presente relatório com a identificação e visão geral do Exército Brasileiro, mostrando sua organização.

Em seguida, são apresentados os macroprocessos que norteiam todo o planejamento estratégico. Como exemplo, destaca-se o macroprocesso **"Operações Terrestres",** cujo principal cliente é a **Sociedade Brasileira** e que tem como produto "dispor de uma Força Terrestre preparada e empregada para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social".

Quanto ao Planejamento Estratégico, importante marco de nossa Instituição,será apresentado desde a Sistemática de Planejamento do Exército, a sua vinculação com os dispositivos legais (Constituição Federal, Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Plano Plurianual, etc.) até os Objetivos Estratégicos.

Também há apresentações e análises dos Projetos Estratégicos do Exército e da realização das despesas.

O Exército busca uma permanente evolução e está mergulhado em um Processo de Transformação para estar sempre em compasso com a grandeza de nosso Brasil.

Ressalta-se a todos os leitores que, de forma inovadora, este Relatório de Gestão foi confeccionado por meio da análise e consolidação de informações de todas as Organizações Militares e Unidades Gestoras do Comando do Exército.

Assim, representa a visão geral do Exército sobre sua própria gestão, por meio de seu Órgão de Direção Geral, o **Estado-Maior do Exército**, razão pela qual as informações a seguir têm um aspecto mais gerencial e não a simples transcrição de dados contidos em todos os documentos que deram suporte à confecção deste Relatório.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Exército Brasileiro é uma das três Forças Armadas Brasileiras e tem como missão contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

A visão de futuro é concluir seu processo de transformação até o ano de 2022, quando chegará a uma nova doutrina, empregando produtos de defesa tecnologicamente avançados e profissionais capacitados e motivados. Dessa maneira, poderá enfrentar, com os meios adequados, os desafios do século XXI, respaldando as decisões soberanas do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, a Portaria n° 1507-Cmt Ex, de 15 de dezembro de 2014 e a Portaria n° 295-EME, de 17 de dezembro de 2014, aprovaram, respectivamente, o Plano Estratégico do Exército 2016-2019 e a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro (EB20D-01.016), documentos onde constam, entre outros assuntos, os macroprocessos institucionais:

a) Macroprocesso Finalístico, no qual se destacam as Operações Terrestres;

b) Macroprocesso Gerencial, no qual se insere a Política e Estratégia Militar Terrestre; e

c) Macroprocesso de Suporte, com ênfase na Tecnologia e Gestão da Informação.

A fim de cumprir sua missão, o Exército Brasileiro está estruturado da seguinte maneira:

a) Comandante do Exército

b) Órgãos de Assessoramento Superior

c) Órgãos de Assistência Direta e Imediata

d) Órgão de Direção Geral (Estado-Maior do Exército)

e) Órgão de Direção Operacional (Comando de Operações Terrestres)

f) Órgãos de Direção Setorial

g) Comandos Militares de Área

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1. Finalidade

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes institucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem (Art. 142 da Constituição Federal).

1.1.2. Competências

De acordo com o Decreto n° 5.751, de 12 de abril de 2006, o Comando do Exército é responsável por:

a) Formular a política e a doutrina militares terrestres.

b) Propor a constituição, a organização, e os efetivos, bem como aparelhar e adestrar as forças terrestres.

c) Formular o planejamento estratégico e executar o emprego da Força Terrestre na defesa do país.

d) Participar na defesa da fronteira marítima e na defesa aérea.

e) Participar no preparo e na execução da mobilização e desmobilização nacionais.

f) Exercer as atividades estabelecidas nos Art. 23, 24 e 27 da lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, naquilo que lhe couber.

1.2. ORGANOGRAMA

1.2.1. Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro

A estrutura organizacional do Exército Brasileiro é ampla e abrangente, conforme mostrado na Figura 1.

No Quadro 1, visualizam-se as competências das áreas estratégicas que integram a estrutura organizacional do Exército Brasileiro.
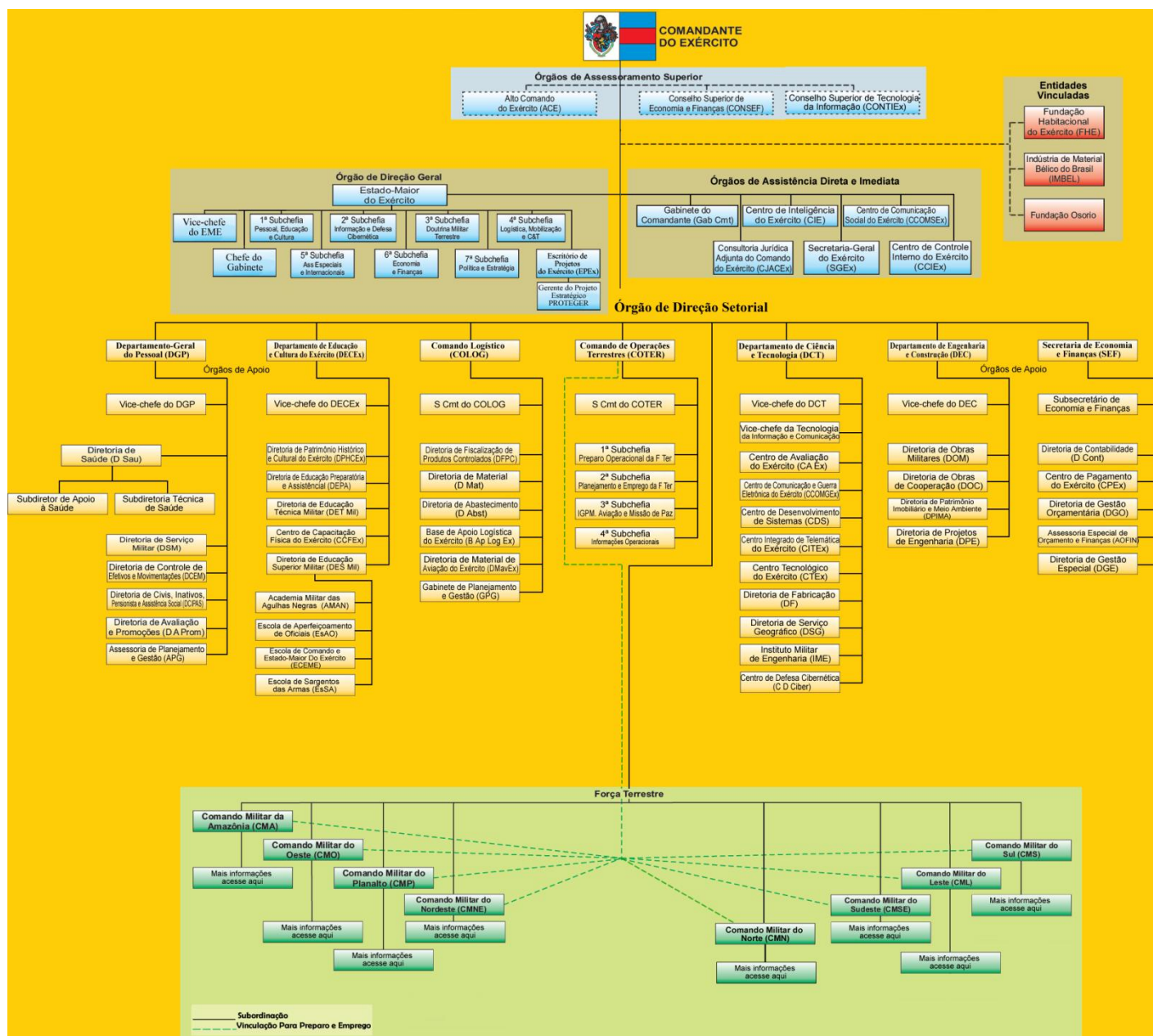
Figura 1 – Organograma do Exército Brasileiro

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Exército Brasileiro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	**Competências**	**Titular[1]**	**Cargo**
Estado-Maior do Exército	Estudar, planejar, orientar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relativas à atuação do Comando do Exército, segundo as decisões e diretrizes do Comandante do Exército. (O organograma do EME – o Órgão de Direção Geral – e suas competências estão detalhados abaixo).	Gen Ex Sérgio Westphalen Etchegoyen	Chefe do Estado-Maior do Exército
Departamento Geral do Pessoal	Planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com serviço militar, movimentação, promoção, inativos e pensionistas, cadastro e avaliação, direitos, deveres e incentivos, e pessoal civil.	Gen Ex Francisco Carlos Modesto	Chefe do Departamento Geral do Pessoal
Departamento de Educação e Cultura do Exército	Conduzir no âmbito do Exército, as atividades relativas aos assuntos culturais, educação física e desportos, ao ensino e à pesquisa e ao desenvolvimento, nas áreas de doutrina e pessoal.	Gen Ex João Camilo Pires de Campos	Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército
Comando Logístico	Orientar e coordenar o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre, prevendo e provendo, no campo das funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte, os recursos necessários ao Exército e às necessidades de mobilização dessas funções, além da coordenação das atividades de fiscalização de produtos controlados pelo Exército e de remonta e veterinária.	Gen Ex Marco Antônio de Farias	Comandante Logístico
Comando de Operações Terrestres	Orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército.	Gen Ex Araken de Albuquerque	Comandante de Operações Terrestres
Departamento de Ciência e Tecnologia	Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades científicas e tecnológicas de pesquisa e desenvolvimento, de avaliação, de ensino e capacitação técnico-científica, e de serviços técnicos e científicos, relacionadas a sistemas e materiais de emprego militar e avaliar sua influência nas áreas de pessoal, logística e doutrina.	Gen Ex Juarez Aparecido de Paula Cunha	Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia
Departamento de Engenharia e Construção	Assegurar o efetivo e regular emprego da Engenharia Militar, em benefício do Exército e do Estado Brasileiro, realizando a gestão de Obras, Patrimônio, Meio Ambiente, Material e Operações de Engenharia.	Gen Ex Joaquim Maia Brandão Junior	Chefe do Departamento de Engenharia e Construção
Secretaria de Economia e Finanças	Supervisionar e realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira, contabilidade e pagamento de pessoal, relativas aos recursos de qualquer natureza alocados ao Comando do Exército Brasileiro, atuando de forma proativa na gestão desses recursos.	Gen Ex Edson Leal Pujol	Secretário de Economia e Finanças

Observação (1): Em virtude da rotatividade dos cargos, o quadro apresenta somente o titular que permaneceu por mais tempo no cargo. Maiores informações e detalhamento dos cargos poderão ser obtidos na seção Rol dos Responsáveis deste relatório de gestão.

1.2.2. Estrutura Organizacional do Estado-Maior do Exército

O Estado-Maior do Exército (EME), o Órgão de Direção Geral (ODG) do Exército Brasileiro, está subordinado ao Comando do Exército e está estruturado em Chefia, Vice-Chefia, Gabinete, Subchefias, Escritório de Projetos e Assessoria de Administração.

Por sua importância estratégica na estrutura organizacional da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e como consolidador das informações deste Relatório de Gestão,destacam-se, abaixo, o organograma do EME e as informações das áreas estratégicas que o compõem.
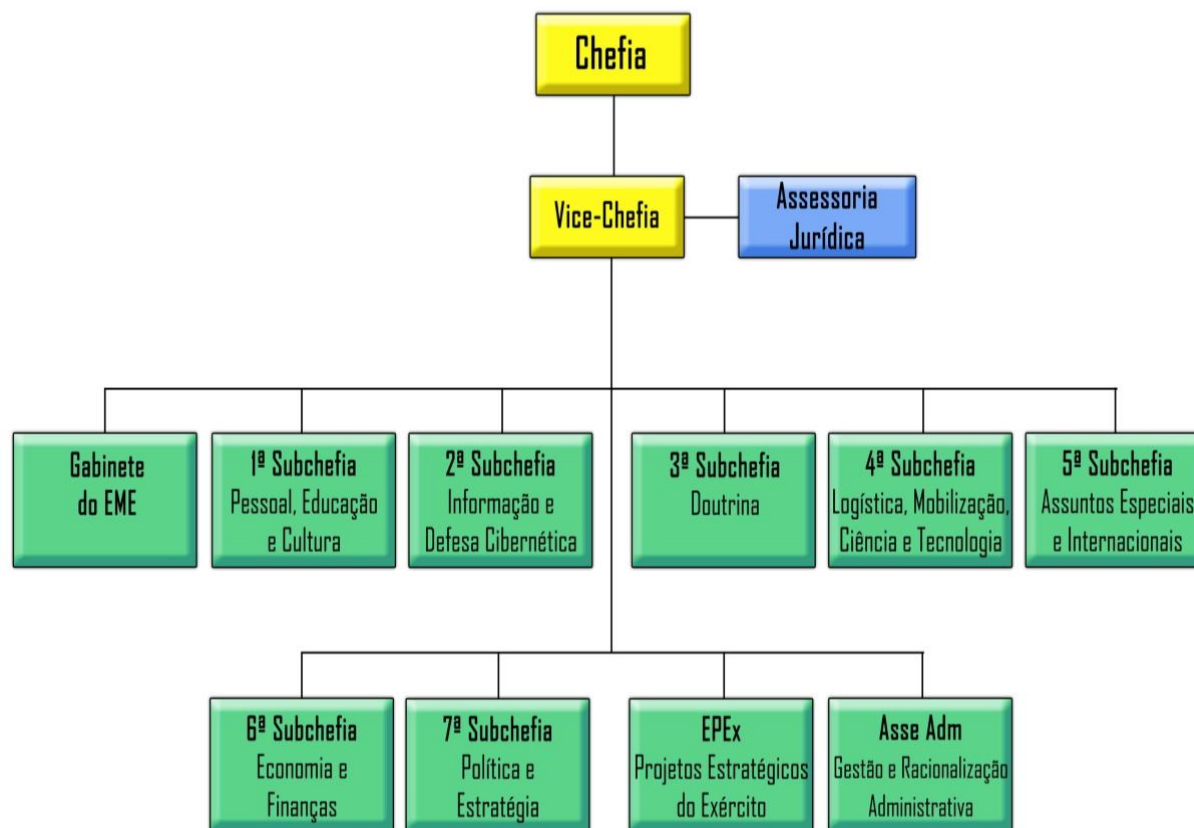
Figura 2 – Organograma do Estado-Maior do Exército

Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Estado-Maior do Exército

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Estado-Maior do Exército	Estudar, planejar, orientar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relativas à atuação do Comando do Exército, segundo as decisões e diretrizes do Comandante do Exército.	Gen Ex Sérgio Westphalen Etchegoyen	Chefe do Estado-Maior do Exército
1ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, em nível de direção geral, as Políticas e as Diretrizes Estratégicas do Exército, concernentes aos Sistemas de Pessoal, Ensino e Cultura, com vista à elaboração dos respectivos Planos Básicos.	Gen Bda Fernando Marques de Freitas	1º Subchefe do Estado-Maior do Exército
2ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, no nível de direção geral, as políticas e diretrizes estratégicas concernentes ao Sistema de Informação do Exército (SINFOEx), com vista à elaboração dos respectivos planos básicos.	Gen Div Luiz Cláudio Cyrillo	2º Subchefe do Estado-Maior do Exército
3ª Subchefia	Coordenar, no nível de direção geral, as atividades relacionadas com o preparo e a orientação do emprego da Força Terrestre, no Brasil e no exterior.	Gen Bda Eduardo Antônio Fernandes	3º Subchefe do Estado-Maior do Exército
4ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, no nível de direção geral, as políticas e as diretrizes estratégicas para os Sistemas de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia e Construção.	Gen Bda Roberto Escoto	4º Subchefe do Estado-Maior do Exército
5ª Subchefia	Formular e propor as políticas e diretrizes estratégicas para as atividades do Exército na área internacional e na Gestão Ambiental.	Gen Div Joarez Alves Pereira Junior	5º Subchefe do Estado-Maior do Exército
6ª Subchefia	Planejar, orientar e coordenar, no nível de direção geral, as atividades de economia e finanças do Exército.	Gen Bda Eduardo Castanheira Garrido Alves	6º Subchefe do Estado-Maior do Exército
7ª Subchefia	Consolidar, integrar, formular e manter atualizados os documentos que compõem a SIPLEx.	Gen Bda Fernando José Soares da Cunha Mattos	7º Subchefe do Estado-Maior do Exército
Escritório de Projeto do Exército	Supervisionar, coordenar e controlar a gestão dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), incluindo as derivadas de aquisição, modernização e desenvolvimento de produtos de defesa (PRODE).	Gen Bda Guido Amin Naves	Chefe do Escritório de Projetos do Exército
Assessoria de Administração	Promover a melhoria do desempenho Organizacional.	Gen Bda Henrique Martins Nolasco Sobrinho	Assessor de Administração do Estado-Maior do Exército

Observação (1): Em virtude da rotatividade dos cargos, o quadro apresenta somente o titular que permaneceu por mais tempo no cargo. Maiores informações e detalhamento dos cargos poderão ser obtidos na seção Rol dos Responsáveis deste relatório de gestão.

1.3. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Exército Brasileiro, com a criação do Escritório de Processos, vem realizando o mapeamento de seus processos e buscando a racionalização administrativa, aprovada pela portaria n° 295-EME, de 17 de dezembro de 2014.

Os diversos macroprocessos estão divididos por áreas de atuação, ficando sob responsabilidade do Órgão de Direção Geral e dos Órgãos de Direção Setorial, conforme quadros abaixo:

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Operações Terrestres **Descrição** Planejar, orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre em suas diversas missões no âmbito do Exército Brasileiro.	Força terrestre preparada e empregada para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social.	• Estado Brasileiro • Sociedade Brasileira	• Comando de Operações Terrestres (COTer) • Comandos Militares de Área (C Mil A)

Quadro 4 – Macroprocessos Gerenciais

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Política e Estratégia Militar Terrestre **Descrição** Elaborar a Política Militar Terrestre (PMT), o planejamento estratégico e emitir diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre.	Plano Estratégico do Exército (PEEx)	• Exército Brasileiro • Ministério da Defesa	• Estado Maior do Exército (EME)

Quadro 5 – Macroprocessos de Suporte

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Tecnologia da Informação **Descrição** Planejar, organizar, dirigir e controlar, as atividades relacionadas aos sistemas informatizados do Exército Brasileiro.	Estrutura de Governança de TI, alinhada à estratégia, por meio do gerenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros, do gerenciamento dos riscos, garantindo, ainda a medição e o monitoramento do desempenho, relacionados aos sistemas corporativos de Tecnologia da Informação.	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) • Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS)

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Aquisições e Contratações **Descrição** Planejar, executar e controlar as aquisições e as contratações de materiais e serviços de forma tempestiva e vantajosa para a Administração, de modo a garantir o suprimento e a disponibilização adequados ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.	Produtos e serviços contratados e disponibilizados aos usuários de forma tempestiva e vantajosa para a Administração.	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Comando Logístico (COLOG) • ODS • C Mil A
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão da Informação **Descrição** Coordenar e controlar a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação em quaisquer meios disponíveis, no âmbito do Exército Brasileiro.	Políticas e procedimentos que orientem a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação.	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• EME
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Contabilidade **Descrição** Realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução contábil, relativas aos recursos financeiros e patrimoniais de qualquer natureza, no âmbito do Exército Brasileiro.	Registro e controle contábil de todas as movimentações financeiras e alterações patrimoniais do Exército Brasileiro.	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• EME
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão Institucional **Descrição** Planejar e dirigir e controlar os programas e as atividades necessárias à administração do Exército Brasileiro	Políticas e diretrizes para a administração do Exército Brasileiro.	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• EME
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Logística **Descrição** Planejar e coordenar a execução das atividades relacionadas ao suprimento e manutenção de material, transporte e mobilização, além do material de aviação do exército e a fiscalização de produtos controlados.	• Fiscalização de produtos controlados • Gestão de material de emprego militar • Abastecimento • Transporte • Informações para a mobilização militar	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• EME

<table>
<tr><th>Macroprocesso</th><th>Produtos e Serviços</th><th>Principais Clientes</th><th>Responsáveis</th></tr>
<tr><td>Gestão de Pessoal
Descrição
Executar atividades de administração de pessoal, bem como realizar o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades relacionadas com o recrutamento, seleção, desenvolvimento, aplicação e ao desligamento dos recursos humanos do Exército Brasileiro.</td><td>• Recrutamento e seleção
• Avaliações e promoções
• Gestão de carreiras e remunerações
• Capacitação e desenvolvimento
• Gestão de efetivos e movimentações
• Assistência médica
• Assistência religiosa
• Gestão de inativos e pensionistas</td><td>Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)</td><td>• Departamento-Geral do Pessoal</td></tr>
<tr><th>Macroprocesso</th><th>Produtos e Serviços</th><th>Principais Clientes</th><th>Responsáveis</th></tr>
<tr><td>Aquartelamento
Descrição
Garantir a disponibilidade e a usabilidade da infraestrutura, das instalações e dos serviços internos do Exército Brasileiro, a qualquer tempo.</td><td>• Administração de instalações prediais
• Gestão das rotinas internas das organizações militares</td><td>Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)</td><td>• Secretaria-Geral do Exército
• Organizações Militares</td></tr>
<tr><th>Macroprocesso</th><th>Produtos e Serviços</th><th>Principais Clientes</th><th>Responsáveis</th></tr>
<tr><td>Gestão do Patrimônio
Descrição
Realizar as atividades de registro, movimentação, cessão, alienação, desfazimento e controle patrimonial no âmbito do Exército Brasileiro.</td><td>• Tombamento e registro patrimonial
• Controle patrimonial
• Movimentação de bens
• Cessões, alienações e desfazimento de bens</td><td>Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)</td><td>• Secretaria de Economia e Finanças (SEF) – Diretoria de Contabilidade (D Cont)
• COLOG
• Departamento de Engenharia e Construção (DEC) – Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA)
• Organizações Militares</td></tr>
<tr><th>Macroprocesso</th><th>Produtos e Serviços</th><th>Principais Clientes</th><th>Responsáveis</th></tr>
<tr><td>Gestão Organizacional
Descrição
Promover ações no sentido de manter a governança da organização por meio de suas estratégias, projetos e processos, levando em consideração os riscos gerenciais envolvidos.</td><td>• Gestão de Processos;
• Gestão de Projetos;
• Planejamento Setorial.</td><td>Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)</td><td>• EME</td></tr>
</table>

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão do Conhecimento **Descrição** Coordenar a produção, a pesquisa, o armazenamento, a disseminação, o uso e a proteção de conhecimento importante para o Exército Brasileiro, organizando de forma estratégica os conhecimentos dos colaboradores e os conhecimentos externos, considerados fundamentais para o cumprimento de sua missão.	• Gestão do Patrimônio Cultural do Exército • Gestão dos sistemas educacionais do Exército	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEx); • Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Engenharia e Construção **Descrição** Planejar, orientar, coordenar e controlar a execução de obras e serviços de engenharia do Exército Brasileiro, bem como a manutenção e a conservação do patrimônio imobiliário.	• Projetos de engenharia • Coordenação de construções • Obras de cooperação • Gestão do patrimônio imobiliário • Gestão ambiental	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Engenharia e Construção (DEC)
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Ciência, Tecnologia e Inovação **Descrição** Planejar, organizar, coordenar e controlar atividades relacionadas à pesquisa, à produção e à inovação científica e tecnológica voltadas para o desenvolvimento e a ampliação da capacidade militar do Exército Brasileiro.	• Serviços de informação e defesa cibernética • Tecnologia militar • Serviços de comunicação e Telemática • Serviço geográfico • Sistemas para a guerra eletrônica	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Doutrina Militar Terrestre **Descrição** Estudar planejar e estabelecer o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas.	• Planejamento da produção doutrinária • Produto doutrinário • Avaliação de produto • Difusão de produto doutrinário	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Estado-Maior do Exército (EME) • Comando de Operações Terrestres (COTer)
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão Econômica Financeira e Orçamentária **Descrição** Coordenar e executar atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira e contabilidade relativas aos recursos alocados ao EB.	• Gestão orçamentária • Gestão financeira • Gestão econômica	Exército Brasileiro: (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Secretaria de Economia e Finanças (SEF)

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL

2.1.PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Exército Brasileiro possui uma estrutura capilarizada em todo território nacional, com cerca de 217.000 integrantes e mais de 650 Organizações Militares.

O EB executa planejamentos em todos os níveis de atuação: seja no nível estratégico, seja nos seus órgãos de direção setorial, seja em seus comandos operacionais e administrativos, ou seja nas organizações militares do corpo de tropa.

Assim, neste item será explanado mais diretamente sobre o Planejamento Estratégico de toda Instituição.

2.1.1. Plano Estratégico

O Estado-Maior do Exército (EME), como Órgão de Direção Geral (ODG), é o responsável pela Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx), e, também por orientar o planejamento do EME e o consequente alinhamento com o PPA, por meio de uma metodologia própria. O planejamento parte de uma análise da missão institucional, dos valores e da visão de futuro pretendida.

Inicialmente, no contexto do diagnóstico do EB e do estudo de cenários prospectivos, considera-se uma análise estratégica atualizada. Em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos (Política Militar Terrestre) e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias e ações estratégicas, levantando em consideração os indicadores e as metas que servirão de base para mensurar o alcance dos objetivos (Estratégia Militar Terrestre).

Na sua fase conclusiva, a SIPLEx organiza os trabalhos, formalizando o planejamento no Plano Estratégico do Exército (PEEx). Com base neste Plano, é elaborada a proposta orçamentária (PO), conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

Com a aprovação da LOA, o planejamento inicia sua fase de execução, sendo avaliado e controlado por meio do Sistema de Medição de Desempenho Organizacional, que fornecerá as informações necessárias ao processo de correção e realimentação do planejado. A representação gráfica da SIPLEx pode ser visualizada na Figura 3.
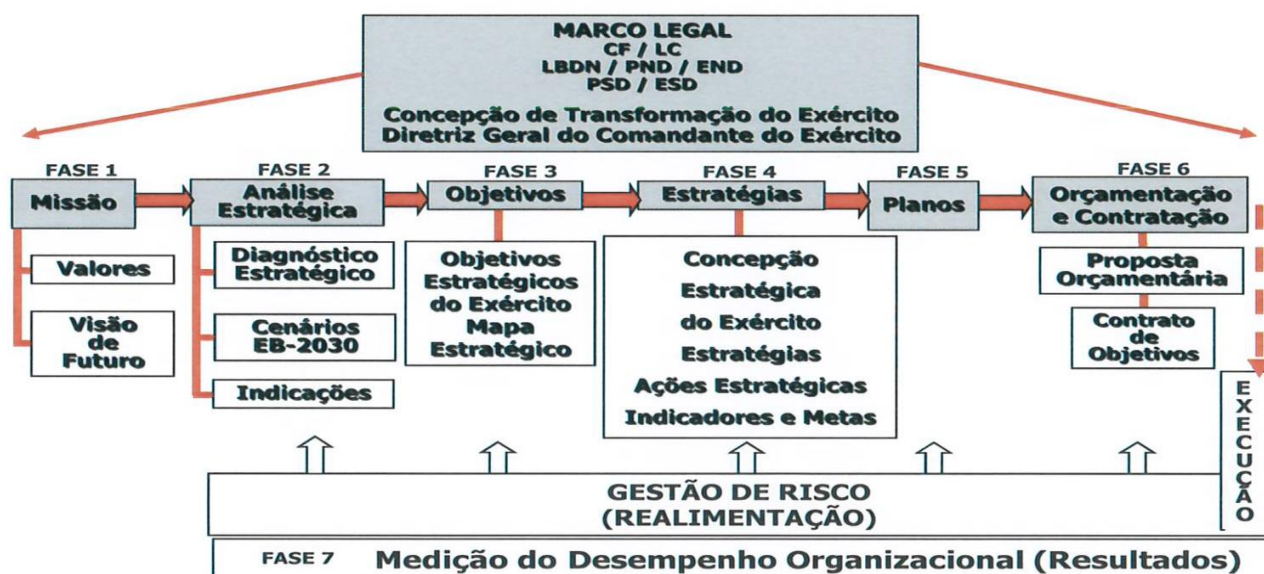
Figura 3 - Metodologia da SIPLEx

As etapas indicadas na metodologia são traduzidas em formato de **mapa estratégico**, com a finalidade de permitir melhor comunicação da estratégia da instituição, conforme visualização gráfica da Figura 4. Os objetivos são executados por meio das diversas iniciativas que podem ser materializadas em programas, projetos, subprojetos, etc.
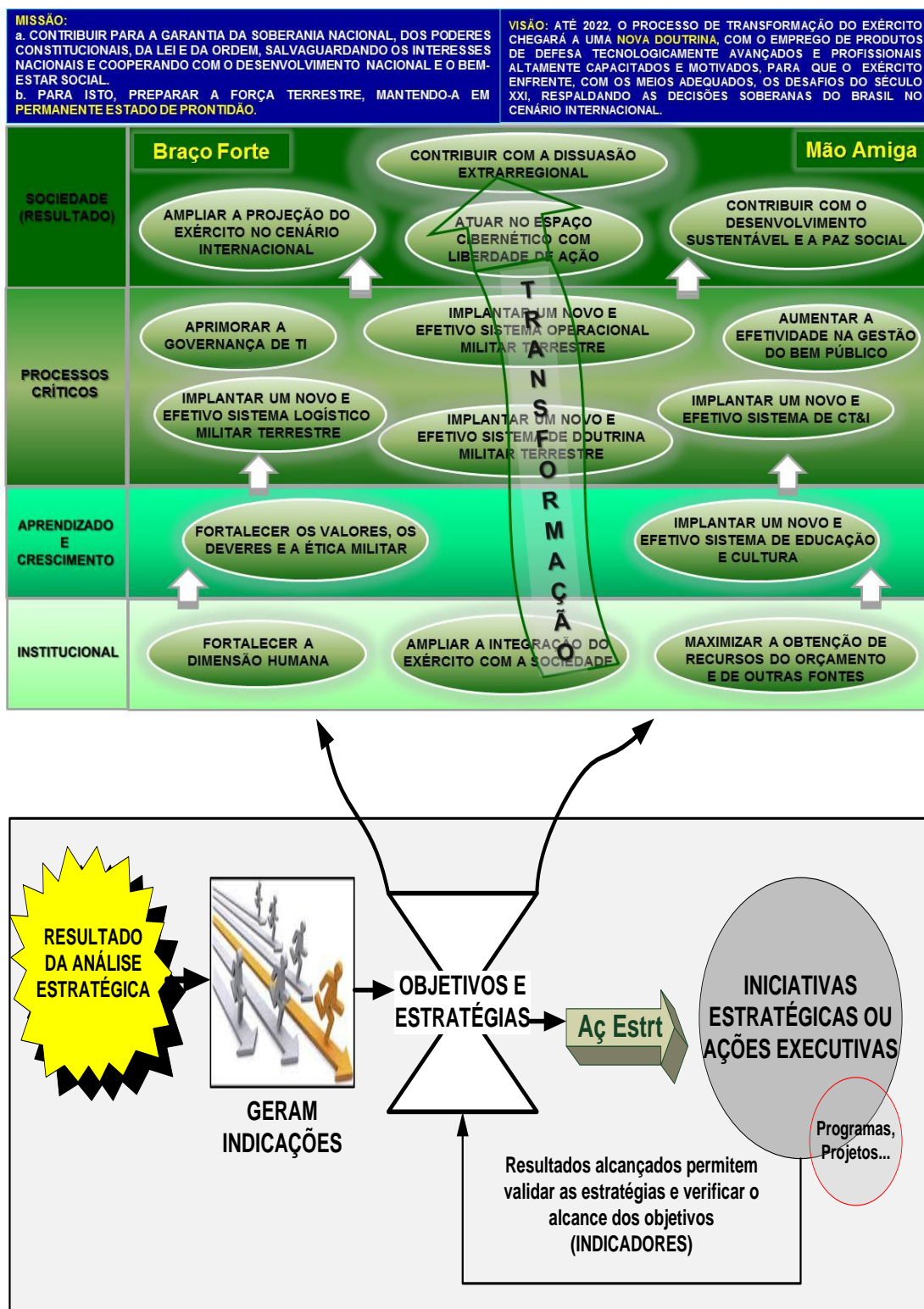
Figura 4 - Construção do Mapa Estratégico e execução das estratégias

Da análise deste Mapa Estratégico verifica-se, portanto, que a Missão do EB está alinhada com o previsto na Constituição Federal brasileira, em seu artigo 142, caracterizando que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”.

Para cumprir sua missão, o EB elencou objetivos estratégicos (OEE), os quais estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades impostas, tudo no espaço temporal de 4 (quatro) anos, mesmo do PPA do Governo Federal, evidenciando o alinhamento de esforços para atender à missão constitucional.

As ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos do Exército estão, portanto, determinadas no PEEx. Foram estabelecidas metas e responsáveis em alcançá-las, e como forma de obter-se maior comprometimento com a execução destas ações, todos os ODS envolvidos assinaram um contrato de objetivos (Fase 6 da SIPLEx). Nestes contratos, o EME assume o compromisso de repassar os recursos para as ações previstas e os órgãos o compromisso de as executarem.

2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos da unidade para o Exercício de 2015 e as Estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

O EME é o responsável pela condução da gestão estratégica no âmbito do Exército. Neste contexto, foram estabelecidos 15 (quinze) objetivos estratégicos, as estratégias a serem utilizadas, bem como as ações estratégicas subsequentes, permitindo a governança da instituição.

Os Objetivos Estratégicos do Exército – OEE são:

a) OEE 1 - Contribuir com Dissuasão Extrarregional

b) OEE 2 - Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional

c) OEE 3 - Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social

d) OEE 4 - Atuar no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação

e) OEE 5 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre

f) OEE 6 - Implantar um novo e Efetivo Sistema de Doutrina Militar Terrestre

g) OEE 7 - Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação (TI)

h) OEE 8 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre

i) OEE 9 - Implantar Novo e Efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação

j) OEE 10 - Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público

k) OEE 11 - Fortalecer os Valores, os Deveres e a Ética Militar

l) OEE 12 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e Cultura

m) OEE 13 - Fortalecer a Dimensão Humana

n) OEE 14 - Ampliar a Integração do Exército à Sociedade

o) OEE 15 - Maximizar Obtenção de Recursos do Orçamento e de Outras Fontes

2.1.3. Estratégias adotadas pela unidade para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

Em 2015, foram realizadas algumas atualizações nas estratégias e ações estratégicas em curso, conforme abaixo, por OEE.

- **OOE 1 - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Ampliação da Capacidade Operacional:

- Prosseguir na estruturação das Forças de Atuação Estratégica.
- Reestruturar a F Ter com base nos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES).
- Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Área Estratégica Amazônica Legal.
- Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, nas demais Áreas Estratégicas.
- Rearticular e reestruturar a Artilharia de Mísseis e Foguetes.
- Rearticular e reestruturar a Artilharia Antiaérea.

b) Ampliação das capacidades de mobilidade e elasticidade:

- Implantar um novo e efetivo Sistema de Mobilização.
- Prosseguir na estruturação da Aviação do Exército.
- Reestruturar as Forças Blindadas.
- Mecanizar a Força Terrestre.

- **OEE 2 - AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Incremento da atuação da Diplomacia Militar:

- Ampliar as medidas de cooperação e confiança mútua entre o Exército e os exércitos das Nações Amigas.
- Aprofundar e ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico.
- Aumentar a participação do Exército em postos relevantes de organismos internacionais.
- Ampliar o número de Aditâncias do Exército.

b) Aumento da capacidade de projeção de poder:

- Participar de fóruns internacionais de interesse do Estado Brasileiro que tenham implicações na missão do Exército, particularmente do setor cibernético.
- Estudar a implantação de uma Cooperação de Instrução Militar nos países do Entorno Estratégico.

- **OEE 3 - CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Aperfeiçoamento das capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação:

- Desenvolver as capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação na fronteira terrestre.
- Desenvolver as capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação nas demais áreas estratégicas.

b) Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às operações de GLO, operações interagências e ações subsidiárias:

- Ampliar a capacidade operacional da Polícia do Exército.

- Ampliar a capacidade operacional para atuar na prevenção e no combate às ações terroristas e DQBRN.
- Ampliar a capacidade operacional do Exército para atuar na proteção da sociedade.
- Capacitar a Força para atuar em Ações Humanitárias.
- Ampliar a capacidade operacional da Engenharia.
- Aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares.

- **OEE 4 - ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação do Setor Cibernético:

- Implantar a estrutura organizacional do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber).
- Disseminar medidas de salvaguarda, gerar capacidades e desenvolver doutrina de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), e ampliar e/ou adequar o arcabouço normativo, no âmbito do Ministério da Defesa (MD).
- Promover a interação com projetos em desenvolvimento nas outras Forças, no MD, nas instituições civis e privadas, nacionais e internacionais.
- Implementar a estrutura de apoio tecnológico para atender às necessidades do setor.
- Produzir os conhecimentos necessários à atividade de inteligência para o Exército.

b) Desenvolvimento da capacidade de atuar em rede:

- Implementar a gestão de recursos humanos para identificar, selecionar, capacitar e manter o pessoal para o setor cibernético.
- Criar modernas estruturas de capacitação e de preparo e emprego operacional voltadas para as atividades de defesa e guerra cibernética.

c) Aprimoramento do Setor Cibernético na Defesa:

- Coordenar e integrar os projetos em desenvolvimento nas Forças Armadas.
- Desenvolver a capacidade operacional conjunta de atuar no espaço cibernético.
- Promover a interoperabilidade nas comunicações das Forças Armadas.

- **OEE 5 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Aumento da capacidade de pronta resposta da F Ter:

- Implantar uma nova sistemática de instrução para o Efetivo Profissional.
- Implantar um novo faseamento da Instrução Militar do Efetivo Variável

b) Adestramento da F Ter:

- Preparar a F Ter para atuar em operações conjuntas e interagências.
- Implantar o planejamento operacional baseado em capacidades.
- Adestrar as forças com foco no preparo do Efetivo Profissional.

- **OEE 6 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Reestruturação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT):

- Prosseguir na reestruturação do SIDOMT, apoiado em ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, a fim de contribuir com efetividade na gestão, na atualização e na difusão do conhecimento.
- Implantar o Banco de Dados para gestão doutrinária.
- Reestruturar, mobiliar e integrar Seções de Doutrina e Lições Aprendidas dos C Mil A, ODS e OADI.

b) Desenvolvimento de nova metodologia para elaboração, atualização e difusão doutrinária no âmbito da Força:

- Ampliar a pesquisa e a prospecção doutrinária.
- Incrementar a realização de intercâmbios continuados, de ordem doutrinária e tecnológica, com as demais Forças e com exércitos de países amigos e com instituições civis.
- Implantar um efetivo sistema de lições aprendidas.

c) Estabelecimento de uma Doutrina Militar Terrestre compatível para uma Força transformada:

- Contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina conjunta.
- Estabelecer uma Doutrina Militar Terrestre para a Força transformada, por meio da revisão e atualização das publicações doutrinárias, coerente com os novos conceitos.
- Revisar a base doutrinária de todas as OM operacionais para adequação aos novos conceitos.

- **OEE 7 - APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Estruturação da autoridade organizacional para gestão estratégica:

- Prosseguir na implantação do Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx).
- Implantar políticas de Governança TI.
- Implantar e expandir a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações no DCT.
- Estruturar os mecanismos de acompanhamento e apoio.

b) Reorganização do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx):

- Reorganizar o SINFOEx.
- Aperfeiçoar os Sistemas Corporativos do Exército.
- Implantar a Gestão da Informação Operacional.

c) Aperfeiçoamento da Infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército:

- Aperfeiçoar o Sistema de Comunicações do Exército (SICOMEx).
- Ampliar e aperfeiçoar a Rede Corporativa do Exército (EBNet).
- Aperfeiçoar a Base de Dados Corporativa do Exército (EBCorp).
- Implementar a infraestrutura e medidas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC).
- Aperfeiçoar a proteção das Infraestruturas Críticas da Informação (ICI).
- Desenvolver, em conjunto com a comunidade acadêmica nacional, sistemas baseados em processamento de alto desempenho (Supercomputadores).

- **OEE 8 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação da nova estrutura logística do Exército:

- Adotar uma estrutura logística flexível, adaptável, modular, elástica e sustentável, capaz de prestar o apoio logístico na medida certa e no tempo oportuno (Prontidão Logística).
- Aperfeiçoar a execução das funções logísticas, suas atividades e tarefas correspondentes, com base nos novos conceitos e estruturas adotadas.
- Implantar o Sistema de Saúde Operacional.
-Mobiliar, progressiva e seletivamente, a estrutura logística com meios compatíveis e modernos.

b) Implantação de uma efetiva gestão logística:

- Implantar um Sistema Integrado de Gestão Logística.
- Implantar um Sistema de Informações Logísticas.
- Intensificar a utilização de Tecnologia da Informação.

- **OEE 9 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Contribuição para desenvolver/reorganizar a Base Industrial de Defesa (BID):

- Desenvolver e implementar um novo modelo de relacionamento com a BID.
- Apoiar o empresariado nacional da BID, por meio de aditâncias e missões comerciais, dentre outras representações do Exército, na identificação e exploração de possíveis mercados para essa área de negócios.

b) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE:

- Pesquisar e desenvolver tecnologias de acordo com o Plano de Obtenção de Capacidades Materiais (PCM).
- Aperfeiçoar o programa de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção de PRODE autóctone, que integre os segmentos militar e civil de defesa.
- Aperfeiçoar a sistemática de gestão do SCT&I.
- Criar estrutura para o desenvolvimento da prospecção e da inteligência tecnológica.
- Reformular o Modelo de Gestão do Ciclo de vida de PRODE.
- Pesquisar e desenvolver produtos voltados para o sistema do combatente individual do futuro.
- Proporcionar condições para que o Exército realize a pesquisa e desenvolvimento, nas áreas do setor cibernético, visando à prospecção tecnológica e à pesquisa científica.
- Pesquisar e desenvolver produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e de proteção (individual e coletiva).

- **OEE 10 - AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação da Governança Corporativa:

- Aperfeiçoar o sistema de gestão do Exército.
- Racionalizar os processos administrativos.
- Adotar procedimentos para melhorar a qualidade do gasto.
- Otimizar a atuação do Controle Interno, buscando a proatividade das ações na proteção do Sistema Exército.

b) Implantação da Racionalização Administrativa:

- Implantar e racionalizar as estruturas administrativas comuns.
- Racionalizar e adequar cargos, cursos e estágios.

- **OEE 11 - FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Desenvolvimento de Programas de preservação e divulgação da cultura Institucional:

- Incentivar a pesquisa sobre a História Militar e a exploração dos sítios históricos.
- Incentivar o intercâmbio e a divulgação da cultura institucional.

b) Desenvolvimento de programas de preservação dos valores da Instituição:

- Implementar programas de desenvolvimento de atitudes inerentes à profissão militar.
- Desenvolver instrumentos de seleção e avaliação do pessoal para os novos integrantes da Força.
- Desenvolver a cultura de contrainteligência, particularmente na segurança do pessoal.

- **OEE 12 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Atualização do Sistema de Educação e Cultura:

- Desenvolver nos estabelecimentos de ensino a cultura da inovação e de transformação.
- Incrementar a utilização da Tecnologia da Informação no processo ensino-aprendizagem.
- Aperfeiçoar o processo de educação continuada.
- Incrementar a pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino.
- Implementar programas de capacitação dos docentes.
- Ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico, em diversos níveis.
- Reestruturar o ensino de idiomas estrangeiros, desde a formação.

b) Educação do militar profissional da Era do Conhecimento:

- Conduzir a formação do profissional militar para proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias.
- Alinhar o Sistema de Educação e Cultura com os Sistemas de Doutrina, Preparo e Emprego e de Pessoal.
- Desenvolver competências básicas, como habilidades interpessoais, físicas, de reflexão, de análise crítica e do pensamento crítico, bem como outras competências necessárias ao profissional militar.
- Capacitar o militar para atuar em operações no amplo espectro, operações conjuntas, interagências e multinacionais.

- Implementar programas que propiciem o desenvolvimento da liderança e de internalização de valores nos diversos níveis.
- Prosseguir na modelagem do novo sistema de educação e cultura, em consonância com o novo plano de carreira.

c) Adequação da infraestrutura de Educação e Cultura:

- Construir e adequar instalações nos Estabelecimentos de Ensino.

- **OEE 13 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Desenvolvimento de ações de apoio à família militar:

- Criar estrutura específica para prestar assistência ao pessoal.
- Otimizar o atendimento de saúde assistencial e de informações gerenciais hospitalares.
- Otimizar e ampliar os Sistemas de Assistência Social, de Assistência Religiosa e Atividades de Lazer.
- Revitalizar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).
- Ampliar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).
- Ampliar o apoio à moradia da família militar.
- Aprimorar as condições de vida dos PEF existentes.

b) Aperfeiçoamento da gestão de pessoal da ativa:

- Aperfeiçoar os planos de carreira dos militares e servidores civis.
- Implementar a gestão de pessoal por competência.
- Otimizar as campanhas de recrutamento.
- Ampliar a sistemática de valorização do desempenho da atividade-fim e de funções relevantes.
- Aperfeiçoar o Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército (SICAPEX).

c) Adoção de políticas para atender demandas da inatividade:

- Preparar o militar e o servidor civil para a inatividade.
- Implementar ações que satisfaçam as demandas da terceira idade.

d) Estruturação do novo plano de carreira para o profissional da Era do Conhecimento:

- Prosseguir na modelagem do novo plano de carreira.

e) Aquisição e Modernização de Produtos de Defesa (PRODE):

- Modernizar produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção (individual e coletiva).
- Modernizar o sistema do combatente individual do presente.
- Estabelecer projetos de modernização para os sistemas componentes das Funções de Combate, capacitando-os para operar em rede.
- Modernizar os meios do Sistema de Defesa Antiaérea.

- **OEE 14 - AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Atuação da liderança do Exército para o desenvolvimento da mentalidade de defesa:

- Elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião.
- Fomentar, junto às Instituições civis, a pesquisa na área de defesa.
- Aumentar a quantidade e a qualidade dos Órgãos de Formação de Reservistas.
- Incrementar a relação do Exército com os Poderes Constituídos.
- Promover condições para que haja maior coordenação da atuação dos diversos setores do Exército na busca pela maior sinergia com a sociedade.

b) Ampliação da atuação do Exército na área social:

- Incrementar a participação do Exército em programas e ações sociais.

c) Ampliação da divulgação das ações da Força:

- Incrementar a divulgação da Força nas ações voltadas para a atividade fim (Operacional), enfatizando a relevância e a imprescindibilidade do Exército. “Braço Forte”.
- Incrementar a divulgação da Força nas ações em prol do desenvolvimento nacional e do bem-estar social. “Mão Amiga”.

d) Desenvolvimento da Liderança:

- Implementar ações para transformar o Exército em uma “ Escola de Liderança “ formadora de líderes, inclusive para a Nação.

- **OEE 15 - MAXIMIZAR A OBTENÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO E DE OUTRAS FONTES**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Realização de gestões para assegurar orçamento compatível, previsível e regular:

- Buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários necessários para a implementação de todos os projetos do Exército.
- Buscar enquadrar, como despesas ressalvadas e/ou obrigatórias, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a maior parcela dos recursos orçamentários do EB, bem como obter tratamento que não restrinja a execução dos recursos alocados na LOA.
- Buscar a vinculação de fontes de receita e a obtenção de novas receitas.

b) Realização de gestões para o aporte de recursos de outras fontes:

- Buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários provenientes de outras fontes de financiamento para todos os projetos do Exército.
- Incrementar a obtenção e a gestão de recursos decorrentes de instrumentos de parcerias, com ênfase para os destaques.
- Criar uma estrutura de assessoria efetiva, constituída de militares e civis com perfis adequados ao relacionamento com os diversos órgãos.

2.1.4. Demonstração da Vinculação do Plano da Unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

a) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas

A confecção do Planejamento Estratégico tem por finalidade que o EB possa bem cumprir suas obrigações constantes dos principais diplomas legais, tais como:

- Constituição Federal, de 1988, no seu Artigo 142 e nas suas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, e nº 136, de 25 de agosto de 2010;
- Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005; e
- Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Quadro 6 – Competências institucionais e os objetivos estratégicos

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
Defender da Pátria	OEE 1; 3; 5; 6 e 9
Garantir dos Poderes Constitucionais	OEE 3
Garantir da Lei e da Ordem	OEE 3
Apoiar ao Desenvolvimento Nacional	OEE 10 e 12
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 1
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 7
Fortalecer o setor cibernético	OEE 4
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 1 e 8
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 2
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 2

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico com o Plano Plurianual – PPA

Quanto à vinculação do plano estratégico com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o Planejamento Estratégico do Exército está alinhado com os conteúdos do Programa Temático 2058 – Política Nacional de Defesa e 2055 – Desenvolvimento Produtivo. O EME é responsável direto por alguns objetivos, metas e ações, exercendo diferentes papéis na execução orçamentária. Atua como executor de ações e também como Gestor Estratégico do Exército, realizando o acompanhamento de outras ações sob a responsabilidade de outros órgãos, por impactarem os objetivos estratégicos do EB, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 – Programas, objetivos, suas ações e responsáveis

<table>
<tr><th>Programa</th><th>Objetivo PPA</th><th>Resp.</th><th>Ações Orçamentárias</th><th>Resp.</th><th>OEE</th></tr>
<tr><td rowspan="4">2058 Política Nacional de Defesa</td><td rowspan="4">0482- Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.</td><td rowspan="4">EME (7ª SCh/ EPEx) COLOG DEC</td><td>3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército</td><td>COLOG</td><td rowspan="4">OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional
OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz</td></tr>
<tr><td>14T5 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)</td><td>EME (EPEx)</td></tr>
<tr><td>156M – Modernização Operacional do Exército Brasileiro</td><td>EME (7ª SCh)</td></tr>
<tr><td>20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército</td><td>DEC</td></tr>
</table>

	0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.	EME/ DCT	147F - Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	EME (EPEx) DCT	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 4. Atuar no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação
	0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	EME (4ª SCh e EPEx) DEC	13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	EME (EPEx)	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz
			2911– Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército.	DEC	
			156N - Aquisição e Modernização dos meios do Exército	EME (4ª SCh)	
			156M - Implantação de organizações militares do Exército	EME (7ª SCh)	
			14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	EME (EPEx)	
			14T6 - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestre (PROTEGER)	EME (EPEx)	OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social OEE 5. Implantar um novo e efetivo sistema operacional militar terrestre
			14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	EME (EPEx)	
	0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.	EME (1ª e 6ª SCh) DECEx DGP COLOG COTER	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	EME (1ª SCh) DECEx	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional
			2900 - Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	DGP	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 13. Fortalecer a Dimensão Humana OEE 14. Ampliar a Integração do Exército à

					Sociedade
			20XK - Logística Militar Terrestre	COLOG	OEE 8. Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre
			4450 - Aprestamento da Força Terrestre	EME (6ª SCh) COTER	OEE 5. Implantar um novo e efetivo sistema operacional militar terrestre
			20XL - Saúde em Operações Militares	DGP	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 13. Fortalecer a Dimensão Humana
			2865 - Manutenção e Suprimento de Fardamento	COLOG	OEE 8. Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre
			2919 - Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	COLOG	OEE 8. Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre
			212O - Movimentação de Militares	DGP	OEE 13. Fortalecer a Dimensão Humana
	0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	EME DCT	20XE – Sistemas de Comando e Controle do Exército	DCT	OEE 9. Implantar um Novo e efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação
			2A82 – Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	DCT	OEE 9. Implantar um Novo e efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação OEE 12. Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e

					Cultura
			20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército	DCT	OEE 9. Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação
2055 – Desenvolvimento Produtivo	0196- Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.	EME (7ª SCh) IMBEL	4528 - Produção de Material de Emprego Militar	IMBEL	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 8. Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre OEE 9. Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação

2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1.Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2015 na responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) é responsável por 5 (cinco) Objetivos relacionados no PPA, vinculados ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

Esses Objetivos contemplam 26 (vinte e seis) metas e 16 (dezesseis) iniciativas.

Os quadros abaixo apresentam os dados de alcance das metas, seguidos pela análise situacional dos resultados obtidos pelos respectivos Objetivos. As iniciativas serão analisadas posteriormente no item Execução Física e Financeira das Ações da LOA, considerando que as ações orçamentárias estão a elas diretamente associadas.

Quadro 8 – Informações sobre o Objetivo 1

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 1						
Descrição	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.					
Código	0482	**Órgão**	Ministério da Defesa/Comando do Exército.			
Programa	Política Nacional de Defesa			**Código**	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**e) Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Estruturar **20%** do Sistema	%	-	1,28%	7,07%	35,35%

	Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.					
2	Implantar **100%** da Brigada de Operações Especiais.	%	-	5%	95%	95%
3	Aumentar de 40% para **50%** a adequação das organizações militares na Amazônia.	%	-	3%	51%	102%
4	Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga – SP.	%	-	-	100%	100%
5	Aumentar de 60% para **80%** a adequação das organizações militares fora da Amazônia.	%	-	3%	75%	93,75%
6	Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semipermanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para **1.000m** até 2015.	Metros	-	50m	1260m	126%
7	Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira.	Unidades /ano	-	132	476un	250,53%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	**e) Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Aumentar de 40% para **60%** a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, em face de crises de grande vulto.	%	-	11%	60%	100%
2	Aumentar de 60% para **80%** a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).	%	-	10%	80%	100%
3	Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve.	%	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Região Sul	%	-	11%	60%	100%
2	Região Sudeste	%	-	10%	80%	100%

3	Região Sudeste	%	-	0	70%	93,33%
***A meta prevista na letra (a) foi encerrada no PPA 2012/2015, em decorrência da vigência do novo PPA. Com isso, o cálculo de realização (letra d) deve ser considerado de acordo com os valores informados no descritor da meta (letra e) e com o que foi realizado até 2015 (letra c).**						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	Não há					

No ano de 2015, o Exército Brasileiro deu continuidade à manutenção e fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 (duzentos e oitenta) organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de fronteira brasileira, bem como a articulação militar terrestre, visando a dissuadir possíveis ameaças.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) representa um importante instrumento para o alcance do Objetivo em questão. Trata-se de um sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e emprego operacional, a fim de fortalecer a capacidade de monitoramento e de atuação do Estado Brasileiro nos 16.886 km da faixa de fronteira. O Projeto Básico do SISFRON, elaborado em 2011, prevê o montante de R$ 11,9 bilhões (para as infraestruturas de tecnologia, de obras civis e de apoio à atuação operacional) a serem aplicados em um período de implantação de dez anos.

Em 2015, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema na área do Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados - MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

Destacaram-se, ainda, as seguintes realizações no exercício de 2015: recebimento de meios para emprego no monitoramento da faixa de fronteira, como binóculos, óculos de visão noturna, radares de vigilância terrestres, estações e aplicativos de sensoriamento eletromagnético, rádios portáteis com processador de transmissão de vídeo, rádios veiculares multibanda, módulos de telemática operacionais, centros de comando e controle móveis e fixos, grupos motogeradores e *no-breaks*;obras de infraestrutura para comunicações *satelitais*; elaboração de relatórios de gestão ambiental; aquisições de material de emprego militar, como embarcações, viaturas, geradores de energia e material de saúde.

Como pode ser verificado no quadro relativo à meta de implantação do SISFRON, o resultado ficou abaixo do previsto, devido aos cortes orçamentários e descentralização tardia dos recursos, ocorrida somente no mês de julho, prejudicando a execução do planejamento prévio.

Deve-se salientar, contudo, que, embora a meta esperada não tenha sido atingida, as realizações do SISFRON no período 2012-2015 somaram elevados investimentos, com impactos significativos para o resultado do objetivo de adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército. Os meios entregues pelo Projeto trouxeram ganhos operacionais nas ações típicas dos elementos de combate, deixando as organizações militares envolvidas com o Projeto mais aptas ao cumprimento de suas missões doutrinárias.

Destacam-se, ainda, em 2015, resultados satisfatórios alcançados com a atividade de aquisição de suportes flutuantes de ponte M4T6, possibilitando o acréscimo, aos meios já existentes, de 50 metros lineares de pontes modulares semipermanentes, o que favoreceu a ampliação da capacidade de construção e instalação de pontes para travessia de obstáculos para 1.260 metros. Essa quantidade de material, juntamente com as equipagens já existentes, vem ampliando a capacidade de operação da tropa em atividades militares, com apoio à população no

caso de calamidades. Ocorreu, também, com elevado alcance das metas previstas, o prosseguimento da execução de obras de infraestrutura de instalações de aquartelamentos do Exército, bem como a elaboração de projetos para novas obras que irão possibilitar melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais da Força.

É oportuno ressaltar, ademais, que o Exército Brasileiro atuou, no período em referência, na ampliação da capacidade de apoio à família militar, concluindo em 2015 a implantação de 132 Próprios Nacionais Residenciais (PNR) nas cidades de Taubaté/SP, Belo Horizonte/MG, Rio Negro/PR, Campo Grande/MS e Manaus/AM. Restrições orçamentárias e dificuldades financeiras das empresas foram os principais fatores que contribuíram para o não atingimento total da meta inicialmente fixada.

Em vista das informações apresentadas, a execução das metas vinculadas ao Objetivo 0482 ocorreu de forma satisfatória, com resultados acima do esperado, acarretando uma série de benefícios para a própria Força e, especialmente, para a população brasileira.

Os resultados mais marcantes foram a melhoria da infraestrutura das organizações militares do Exército, a geração de empregos em diferentes regiões do País e a ampliação da presença das forças militares em áreas remotas do território nacional, contribuindo, assim, para a redução de crimes transfronteiriços e ambientais, bem como para proporcionar maior segurança à população.

Quadro 9 – Informações sobre o Objetivo 2

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 2						
Descrição	Desenvolver tecnologias da informação e comunicações do Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.					
Código	0521	**Órgão**	Ministério da Defesa/Comando do Exército.			
Programa	Política Nacional de Defesa			**Código**	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**e) Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Desenvolver **40%** do Projeto Defesa Cibernética	%	-	6,28%	58,28%	145,7%
2	Implantar o Centro de Defesa Cibernética.	%	-	5%	85%	85%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
	Regionalização da Meta	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
***A meta prevista na letra (a) foi encerrada no PPA 2012/2015, em decorrência da vigência do novo PPA. Com isso, o cálculo de realização (letra d) deve ser considerado de acordo com os valores informados no descritor da meta (letra e) e com o que foi realizado até 2015 (letra c).**						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	Não há					

Em 2015, o Exército Brasileiro, em cumprimento à Estratégia Nacional de Defesa - END, deu prosseguimento ao processo de busca da autonomia em tecnologias cibernéticas, iniciado em 2012. Dentre as atividades desenvolvidas, é importante citar a criação do Comando de Defesa Cibernética, criação de normas e doutrinas para o setor cibernético, renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego, estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército, capacitação e formação de recursos humanos nas áreas de interesse do setor, incentivo a pesquisas e elaboração de teses e dissertações sobre temas afetos, estabelecimento de parceria junto à Universidade de Brasília para o Projeto Saltar, que visa realizar análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética e realização de seminários nacionais de segurança da informação e criptografia. Destaca-se, ainda, a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como os preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016.

Como resultado do Objetivo em análise, observaram-se a obtenção gradual da capacidade de defesa cibernética do Exército e da infraestrutura crítica nacional e o desenvolvimento da pesquisa científica nas áreas de segurança cibernética, a fim de atender às prioridades de seu planejamento anual de emprego e também às demandas do Estado e da sociedade. Fator que contribuiu para execução do Objetivo foi a forte integração da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira com outros órgãos públicos e com empresas nacionais da área de tecnologia da informação, principalmente na utilização dos meios em operações militares em ambiente de maior segurança cibernética.

Foi relevante para o alcance dos resultados citados o desenvolvimento do Projeto de Defesa Cibernética, que superou a meta prevista, atingindo execução aproximada de 60%. Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto em 2015, registraram-se aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de comunicações, visando à melhoria da proteção das redes corporativas, prosseguimento na capacitação técnica de pessoal integrante das diversas organizações militares, montagem e operacionalização do Laboratório de Teste de Artefatos Maliciosos, restando a sua otimização e pleno funcionamento, execução parcial da engenharia de soluções defensivas e ofensivas, com a obtenção de ferramentas tecnológicas para atividades cibernéticas e renovação das licenças dos *softwares* especializados para realização de segurança analítica de Tecnologia da Informação (TI) pertencentes ao equipamento de monitoramento de rede.

Quadro 10 – Informações sobre o Objetivo 3

<table>
<tr><th colspan="7">IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 3</th></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="6">Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.</td></tr>
<tr><td>Código</td><td>0532</td><td>Órgão</td><td colspan="4">Ministério da Defesa/Comando do Exército.</td></tr>
<tr><td>Programa</td><td colspan="3">Política Nacional de Defesa</td><td>Código</td><td colspan="2">2058</td></tr>
<tr><th colspan="7">METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</th></tr>
<tr><th>Sequencial</th><th>e) Descrição da Meta</th><th>Unidade medida</th><th>a) Prevista 2016*</th><th>b) Realizada em 2015</th><th>c) Realizada até 2015</th><th>d) % Realização (c/e)</th></tr>
<tr><td>1</td><td>Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).</td><td>%</td><td>-</td><td>1,5%</td><td>3%</td><td>15%</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.</td><td>%</td><td>-</td><td>1,45%</td><td>9,45%</td><td>23,63%</td></tr>
</table>

3	Obtenção de **16%** da Nova Família de Blindados	%	-	5,54%	13,54%	84,63%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
	Regionalização da Meta	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
***A meta prevista na letra (a) foi encerrada no PPA 2012/2015, em decorrência da vigência do novo PPA. Com isso, o cálculo de realização (letra d) deve ser considerado de acordo com os valores informados no descritor da meta (letra e) e com o que foi realizado até 2015 (letra c).**						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	Não há					

O Governo Federal vem prosseguindo, nos últimos anos, com o processo de transformação do Exército Brasileiro,mediante a adoção de um conjunto de ações necessárias ao aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, objetivando, assim, efetivar a prontidão da Força em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Ao longo de 2015, os Projetos Estratégicos do Exército (PEEx): Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas (Proteger), Astros 2020, Defesa Antiaérea, Nova Família de Blindados sobre Rodas (Guarani)e Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) foram o grande alicerce do Objetivo 0532. Além da implementação desses Projetos, procurou-se ampliar os meios da Força Terrestre mediante sua atuação junto às Operações de Pacificação, Defesa Civil e preparação da tropa para os Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do Estado de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, pode provocar sérios impactos social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN) e contra atentados terroristas, além das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Entre 2012 e 2014, as principais realizações da implantação do Proteger foram a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos especializados, possibilitando à tropa antiterror atuar em melhores condições na defesa de instalações estratégicas; a aquisição de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando e controle; a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências; a contratação de uma empresa para revisão do Projeto Básico e elaboração do Projeto Executivo do Proteger; a contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações necessários à condução da gestão e das operações do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel (CCOTI Mv) e a aquisição do Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT).

Em 2015, o Projeto teve seus requisitos ajustados para o desenvolvimento e a aquisição do Sistema Protetor, integrante do Sistema Integrado de Coordenação de Operações Terrestres

Interagências (Siscoti), que ampliará a capacidade do Exército Brasileiro na obtenção da consciência situacional para o preparo e emprego da Força Terrestre. O PEE destinou seus recursos para compra de equipamentos para o desenvolvimento do Projeto Piloto do CCOTI Mv, a ser empregado na área do Comando Militar do Leste - CML, durante as Olimpíadas 2016, e para o desenvolvimento do Sistema Protetor, *software* integrador e de apoio à decisão, fundamental para atender à defesa das EETer.

Restrições financeiras e orçamentárias foram os fatores fundamentais para o resultado abaixo do esperado, embora seja fundamental salientar que as realizações do Projeto configuram ganhos relevantes para a Força.

A implantação do Projeto Astros 2020 é uma das iniciativas vinculadas ao Objetivo 0532. O Projeto contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas: criação e implantação do Forte Santa Bárbara, constituído de um Comando de Artilharia, uma Unidade de Mísseis e Foguetes; um Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes; um Centro de Logística de Mísseis e Foguetes; uma Bateria de Busca de Alvos; paióis de munições; uma Base de Administração e o Campo de Instrução de Formosa (CIF); transformação do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes para 6º Grupo de Mísseis e Foguetes; o desenvolvimento de dois novos armamentos, sendo o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro, com alcance estimado de 300 km. Contempla, igualmente, em seu escopo, a aquisição de viaturas Astros, padrão MK-6, e a modernização das viaturas do Sistema Astros do Exército, bem como o desenvolvimento do Sistema de Simulação Astros pela Universidade Federal de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul.

Em 2015, foram celebrados contratos fundamentais para o andamento do Projeto, dentre os quais: (i) contratação de Serviços Especializados de Manutenção e Modernização do Sistema Astros, que prevê a entrega de viaturas modernizadas, com capacidade de lançar todos os tipos de foguetes do Sistema e o míssil tático de cruzeiro (MTC 300), com alcance de até 300 km; (ii) contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema de Míssil Tático de Cruzeiro com capacidade de ser disparado a partir da plataforma do Sistema; e (iii) contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Foguete Guiado com alcance superior a 30 Km e com capacidade de ser disparado a partir da plataforma do Sistema Astros, em uso pelo Exército Brasileiro.

A entrega destes Produtos de Defesa (PRODE), como o Míssil Tático de Cruzeiro e o Foguete Guiado, irá equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de mísseis de longo alcance (300 Km) e foguetes guiados de precisão, que irão fornecer meios de defesa da plataforma Continental Brasileira e manutenção estratégica da hegemonia regional, em consonância com a END.

O Projeto Defesa Antiaérea, por sua vez, destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea (DA Ae) do Exército Brasileiro, com o objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa, do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). Tal sistema engloba permanentemente a Artilharia Antiaérea (AAAe) da Força Terrestre.A intenção é reequipar as unidades de AAAe do EB por meio da aquisição de materiais; modernização dos meios existentes; desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa; capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

Entre 2012 e 2015, foi realizada a aquisição de Centros de Operações de Artilharia Antiaérea e de diversos equipamentos fundamentais para o cumprimento do Projeto como radares, viaturas, simuladores e material de comunicação de alta tecnologia, extremamente específicos. O não atingimento da meta estabelecida no início do PPA se deu em razão das restrições e limitações orçamentárias decorrentes de contingenciamentos no orçamento da Força ao longo dos 4 anos, com impacto no planejamento e execução do Projeto.

Compõem, ainda, o objetivo 0532, ações relacionadas ao Projeto Guarani, que tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Infantaria Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada.

Entre 2012 e 2014, foi dada a continuidade à execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR, das obras no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS, também foram elaborados projetos para obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR; além da realização de cursos de manutenção e condução da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas – VBTP-MR Guarani para oficiais e sargentos no Centro de Instrução de Blindados em Santa Maria/RS.

Foram recebidos pelo Exército Brasileiro 128 (cento e vinte e oito) veículos blindados do tipo VBTP-MR Guarani, contemplando 12 (doze) organizações militares, proporcionando maior poder de combate, mobilidade e proteção à tropa. Esses novos blindados foram utilizados na Operação Copa, na Operação Ágata e na Operação São Francisco, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Em 2015, o Projeto Estratégico Guarani prosseguiu em sua implantação, com o empenho de 56 (cinquenta e seis) veículos blindados do tipo VBTP-MR, faltando a aquisição de 4 (quatro) viaturas para completar a cota de 60 (sessenta) viaturas/ano. Estas viaturas encontram-se prontas na fábrica. No prosseguimento do projeto, foi contratada a empresa integradora dos sistemas de armas e do comando e controle da plataforma. Quanto à adequação da infraestrutura, foram realizados pagamentos de reajustes das obras em andamento, conclusão das obras no Centro de Instrução de Blindados e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

A meta acumulada alcançada foi de 13,54%. O não atingimento do valor da meta estabelecido no início do PPA se deu por restrições e limitações orçamentárias decorrentes de contingenciamentos no orçamento da Força ao longo dos 4 anos, com impacto no planejamento e execução do Projeto.

O Projeto Estratégico Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) insere-se no escopo de uma das iniciativas vinculadas ao Objetivo 0532. Tem por objetivo dotar as unidades de material de emprego militar, imprescindível ao seu emprego operacional. Tais produtos são de alta qualidade e desempenho operacional, permitindo à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Entre 2012 e 2015, foram adquiridos diversos equipamentos de características altamente singulares para uso da Força, como ambulâncias, viaturas, motocicletas, pistolas, monóculos, lunetas panorâmicas, goniômetros, bússolas, embarcações, pontes de engenharia, paraquedas, metralhadoras, rádios, sistemas aéreos remotamente pilotados, transceptores portáteis, carregadores, munição, além da fabricação de armas, morteiros e balsa logística. Também foram realizadas melhorias no Sistema de Material do Exército (Simatex), transformação de Postos de Abastecimento, aquisição de cozinhas de Campanha e transformação de fuzis.

Em face do relato apresentado, o Exército Brasileiro, mediante a execução de seus projetos estratégicos, vem rigorosamente ampliando seus meios e capacidade operacionais para exercer a defesa da infraestrutura econômica, política e de comando do País e proteger o território nacional contra possíveis ameaças.

Os Projetos Estratégicos foram altamente impactados com os cortes no orçamento do exercício de 2015, o que explica os resultados das metas abaixo do previsto.

Quadro 11 – Informações sobre o Objetivo 4

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 4	
Descrição	Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por

	meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.					
Código	0542	**Órgão**	Ministério da Defesa/Comando do Exército.			
Programa	Política Nacional de Defesa			**Código**	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**e) Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto – Priorizado o Batalhão de Manaus/AM.	%	-	3%	18%	18%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
	Regionalização da Meta	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
***A meta prevista na letra (a) foi encerrada no PPA 2012/2015, em decorrência da vigência do novo PPA. Com isso, o cálculo de realização (letra d) deve ser considerado de acordo com os valores informados no descritor da meta (letra e) e com o que foi realizado até 2015 (letra c).**						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas.
2	Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes.
3	Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar.
4	Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre
5	Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional.

Em 2015, foram dedicados intensos esforços para elevar a capacidade operacional do Exército, em especial por meio da realização das atividades de capacitação, adestramento e prontidão logística nos sistemas de ensino e nos recursos humanos da Força.

No período, empreenderam-se melhorias na infraestrutura escolar de apoio aos discentes, capacitação técnica, aquisição de bens e materiais de consumo e prestação de serviços, visando a atender à preparação e execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional.

No que tange à gestão de recursos humanos, o Exército promoveu a formação e capacitação de seu quadro para o atendimento de cargos e funções, desenvolvimento da educação preparatória e assistencial durante a formação de novos oficias e sargentos, preservação do patrimônio histórico e cultural da Força, fomento a pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação (Academia Militar das Agulhas Negras/Resende-RJ e Instituto Militar de Engenharia/Rio de Janeiro-RJ), de aperfeiçoamento de Oficiais (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/Rio de Janeiro-RJ), de pós-graduação, mestrado e doutorado (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-RJ) e de

capacitação física dos militares (Centro de Capacitação Física do Exército/Rio de Janeiro-RJ), desenvolvimento dos desportos, fomento nas áreas de doutrina e pessoal, e cumprimento das fases de instrução previstas para o período, formando e qualificando os militares incorporados em março, conforme planejamento do comando de operações terrestres.

No campo da prontidão logística, o Projeto Nova Logística Militar Terrestre, em especial com a ativação e organização dos 3º e 9º Grupamentos Logísticos e a adequação de organizações militares que exercem as funções logísticas, contribuiu para que os materiais e serviços adquiridos provessem e atendessem às atividades de instruções, adestramento e emprego da tropa.

No exercício anterior, o Exército Brasileiro executou diversas atividades previstas nos períodos de adestramento básico e avançado, atuando na garantia da lei e da ordem para a preservação da ordem pública, como ocorreu na Operação São Francisco, de Pacificação, no Complexo da Maré, no Estado no Rio de Janeiro, além de participar ativamente, na mesma cidade, da construção de obras de infraestruturas para as Olimpíadas de 2016, com a instalação do Destacamento Deodoro e do adestramento das organizações militares que participarão das missões recebidas durante a realização do evento.

Quadro 12 – Informações sobre o Objetivo 5

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 5						
Descrição	Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.					
Código	0552	**Órgão**	Ministério da Defesa/Comando do Exército.			
Programa	Política Nacional de Defesa			**Código**	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**e) Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
1	Ampliar a capacidade de formação de engenheiros militares nas áreas de construções horizontais e verticais, eletricidade, eletrônica e meio ambiente de 15 para **20** vagas.	Unidade	-	5	26	130%
2	Desenvolver **30%** do Sistema de Comando e Controle do Exército	%	-	3%	27%	90%
3	Implantar **20%** do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).	%	-	2%	7%	35%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
	Regionalização da Meta	**Unidade medida**	**a) Prevista 2016***	**b) Realizada em 2015**	**c) Realizada até 2015**	**d) % Realização (c/e)**
	Não há					
***A meta prevista na letra (a) foi encerrada no PPA 2012/2015, em decorrência da vigência do novo PPA. Com isso, o cálculo de realização (letra d) deve ser considerado de acordo com os valores informados no descritor da meta (letra e) e com o que foi realizado até 2015 (letra c).**						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE).
2	Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnólogico do País.

Em 2015, houve plena continuidade na ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, mediante forte investimento em: capacitação do corpo técnico da Força, desenvolvimento de um Sistema de Controle e Comando, implantação de um Polo de Ciência e Tecnologia, desenvolvimento de produtos de defesa (Prode) e adequação dos arsenais de guerra.

No âmbito da capacitação científico-tecnológica de seu corpo técnico, as realizações em 2015 foram:

- formação de 109 engenheiros em 10 especialidades, sendo 39 civis (Curso de Formação e Graduação – CFG-Reserva) e 70 engenheiros militares (15 do Curso de Graduação- CG e 55 do Curso de Formação e Graduação – CFG-Ativa);
- formação, no 2° semestre, de mais 16 mestres e 4 doutores nas mais diversas áreas de Engenharia, totalizando59 mestres e 8 doutores;
- continuação do desenvolvimento de pesquisas com órgãos de fomento, tais como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES, destacando-se, por exemplo, o projeto(CT-INFRA-FINEP) “Ampliação da Capacidade Instalada de PD&I em Sistemas Mecatrônicos de Caráter Estratégico com Aplicação dual”, projeto(FAPERJ) “Desenvolvimento de Blindagens Balísticas de Carbeto de Silício”, e o projeto (CNPQ-EMBRAPA) “Aproveitamento da glicerina-coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos, visando agregar valor à cadeia produtiva do dendê”;
- acompanhamento de 30 Processos de Pedido de Depósito de Patente junto ao INPI;
- participação dos alunos em programas de intercâmbio no exterior na Academia Militar de *West Point* (4 alunos do CFG-Ativa), na *Paris Tech Institute dês Sciences et Technologies* (4 alunos do CFG-Ativa) e, pelo programa governamental Ciência Sem Fronteiras (iniciativa do MCTI e do MEC), em universidades nos EUA, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Países Baixos, Suécia, e Austrália (7 oficiais do CG, 33 alunos do CFG-Ativa e 16alunos do CFG-Reserva);
- disseminação do conhecimento produzido no IME com a participação de seus integrantes em congressos e simpósios, bem como publicação de diversos artigos em periódicos e anais de congressos científicos;
- melhoria da infraestrutura do IME com a aquisição de equipamentos e contratação de serviços, destacando-se a modernização dos Laboratórios de Explosivos da Engenharia Química e de Robótica Industrial de Defesa.
- estabelecimento de novas parcerias com empresas para fins de estágio curricular dos alunos do IME, como, por exemplo, com a *Tensor*, *CHL* e *Schlumberger*, entre outras;
- estabelecimento de novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa para fins de cooperação científica e tecnológica, como, por exemplo, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com a *Texas Tech University*, nos Estados Unidos da América;
- no âmbito do convênio com a FGV, as disciplinas de Economia e Administração foram ofertadas para os alunos do 4o ano (CG e CFG-ativa), em regime de ensino à distância, e a disciplina de Libras foi oferecida como cadeira optativa em regime presencial;

- realização do evento de integração com empresas de Base Industrial de Defesa (BID), em 18 de novembro de 2015, com objetivo de estimular o estabelecimento de parcerias de pesquisa entre a academia e a indústria;
- reestruturação da grade curricular da Instrução Militar do Curso de Formação e Graduação deste Instituto com o objetivo de estabelecer maior integração da formação técnica com a militar, aprimorando ainda mais a formação do oficial do Quadro de Engenheiros Militares;
- realização de curso na universidade de *Linkoping (Linkoping University* - Suécia), com a participação de três oficiais, na área de gestão da inovação, visando ao processo de transformação do IME para um ambiente mais propício à inovação dentro do Polo de Ciência e Tecnologia em Guaratiba (PCTEG),projeto em andamento no Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT);
- realização de cursos de pós-doutorado na universidade de *Linkiping (Linkoping University)*, por dois oficiais, na área de gestão da inovação e novas metodologias de ensino, com ênfase no estudo da metodologia denominada CDIO.

O Exército possui um Sistema de Comando e Controle que lhe permite executar suas atividades, porém a permanente evolução dos meios de comunicações, a velocidade de mudança nas situações e cenários de emprego, que são cada vez mais complexos, e a contínua sofisticação dos meios militares empregados fazem com que seja necessário um constante desenvolvimento das capacidades para manter o sistema de informações atualizado.

Dentre as principais realizações de 2015, destacaram-se:
- modernização da rede de voz e dados do Exército;
- a logística de TI, que consiste em organizar a demanda ordinária de recursos computacionais.
- o programa Amazônia Conectada, estabelecido por meio da Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015, que veio colaborar com a conectividade de todo o Exército Brasileiro, inclusive as organizações militares situadas nos rincões do Brasil. Importante ressaltar que a conectividade é condição *sine qua non* para garantir o Comando e Controle.
- aquisição de material de radiocomunicações, que será empregado nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

A implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, que será instalado em Guaratiba-RJ, será um complexo por meio do qual se pretende integrar naquela região empresas, pesquisa acadêmica e as principais organizações de ciência e tecnologia do Exército, com foco na otimização dos processos e na obtenção de tecnologias para poder produzir e desenvolver produtos de defesa para o Brasil. Em 2015, verificou-se avanço com as seguintes atividades:
- ativação dos Núcleos da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (Agitec) e do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear(IDQBRN);
- contratação dos meios e serviços relativos ao processo de inteligência tecnológica para a Agitec;
- início dos trabalhos relativos ao processo de inteligência tecnológica na Agitec;
- publicação do Edital para seleção de proposta para a elaboração do Planejamento Estratégico necessário para a inserção do Novo IME no ambiente estratégico do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG), do Plano de Infraestrutura (Plano Diretor) da área de Guaratiba e dos Projetos de Engenharia (básicos e executivos) do complexo acadêmico do Novo IME e demais estruturas de apoio direto;
- contratação da capacitação de pessoal na Universidade de *Linkoping* (Suécia) e em outros órgãos correlatos.

O desenvolvimento de Produtos de Defesa (PRODE) se dá pela capacidade de pesquisa e de fabricação de novos produtos. No período, foi possível realizar o desenvolvimento e obtenção de Prode para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil. Os projetos/atividades como TORC 30, Radar SENTIR M20, Radar SABER M200, Radar SABER M60, VLEGA – Gaúcho, ASTROS 2020, MSS 1.2 AC, Pilhas Térmicas, RDS, Projeto AURORA, IDQBRN, Guarani, COBRA, SISFRON, RADAR e SINFOx encontram-se em plena execução, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

No que tange à adequação dos arsenais de guerra, têm por finalidade elevar a capacidade produtiva e manter a qualificação técnica do pessoal militar por meio da fabricação e a manutenção de produtos de defesa de interesse do Exército. Em linhas gerais, as ações em 2015 compreenderam a aquisição de insumos, material de processamento de dados, *softwares*, máquinas, bem como contratação de serviços de manutenção e cursos de capacitação direcionados para as atividades de desenvolvimento do Prode.

Portanto, avalia-se que as metas foram muito satisfatórias, considerando, em especial, toda a restrição orçamentária a que a Força esteve sujeita em 2015.

Como resultado do Objetivo 0552, constata-se que o Exército Brasileiro empreendeu no período grandes esforços para melhorar sua capacidade tecnológica, mediante investimento pesado em pesquisa, desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil, formação de capital humano, integração dos sistemas de comunicações e de telecomunicações, dentre outros, contribuindo nas áreas científicas e tecnológicas com o País.

Por meio dessas ações, a Força vem se aparelhando com capacidades para produzir e executar decisões de forma tempestiva, com informações precisas e acuradas, visando a atender prontamente às demandas emergenciais da sociedade.

2.2.2. Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.2.2.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 13 – Ações da LOA vinculadas aos Programas Temáticos constantes do PPA sob responsabilidade do Exército

AÇÃO	TÍTULO	RESPONSÁVEL
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	EME
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	
14T6	Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres - PROTEGER	
14T4	Aquisição de Blindados Guarani	
4450	Aprestamento do Exército	
156M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro	
156N	Obtenção de Meios do Exército	
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército	COLOG
20XK	Logística Militar Terrestre	
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento	
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	
20PY	Adequação de Organização Militar do Exército	DEC

2911	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	
2900	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	DGP
20XL	Saúde em Operações Militares	
212O	Movimentação de Militares	
20XE	Sistemas de Comando e Controle do Exército	DCT
2A82	Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	
20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	
8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	DECEX

O Art. 4º da LDO 2015 estabelecia as prioridades e metas da administração pública federal para o exercício 2015. Entretanto, a Mensagem Nº 1, de 2 de janeiro de 2015, da Presidência da República, vetou o referido artigo.

Por consequência, as seguintes ações do Exército Brasileiro, no exercício de 2015, deixaram de ser prioritárias:

- 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

- 14T4 – Aquisição de Blindados Guarani

- 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

- 14T6 – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

- 147F – Implantação do Sistema de Defesa Cibernética

- 20XK – Logística Militar Terrestre

A seguir, serão apresentadas as ações da LOA vinculadas aos Programas Temáticos constantes do PPA sob responsabilidade do Exército.

- **14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON (EME)**

Figura 5 – Logotipia do SISFRON

Quadro 14 – Informações sobre a Ação 14T5

Identificação da Ação	
Código	14T5 **Tipo: Projeto**
Título	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Iniciativa	01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
Objetivo	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional. **Código: 0482**
Programa	Política Nacional de Defesa **Código: 2058** **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	**52121** – Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
495.000.000,00	495.000.000,00	160.356.069,00	44.759.486,00	6.124.871,00	38.634.614,00	115.596.583,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Dar continuidade à estruturação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteiras.	Percentual de execução	4	0	1

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
218.668.399,68	192.431.302,00	681.728,00	Sistema implantado	Percentual de execução	88,00%

ANÁLISE SITUACIONAL

O PEE SISFRON é um projeto com o propósito de fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, incrementando a capacidade de o Exército monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como responder prontamente contra ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações isoladas, conjuntas ou interagências. Compreende o emprego de recursos financeiros de três Planos Orçamentários (PO):

- PO 01 - Sensoriamento e Apoio à Decisão: destina-se à aquisição de sensores (óticos, optrônicos, eletromagnéticos, etc.), ao desenvolvimento de aplicativos (softwares), à obtenção de meios para centros de coordenação de operações e à implantação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações, dentre outras atividades,

necessárias ao monitoramento da faixa de fronteira e ao apoio à decisão nos vários escalões de comando.
- PO 02 - Apoio à Atuação: destina-se à aquisição de bens e serviços necessários ao preparo e ao emprego operacional da tropa, particularmente no que diz respeito a materiais e sistemas das classes II, V, VI, VII, VIII e IX, necessários à participação em operações interagências.
- PO 03 - Obras de Engenharia: destina-se a realizar obras de engenharia necessárias ao apoio à atuação, ao monitoramento, à logística e à operação dos meios disponibilizados pelo SISFRON.

a) Execução das metas

No ano de 2015, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema, na área do Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Dourados/MS), melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

A dotação orçamentária prevista pela LOA/2015 foi de R$ 495,00 milhões. Os valores constantes do projeto de lei corresponderam a R$ 238,87 milhões para sensoriamento e apoio à decisão, R$ 22,27 milhões para apoio à atuação e R$ 23,86 milhões para obras de engenharia e infraestrutura. Além disso, foram incorporados mais R$ 160,00 milhões. Ademais, a Lei Orçamentária contemplou emendas no valor de R$ 30 milhões da Bancada do Paraná e R$ 20 milhões da Bancada do Mato Grosso do Sul.

A despeito do contido na assertiva anterior, o limite autorizado em 2015 foi de R$ 160,38 milhões sendo efetivamente liquidado o montante de R$ 44,74 milhões, o que possibilitou a realização física de 0,37% do total previsto para o Projeto (R$ 11,992 bilhões).

Nesse contexto, dos R$ 160,38 milhões aplicados, foram destinados ao PO1 – Sensoriamento e Apoio à Decisão - 124,27 milhões, ao PO2 – Apoio à Atuação - 11,51 milhões e ao PO3 – Obras de Engenharia - 24,60 milhões.

Ademais, a liquidação dos restos a pagar não processados correspondeu a 1,60% de realização física.

A meta inicial estabelecida na LOA/2015, de 4%, foi reprogramada para 1 %, tendo em vista que a dotação orçamentária aplicada, de R$ 160,37 milhões, correspondeu a 1,34% do total do Projeto.

No Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, as principais realizações do período foram as seguintes:
- Recebimento de meios para emprego no monitoramento da fronteira, incluindo: binóculos de imagem termal, óculos de visão noturna, radares de vigilância terrestres (transportáveis, móveis e fixo), estações e aplicativos de sensoriamento eletromagnético, rádios portáteis com processador de transmissão de vídeo, rádios veiculares multibanda, módulos de telemática operacionais, centros de comando e controle móveis e fixos, grupos motogeradores e *no-breaks*.
- Instalação de 8 sítios das Infovia, inclusive com a conclusão do primeiro trecho, de Ponta Porã a Dourados, no MS.
- Obras de infraestrutura para comunicações satelitais em pelotões de fronteira.
- Serviços de testes em fábrica e de integração do aplicativo de sensoriamento e apoio à decisão.
- Continuidade da implantação e realização do suporte logístico integrado, com a operação do Centro de Atendimento ao Cliente, elaboração de estudo de reparabilidade, fornecimento

de itens da lista inicial de provimento, entrega de manuais e prestação dos serviços de suporte, capacitação e gestão da garantia.

- Elaboração de projetos executivos do Subsistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR) e do Subsistema de Sensoriamento Eletromagnético.
- Elaboração de Relatórios de Gestão Ambiental.

No Sistema de Apoio à Atuação, as principais realizações do período foram as seguintes:

- Os investimentos realizados, no corrente ano, de acordo com os limites de movimentação e empenho estabelecidos, possibilitaram aquisições de material de emprego militar para o PEE SISFRON, basicamente, embarcações logística fluviais, módulos de abastecimento de combustível de 5.000/15.000 l, viaturas militares, geradores de energia e material de saúde aplicados nas organizações militares localizadas na área do Comando Militar do Oeste e ainda, atender a necessidades pontuais e emergenciais dos Comandos Militares da Amazônia e do Sul.

No Sistema de Obras de Engenharia, a principal realização do período foi a seguinte:

- Os recursos disponibilizados, com limite de movimentação e empenho, permitiram o prosseguimento de obras contratadas em anos anteriores como a construção do 9º B Com GE, do 6º BIM, do CMFron, do Centro de Operações da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, dentre outras, bem como reforçar os recursos destinados ao pagamento de mão de obra temporária contratada pelo Projeto.

Finalmente, no que concerne às demandas operacionais do Exército, estas têm sido atendidas na medida em que meios de alto rendimento – em parte devido à tecnologia com que são construídos e/ou integrados – são postos à disposição dos combatentes, em particular os meios de sensoriamento eletrônicos cuja previsão doutrinária contrastava com a inexistência desses meios na tropa, ou mesmo de operadores hábeis a operá-los. Em 2015, as seguintes atividades operacionais (operações, exercícios, demonstrações etc.) foram realizadas com apoio dos meios entregues pelo PEE SISFRON:

- Apoio ao Gabinete de Gestão de Interagências de Fronteira (GGIFron) – Mar 2015
- Operação Lucerna da Fronteira – Mai 2015
- Operação Carcará II – Jun 2015
- Operação Atalaia – Jul 2015
- Operação Ágata – Jul 2015
- Operação Dourados – Set / Nov 2015
- 1º Exercício Técnico-Operacional de validação do SISFRON – Nov 2015
- Visita do Ministro da Defesa ao Comando da 4ª Bda C Mec – Dez 2015

É inegável o ganho operacional que os sistemas já entregues e em operação proporcionam às capacidades das OM beneficiárias, deixando-as mais aptas ao cumprimento de suas missões doutrinárias. Os indicadores obtidos por ocasião do 1º exercício técnico-operacional, ocorrido na região da 4ª Bda C Mec, deixam evidente o ganho operacional verificado nas ações típicas dos elementos de combate antes e após o emprego dos meios fornecidos pelo SISFRON.

As principais contribuições para a aquisição e/ou aperfeiçoamento das capacidades operativas do CMO (e de suas GU/U orgânicas), decorrentes do emprego dos meios entregues pelos subprojetos do PEE SISFRON (Sensoriamento e Apoio à Decisão, Apoio à Atuação e Obras de Infraestrutura), conforme observado a partir das atividades operacionais realizadas em 2015, são as seguintes:

- Aprimoramento das ações de Comando e Controle em função da entrega e implementação de novas tecnologias.
- Evolução dos processos para produção do conhecimento de inteligência, visando facilitar o órgão decisor.

- Melhor sistemática logística com a implementação do SLI.

b) Fatores intervenientes

Os seguintes fatores contribuíram positivamente para a obtenção dos resultados da Ação 14T5:

- Ação gerencial do SISFRON/EPEx de conciliar a estrutura matricial do Projeto com a estrutura departamental do Exército.
- Aproveitamento adequado das estruturas existentes nos órgãos de direção setorial (ODS) e nos comandos militares de área para executar as atividades do PEE SISFRON.
- Atribuição da Gerência do Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, principal vertente de execução do Projeto, para o CComGEx, tendo em vista as suas competências nas atividades de ensino, logísticas e operacionais e administrativas que, operando sinergicamente, contribuem significativamente para a superação das dificuldades de execução de um projeto complexo e de grande porte como o PEE SISFRON.
- Contratação de empresa integradora, em regime de empreitada integral, para implantação e integração do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão.
- Contratação de consultoria técnica de apoio à fiscalização do contrato com a empresa integradora do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão.
- Existência de contratos estabelecidos em exercícios anteriores, ainda em vigor, que possibilitaram a aplicação imediata dos recursos orçamentários e financeiros recebidos.
- Planejamento antecipado da aplicação dos créditos orçamentários, baseados em cenários de disponibilidade orçamentária.
- Agilidade do Comando do Exército na distribuição dos limites de movimentação e empenho para a Ação 14T5.
- Aprendizado adquirido e mantido nos últimos anos pelas equipes do Projeto, existentes no EME, nos ODS e nos comandos militares de área.
- Apoio do Escritório de Projetos do Exército às iniciativas do PEE SISFRON.
- Melhor estruturação das empresas contratadas para realizar as entregas previstas, fruto da mobilização realizada nos anos anteriores.
- Capacitação de recursos humanos envolvidos na gerência dos projetos, na fiscalização de contratos e na operação do sistema, nas mais diversas áreas do conhecimento (engenharia, contratos, gestão, fiscalização e outras).

É conveniente observar que, apesar de a dotação orçamentária ser elevada, no valor de R$ 495 milhões, ela pouco contribuiu para a obtenção de resultados positivos para o Projeto, tendo em vista o reduzido valor do limite de movimentação e empenho, no montante de apenas R$ 160,38 milhões.

Os seguintes eventos prejudicaram o desenvolvimento da Ação 14T5:

- Atraso na aprovação da LDO 2015, da LOA 2015 e do Decreto de programação orçamentária e financeira, com reflexos negativos para o planejamento e a execução das despesas (empenho, liquidação e pagamento) necessárias à execução do PEE SISFRON.
- Baixo valor dos limites de movimentação e empenho e de pagamento atribuídos à Ação 14T5, muito aquém das necessidades previstas nos cronogramas físico-financeiros do Projeto.
- Dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (infovia) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à decisão.
- Desvalorização da moeda nacional, dificultando a aquisição no exterior de material essencial para o projeto.

- Existência de projetos de relevância estratégica similar à do PEE SISFRON, concorrentes na distribuição dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para o Comando do Exército.
- Dependência da existência prévia de numerário para o início dos processos de aquisições no exterior, apesar da disponibilidade de crédito orçamentário.
- Atraso no pagamento de despesas liquidadas, aumentando o risco de rescisões e indenizações contratuais, bem como de desmobilização dos fornecedores.

No âmbito do PEE SISFRON, tendo em vista as restrições orçamentárias decorrentes do limite autorizado de movimentação e empenho de apenas R$ 160,38 milhões, face uma dotação orçamentária de R$ 495,00 milhões, foram utilizados os seguintes parâmetros para distribuição interna das restrições orçamentárias e financeiras entre os seus planos orçamentários:

- Cumprimento de obrigações contratuais já celebradas.
- Continuidade de atividades já iniciadas, em detrimento de novas atividades.
- Observância das programações e condicionantes previstas na documentação do Projeto.
- Relevância da atividade finalística de sensoriamento e apoio à decisão para consecução dos resultados peculiares do Projeto.
- Execução de tarefas com resultados imediatos e essenciais para a melhoria das capacidades operativas, em detrimento das tarefas de longa duração e difícil consecução, propiciando um retorno de curto prazo e facilmente observável, para os investimentos realizados.

c) Restos a pagar

Dos créditos empenhados em 2015, foram inscritos, conforme a legislação vigente, em restos a pagar, o valor de R$ 154,25 milhões o que corresponde a 96,19 % do valor empenhado. As possíveis razões para o montante de valores inscritos em restos a pagar são as seguintes:

- Atraso na aprovação da LDO 2015, da LOA 2015 e do Decreto de programação orçamentária e financeira, com reflexos negativos para o planejamento e a execução das despesas (empenho, liquidação e pagamento) necessárias à execução do PEE SISFRON.
- Falta de previsibilidade quanto às datas e ao montante de créditos e numerários a serem disponibilizados no decorrer do exercício financeiro, o que dificultou o empenho oportuno das despesas e o consequente encerramento da execução das mesmas ainda em 2015.
- Natureza peculiar da maioria dos equipamentos e serviços do Projeto, que não estão prontamente disponíveis em prateleira, requerendo, portanto, um período considerável de tempo para produção, implantação e integração.
- Atraso no pagamento de despesas liquidadas em 2015.
- Longa duração das cadeias produtivas, de contratados e subcontratados, destinadas a fornecer produtos e serviços para o Projeto, o que requer a informação antecipada sobre a disponibilidade de créditos orçamentários, para permitir entrega de produtos e serviços no mesmo exercício financeiro.

Não houve impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2015, para execução da ação com base no orçamento 2015.

- **147F – Implantação do Sistema de Defesa Cibernética (EME)**

Figura 6 – Logotipia do Sistema de Defesa Cibernética

Quadro 15 – Informações sobre a Ação 147F

Identificação da Ação						
Código	147F **Tipo:** Projeto					
Título	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional					
Iniciativa	01ZH - Implantação do Sistema de Defesa Cibernética					
Objetivo	Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial. **Código:** 0521					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:**					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.000.000,00	55.000.000,00	21.565.731,38	4.714.807,81	2.269.670,96	2.445.136.85	16.850.923,57

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	% de execução	**15**	**-**	**5,3**

			física		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
57.289.495,44	29.919.221,46	311.072,98	Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	% RP Liquidado	52

ANÁLISE SITUACIONAL

O PEDCiber, no âmbito do Exército Brasileiro, é composto atualmente por 10 subprojetos, cada um com as seguintes finalidades:

- Subprojeto Organização do Centro de Defesa Cibernética: coordenar e integrar no âmbito da Defesa, o setor cibernético e gerenciar as ações necessárias à estruturação e organização do Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), órgão central responsável pelas ações cibernéticas no Exército Brasileiro (EB).
- Subprojeto Planejamento e Execução da Segurança Cibernética: inserir o Exército Brasileiro (EB) no rol das Forças Armadas singulares que detêm a capacidade de proteger seus ativos de informação contra ameaças cibernéticas, por meio da implantação de uma infraestrutura apropriada e da implementação de mecanismos adequados de segurança da informação.
- Subprojeto Estrutura de Apoio Tecnológico e Desenvolvimento de Sistemas: contribuir para a inserção do Exército Brasileiro no rol dos Exércitos que detêm a capacidade de conduzir a defesa e a guerra cibernética, por meio da criação, no âmbito do Centro de Desenvolvimento de Sistemas, de uma estrutura composta de instalações providas de todos os meios materiais necessários e com efetivos humanos em número suficiente e devidamente capacitados e motivados, para o empreendimento das atividades de apoio tecnológico e desenvolvimento de sistemas para o setor cibernético.
- Subprojeto Arcabouço Documental: elaborar e encaminhar para publicação e divulgação, no âmbito do Exército Brasileiro, os documentos do Arcabouço Documental (conceitual, normativo e doutrinário) necessários para guiar e regular o emprego do Setor Cibernético no Exército Brasileiro e definir e implementar o processo de gestão do conhecimento necessário à verificação da efetividade da aplicação da documentação, assim como sua atualização e manutenção.
- Subprojeto Estrutura de Capacitação e de Preparo e Emprego Operacional: inserir o Exército Brasileiro no rol dos exércitos que detêm a capacidade de conduzir a guerra cibernética, por meio da criação de modernas estruturas de capacitação e de preparo e emprego operacional voltadas para as atividades de segurança, defesa e guerra cibernética, que garantam à Força Terrestre a capacidade de atuar em redes de maneira segura e integrada ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) do Ministério da Defesa (MD).
- Subprojeto Estruturação da Pesquisa Científica na Área Cibernética: gerenciar as ações necessárias à estruturação da pesquisa científica e posicionar o Instituto Militar de Engenharia (IME) como órgão central no convênio com outras Instituições, nacionais e internacionais, civis e militares, de ensino e pesquisa em temas de interesse do Setor Cibernético.
- Subprojeto Gestão de Pessoal: regular as medidas necessárias para definir os perfis do pessoal que comporá o Setor Cibernético, a identificação de talentos, a seleção, a

capacitação e a permanência na atividade, bem como o fluxo de carreira e a movimentação, além da mobilização e desmobilização.

- Subprojeto Estrutura para a Produção do Conhecimento Oriundo da Fonte Cibernética: criar no Exército Brasileiro uma moderna estrutura para a produção do conhecimento oriundo da fonte cibernética, para atender às novas demandas da Atividade de Inteligência, em consonância com o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx) e com o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE).
- Subprojeto Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia (RENASIC): gerenciar as ações necessárias à consolidação da Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia (RENASIC), projeto iniciado no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).
- Subprojeto do rádio definido por *software* de defesa (RDS): este subprojeto tem por finalidade realizar P&D de protótipos rádios, baseado na tecnologia RDS, visando contribuir com a interoperatividade nas comunicações táticas das Forças Armadas, atuar no espaço cibernético com liberdade de ação e fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID).

a) Execução das metas

No ano de 2015 foi dada continuidade ao projeto de Implantação do Sistema de Defesa Cibernética, que possui abrangência em todo território nacional e envolve Organizações Militares de vários Estados brasileiros para o alcance de suas metas físicas. Neste exercício financeiro os créditos descentralizados ao Comando do Exército possibilitaram as seguintes entregas de produtos à sociedade: aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de comunicações, visando à melhoria da proteção das redes corporativas; prosseguimento na capacitação técnica de pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na implantação do Projeto; estabelecimento de parceria com a Universidade de Brasília para desenvolvimento do Projeto SALTAR, que visa desenvolver a capacidade de realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética; prosseguimento no desenvolvimento do Projeto Rádio Definido por Software – RDS em parceria com o CPqD e outras instituições; aprovação da Doutrina Militar de Defesa Cibernética, que contribuirá para a defesa do Brasil no espaço cibernético e elaboração do projeto executivo para construção da sede do Centro de Defesa Cibernética.

Com o emprego, em 2015, dos R$ 21,5 milhões descentralizados ao projeto foi possível a obtenção dos seguintes resultados:

- Mudanças na implantação proposta em 2014 para atender critérios de mobilidade interna e fluxo de produtos/serviços das unidades do Polo de TI. A partir desta, foi desenvolvido um Plano Diretor do Polo de TI, o qual foi aprovado pela Diretoria de Obras Militares. O 2º Batalhão Ferroviário (2º B Fv) foi definido pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC) como unidade executora da infraestrutura civil.
- Montagem e Operacionalização do Laboratório de Teste de Artefatos Maliciosos, no Centro de desenvolvimento de Sistemas (CDS).
- Realização do IV Seminário Internacional de Defesa Cibernética.
- Realização de outros seminários entre o meio civil e militar a fim de fomentar a discussão de assuntos de interesse do setor cibernético.
- Criação de Normas e Doutrinas para o Setor Cibernético.
- Aquisição de equipamento de ar condicionado de alta precisão específico para *datacenters.*
- Elaboração do Manual de Guerra Cibernética do Exército Brasileiro.

- Realização de cursos de mestrado e doutorado no IME, com propostas de linhas de pesquisa nas áreas de interesse do Setor Cibernético, com a finalidade de aumentar a pesquisa neste campo do conhecimento.
- Capacitação e formação de recursos humanos nas áreas de interesse do Setor Cibernético.
- Renovação das licenças dos *softwares* especializados para realização de segurança analítica de TI pertencentes ao equipamento de monitoramento de rede visando a sua proteção.
- Aquisição de servidores para evitar a solução de continuidade dos serviços hospedados nos *datacenters.*
- Aquisição de equipamento de TI (*hardware e software*) para o aumento da capacidade operacional do CDCiber.
- Contratação de cursos junto a entidades especializadas de reconhecimento mundial (Instituto SANS, *Offensive Security*).
- Renovação de licenças de sistemas para proteção da Rede Privada do Exército (EBNet) e dos Sistemas e Serviços Corporativos de TIC do Exército Brasileiro.
- Modernização e expansão de Redes Metropolitanas em prol da implantação de um Sistema Autônomo na EBNet, que contribui para a implantação de um *backbone* nacional de alta capacidade, diminuindo, desta forma a dependência de empresas de telecomunicações para prestação desse serviço.
- Montagem do laboratório SALTAR com aquisição de material permanente para colocação em instalações físicas da UnB e preparação da equipe de pesquisa e o desenvolvimento, pela FUB, de um sistema piloto para realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética de infraestruturas críticas que se utilizam de Tecnologia da Informação e Comunicações.
- Publicação da Revista Científica ENIGMA visando ao fomento e divulgação de pesquisa qualificada na área de Segurança da Informação e Criptografia, por meio da publicação dos trabalhos técnico-científicos, metodologias, resultados e análises, desenvolvidos pelos laboratórios virtuais da Rede Nacional em Segurança da Informação e Criptografia (RENASIC), centros de pesquisa e pesquisadores brasileiros.
- Continuação do Projeto Rádio Definido por *Software,* com desenvolvimento de protótipos do RDS versão 1. (Rádio VHF).
- Contratação da manutenção do supercomputador *Cray.*
- Readequação das instalações do CIGE.

b) Fatores Intervenientes

Em relação aos fatores intervenientes do projeto, destacam-se:
- Significativos cortes no orçamento do Projeto Estratégico Defesa Cibernética (PEDCiber) ocasionaram uma redução nos investimentos (Gp 4) e priorização dos contratos existentes para custeio (Gp 3), buscando atender, prioritariamente, às demandas mais expressivas, o que comprometeu e diminuiu sensivelmente o processo de implantação do Sistema de Defesa Cibernética.
- O PEDCiber necessita, na maioria das vezes, adquirir soluções e o correspondente serviço para instalação, atualização e manutenção dos sistemas decorrentes. A constante evolução das tecnologias impõe uma regular atualização das bases de dados existentes e dos sistemas operacionais. Como são vários os subprojetos que integram o PEDCiber e, consequentemente, a demanda de recursos financeiros é bastante elevada.

c) Restos a pagar

Foi inscrito em restos a pagar o valor de R$ 19.296.060,42. Tal montante pode ser justificado pelos seguintes motivos:

- Demora para a liberação dos recursos financeiros, o que gerou atrasos no início dos processos licitatórios.
- Impasse sobre a competência para emissão dos pareceres jurídicos referentes aos processos licitatórios.
- Longo prazo para a entrega dos produtos, devido à complexidade do material.

- **13DB – Aquisição do Sistema de Artilharia Antiaérea (EME)**

Figura 7 – Sistema de Artilharia Antiaérea (RBS 70) em operação

Quadro 16 – Informações sobre a Ação 13DB

Identificação da Ação						
Código	13DB **Tipo: Projeto**					
Título	Aquisição de Sistema de Artilharia Antiaérea					
Iniciativa	020B – Obtenção de Sistemas de Artilharia Antiaérea					
Objetivo	Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e segurança da sociedade **Código:** 0532					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.900.000,00	29.900.000,00	12.267.930,62	12.198.598,56	12.184.286,11	4.298.795,29	69.332,06

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Dotação das organizações militares das Forças Armadas de capacidade operacional de artilharia antiaérea, para operações de defesa da infraestrutura econômica, política e de comando e controle do País contra ameaças aéreas e exercer dissuasão suficiente para o exercício da soberania e da manutenção da integridade territorial do País. Delimita-se pela obtenção, desenvolvimento, modernização e recuperação de meios de artilharia antiaérea, tais como: sistemas de armas, de controle e alerta, de comunicações e de logística, de simuladores de artilharia, de equipamentos e acessórios de uso em artilharia. Apoio à indústria nacional nos processos de pesquisa, desenvolvimento e nacionalização de tecnologias. Aquisição e apoio ao desenvolvimento de softwares, hardwares e ferramentas de TI para obtenção de sistemas de navegação e simulação, bem como as demais atividades para operacionalização dos sistemas. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: elaboração e gerenciamento de projetos, contratação de empresa integradora, gestão dos contratos, e gestão jurídica; construção e adequação de aquartelamentos, demais instalações operacionais e de apoio ao pessoal (de saúde, residências, entre outras); atendimento às ações do suporte logístico integrado, maquinário e ferramental para oficinas, capacitação de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.	Unidade	64	08	07

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
36.349.017,36	33.525.148,90	31.475,98	Unidade	1	1

ANÁLISE SITUACIONAL

Para o ano de 2015, a Ação 13DB tinha uma previsão orçamentária de R$ 81.300.000,00. Ao final do exercício financeiro de 2015, o PEE DA Ae recebeu e empenhou, efetivamente, 46.189.999,70, ou seja, 57,81% do previsto para a LOA do Projeto.

A despeito da diferença entre a previsão de recursos e o que foi efetivamente recebido pelo PEE DA Ae, a execução orçamentária do projeto no exercício financeiro em questão respeitou as diretrizes e prazos do Sr Cmt do Exército, atingindo as metas de empenho determinadas e todos os períodos estipulados. Ressalta-se, porém, que houve a necessidade de reprogramação de algumas metas e obtenções, tendo em vista aos cortes e contingenciamentos ocorridos.

Após remessa, análise e aprovação do Ministério da Defesa da proposta da LOA 2015, o Exército recebeu a determinação da SOF para que fosse realocado o valor de R$ 71.400.000,00 referente aos projetos do Exército, exceto os inscritos no PAC, para outra ação orçamentária.

A 6ª S Ch/EME decidiu que o remanejamento ocorreria em uma única ação orçamentária. Em consequência da decisão, a 6ª S Ch/EME realocou R$ 71.400.000,00 da Ação 13 DB para a Ação 4450 e a Ação 13 DB ficou com R$ 9.900.000,00 na LOA de 2015, com a meta física de 8 itens.

Na ocasião da tomada da decisão, as informações referentes à Ação 13DB, para o exercício financeiro de 2015, já tinham sido lançadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), de acordo com o planejamento inicial do Estado-Maior do Exército, dentro do limite estabelecido para a PLOA de 2015, no montante de R$ 81.300.000,00, o que permitiu o planejamento inicial pelo PEE DA Ae de uma meta física de 64 itens, também lançada no SIOP naquela oportunidade.

Houve, portanto, após a decisão, a necessidade de reprogramar os dados lançados no SIOP, reajustando a Ação 13DB para um orçamento de R$ 9.900.000,00 na LOA de 2015 e uma meta física de 8 itens, realizada pela 6ª S Ch/EME.

Houve ainda a previsão de uma emenda do Relator Geral do Orçamento para a Ação 13 DB, no valor de R$ 20.000.000,00, o que não se concretizou em função do bloqueio do referido recurso.

Neste sentido, para o exercício financeiro de 2015, o PEE DA Ae teve seus recursos distribuídos em duas ações orçamentárias: 4450 e 13DB. Este tema está registrado em memória para decisão específica, na qual o Sr Ch EME determina que não haja prejuízo para o PEE DA Ae em função da realocação de recursos, permanecendo com a LOA para 2015 de R$ 81.300.000,00, conforme consta na Memória para Decisão Nr 002 EPEx-EME, de 16 de setembro de 2014.

a) Execução das metas

Inicialmente, compunham a meta de 64 entregas, cuja discriminação detalhada pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 17 – Metas iniciais da Ação 13DB

Metas Iniciais	
Quantidades	**Descrição**
01	Centro de Operações Antiaéreas Eletrônico de Seção (COAAe Elt Sec)
01	Radar (Rdr) de Busca SABER M60
01	Conjunto de material de comunicações para Sec AAAe
01	Projeto executivo da contratação da Empresa Integradora
01	Desenvolvimento do COAAe Elt Bda
01	Desenvolvimento do COAAe Elt Gp
01	Desenvolvimento do COAAe Elt Bia
12	Fornecimento de equipamentos de comunicações para Sec AAAe Msl Tcmdo (Sistema RBS 70)
24	Postos de Tiro do Sistema RBS 70
03	Equipamentos de pontaria noturna BORC do Sistema RBS 70
03	Simuladores do Sistema RBS 70
11	Mock Up (simulacro) do Sistema RBS 70
01	Curso de manutenção do Sistema RBS 70
01	Obra de adaptação da EsACosAAe

01	Pacote de trabalho de gerenciamento do PEE DA Ae
01	Capacitação em gerenciamento de projetos

Os cortes e contingenciamentos ocorridos resultaram na aplicação de apenas 57,81% do planejado e houve a necessidade de reprogramação das seguintes metas:

- Acréscimo: 01 desenvolvimento do radar SABER M200 VIGILANTE (do total de 03 fases previstas, sendo 01 por ano), 01 modernização do radar SABER M60 (do total de 02 fases previstas, sendo 01 em cada ano), 01 obtenção da infraestrutura logística dos GAAAe e 01 aquisição e manutenção de alvos aéreos.
- Decréscimo das seguintes metas previstas: 01 Centro de COAAe Elt Sec), 01 Rdr SABER M60, 01 Projeto executivo da contratação da Empresa Integradora, 01 desenvolvimento do COAAe Elt Bda, 01 desenvolvimento do COAAe Elt Gp, 01 desenvolvimento do COAAe Elt Bia, fornecimento de 12 equipamentos de comunicações para Sec AAAe Msl Tcmdo (Sistema RBS 70), 24 Postos de Tiro do Sistema RBS 70, 03 Equipamentos de pontaria noturna BORC do Sistema RBS 70, 03 Simuladores do Sistema RBS 70, 11 Mock Up (simulacro) do Sistema RBS 70, 01 Curso de manutenção do Sistema RBS e 01 Obra de adaptação da EsACosAAe.

Ressalta-se que toda a reprogramação deu-se dentro do escopo do PEE DA Ae, perfazendo um total de 07 itens, como resume o quadro a seguir:

Quadro 18 – Material adquirido pela execução da Ação 13DB

Material adquirido	
Quantidades	**Descrição**
01	Conjunto de material de comunicações de seção AAAe
01	Desenvolvimento do Radar SABER M200 VIGILANTE
01	Modernização do Radar SABER M60
01	Obtenção da Infraestrutura Logística dos GAAAe
01	Pacote de trabalho de gerenciamento do PEE DA Ae
01	Aquisição e manutenção de alvo aéreo
01	Capacitação de pessoal

Os 07 itens acima listados foram efetivamente adquiridos, sendo que alguns já foram entregues e outros serão entregues conforme os prazos estabelecidos nas cláusulas contratuais celebradas, com os diferentes fornecedores e estágios de desenvolvimento da solução. A liquidação do crédito é executada de acordo com as entregas, com datas também estabelecidas nos referidos contratos.

As aquisições apresentadas foram e serão entregues para Unidades de Artilharia Antiaérea localizadas nos seguintes estados da federação: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Os reflexos do Projeto do Sistema PANTSIR do MD, porém, aliados aos cortes e contingenciamentos orçamentários, implicaram em postergação da contratação da empresa integradora, o que acarretou em mudança de prazo no cronograma de contratação, prejudicando a execução do planejamento do PEE DA Ae.

b) Fatores intervenientes

Cumpre registrar que os contingenciamentos e cortes ocorridos trouxeram reflexos significativos para o cronograma do projeto. Até o ano de 2014 havia um atraso de 10,26 meses e com a disponibilização de apenas 57,81% da LOA 2015 prevista esse atraso passou para 38,42 meses.

A impossibilidade de aplicação do valor total previsto na LOA 2015 afetou diretamente as entregas que dependem de desenvolvimento e/ou contratação de produtos das indústrias de defesa nacionais, conforme prevê o descritor da Ação 13DB e coerente com um dos objetivos do PEE DA Ae, particularmente as que envolvem desenvolvimento de alta tecnologia, como as que fabricam o Radar SABER M60 e os Centros de Operações Antiaéreas, bem como as que fabricam as viaturas operacionais.

A consequência negativa é que as especificidades do material não permitem que haja equipamentos em estoque para fornecimento, pois não são materiais existentes no estoque das empresas (material de prateleira) e que têm suas linhas de montagem ativadas a partir da contratação, o que é vinculado à disponibilidade de recursos.

Em relação aos recursos recebidos em 2015, 88,88% dos recursos (cerca de 37,49 milhões de um total de 46,18 milhões descontingenciados)foram empregados nas parcelas de pagamentos de contratos celebrados, referentes à aquisição do sistema GEPARD, os quais estão em execução, conforme preveem as cláusulas contratuais, e que já foram computadas nas metas de 2013, finalizando essa obrigação contratual.

Na execução orçamentária, o PEE DA Ae prioriza o pagamento dos contratos celebrados. Todavia, considerando-se os contingenciamentos, a celebração de novos contratos para atender ao escopo do Projeto tem sido prejudicada.

Cumpre registrar, ainda, que o não recebimento de R$ 35.110.000,30 da LOA de 2015 referentes ao PEE DA Ae, constante das Ações 13 DB e 4450, trouxe reflexos negativos importantes para o cronograma do Projeto, particularmente para as entregas que dependem de desenvolvimento e/ou contratação de produtos das indústrias de defesa nacionais, pois como já explicitado anteriormente, não são materiais existentes no estoque das empresas e não permitiu a consecução relativa a 57 metas previstas para 2015, caso houvesse o recebimento do recurso integral.

c) Restos a pagar

- Relativo aos anos de 2012 e 2013 não há mais restos a pagar.
- Relativo a 2014 constam como restos a pagar processados o valor de R$ 4.284.482,84 e não processados o valor de R$ 2.809.633,46. Esses montantes não causaram impactos ao PEE DA Ae em 2015 e encontram-se dentro da normalidade.
- Relativo ao ano de 2015 consta como restos a pagar:
- Ação 13DB: restos a pagar processados o valor de R$ 14.312,45 e não processados o valor de R$ 69.332,06.
- Ação 4450: restos a pagar processados o valor de R$ 2.154.239,04 e não processados o valor de R$ 2.715.887,81.

- **14LW – Implantação do Sistema ASTROS 2020 (EME)**

Figura 8 – Sistema ASTROS em operação

Quadro 19 – Informações sobre a Ação 14LW

Identificação da Ação						
Código	14LW **Tipo:** Projeto					
Título	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020					
Iniciativa	04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020					
Objetivo	Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção da sociedade e do Estado **Código -** 0532					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
115.600.000,00	115.600.000,00	55.345.030,97	12.759.651,16	3.537.472,25	9.222.178,91	42.585.379,81

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - que contempla o desenvolvimento e a aquisição do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020, constituído de mísseis de longo alcance e de foguetes guiados de precisão, por meio de parceria com a indústria nacional de defesa (AVIBRAS), institutos e universidades nacionais e posterior aquisição de mísseis táticos e de foguetes guiados com a finalidade de estender o raio de ação do Sistema e ampliar a precisão nos objetivos. Possui a finalidade de equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de sistema de mísseis de longo alcance (300 Km), com eficiência para emprego no apoio à Força Naval Brasileira na defesa da Plataforma Continental e na manutenção da hegemonia regional na área de defesa terrestre e de foguetes guiados de precisão, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa. Delimita-se pelas ações de desenvolvimento e aquisição de viaturas, sistema de armas (mísseis e foguetes), busca de alvos, de comando e controle, munições, componentes, incluindo protótipos e lotes-piloto, máquinas, ferramental e peças para manutenção; contratação de serviços; construção, recuperação e adequação de instalações para abrigar as novas estruturas operacionais (instalações, equipamentos e materiais) e de apoio ao pessoal (instalações de saúde, alojamentos, residências, entre outras); apoio ao desenvolvimento de produtos de defesa; apoio à indústria nacional nos processos de pesquisa, desenvolvimento e nacionalização de tecnologias; aquisição e apoio ao desenvolvimento de softwares, hardwares e ferramentas de Tecnologia da Informação para obtenção de sistemas de navegação e simulação, bem como as demais atividades para a operacionalização dos sistemas; aquisição e contratação de serviços para atendimento às ações de suporte logístico integrado; aquisição e contratação de serviços para atendimento das ações de gerenciamento do projeto, gestão dos contratos e gestão jurídica, aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, diárias	% de execução física	10	6	2

e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais). Material de informática, de expediente e de escritório. Cooperação na área científico-tecnológica, intercâmbio de experiência e parcerias estratégicas de interesse das demais Forças Armadas, por meio do desenvolvimento de pesquisas, equipamentos, insumos, da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas. Execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro; bem como pela cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científica.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
201.858.196,23	120.168.080,01	9.716,82	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	% de execução física	59,53

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto ASTROS 2020 contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas: criação e implantação do Forte Santa Bárbara, constituído de um Comando de Artilharia, uma Unidade de Mísseis e Foguetes, um Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, um Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, uma Bateria de Busca de Alvos, paióis de munições, uma Base de Administração e o Campo de Instrução de Formosa (CIF); transformação do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes para 6º Grupo de Mísseis e Foguetes; o desenvolvimento de dois novos armamentos, sendo o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro, com alcance estimado de 300 km.

Contempla, igualmente, em seu escopo, a aquisição de viaturas ASTROS padrão MK-6, e a modernização das viaturas do Sistema ASTROS do Exército, bem como o desenvolvimento do Sistema de Simulação ASTROS pela Universidade Federal de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul.

O Projeto ASTROS 2020, concebido e elaborado pelo Exército Brasileiro com a participação da empresa brasileira AVIBRAS, sediada em São José dos Campos (SP), possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal, na versão MK-6, dos vários foguetes da família ASTROS e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km. Também, serão adquiridas novas viaturas do Sistema ASTROS e viaturas logísticas de transporte não especializado para completar as necessidades de viaturas, a fim de atender às diversas organizações militares do Forte Santa Bárbara, em Formosa, Goiás.

a) Execução da meta

Foram recebidos o primeiro lote (etapas de 1 a 7) e as etapas de 8 a 10 do segundo lote, do Contrato nº 249/2013, Serviços Especializados de Manutenção e Modernização do Sistema ASTROS do Exército Brasileiro, resultando na entrega de 09 viaturas modernizadas, ocorrida no mês de dezembro de 2015, na cidade de Formosa-GO. Este Contrato foi celebrado entre o Comando Logístico/Diretoria de Material – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa nacional de defesa AVIBRAS. A elaboração deste trabalho permitirá que as viaturas antigas do sistema ASTROS, que hoje têm a capacidade de lançar apenas foguetes, depois de modernizadas, tenham a capacidade de lançar todos os tipos de foguetes do Sistema ASTROS e o míssil tático de cruzeiro (MTC 300), com alcance de até 300 km.

Foram recebidas as etapas de 1 a 4 do Contrato nº 289/2014, Serviços Especializados de Aquisição de chassis, cabines, equipamentos eletromecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para 20 (vinte) viaturas do sistema astros 2020. Este Contrato foi celebrado entre o Comando Logístico/Diretoria de Material – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa nacional de defesa AVIBRAS.

Por meio do Contrato nº 110/2014, celebrado entre o Comando Logístico/Diretoria de Material – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa IVECO Latin América LTDA, foram adquiridas oito viaturas de transporte não especializado, tipo cavalo mecânico. Tais viaturas foram entregues no mês de junho de 2015 e incorporadas à estrutura do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, na cidade de Formosa-GO.

O Contrato nº 04/2012-DF trata-se de contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema de Míssil Tático de Cruzeiro (MTC 300) com capacidade de ser disparado a partir da plataforma do Sistema ASTROS, em uso pelo Exército Brasileiro. O Contrato foi celebrado entre o Departamento de Ciência e Tecnologia/Diretoria de Fabricação – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa nacional de defesa AVIBRAS. Atualmente o Projeto recebeu as etapas de um a doze, de vinte previstas, para o desenvolvimento do míssil, sendo entregues com essas etapas 88,35% do previsto. Este Produto de Defesa (PRODE) vai proporcionar equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de mísseis de longo alcance (300 Km).

O Contrato nº 02/2012-DF trata-se de contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Foguete Guiado com alcance superior a 30 Km e com capacidade de ser disparado a partir da plataforma do Sistema ASTROS, em uso pelo Exército Brasileiro. O contrato foi celebrado entre o Departamento de Ciência e Tecnologia/Diretoria de Fabricação – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa nacional de defesa AVIBRAS. Foram entregues até a etapa dez, de doze previstas, para o desenvolvimento do foguete guiado – SS-G40, sendo entregues com essas etapas 93,06% do previsto. Este Produto de Defesa (PRODE) vai proporcionar equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de foguetes guiados de alta precisão.

Por meio do Contrato nº 289/2014-DMat, celebrado entre o Comando Logístico/Diretoria de Material – Órgão do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro e a empresa AVIBRAS, foi contratada a aquisição de 20 (vinte) novas viaturas do Sistema ASTROS que irá completar o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes e equipar o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes. Está prevista a aquisição de cerca de sessenta viaturas ASTROS ao longo do Projeto, no padrão MK-6. São Viaturas de Comando e Controle, Meteorológicas, Remuniciadoras, Lançadoras Múltiplas Universais, Unidades de Controle de Fogo, Oficina Veicular e Eletrônica, que irão possibilitar formar um sistema de apoio de fogo complexo e com grande valor tecnológico agregado. Este sistema de apoio de fogo será empregado no mais alto nível operacional e estratégico, com comando e coordenação com os escalões mais altos da estrutura militar de defesa. O Projeto

Estratégico do Exército ASTROS 2020 contempla o desenvolvimento e a produção de viaturas e equipamentos com elevado conteúdo tecnológicos projetados pela empresa AVIBRAS, empresa 100% brasileira.

A entrega destes Produtos de Defesa (PRODE) como o Míssil Tático de Cruzeiro e o Foguete Guiado, irá equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de mísseis de longo alcance (300 Km) e foguetes guiados de precisão, que irão fornecer meios de defesa da plataforma Continental Brasileira e manutenção estratégica da hegemonia regional, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa.

O Exército Brasileiro (EB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada no Rio Grande do Sul, assinaram, em novembro de 2014, um Termo de Execução Descentralizada (TED) para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação do Sistema ASTROS 2020 (SIS-ASTROS).

O projeto do SIS-ASTROS visa a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, pela UFSM em cooperação com o EB, de um sistema de simulação (*software* e *hardware*) que possibilite a integração das ferramentas de simulação do Sistema ASTROS, no contexto do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020. O projeto de simulação deverá contribuir para o adestramento de comandantes e militares das unidades ASTROS, por meio da pesquisa e desenvolvimento de um sistema específico de simulação virtual para o treinamento dos aspectos táticos de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) das unidades de mísseis e foguetes do Exército Brasileiro. Além do aspecto tático, ele proporcionará elementos para a simulação da direção de tiro e para o Treinamento Baseado em Computadores (TBC). Em caráter sistêmico, o projeto proporcionará elementos para a integração do SIS-ASTROS com os demais sistemas de simulação da Força Terrestre. Em 2015 foi entregue a primeira fase de desenvolvimento das etapas acordadas.

No escopo do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020, está planejada a construção de um complexo de instalações militares na cidade de Formosa-GO, com a denominação de Forte Santa Bárbara. Para tanto, foram celebrados contratos de execução de obras conforme especificado a seguir:

- Contrato nº 35/2013, celebrado entre a Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (Órgão do Ministério da Defesa) – Exército Brasileiro e a empresa Central Engenharia e Construtora LTDA. As obras de construção de infraestrutura civil e elétrica do complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, foram iniciadas em 2014 e tiveram continuidade em 2015.
- Contrato nº 30/2013, celebrado entre a Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (Órgão do Ministério da Defesa) – Exército Brasileiro e a empresa Ômega Engenharia LTDA. As obras de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, foram iniciadas em 2014 e tiveram continuidade em 2015.
- Contrato nº 22/2013, celebrado entre a Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (Órgão do Ministério da Defesa) – Exército Brasileiro e a empresa Fibra Engenharia LTDA – EP. As obras de construção do Paiol de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, foram iniciadas em 2014 e tiveram continuidade em 2015.
- Contrato nº 02/2014, celebrado entre a Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (Órgão do Ministério da Defesa) – Exército Brasileiro e a empresa Vento Sul Engenharia. As obras de construção do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, foram iniciadas em 2014 e tiveram continuidade em 2015.

O público beneficiado pela implementação dos objetivos do Projeto Estratégico ASTROS 2020 é toda a sociedade brasileira, por possibilitar a dissuasão extrarregional e proporcionar maior segurança às estruturas e serviços imprescindíveis ao País. Os resultados parciais da implementação

deste Projeto são a melhoria das condições de emprego estratégico da Força Terrestre, ao ser aquinhoada com produtos de defesa e materiais modernos, com elevado valor tecnológico agregado; das estruturas das organizações militares do Exército, com a construção do Forte Santa Bárbara; e a geração de empregos em diferentes regiões do país. Com o gradativo recebimento dos equipamentos e a implementação dos sistemas do material ASTROS, o Exército Brasileiro ajustará sua capacidade operacional para atender às demandas da sociedade, dentro do seu papel constitucional.

b) Fatores intervenientes

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020) foi inserido em 2014 no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), Em 2015, o PEE ASTROS 2020 foi inicialmente contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA) com um montante de R$ 115.600.000,00. Deste valor previsto inicialmente, o PEE ASTROS 2020 recebeu como limite de empenho o valor de R$ 55.345.030,97, sendo empenhado no ano de 2015 o valor de R$ 55.345.030,97. Foi contingenciado o valor de R$ 60.254.969,03. A execução financeira do PEE ASTROS 2020 foi de 100% dos recursos disponíveis.

Em complemento às informações anteriores, ressalta-se que o escopo do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 caracteriza o investimento em pesquisa e desenvolvimento de Produtos de Defesa (PRODE), modernização de viaturas do Sistema ASTROS do Exército, construção de instalações militares, aquisição de viaturas logísticas de transporte não especializado, munições do sistema ASTROS, desenvolvimento de um Sistema de Simulação ASTROS e aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS, no padrão MK-6.

A necessidade de desenvolvimento de novos produtos de defesa e a inovação tecnológica previstos no projeto criam as bases de motivação para que as universidades proporcionem o estudo de engenharia na área de mísseis, foguetes, guiamento eletrônico, telemetria, química, blindagem, tecnologia da informação, simulação, georeferenciamento e propulsão de foguetes.

Com a construção das diversas organizações militares previstas no escopo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, tem havido ofertas de emprego na área de construção civil e investimento nas empresas construtoras nacionais.

Há investimento financeiro em Produtos de Defesa e na construção civil, fomentando o progresso socioeconômico em São José dos Campos-SP, Santa Maria-RS, Distrito Federal e em Formosa-GO. A interação do Projeto com a indústria nacional de defesa no desenvolvimento tecnológico dos sistemas fortalece a Base Industrial de Defesa (BID).

Pela tabela abaixo, observa-se uma comparação das necessidades de recursos financeiros do PEE ASTROS 2020, da Lei Orçamentária Anual (LOA), do limite de movimentação e empenho (LME) e valores empenhados ao longo dos anos:

Tabela 1 – Comparação de valores da Ação 14LW no período de 2011 a 2015

ANO	Necessidades de recursos R$ *	LOA R$ *	Valores contingenciados R$ *	Limite de empenhos R$ *	Recursos empenhados R$ *	Déficit R$ *
2011	45,0	45,0	0,0	45,0	45,0	0
2012	164,86	164,86	100,86	184,00	184,00	0
2013	263,94	105,0	5,97	99,03	99,03	164,91
2014	339,72	311,0	88,45	222,54	222,54	117,18

2015	115,6	115,6	60,26	55,34	55,34	60,26

* Valores em milhões de reais

Em 2011, ainda não havia sido criada a Ação Orçamentária (AO) 14LW. Os valores de R$ 45,0 milhões foram adicionados ao montante de R$ 1.246,0 milhões da AO 14LW.

Em 2012, foram contingenciados R$ 100,86 milhões. No mesmo ano, o PAC Equipamentos (Ação Orçamentária 14N4) destinou R$ 120,0 milhões ao Projeto, o que ampara os recursos empenhados maiores que os previstos inicialmente na LOA/2012.

Para 2013, a demanda inicial do projeto foi de R$ 263,94 milhões. A LOA contemplou apenas R$ 105,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 99,03 milhões. O déficit em 2013 foi de R$ 164,91 milhões.

Para 2014, a demanda inicial do projeto foi de R$ 339,72 milhões. A LOA contemplou R$ 311,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 222,54 milhões. O déficit em 2014 foi de R$ 117,18 milhões.

Para 2015, a demanda inicial do projeto foi de R$ 115,6 milhões. A LOA contemplou R$ 115,6 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 55,34 milhões. O déficit em 2015 foi de R$ 60,26 milhões.

O déficit acumulado de 2013 a 2015 é de R$ 342,25 milhões.

Pelo quadro a seguir e devido ao contingenciamento de recursos financeiros dos anos anteriores, pode-se visualizar uma comparação da necessidade de recursos financeiros programados e de recursos financeiros necessários, atualmente, para a conclusão do Projeto conforme o cronograma reprogramado do PEE ASTROS 2020 para 2023:

Tabela 2 – Necessidade de recursos da Ação 14LW no período de 2016 a 2023

ANO	LOA R$ *	Necessidades de recursos para conclusão do projeto no prazo previsto R$ *
2016	117,93	117,93
2017	---	112,40
2018	---	170,60
2019	---	190,90
2020	---	216,83
2021	---	179,70
2022	---	128,82
2023	---	77,90

* Valores em milhões de reais

A necessidade de recursos financeiros, entre 2016 a 2023, para que sejam atingidos os objetivos do PEE ASTROS 2020, de acordo com o cronograma previsto, é de R$ 1,19 bilhão.

c) Restos a pagar

Dos R$ 115.600.000,00 previstos na LOA/2015 para o PEE ASTROS 2020, foram recebidos do Governo Federal, como limite de empenho, o total de R$ 55.345.030,97. Deste montante, R$ 51.807.558,72 não foram liquidados, em razão de serviços não prestados, etapas de

desenvolvimento de PRODE (Míssil Tático de Cruzeiro e Foguete Guiado), entrega de novas viaturas do Sistema ASTROS, bem como materiais adquiridos ainda não terem sido entregues.

- **14T6 – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestre (EME)**

Figura 9 – Logotipia do Sistema PROTEGER

Quadro 20 – Informações sobre a Ação 14T6

Identificação da Ação							
Código	14T6 **Tipo:** Projeto						
Título	Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres - PROTEGER						
Iniciativa	04EB – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)						
Objetivo	Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado. **Código:** 0532						
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático						
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
73.000.000,00	73.000.000,00	9.435.786,95	3.007.563,91	1.992.350,47	1.015.213,44	6.428.223,04	
Execução Física							
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
		Previsto	Reprogramado	Realizado			

Os recursos financeiros distribuídos para o projeto, foram previstos para dar continuidade ao planejamento para a construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTI) em Brasília; para o desenvolvimento do Projeto Piloto do CCOTI Móvel (Mv) na área do Comando Militar do Leste; para realizar o desenvolvimento do software integrador a ser utilizado nos CCOTI; e para a aquisição de material para apoio aos atuadores, particularmente para as tropas previstas para emprego nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.			Percentual de Execução	100%	13,2%	31,87%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
29.693.828,24	27.096.835,77	87.659,08	Percentual de Execução	**%**	**91,25%**

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto PROTEGER foi concebido a partir da necessidade do Estado de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, podem provocar sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN) e contra atentados terroristas, além das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

No ano de 2015, o Exército Brasileiro deu continuidade às ações voltadas para a proteção das Estruturas Estratégicas do País. Entretanto, os desafios para implantação do projeto cresceram substancialmente, fruto do aumento significativo das restrições orçamentárias, que impactaram fortemente a meta prevista, reduzindo o percentual de execução acumulado do projeto para 5,85% considerando o total previsto para o projeto. Pode-se inferir que, a continuar com as restrições orçamentárias nesta ordem de grandeza, a meta de 20% não será atingida até o final do PPA 2016-2019.

Os recursos financeiros distribuídos para o projeto permitiram atuar, basicamente, em três frentes: dar continuidade ao planejamento para a construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTI) em Brasília; o desenvolvimento do Projeto Piloto do CCOTI Móvel (Mv) na área do Comando Militar do Leste; e desenvolvimento do *software* integrador a ser utilizado nos CCOTI.

Das etapas previstas para a construção do CCOTI Brasília, estava previsto para 2015 a abertura de licitação para a contratação de empresa para elaboração do anteprojeto e dos projetos básico e executivo da supracitada obra. Entretanto, devido a restrições orçamentárias esta etapa foi prorrogada para o ano de 2016.

A implantação do CCOTI Mv no Rio de Janeiro ocorreu satisfatoriamente, pois foi alcançada a meta de empenho de 95,8% do material de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) previsto para a instalação nas viaturas C2 integrantes do referido CCOTI. Entretanto, o

mesmo não ocorreu com as viaturas “Módulos de Telemática Operacional” (MTO) que, das 10 (dez) viaturas previstas, somente se conseguiu mobiliar 6(seis), em sua maioria, por falta de recursos orçamentários.

A aquisição de material para apoio aos atuadores, prevista no escopo do projeto, foi devidamente planejada como alternativa para alguma dificuldade que impedisse o empenho nas prioridades estabelecidas.

a) Execução das metas

O Projeto PROTEGER no ano de 2015 reduziu a expectativa de crédito para atendimento do cronograma físico-financeiro previsto em seu escopo inicial, de R$800 milhões para R$550 milhões/ano. Desta forma, houve a necessidade de se reajustar o cronograma físico-financeiro do Projeto, prevendo-se sua conclusão para 2036.

Entretanto, o crédito previsto para o Projeto na LOA/2015 previu R$73milhões, dos quais, R$63,37 milhões foram contingenciados, prejudicando significativamente a concretização das metas mínimas para o corrente ano.

A tabela a seguir, demonstra a evolução dos créditos previstos, disponibilizados e empenhados no PEE Proteger.

Tabela 3 - Evolução da Situação de Recursos do PEE PROTEGER (em milhões de Reais)

ANO	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
2012	79,02(a)	544,89 (b)	90,69 (b)	533,22	532,25	99,82%	4,47%	4,47%
2013	44,00	85,80 (c)	0,00	129,80	125,02 (d)	96,32%	1,05%	5,52%
2014	48,00	0,00	18,00	30,00	29,93 (e)	99,77%	0,25%	5,77%
2015	73,00	0,00	63,37	9,63	9,44 (f)	98,03%	0,08%	5,85%
SOMA	**244,02**	**630,69**	**172,06**	**702,65**	**696,64**	---	---	---

Legenda das colunas:
(I) PREVISÃO LOA
(II) CRÉDITOS ADICIONAIS
(III) VALORES CONTIGENCIADOS
(IV) CRÉDITO DISPONÍVEL FINAL
(V) CRÉDITOS EMPENHADOS
(VI) % de Execução (Em relação ao crédito disponível final/ano)
(VII) % de Execução (Em relação ao total do Projeto: R$11,9 bilhões de Reais)
(VIII) % de Execução ACUMULADO (Em relação ao total do Projeto)
Observações:
(a) Créditos da LOA do Exército, direcionado para o Proteger, da Ação 4450 / EME.
(b) Créditos adicionais referentes ao Complemento da MP 573 (2º destaque) no valor de R$454,2 milhões de Reais - PAC Vtr. Plj e Distr pela D Mat/COLOG (Ação 14N6) e Criação da Ação 14T6 para o Proteger com crédito adicional de R$90,69 milhões de Reais, totalizando R$544,89 Mi, do quais os R$90,69Mi foram integralmente contigenciados.
(c) Créditos adicionais referentes à Operação Hiléia Pátria, cujo planejamento de utilização dos recursos coube ao COTER (Empenhado R$81.025.588,87).
(d) Recursos empenhados em 2013: R$125.023.811,13 (R$81.025.588,87 + R$43.998.222,26).
(e) Recursos empenhados em 2014: R$29.931.224,29.
(f) Recursos disponível final e valor total empenhado em 2015, respectivamente: R$9.627.000,00 - R$9.435.786,95.

Em face do exposto, o Projeto direcionou seus recursos em três grandes frentes: Contração de Empresa para elaboração do Subprojeto e dos Projetos Básicos e Executivos para a construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTI) em Brasília; aquisição do CCOTI Móvel (Projeto Piloto) e sua distribuição para o Comando Militar do Leste a fim de ser testado durante o ano de 2016, aproveitando-se, inclusive, para ampliar a capacidade de coordenação e controle daquele G Cmdo como Coordenador-Geral de Defesa de Área (CGDA) dos

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; e, contratação de empresa para executar a modelagem do software integrador de sistemas, fundamental para o funcionamento dos CCOTI integrantes do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SISCOTI), denominado "PROTETOR".

b) Fatores intervenientes

Os seguintes fatores e eventos prejudicaram o desenvolvimento da ação 14T6:
- Atraso na aprovação da LOA/2015.
- Dotação orçamentária insuficiente para cumprir as metas do Projeto PROTEGER, pois há necessidade de R$ 550.000.000,00/ano.
- Elevado percentual de contingenciamento para o projeto: 86,81% dos recursos previstos na LOA/2015.
- A não assinatura da portaria do MPOG em 2015 que autorizaria a contratação de Mão de Obra Temporária (MOT), dificultou a contratação de MOT para a Diretoria de Projetos Especiais do DEC. Tal fato, aliado às restrições orçamentárias, ao atraso na aprovação da LOA 2015 e outras dificuldades técnico/administrativas levaram ao não atingimento da meta prevista de contratação de empresa para a elaboração do Subprojeto e dos Projetos Básicos e Executivos para a construção do CCOTI em Brasília no corrente ano.

c) Restos a pagar

- Processados**:** R$1.064.413,44 (hum milhão, sessenta e quatro mil, quatrocentos e treze Reais e quarenta e quatro centavos).

- Não-processados**:** R$6.428.223,04 (seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e três Reais e quatro centavos).

- **14T4 – Aquisição de Blindados GUARANI (EME)**

Figura 10 – Blindado GUARANI em operação

Quadro 21 – Informações sobre a Ação 14T4

<table>
<tr><th colspan="7">Identificação da Ação</th></tr>
<tr><td colspan="2">Código</td><td colspan="5">14T4 Tipo: Projeto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Título</td><td colspan="5">Aquisição de Blindados Guarani</td></tr>
<tr><td colspan="2">Iniciativa</td><td colspan="5">04EC - Aquisição de Blindados Guarani</td></tr>
<tr><td colspan="2">Objetivo</td><td colspan="5">Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre
Código: 0532</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programa</td><td colspan="5">Política Nacional de Defesa Código: 2058 Tipo: Temático</td></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade Orçamentária</td><td colspan="5">52121 – Comando do Exército</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ação Prioritária</td><td colspan="5">( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras</td></tr>
<tr><th colspan="7">Lei Orçamentária 2015</th></tr>
<tr><th colspan="7">Execução Orçamentária e Financeira</th></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td colspan="3">Despesa</td><td colspan="2">Restos a Pagar inscritos 2015</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td><td>Empenhada</td><td>Liquidada</td><td>Paga</td><td>Processados</td><td>Não Processados</td></tr>
<tr><td>330.006.252,00</td><td>330.006.252,00</td><td>186.497.289,22</td><td>130.042.866,16</td><td>53.545.792,00</td><td>76.497.074,16</td><td>56.454.423.06</td></tr>
<tr><th colspan="7">Execução Física</th></tr>
<tr><td colspan="3" rowspan="2">Descrição da meta</td><td rowspan="2">Unidade de medida</td><td colspan="3">Montante</td></tr>
<tr><td>Previsto</td><td>Reprogramado</td><td>Realizado</td></tr>
<tr><td colspan="3">Desenvolvimento e produção pela Indústria Nacional de viaturas operacionais blindadas para o Exército (Nova Família de Blindados de Rodas - NFBR), com a finalidade de ampliar a mobilidade estratégica, modernizar a Cavalaria Mecanizada e implantar a Infantaria Mecanizada, em alinhamento com os pressupostos definidos pela Estratégia Nacional de Defesa (END). Delimita-se pelas ações de aquisição e desenvolvimento de viaturas, sistemas de armas e de comando e controle, munições, componentes, incluindo protótipos e lotes-piloto, máquinas e ferramental para manutenções; contratação de serviços; construção de garagens, oficinas, alojamentos, residências, pavilhões administrativos e de demais obras de adequação e recuperação; apoio ao desenvolvimento de Produtos de Defesa; apoio à indústria nacional nos processos de pesquisa, desenvolvimento e nacionalização de tecnologias; aquisição e apoio ao desenvolvimento de softwares, hardwares e ferramentas de TI para obtenção de sistemas de simulação, bem como as demais atividades para operacionalização do sistema de simulação da NFBR; apoio às atividades de formação, qualificação e capacitação dos recursos humanos necessários à operacionalização da NFBR, no Brasil e no Exterior; apoio à implantação da infraestrutura de mobiliário e outros bens móveis e de consumo, necessários a operacionalização das ações de implantação da NFBR; aquisição e contratação de serviços para atendimento às ações do suporte logístico integrado; aquisição e contratação de serviços para atendimento das ações de gerenciamento do projeto, gestão dos contratos e gestão jurídica, no Brasil e Exterior; aquisição e</td><td>Unidade</td><td>100</td><td>60</td><td>39</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3">contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal no Brasil e no exterior, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><th colspan="7">Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</th></tr>
<tr><th colspan="3">Execução Orçamentária e Financeira</th><th colspan="4">Execução Física - Metas</th></tr>
<tr><td>Valor em 1/1/2015</td><td>Valor Liquidado</td><td>Valor Cancelado</td><td colspan="2">Descrição da Meta</td><td>Unidade de medida</td><td>Realizada</td></tr>
<tr><td>46.538.403,00</td><td>27.048.926,83</td><td>54.954.,65</td><td colspan="2">Executar 100% dos recursos previstos na LOA.</td><td>%</td><td>58,12</td></tr>
</table>

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

A LOA 2015 previa na Ação Orçamentária 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani a quantidade de 100 viaturas como meta física. Porém, face o autorizado no Limite para Movimentação e Empenho (LME) apontar para apenas 56,57% da LOA, a meta foi reprogramada para 60 viaturas. Considerando o LME, a execução financeira foi elevada, pois 99,89% dos recursos disponíveis foram empenhados.

A severa redução dos recursos previstos na Ação Orçamentária 14T4 ocasionou a entrada de férias coletivas e posterior “lay-off” dos empregados da unidade da empresa IVECO em Minas Gerais, onde as Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR) são produzidas. A empresa ARES, que produz um dos sistemas de armas da viatura, o Reparo Automatizado Modelo X (REMAX), também sinalizou redução de trabalhadores. A atual limitação dos recursos tem impactado negativamente a reativação da Base Industrial de Defesa do Brasil, com fechamento de postos de trabalhos e atrasos na transferência de tecnologia, o que traz motivação suficiente para que se pleiteiem os recursos cancelados da dotação final.

As principais realizações em 2015 foram as seguintes:

- Aquisição de 56 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR).
- Aquisição de equipamentos de comunicações, comando e controle para equipar as VBTP-MR.
- Integração parcial do Sistema de Armas da VBTP - MR Guarani.
- Capacitação de recursos humanos para apoiar a gestão do projeto.
- Capacitação de pessoal no curso de operadores da VBTP-MR Guarani no CIBld.
- Execução de mais uma etapa do Projeto, em parceria com a CBC, para desenvolver e fabricar no país a munição 30mm para o canhão da VBTP-MR Guarani.
- Pagamento de despesas com estudos, projetos, fiscalização de obras e contratação de mão de obra temporária em proveito do PEE GUARANI.

A expectativa para 2016 é a aquisição de Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR); a aquisição de Viaturas Blindadas Multitarefa Leve de Rodas (VBMT-LR); o desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR); aquisição de Sistemas de Armas e de Sistemas de Comando e Controle; aquisição de suprimentos (munição, combustível, óleos e lubrificantes); continuar as obras iniciadas para receber as VBTP-MR Guarani;

desenvolvimento da blindagem nacional e o desenvolvimento dos Sistemas de Simulação para a VBTP-MR Guarani.

b) Fatores intervenientes

O fator interveniente que refletiu na Ação Orçamentária 14T4 foi a não ampliação do LME que ficou em R$ 186.698.569,07 (cento e oitenta e seis milhões seiscentos e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e nove reais e sete centavos), quando estava previsto na LOA 2015 o montante de R$ 330.006.252,00 (trezentos e trinta milhões seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais).

Na LOA 2015, havia também a previsão da liberação de uma Emenda Parlamentar, o que não ocorreu, contribuindo para a reprogramação da meta.

c) Restos a pagar

Dos créditos autorizados 99,89% foram empenhados, ou seja, R$ 186.497.289,22 (cento e oitenta e seis milhões quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), destes R$ 138.946.624,52 (cento e trinta e oito milhões novecentos e quarenta e seis mil e seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), cerca de 74,50%, foram inscritos em restos a pagar, percentual muito elevado, o que indica uma extraordinária necessidade de liberação de numerário para fazer face aos compromissos assumidos e ainda aos necessários à manutenção do andamento do projeto em 2016.

- **4450 – Apresentamento do Exército**

Quadro 22 – Informações sobre a Ação 4450

Identificação da Ação						
Código	4450			**Tipo:** Atividade		
Título	Apresentamento do Exército					
Iniciativa	Instrução Militar e Adestramento para a capacidade de prontidão do Exército					
Objetivo	Elevar a capacidade operacional do Exército			**Código:** 0542		
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058			**Tipo:** Temático		
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
102.571.867,00	102.571.867,00	109.793.652,19	73.597.423,82	57.838.851,04	5.085.563,58	114.395.638,96

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Militar Instruído/Adestrado em todo o território nacional, com possibilidade de ser entregue em qualquer local do Brasil e /ou do	Unidade	100%	-	100%
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores				

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.840.308,17	5.126.884.69	396.192,29	-	-	-

ANÁLISE SITUACIONAL

Todos os recursos(créditos) recebidos pelo COTER foram descentralizados às Unidades Gestoras Executoras (UGE) para as atividades inerentes ao preparo e à capacitação operacional do Exército.

a) Execução das metas

A Ação 4450 tem como objetivo atender demandas para o Preparo e Adestramento da Força Terrestre, e o Exército Brasileiro vem vivenciando o seu momento de transformação, em consonância com a evolução da estatura político estratégica do Brasil no cenário internacional. Esse macro processo é prioritário e fundamental no seio da Força Terrestre (F Ter) e visa contribuir para uma nova condição da participação das Forças Armadas, capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de interesse estratégico no Brasil e no exterior.

Fazendo parte dessa mudança e, ao mesmo tempo, atendendo às aspirações da sociedade brasileira, o Exército Brasileiro vem, com muita propriedade, adequando os seus meios orgânicos para a inserção da mulher em todas as suas áreas de atuação, antes apenas dominada por militares do sexo masculino.

Sob essa ótica, o Exército traçou como meta a entrada das primeiras militares de carreira nas principais escolas de formação: Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). E, com isso, visualiza-se que as primeiras Aspirantes-a-Oficial, formadas pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sejam declaradas no final do ano de 2021, em total condições de igualdade com os oficiais do sexo masculino.

Podemos destacar alguns exemplos de obras em curso, que iniciaram em 2015 e continuam sendo realizadas para o alcance dos objetivos traçados:

- A construção e/ou adequações de pavilhões de alojamentos femininos e instalações diversas na EsPCEx, AMAN e EsSLog.
- As adequações das instalações do corpo da guarda e refeitórios do 10º Batalhão de Infantaria Leve (10º BIL) e 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (4º GAC L), que receberão as candidatas na 1ª Fase.
- A construção do pavilhão do curso de formação de sargentos no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), entre outros.

OCOTER, como cotista dessa ação, ao descentralizar os créditos para as UGE, faz constar na Nota de Movimentação de Crédito (NC) um prazo máximo para empenho dos mesmos. A partir da descentralização é feito o acompanhamento da execução orçamentária através do SIAFI Operacional e de relatórios extraídos do Tesouro Gerencial.

Procurou-se cumprir a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira para o Ano de 2015, do Comandante do Exército, onde foram fixadas as metas para a execução no exercício considerado.

De um modo geral, ao final do exercício obteve-se um percentual de execução (despesa empenhada) de 99,91%, atingindo-se plenamente a meta de execução orçamentária fixada.

No que diz respeito à Liquidação da despesa, a meta do Comandante do Exército era de 90% (noventa por cento) do empenhado até o dia 30 Nov 15. Entretanto, ao final do exercício, o percentual atingido pelas UGE foi de 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas liquidadas.

Praticamente todas as Unidades do Exército, em todo o território nacional receberam créditos da Ação 4450 (Aprestamento do Exército) descentralizados pelo COTER, caracterizando bem o caráter nacional do subtítulo da Ação.

Durante o exercício financeiro, o COTER não solicitou créditos adicionais referentes à Ação Orçamentária em tela.

b) Fatores intervenientes

Havia uma previsão inicial de que o COTER receberia R$ 30.000.000,00 para realizar as atividades de Preparo no ano de 2015. Entretanto, sofreu um contingenciamento de cerca de 17%, recebendo o montante de 25,8 milhões para a realização de todas as atividades inerentes ao Preparo da Força Terrestre.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e/ou de ação de responsabilidade da unidade jurisdicionada, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações.

c) Restos a pagar

Foram empregados todos os esforços no sentido de diminuir o montante inscrito em Restos a Pagar. Entretanto, apesar disso, foram escritos em RP um percentual de 35% (trinta e cinco por cento) da despesa empenhada.

Em relação ao ano anterior houve um acréscimo de 15% (quinze por cento) na relação RP Inscritos/Despesa Empenhada.

O acréscimo se deu praticamente nos Restos a Pagar Processados que, no ano anterior foram da ordem de 6% (seis por cento), enquanto que no exercício de 2015 atingiram o percentual de 19% (dezenove por cento).

Uma possível razão para o acréscimo do montante dos Restos a Pagar Processados foi a falta de recursos financeiros para realizar o pagamento das despesas liquidadas, haja vista o cenário de crise econômica enfrentado pelo Governo Federal, o que lhe trouxe dificuldades para o cumprimento de suas metas de arrecadação, tendo operado com déficit de caixa durante o exercício.

- **156M – Modernização Operacional do Exército**

Quadro 23 – Informações sobre a Ação 156M

Identificação da Ação			
Código	156M **Tipo:** Projeto		
Título	Modernização Operacional do Exército Brasileiro		
Iniciativa	Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e apoio ao pessoal		
Objetivo	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional **Código:** 0482		
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:**		
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército		
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		
Lei Orçamentária 2015			
Execução Orçamentária e Financeira			
Dotação		Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
193.457.182	171.096.235	71.742.030	12.047.257	7.147.509	4.899.748	59.694.773

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Organização militar instalada	unidade			

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Organização militar instalada	unidade	

ANÁLISE SITUACIONAL

A ação orçamentária 156M, responsável pela modernização operacional do Exército, é transversal aos vários Projetos Estratégicos, contribuindo para o atingimento das metas respectivas. Enquadram-se neste universo os seguintes projetos estruturantes: Novo Sistema de Engenharia; Novo Sistema Operacional Terrestre; Força da Nossa Força; Nova Educação e Cultura e Nova Logística Militar Terrestre.

a) Execução das metas

Neste contexto, cabe ressaltar que as metas se apresentam relacionadas aos objetivos estratégicos, os quais possuem horizonte temporal de 2022. As metas anuais, a contar de 2014, são linearmente proporcionais. A seguir, apresentam-se os OEE em que a ação orçamentária 156M possui maior relevância.

Tabela 4 – Metas e desempenhos da Ação 156M até 2015

OEE	Meta até 2015 (acumulada) (%)	Desempenho (%)
OEE 5. Operacionalidade	20	45,99
OEE 8. Logística	20	22,10
OEE 13. Dimensão Humana	20	60,09

No que se refere à articulação da Força Terrestre, seja na Região Amazônica (Projeto Amazônia Protegida) ou no restante do território nacional (Projeto Sentinela da Pátria) os recursos foram empregados na implantação, transferência e adequação de Organizações Militares visando a atender à Transformação do Exército ora em curso. Neste sentido, 49 OM receberam recursos destes projetos nas seguintes Regiões Militares:

- 1ª Região Militar (Rio de Janeiro e Espírito Santo) – 03 OM atendidas
- 2ª Região Militar (São Paulo) – 03 OM atendidas
- 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul) – 06 OM atendidas
- 5ª Região Militar (Santa Catarina e Paraná) – 12 OM atendidas
- 6ª Região Militar (Bahia) – 01 OM atendida
- 8ª Região Militar (Pará e Amapá) – 05 OM atendidas

- 12ª Região Militar (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) – 19 OM atendidas

b) Fatores intervenientes

Entretanto, as metas estabelecidas nem sempre foram atingidas pelos seguintes motivos: o corte orçamentário aplicado em 2015 teve influência direta na consecução das metas propostas; a liberação dos recursos orçamentários tardia reduziu o tempo hábil de execução de obras de infraestrutura devido à postergação da contratação das empresas; e a demora na liberação do financeiro visando ao pagamento de liquidações realizadas, reduziu a capacidade de algumas empresas.

- **156N – Obtenção de Meios do Exército (EME)**

Figura 11 – Logotipia da OCOP (Obtenção da Capacidade Operacional)

Quadro 24 – Informações sobre a Ação 156N

Identificação da Ação						
Código	156N **Tipo:** Projeto					
Título	Obtenção de Meios do Exército					
Iniciativa	Obtenção e Modernização de Meios do Exército (EB)					
Objetivo	Adequar os Meios Operacionais do Exército para Assegurar a Capacidade de Defesa Terrestre **Código:** 0532					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo : ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
185.000.000,00	185.000.000,00	142.217.111,19	123.775.461,57	85.997.006,29	37.778.455,28	18.441.649,62
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	

Meio Militar Disponibilizado			Unidade	8.659	3.447	3.447
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação	
Código	20XG **(AO Original)** **Tipo:** Atividade
Título	Aquisição e Modernização de Meios do Exército
Iniciativas	Obtenção e Modernização de Viaturas Blindadas e da Frota de Veículos - 2013 Obtenção e Modernização de Meios do Exército - 2014
Objetivo	Adequar os Meios Operacionais do Exército para Assegurar a Capacidade de Defesa Terrestre **Código:** 0532
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 - Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em **01/01/2015**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
90.368.683,89	62.049.850,15	1.160.974,18	Meio militar disponibilizado	Unidade	1.475

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das Metas

Originalmente, o PEE OCOP foi custeado pela Ação Orçamentária **20XG**, mas, em 2015, a AO 20XG deu origem a AO 156N.

A meta quantificável a ser atingida pelo PEE OCOP é dotar o Exército Brasileiro, num período de 10 (dez) anos, com meios operacionais que preencham pelo menos 80% (oitenta por centro) do quadro de Distribuição de Material (QDM), com produtos de alta qualidade e desempenho operacional, que permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Em 2015, apesar de uma dotação da ordem de R$ 185 MILHÕES, foram efetivamente liberados para empenho (e empenhados) da ordem de R$ 142 MILHÕES.

Priorizou-se aquisições na Base Industrial de Defesa, facilitando a logística e estimulando o desenvolvimento tecnológico autóctone e inovações na indústria nacional. Desta forma, assegura-se também mais empregos de alto nível na referida BID.

Por outro lado, as aquisições no mercado externo ocorreram devido à necessidade imediata da recuperação da capacidade operacional com alguns MEM não disponíveis.

Neste mister, em 2015, teve prosseguimento a aquisição ou a modernização de vários materiais de emprego militar para Força Terrestre, notadamente, Viaturas Blindadas sobre Lagartas como a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) M113 BR, a Viatura Blindada de Combate - VBC OAP M109 A5 PLUS e a Viatura Blindada de Combate - VBC CC LEOPARD 1A5; Viaturas Blindadas sobre Rodas como a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal - VBTP

URUTU, a VBR CASCAVEL e a VBTP GUARANI; Embarcações Fluviais de Combate, como a GUARDIAN 25; Materiais de Engenharia de Combate como Geradores Militares e Veículos Terrestres não-Tripulados; Armamento Leve, como o Fuzil 5,56 mm IA2 IMBEL e Pistolas 9 mm GC IMBEL; Armamento Pesado, como o Morteiro Médio 81; Munições Especiais como o Míssil Antiaéreo Portátil IGLA; Material de Comunicações e de Comando e Controle, como o Rádio TPP 1400 da IMBEL, Rádio HARRIS e o SARP HORUS FT 100; Material de Intendência como Cozinhas de Campanha, Material para Emprego Aeroterrestre (Paraquedas, etc.), etc. Além dessas aquisições de materiais, cabe ressaltar ainda recursos significativos alocados em apoio às atividades operacionais de preparo e emprego da Aviação do Exército (AvEx).

b) Fatores Intervenientes

Os seguintes eventos prejudicaram o desenvolvimento da Ação:

- Atraso na aprovação da LOA/2015.
- Dotação orçamentária insuficiente (necessidade da ordem de R$ 1.500.000.000,00 e disponibilidade de apenas da ordem de R$ 140.000.000,00 para movimentação e empenho).
- Restrições impostas pela PORTARIA Nº 172, DE 27 DE MAIO DE 2015, do MPOG, no que tange principalmente à proibição para aquisição de viaturas militares.
- Dificuldades da indústria nacional em atender às necessidades apresentadas.
- Não-aprovação dos processos licitatórios pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os seguintes fatores contribuíram para a mitigação dos eventos que prejudicaram o desenvolvimento da Ação:

- Os Contratos de Objetivos Estratégicos (COE) entre o Estado-Maior do Exército e os Órgãos de Direção Setorial (ODS) Gestores de Material, estabelecidos no final de 2014, que permitiram antecipar e otimizar o planejamento das contratações/empenho.

c) Restos a Pagar

A inscrição de valores em restos a pagar deveu-se, principalmente, às seguintes razões:

- Atraso na aprovação da LOA 2015.
- Replanejamento das aquisições conforme contingenciamentos/cortes.
- Os bens e serviços contratados para o PEE OCOP, em função de sua natureza, objetivo e vulto, não estão normalmente disponíveis, “em prateleira”, para pronto fornecimento, e por essa razão alguns não foram recebidos e liquidados.

d) Ações Prioritárias na LDO

O PEE OCOP (Ação Orçamentária 156N) não constou do rol de ações prioritárias na LDO, todavia a Ação recebeu significativa prioridade no âmbito do Comando do Exército e obteve, assim, um nível de execução orçamentária elevado muito próximo dos 100%, como apresentado nos dados das tabelas anteriores.

- **3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército (COLOG)**

Quadro 25 – Informações sobre a Ação 3138

Identificação da Ação	
Código	3138 **Tipo**: Projeto
Título	Implantação do Sistema de Aviação do Exército
Iniciativa	Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército
Objetivo	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença

	militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional. Código:0482
Programa	Política Nacional de Defesa Código: 2058 Tipo: Temática
Unidade Orçamentária	Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.608.564,02	81.608.564,02	81.607.644,98	25.086.736,41	5.452.573,96	19.634.162,45	56.520.908,57
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema de aviação implantado			%	3*	-	62
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
94.524.714,67	87.571.831,37	427.707,80	Sistema de aviação implantado		%	-

*Para o valor R$ 120.000.000 previsto na LOA 2015.

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

A Ação 3138 tem por finalidade dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos necessários ao transporte de tropas e cargas, de modo a permitir um aumento da capacidade de emprego da Força de Helicópteros em prol das necessidades existentes.

No ano de 2015, o Comando do Exército manteve a prioridade das Iniciativas vinculadas à aviação, pelos impactos positivos que representam na capacidade operacional da Força Terrestre, para atender às demandas da sociedade.

Continuação do Projeto de Modernização da aeronave Pantera e Esquilo, aquisição de oito novos motores, duas aeronaves Panteras modernizadas e sete aeronaves Esquilos modernizadas, créditos descentralizados ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) para continuação das obras relativas ao Projeto Acolhimento.

As aeronaves entregues serão de fundamental importância para as atividades de segurança em eventos como Olimpíadas, eleições e operações de Garantia da Lei e da Ordem. O Projeto acolhimento e a modernização de aeronaves da Aviação do Exército permitirão aumentar a mobilidade das tropas e o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

b) Fatores intervenientes

- Complexidade na formalização dos processos de aquisição de material de aviação e contratação da mão de obra especializada.
- Complexidade na formalização de licitações para obras especializadas na atividade aérea. Situação falimentar de empresa contratada para obra do Projeto Acolhimento.

c) Restos a pagar

Algumas ações não existentes nos exercícios de 2013 e 2014 que apresentavam restos a pagar não-processados apresentaram cancelamentos maiores, e o COLOG, juntamente com suas Diretorias, têm estudado os casos para melhorar o desempenho e diminuir tais cancelamentos futuramente.

- **20XK – Logística Militar Terrestre (COLOG)**

Quadro 26 – Informações sobre a Ação 20XK

Identificação da Ação						
Código	20XK				**Tipo**: Atividade	
Título	Logística Militar Terrestre					
Iniciativa	Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército					
Objetivo	Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. **Código:** 0542					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temática					
Unidade Orçamentária	Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
238.244.591,00	238.244.591,00	238.089.999,79	160.394.301,26	133.019.549,38	27.374.751,88	77.695.698,53

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Organização Militar Atendida	Unidade	657	-	281

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
133.371.501,50	93.448.128,70	3.237.901,01	Organização Militar Atendida	Unidade	-

Para o valor R% 374.559.357,00 previsto na LOA 2015.

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

Os valores previstos na Ação Orçamentária 20XK - Logística Militar Terrestre, na LOA 2015, previam o atendimento de 622 Organizações Militares como meta física. O valor autorizado no Limite para Movimentação e Empenho (LME) aponta para 99,9% da LOA, por este motivo a meta foi mantida. Considerando o LME, a execução financeira foi elevada, pois 99% dos recursos disponíveis foram empenhados.

A manutenção em tão baixos índices de reposição e manutenção de material, reflete-se no baixo poder de combate que o Exército dispõe atualmente.

As principais realizações em 2015 foram as seguintes:

- Aquisição de 2% dos equipamentos necessários.
- Aquisição de 4% da munição necessária.
- Aquisição de 45% do combustível necessário.
- Aquisição de 6% das viaturas necessárias.
- Manutenção de 11% das instalações logísticas.
- Manutenção de 32% das necessidades relacionadas a viaturas.
- Manutenção de 87% das necessidades relacionadas a armamento.
- Viabilizou a incorporação/formação de 70.000 recrutas.

A expectativa para 2016 é a reposição de valores com objetivo de reduzir o hiato existente entre a realidade da tropa e as disponibilidades orçamentárias, permitindo elevar o nível de operacionalidade do Exército.

b) Fatores Intervenientes

Muito embora a meta tenha sido atingida, e todas as organizações tenham sido contempladas, mesmo que parcialmente, a severa redução dos recursos previstos na Ação Orçamentária 20XK ocasionou o atendimento de apenas 20% da real necessidade, sendo que a área mais crítica é a de obtenção de munição. A atual limitação dos recursos tem impactado negativamente a reativação da Base Industrial de Defesa do Brasil, com fechamento de postos de trabalhos e atrasos na transferência de tecnologia, o que traz motivação suficiente para que se pleiteiem os recursos cancelados da dotação inicial.

c) Restos a pagar

A ação 20XK Logística Militar Terrestre iniciou 2015 com créditos inscritos da ordem de 151 milhões, entretanto liquidou valores da ordem de 125 milhões e cancelou valores da ordem de 12 milhões.

- **2865 – Manutenção e Suprimento de Fardamento (COLOG)**

Quadro 27 – Informações sobre a Ação 2865

Identificação da Ação		
Código	2865	**Tipo**: Atividade
Título	Manutenção e Suprimento de Fardamento	
Iniciativa	Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres	
Objetivo	Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego. **Código:** 0462	

Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temática
Unidade Orçamentária	Comando da Aeronáutica
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
140.579.762,51	140.579.762,51	140.579.706,32	9.730.194,97	3.642.571,16	6.087.623,81	130.849.511,35

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Militar atendido	Unidade	181.115*	-	14.033

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
112.691.012,98	86.834.921,24	1.661.124,64	Militar atendido	Unidade	-

Para o valor R$ 125.579.773,00 previsto na LOA 2015.

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

Os valores previstos na Ação Orçamentária 2865 – Manutenção e Suprimento de Fardamento, na LOA 2015, previam o atendimento de 160.000 militares como meta física. Porém, face o reduzido montante disponibilizado (30% do necessário), a meta foi reprogramada para 90.000 militares. A execução financeira foi elevada, pois 99,50% dos recursos disponíveis foram empenhados.

As principais realizações em 2015 foram as seguintes:

- Aquisição de 10% dos equipamentos necessários.
- Aquisição de 70% dos uniformes necessários.

A expectativa para 2016 é a reposição de valores com objetivo de reduzir o hiato existente entre a realidade da tropa e as disponibilidades orçamentárias, permitindo elevar o nível de operacionalidade do Exército.

b) Fatores Intervenientes

Não houve fator interveniente, pois em sendo Ação Obrigatória não sofreu contingenciamento.

c) Restos a pagar

Em 2015 cerca de 80% da LOA 2015, foi inscrita em restos a pagar, para os anos vindouros, percentual muito elevado, o que indica uma extraordinária necessidade de liberação de numerário,

em 2016, para fazer face aos compromissos assumidos e, ainda, aos necessários à manutenção do andamento da execução orçamentária em curso.

- **2919 – Registro e Fiscalização de Produtos Controlados (COLOG)**

Quadro 28 – Informações sobre a Ação 2919

Identificação da Ação						
Código	2919 **Tipo**: Atividade					
Título	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados					
Iniciativa	Logística operacional do Exército					
Objetivo	Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. **Código:** 0542					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temática					
Unidade Orçamentária	Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.655.770,68	5.655.770,68	5.624.767,58	4.543.960,02	2.559.748,42	1.984.211,60	1.080.807,56
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada			Unidade	155.675*	-	70.738
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.475.037,84	2.357.862,62	62.924,18	Fiscalização realizada		Unidade	-

*Para o valor R$ 10.000.000,00 previsto na LOA 2015.

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

Na Ação foram realizadas 519.397 atividades de fiscalização, superando a meta prevista de 500.000. Para tal, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados adotou medidas restritivas e, ainda, priorizou o custeio das despesas relacionadas às atividades fim, em detrimento daquelas consideradas como atividade meio, visando compensar a perda de recursos inicialmente previstos, fruto do contingenciamento imposto pela administração federal.

b) Fatores Intervenientes

O fator interveniente que foi o descontingenciamento parcelado e tardio dos recursos, "empurrando" a celebração de contratos, e consequente aplicação de recursos, de forma tardia, impactando, decisivamente, na ampliação de restos a pagar.

c) Restos a pagar

Algumas ações não existentes nos exercícios de 2013 e 2014 que apresentavam restos a pagar não-processados apresentaram cancelamentos maiores, e o COLOG, juntamente com suas Diretorias, têm estudado os casos para melhorar o desempenho e diminuir tais cancelamentos futuramente.

- **20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército (DEC)**

Quadro 29 – Informações sobre a Ação 20PY

Identificação da Ação						
Código	20PY			**Tipo: Atividade**		
Título	Adequação de Organização Militar do Exército					
Iniciativa	Não cadastrada					
Objetivo	Código: 0482 – Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.					
Programa	Código: 2058 – Política Nacional de Defesa					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
109.862.300,00	72.000.000,00	70.426.462,00	29.716.962,00	15.760.654,00	16.298.298,00	102.514.189,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Organização Militar Adequada	Unidade	**70**		**70**

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
34.054.118,00	34.054.118,00		Organização Militar Adequada	Unidade	126

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das Metas

A ação orçamentária 20PY contém no seu escopo atividades como:
- Recuperação, reparação, reforma, adequação e adaptação de instalações.
- Pequenas construções em Organizações Militares existentes.
- Obtenção e instalação de equipamentos fixos.
- Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura e adequações (rede de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, poços artesianos, equipamentos fixos, divisória e mobiliário em geral).
- Contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender as atividades especiais referentes a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

A meta para a ação orçamentária previa atender, no mínimo, a quantidade de 100 (cem)Organizações Militares. Os créditos foram descentralizados de forma proporcional, seguindo uma métrica de rateio que considera a área e a idade das benfeitorias existentes em cada Região Militar, com isso busca-se uma melhor aplicação e aproveitamento dos recursos.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Ministério da Defesa fazia uma previsão de R$ 60.000.000,00. O Exército Brasileiro foi contemplado com 91% do previsto, ou seja, com R$ 54.701.446,10. A execução financeira foi elevada, 95,33% dos recursos disponíveis foram empenhados.

As principais realizações em 2015 foram as seguintes:
- Adequação de 1/3 das Organizações Militares do Exército.
- Capacitação de recursos humanos.
- Pagamento de despesas com estudos, projetos, fiscalização de obras e contratação de mão de obra temporária.
- Pagamento de Diárias e passagens.

b) Fatores intervenientes

O fator interveniente que refletiu na Ação Orçamentária 20PY foi a não ampliação do LME, que ficou em aproximadamente 55 milhões. A ampliação possibilitaria o atendimento de mais Organizações Militares.

c) Restos a pagar

Dos créditos autorizados,95,33% foram empenhados, ou seja, R$ 52.147.025,99 (Cinquenta e dois milhões cento e quarenta e sete mil vinte e cinco reais e noventa e nove centavos). Destes, R$ 43.935.850,32 (quarenta e três milhões novecentos e trinta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos), foram inscritos em restos a pagar, o que indica uma extraordinária necessidade de liberação de numerário para fazer face aos compromissos assumidos e ainda aos necessários à manutenção da ação.

- **2911 – Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército (DEC)**

Quadro 30 – Informações sobre a Ação 2911

Identificação da Ação		
Código	2911	**Tipo: Atividade**
Título	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	

Iniciativa	020C – Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia
Objetivo	Código: 0532 – Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.
Programa	Código: 2058 – Política Nacional de Defesa
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.000.000,00	16.094.200,00	13.811.161,00	10.816.951,00	7.349.074,00	1.594.880,00	6.107.667,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Equipamento Adquirido/Modernizado	Unidade	**743**		**710**

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
516.610,00	516.610,00	0,00	Equipamento Adquirido	Unidade	1

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das Metas

A LOA 2015 previa na Ação Orçamentária 2911 - Modernização dos Batalhões de Engenharia do Exército, o valor de R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), com a meta de produção de 743 (setecentos e quarenta e três) equipamentos disponibilizados.

Porém, devido ao Limite para Movimentação e Empenho (LME) apontar para apenas 72,59% da LOA, resultando no valor de R$ 15.970.000,00 (quinze milhões e novecentos e setenta mil reais), a meta foi reprogramada para 539 equipamentos.

Assim, considerando o LME disponibilizado, a execução financeira foi elevada, pois 99,95% dos recursos disponíveis foram empenhados.

A severa redução dos recursos previstos na Ação Orçamentária 2911 ocasionou a priorização para emprego dos recursos nos equipamentos que possuíam maior impacto no desempenho operacional das organizações militares de engenharia.

Como medida mitigatória em relação aos efeitos negativos da redução do LME, foram ainda priorizadas as ações relacionadas à manutenção dos equipamentos existentes, em detrimento das ações de investimento para aquisição de novos meios.

As medidas mencionadas embora tenham surtido resultado satisfatório, na medida em que contribuíram para que as organizações militares mantivessem um nível mínimo de operacionalidade, devem ser vistas com reservas, tendo em vista que a recorrente redução no investimento tem o condão de provocar o aumento da idade média da frota, devido à impossibilidade de substituição dos equipamentos cujo ciclo de vida aproxima-se do final e, em consequência, ampliando também os gastos com a manutenção corretiva devido à obsolescência do material.

Há que destacar também o crescente descompasso tecnológico causado pela redução dos níveis de investimento, impossibilitando a aquisição de equipamentos mais modernos e adequados ao processo de transformação em curso no Exército. Essa situação prolongada resulta em perda do nível de eficiência operacional e no comprometimento do apoio a ser prestado pelos batalhões de engenharia às diversas missões da Força Terrestre, seja na Defesa da Pátria, seja nas ações subsidiárias.

b) Fatores intervenientes

O fator interveniente que refletiu na Ação Orçamentária 2911 foi a não ampliação do LME que ficou em R$ 15.970.580,45(quinze milhões e novecentos e setenta e quinhentos e oitenta e quarenta e cinco centavos), quando estava previsto na LOA 2015 o montante de R$ 22.000.000,00 (Vinte e dois milhões de reais).

c) Restos a pagar

Dos créditos autorizados, 99,95% foram empenhados, ou seja, R$15.963.630,79(quinze milhões e novecentos e sessenta e três e seiscentos e trinta e setenta e nove centavos), destes R$ 732.899,02 (setecentos e trinta e dois mil e oitocentos e noventa e nove reais e dois centavos),cerca de 74,50%, foram inscritos em restos a pagar processados e não pagos, percentual muito elevado, o que indica um descompasso entre o LME e o numerário liberado para fazer face aos compromissos assumidos. Tal fato também constitui um óbice à execução do planejamento orçamentário, uma vez que os atrasos prolongados no pagamento das obrigações contratadas redundam em atrasos nas entregas subsequentes e, até mesmo, na quebra de contratos e demandas judiciais.

- **2900 – Seleção para o Sv Mil e Apresentação da Reserva em Disponibilidade (DGP)**

Quadro 31 – Informações sobre a Ação 2900

<table>
<tr><th colspan="7">Identificação da Ação</th></tr>
<tr><td>Código</td><td colspan="6">2900 Tipo: Atividade</td></tr>
<tr><td>Título</td><td colspan="6">Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade</td></tr>
<tr><td>Iniciativa</td><td colspan="6">Logística operacional do Exército Código: 0128</td></tr>
<tr><td>Objetivo</td><td colspan="6">Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.
Código: 0542</td></tr>
<tr><td>Programa</td><td colspan="6">Política Nacional de Defesa Código: 2058</td></tr>
<tr><td>Unidade Orçamentária</td><td colspan="6">52121 - Comando do Exército</td></tr>
<tr><td>Ação Prioritária</td><td colspan="6">( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras</td></tr>
<tr><th colspan="7">Lei Orçamentária 2015</th></tr>
<tr><th colspan="7">Execução Orçamentária e Financeira</th></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td colspan="3">Despesa</td><td colspan="2">Restos a Pagar inscritos 2015</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td><td>Empenhada</td><td>Liquidada</td><td>Paga</td><td>Processados</td><td>Não Processados</td></tr>
<tr><td>12.172.000</td><td>7.103.199,40</td><td>7.014.190,10</td><td>5.823.937,47</td><td>3.843.827,98</td><td>1.980.109,49</td><td>1.190.252,63</td></tr>
<tr><th colspan="7">Execução Física</th></tr>
<tr><td colspan="3">Descrição da meta</td><td colspan="2">Unidade de</td><td colspan="2">Montante</td></tr>
</table>

		medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Alistada		Unidade	1.700.000		2.047.926
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.799.974,35	862.300,80	62.858,90	Pessoa Alistada	Unidade	

ANÁLISE SITUACIONAL

Para o ano de 2015, a Ação 2900 tinha uma previsão orçamentária de R$ 12.172.000,00. Ao final do exercício financeiro de 2015 foi disponibilizado o total de R$ 7.103.199,40 (58,35% do previsto para a LOA) - sendo empenhado R$ 7.014.190,10 - liquidado R$ 5.823.937,47 e pago R$ 3.843.827,98.

A despeito da diferença entre a previsão de recursos e o que foi efetivamente disponibilizado na Ação 2900, a execução orçamentária no exercício financeiro em questão cumpriu as diretrizes e os prazos estabelecidos pela a Força, atingindo as metas de empenho determinadas e todos os períodos estipulados. Ressalta-se, porém, que houve a necessidade de reprogramação das obtenções, tendo em vista aos cortes e contingenciamentos ocorridos.

As informações referentes à Ação 2900, para o exercício financeiro de 2015 lançadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) não disponibilizou a opção para reprogramação.

a) Execução das metas

A meta física estabelecida foi de 1.600.000 pessoas alistadas, sendo executado 2.047.926 de pessoas alistadas, ou seja 127,99% da meta prevista.

A diferença entre a meta estabelecida e a executada foi decorrente da implementação do alistamento on-line e da modernização do sistema eletrônico de recrutamento militar (SERMIL).

A meta financeira foi de 12.172.000,00, sendo disponibilizado R$ 7.103.199,40, ou seja 58,35% do previsto. Foram reprogramadas as atividades do Serviço Militar, principalmente as de capacitação e orientação técnica, de maneira a adequar a situação vigente e buscar atingir a meta física estabelecida.

A ótima execução da meta física e o corte orçamentário ocorrido no exercício financeiro não reflete efetivamente a excelência da atividade, pois algumas atividades importantes do recrutamento deixaram de serem executadas.

b) Fatores intervenientes

O contingenciamento e os cortes orçamentários ocorridos trouxeram reflexos significativos na execução do recrutamento militar.

A disponibilização de apenas 58,35% dos recursos orçamentários previstos afetou diretamente a regularização da situação militar do cidadão brasileiros e a qualidade dos conscritos selecionados para a incorporação de 2016.

A execução da Ação 2900 foi realizada com certa dificuldade pelos Órgãos de Serviço Militar, devido ao corte de 41,65% da dotação prevista, principalmente no que trata da execução do alistamento nas Juntas de Serviço Militar, da seleção geral de Conscritos, das atividades de capacitação de usuários do sistema e orientação técnica.

c) Restos a pagar

- Relativos a 2013: não processados R$ 11.400,01. Esse montante não causou impacto na execução orçamentária de 2015.
- Relativos a 2014: processados R$ 224.5836,46. Não processados R$ 3.512,90. Esses montantes não causaram impactos na execução orçamentária de 2015.
- Relativos a 2015: R$ 769.014,04.

- **20XL – Saúde em Operações Militares (DGP)**

Quadro 32 – Informações sobre a Ação 20XL

Identificação da Ação						
Código	20XL (PO 0001) **Tipo:** Atividade					
Título	Saúde em Operações Militares					
Iniciativa	Logística operacional do Exército **Código:** 0128					
Objetivo	Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. **Código:** 0542					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058					
Unidade Orçamentária	52121 - Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
420.000,00	420.000,00	419.471,39	340.822,08	168.193,79	172.628,29	78.649,31
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pesquisa Realizada (PO 0001)		Unidade	8		8	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
141.302,72	125.558,15	15.744,57	Pesquisa Realizada (PO 0001)	Unidade		

Identificação da Ação	
Código	**20XL (PO 0003)** **Tipo:** Atividade
Título	Saúde em Operações Militares
Iniciativa	Logística operacional do Exército **Código:** 0128
Objetivo	Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. **Código:** 0542
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058

<table>
<tr><td>Unidade Orçamentária</td><td colspan="6">52121 - Comando do Exército</td></tr>
<tr><td>Ação Prioritária</td><td colspan="6">( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras</td></tr>
<tr><td colspan="7">Lei Orçamentária 2015</td></tr>
<tr><td colspan="7">Execução Orçamentária e Financeira</td></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td colspan="3">Despesa</td><td colspan="2">Restos a Pagar inscritos 2015</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td><td>Empenhada</td><td>Liquidada</td><td>Paga</td><td>Processados</td><td>Não Processados</td></tr>
<tr><td>230.000,00</td><td>230.000,00</td><td>229.853,90</td><td>27.786,30</td><td>6.880,00</td><td>20.906,30</td><td>202.067,60</td></tr>
<tr><td colspan="7">Execução Física</td></tr>
<tr><td colspan="3" rowspan="2">Descrição da meta</td><td rowspan="2">Unidade de medida</td><td colspan="3">Montante</td></tr>
<tr><td>Previsto</td><td>Reprogramado</td><td>Realizado</td></tr>
<tr><td colspan="3">Militar Capacitado (PO 0003)</td><td>Unidade</td><td>5.011</td><td></td><td>5.011</td></tr>
<tr><td colspan="7">Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</td></tr>
<tr><td colspan="3">Execução Orçamentária e Financeira</td><td colspan="4">Execução Física - Metas</td></tr>
<tr><td>Valor em 1/1/2015</td><td>Valor Liquidado</td><td>Valor Cancelado</td><td colspan="2">Descrição da Meta</td><td>Unidade de medida</td><td>Realizada</td></tr>
<tr><td>106.031,59</td><td>96.271,38</td><td>450,29</td><td colspan="2">Militar Capacitado (PO 0003)</td><td>Unidade</td><td></td></tr>
</table>

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

Os resultados obtidos no emprego dos recursos alocados foram atingidos plenamente as metas físicas propostas no PPA, os quais visam manter a operacionalidade da Força Terrestre, através de descentralizações para atender as Operações desenvolvidas no ano de 2015, foram empregados os recursos descentralizados para as diversas OM de todas as Regiões Militares.

Descrição das principais realizações/aquisições no ano de 2015:

- Reparos em Conjuntos de Material de Saúde em Campanha;
- Aquisições de medicamentos para reposição nos Conjuntos;
- Aquisições de material de uso hospitalar para reposição nos Conjuntos;
- Aquisições de instrumental médico-odontológicos para os Conjuntos.

Expectativas para o próximo período:

- Atender a crescente demanda das necessidades das diversas OM;
- Obtenção maior de recursos, visando atender na plenitude todas as demandas.

b) Fatores intervenientes

- Insuficiência de recursos para atender a demanda crescente de necessidades.
- Planejamento inadequado ou ausência de planejamento para coordenar as necessidades das OM nas diversas Regiões Militares.

c) Restos a pagar

- Relativo ao ano de 2015 consta como restos a pagar inscritos o valor total de R$ 654.075,50, no encerramento do exercício financeiro.

- **212O – Movimentação de Militares (DGP)**

Quadro 33 – Informações sobre a Ação 212O

<table>
<tr><th colspan="7">Identificação da Ação</th></tr>
<tr><td>Código</td><td colspan="6">212O Tipo: Atividade</td></tr>
<tr><td>Título</td><td colspan="6">Movimentação de Militares</td></tr>
<tr><td>Iniciativa</td><td colspan="6">Logística operacional do Exército Código: 0128</td></tr>
<tr><td>Objetivo</td><td colspan="6">Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. Código: 0542</td></tr>
<tr><td>Programa</td><td colspan="6">Política Nacional de Defesa Código: 2058</td></tr>
<tr><td>Unidade Orçamentária</td><td colspan="6">52121 - Comando do Exército</td></tr>
<tr><td>Ação Prioritária</td><td colspan="6">( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras</td></tr>
<tr><th colspan="7">Lei Orçamentária 2015</th></tr>
<tr><th colspan="7">Execução Orçamentária e Financeira</th></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td colspan="3">Despesa</td><td colspan="2">Restos a Pagar inscritos 2015</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td><td>Empenhada</td><td>Liquidada</td><td>Paga</td><td>Processados</td><td>Não Processados</td></tr>
<tr><td>556.183.850,00</td><td>541.183.850,00</td><td>552.423.064,73</td><td>551.255.497,53</td><td>506.328.839,47</td><td>44.926.658,06</td><td>1.167.567,20</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="5">Execução Física</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Descrição da meta</td><td rowspan="2">Unidade de medida</td><td colspan="3">Montante</td></tr>
<tr><td>Previsto</td><td>Reprogramado</td><td>Realizado</td></tr>
<tr><td>Militar Atendido</td><td>Unidade</td><td>35.000</td><td>-</td><td>33.870</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="6">Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</th></tr>
<tr><th colspan="3">Execução Orçamentária e Financeira</th><th colspan="3">Execução Física - Metas</th></tr>
<tr><td>Valor em 1/1/2015</td><td>Valor Liquidado</td><td>Valor Cancelado</td><td>Descrição da Meta</td><td>Unidade de medida</td><td>Realizada</td></tr>
<tr><td>2.275.736,00</td><td>2.124.324,87</td><td>124.868,09</td><td>Militar Atendido</td><td>Unidade</td><td></td></tr>
</table>

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

No ano de 2015, esta Diretoria solicitou recursos na Ação 212O, movimentação de militares, no valor de R$ 481.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões de reais) e recebeu Cota Orçamentária no valor de R$ 430.100.000,00 (quatrocentos e trinta milhões e cem mil reais). A DCEM no ano corrente publicou, planejou e descentralizou subcotas no valor de R$ 429.911.412,25 (quatrocentos e vinte e nove milhões e novecentos e onze mil, quatrocentos e doze reais e vinte e cinco centavos), perfazendo um percentual de 99,96% de publicação em relação a cota distribuída pela DIORFA.

A gravação dos Mapas Demonstrativos de Despesas (MDD) pelas OM do Exército no ano em tela, representaram um percentual de execução de 98,55%, totalizando um valor de R$ 423.870.874,31 (quatrocentos e vinte e três milhões e oitocentos e setenta mil e oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos).

b) Fatores intervenientes

Não houve, pois o planejamento elaborado pela DCEM e o acompanhamento da execução dos mapas de movimentação gravados pelas OM resultou no cumprimento dos objetivos traçados pelas diretrizes do Diretor e em conformidade com o recurso distribuído.

c) Restos a pagar

A DIORFA informou que o montante inscrito em restos a pagar na Ação 212-O, desta Diretoria, no ano de 2015, foi de R$ 41.797.176,81 (quarenta e um milhões e setecentos e noventa e sete mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), tendo sido liquidado na quase totalidade até a data de 28 MAR 16, restando ainda a ser liquidada o valor de R$ 11.629,00 (onze mil, seiscentos e vinte e nove reais) pertencentes ao 7º Batalhão de Engenharia e Construção.

- **20XE – Sistemas de Comando e Controle do Exército (DCT)**

Quadro 34 – Informações sobre a Ação 20XE

Identificação da Ação						
Código	20XE **Tipo: Atividade**					
Título	Sistemas de Comando e Controle do Exército					
Iniciativa	023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle.					
Objetivo	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre. **Código: 0552**					
Programa	**Política Nacional de Defesa** **Código: 2058** **Tipo: Temático**					
Unidade Orçamentária	52.121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
79.140.113,00	79.140.113,00	64.779.637,72	41.742.168,28	28.090.374,79	13.618.815,17	22.981.468,56

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Dotação para o Exército Brasileiro de sistemas de comando e controle pelas atividades de desenvolvimento, implantação, modernização, manutenção, defesa e integração dos sistemas de comunicações, tanto estratégicos como táticos, de redes de telecomunicação e de informações, com a finalidade de aparelhar o Exército com capacidades de produzir e executar decisões de forma tempestiva com informações precisas e acuradas.	**Sistema mantido - unidade**	**2040**	**0**	**1049**

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
Execução Orçamentária e Financeira	**Execução Física - Metas**

Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
28.967.278,56	25.743.288,25	1.285.713,59	Dotação para o Exército Brasileiro de sistemas de comando e controle	Sistema mantido - unidade	461

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

-Renovação de contratos de licenças de softwares.
-Treinamento/capacitação técnica dos recursos humanos voltados para os Sistemas Corporativos do Exército como SIG, SIMATEX E GPEX.
-Realização e/ou participação em seminários, simpósios, congressos, visitas técnicas.
-Contratação de consultorias.
-Contratação de serviços de manutenção e desenvolvimento dos sistemas.
-Aquisição de passagens voltadas para cumprimento das atividades atinentes aos sistemas sustentados.
- Imagens de alta resolução para a confecção de cartas topográficas como também hardware, suprimentos de informática e equipamentos de impressão de grande e pequeno formato para as unidades de cartografia do Exército, com o objetivo de imprimir as cartas.
- Equipamentos de comunicações, suprimento para manutenção e contratação de transporte rodoviário para distribuição do material de comunicações pelas Organizações Militares pelo Brasil distribuídas.
- Pagamento de passagens e diárias para atender a logística de comunicações.
- Pagamento de despesa com taxa de desembaraço alfandegário de material de comunicações importado, o efeito desse investimento se reflete diretamente na segurança pública, através do aumento da operacionalidade da Força.
-Formação de recursos humanos capacitados nas áreas finalísticas e de apoio.
-Pagamento de contrato da EBNet, a rede interna do Exército (WAN e Internet),e reestruturação/modernização EBNet 2015.
-Prosseguimento no projeto de implantação e modernização de Datacenters do Exército.
-Aquisição de soluções de segurança (softwares e serviços).
-Diárias e passagens para militares em reuniões, inspeções e visitas.
-Ampliação da banda fornecida às Organização Militares em mais de 2x, mediante segregação do tráfego de dados corporativos de internet.
-Ampliação do número de OM com acesso à EBNet.
-Aquisição de materiais e equipamentos para estruturar/modernizar o Sistema de Telemática do Exército.
-Disponibilidade e ampliação do serviços de redes de comunicações para atender às demandas dos Comandos Militares de área.
-Instalação do Projeto Piloto EB Mail/EB Drive no CITEx para posteriormente ser liberado no âmbito da Força.
-Atualização nos serviços de Centrais Telefônicas para manter interoperabilidade entre as Redes de comunicação do EB e MD.
-Melhoria dos processos de Segurança Cibernética de sistemas do SisTEx, contra ataques externos e internos.
- Aquisição de insumos e contratação de serviços para manter os equipamentos de comunicações estratégicas do Exército em condições de uso.

b) Fatores intervenientes

- Aumento do dólar.
- Demora na liberação e descontingenciamento de recursos.
- Contingenciamento dos recursos.

c) Restos a pagar

- O montante de inscrição em restos a pagar em 2015 em grande parte é devido a prestações de serviços forma contínua.
- Foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em 2015. De um valor inscrito de R$ 28.967.278,56 já foram liquidados R$ 25.743.288,25 que corresponderam a aproximadamente 88% do total.

- **2A82 – Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia (DCT)**

Quadro 35 – Informações sobre a Ação 2A82

Identificação da Ação						
Código	2A82 **Tipo: Atividade**					
Título	Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia					
Iniciativa	023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil.					
Objetivo	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.Código: 0552					
Programa	**Política Nacional de Defesa Código: 2058 Tipo: Temático**					
Unidade Orçamentária	52.121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	10.000.000,00	4.943.027,23	1.816.080,84	1.026.352,99	789.727,85	3.126.946,39

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia	**Alunos Capacitados - unidade**	**788**	**0**	**936**

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.824.124,77	2.607.288,47	68.775,06	Graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia	Alunos Capacitados - unidade	936

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

- Formação de 109 engenheiros em 10 especialidades, sendo 39 civis e 70 militares (engenheiros militares).
- Formação em 2015 de 59 mestres e 8 doutores.
- Continuação do desenvolvimento de pesquisas com órgãos de fomento, tais como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES, destacando-se, por exemplo, o projeto (CT-INFRA-FINEP) "Ampliação da Capacidade Instalada de PD&I em Sistemas Mecatrônicos de Caráter Estratégico com Aplicação dual";d) acompanhamento de 30 Processos de Pedido de Depósito de Patente junto ao INPI.
- Participação dos alunos em programas de intercâmbio no exterior na Academia Militar de West Point (4 alunos), na ParisTech Institute des Sciences et Technologies (4 alunos) e, pelo programa governamental Ciência Sem Fronteiras (iniciativa do MCTI e do MEC), em universidades nos E.U.A. Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Países Baixos, Suécia, e Austrália (56 alunos).
- Disseminação do conhecimento produzido no IME com a participação de seus integrantes em congressos e simpósios, bem como publicação de diversos artigos em periódicos e anais de congressos científicos.
- Melhoria da infraestrutura do IME com a aquisição de equipamentos.
- Contratação de serviços, destacando-se a modernização dos Laboratórios de Explosivos da Engenharia Química e de Robótica Industrial de Defesa.

b) Fatores intervenientes

-Morosidade na análise e consequente atraso na aprovação de minutas de editais de processos licitatórios pela Consultoria Jurídica da União do Estado do Rio de Janeiro.
-Grande contingenciamento de recursos que prejudicou a manutenção e a modernização da infraestrutura de ensino e apoio.
-Falta de numerário para pagamento das notas de empenho liquidadas.
-Dificuldade na reposição de professores civis e militares do quadro docente do Instituto e de servidores civis técnico-administrativos.

c) Restos a pagar

-Foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em 2015. De um valor inscrito de R$ 2.824.124,77 já foram liquidados R$ 2.607.288,47 que corresponderam a aproximadamente 92% do total.

- **20XJ – Desenvolvimento Tecnológico do Exército (DCT)**

Quadro 36 – Informações sobre a Ação 20XJ

Identificação da Ação	
Código	20XJ **Tipo: Atividade**
Título	Desenvolvimento Tecnológico do Exército
Iniciativa	023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil.
Objetivo	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.**Código: 0552**
Programa	**Política Nacional de Defesa** **Código: 2058** **Tipo: Temático**

Unidade Orçamentária	52.121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.991.433,00	25.991.433,00	16.577.282,22	9.769.359,53	7.750.724,79	2.018.634,74	6.807.922,69

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Incremento da tecnologia nacional de material de defesa pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil, e pela formação de capital humano, no sentido de se promover o desenvolvimento tecnológico do Exército para ampliação da sua capacidade operativa de defesa. Delimita-se pelas ações de aquisição de materiais e insumos, contratação de serviços e de mão-de-obra temporária para a pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção e modernização de sistemas, protótipos, lotes-piloto, materiais e componentes; Realização de projetos de pesquisa básica, de visitas técnicas e de participações em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior, bem como Aquisição de maquinários, equipamentos, ferramental e complementos; Treinamentos e demais capacitações técnicas de pessoal; estudos, elaboração e gestão de projetos; celebração e acompanhamento de contratos; acompanhamento jurídico; administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção da infraestrutura de Ciência e Tecnologia: laboratórios, linhas de produção, oficinas, depósitos, e outros (instalações, equipamentos e materiais); Aquisição de meios de apoio para a execução das atividades como: material de informática, material de escritório, material de expediente e publicações diversas. Cooperação na área científico-tecnológica, intercâmbio de experiências e parcerias estratégicas de interesse das demais Forças Armadas, por meio do desenvolvimento de pesquisas, equipamentos, insumos, da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas; e Execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas ou	Pesquisa realizada - unidade	77	0	66

privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro; bem como pela cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.292.321,26	7.136.319,01	66.531,42	Incremento da tecnologia nacional de material de defesa pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil, e pela formação de capital humano, no sentido de se promover o desenvolvimento tecnológico do Exército para ampliação da sua capacidade operativa de defesa.	Pesquisa realizada - unidade	30

ANÁLISE SITUACIONAL

a) Execução das metas

-Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual.
-Aquisição de uniformes para Divisão Industrial no AGR.
-Manutenção e reparo em máquina de costura no AGSP.
-Manutenção, ampliação e instalação de linhas de produção de PRODE e aumento da eficiência produtiva dos Arsenais de Guerra.
-Aquisição de insumos em apoio às atividades de produção de PRODE.
-Contratação de serviços de manutenção em equipamentos e máquinas em apoio às atividades de produção de PRODE.
-Aquisição de material de processamento de dados em apoio às atividades de produção de PRODE.
-Aquisição de softwares para apoio às atividades de produção de PRODE.
-Aquisição de máquinas em apoio às atividades de produção de PRODE.
-Capacitação de pessoal envolvido nas atividades de produção do PRODE dos Arsenais de Guerra.
-Contratação de cursos para capacitação de pessoal envolvido nas atividades de produção de PRODE.
-Contratação de cursos para capacitação de pessoal envolvido nas atividades de desenvolvimento de MEM.
-Aquisição de diárias e passagens para pessoal envolvido nas atividades de desenvolvimento de MEM.
-Aquisição de material de TI usado no processo de desenvolvimento de MEM.
-Aquisição de insumos para apoio nas atividades de desenvolvimento de MEM.
- Finalização do desenvolvimento e integração do Protótipo Operacional da TORC 30.
- Conclusão P&D da 2ª fase do Radar SENTIR M20.

- Início da avaliação do Radar SENTIR M20 pelo Centro de Avaliação do Exército (CAEx).
- Encerramento da 2ª etapa da P&D; prosseguimento da 3ª etapa do projeto do RADAR SABER M200.
- Negociação do contrato de colaboração financeira entre BNDES-CTEx-FAPEBBRADAR, para início da 4ª etapa do Radar SABER M200 (INOVA AERODEFESA 2013).
- Início da modernização do Radar SABER M60; início da P&D projeto do RADAR de Vigilância e Alerta Antecipado para Baixa e Média Alturas- SABER M200 VIGILANTE.
- Apoio à avaliação do protótipo VLEGA GAÚCHO.
- Acompanhamento técnico das etapas do projeto do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC).
- Acompanhamento técnico das etapas do projeto do Foguete Guiado (FG); prosseguimento da P&D de módulos e sistema do projeto RDS – 1ª e 2ª fases.
- Início do contrato de desenvolvimento da forma de onda STANAG5066 com a Fundação CpqD; prosseguimento das atividades para o aperfeiçoamento do projeto do Míssil Superfície-Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC).
- Prosseguimento no desenvolvimento de tecnologia para as Pilhas Térmicas Híbridas de 3ª Geração.
- Conclusão da P&D de Sistemas de Monitoramento do Espectro Eletromagnético – Projeto AURORA; acreditação do Laboratório de Química Militar (LQM/CTEx - ensaio de medida de velocidade de queima de propelentes), do Laboratório de Materiais (LM/CTEx - ensaios de dureza Rockwell nas escalas B e C)) e do Laboratório de Análises Químicas (LAQ/CTEx).
– Ensaio para identificação de ácidos alquilfosfônicos por cromatografia em fase gasosa acoplada à espectrometria de massas), pelo INMETRO, segundo os requisitos estabelecidos na ABNTNBR ISO 17025:2005; modernização, manutenção e expansão da infraestrutura dos laboratórios e dos projetos de apoio à P&D de PRODE do Complexo de Guaratiba.
- Aquisições de materiais, equipamentos e contratação de serviços visando a adequação da infraestrutura e instalações do CAEx para a implantação do Laboratório de Análise de Material de Intendência (LAMI).
- Aquisição de materiais de consumo (combustível, munição, informática, expediente etc), aquisição de equipamentos e a contratação de manutenção de equipamentos possibilitando manter a infraestrutura de testes em condições adequadas para cumprir as normas vigentes nas avaliações de MEM e PCE.
-Modernização e urbanização do Paiol 1 e 2 e adequação das pistas de testes a fim de ampliar a capacidade de testes do CAEX.
- Diárias e transporte para militares e civis durante a execução das avaliações.
-Reforma Predial no AGGC (manutenção de instalações industriais e realização de serviço de instalação elétrica).
-Reforma Predial no AGSP (instalação de forro de PVC).
-Aquisição de máquina lavadora de peças, ventilador industrial, mobiliário industrial e máquina de costura, todos no AGSP.
-Criação do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (IDQBRN).
-Aquisição de equipamentos para o Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (IDQBRN).
-Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Medidas Eletromagnéticas (LME), referente à contrapartida financeira do Programa INOVA AERODEFESA.

b) Fatores intervenientes

-Demora na tramitação dos pareceres jurídicos necessários para o prosseguimento dos processos de aquisição de bens/execução de serviços tornam morosos e burocráticos os processos de execução dos planejamentos.
-Demora na liberação e descontingenciamento de recursos.
-Contingenciamento dos recursos.

c) Restos a pagar

-Projetos/atividades são desenvolvidos por meio de contratos que possuem cronogramas plurianuais, de forma que os recursos empenhados para as diversas fases previstas nos contratos (principalmente os de P&D) somente serão liquidados após o cumprimento de tais etapas.
-Foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em 2015. De um valor inscrito de R$ 8.292.321,26 já foram liquidados R$ 7.136.319,01 que corresponderam a aproximadamente 86% do total.

- **8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro (DECEx)**

Quadro 37 – Informações sobre a Ação 8965

Identificação da Ação						
Código	8965 **Tipo:** Atividade					
Título	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro					
Iniciativa	Formação e capacitação de recursos humanos do Exército					
Objetivo	Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar **Código: 0542**					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.400.000,00	64.683.000,00	64.640.122,69	52.698.100,42	39.108.653,27	13.589.447,15	11.940.942,27

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Aluno capacitado	Unidade	17.197	x	15.563

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
11.578.889,47	10.405.926,69	210.455,87	Aluno capacitado	Unidade	1.780

ANÁLISE SITUACIONAL

Os recursos da Ação 8965, cujo montante é o mais expressivo do DECEx, foram utilizados para o cumprimento dos objetivos de melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes, em capacitação técnica e na aquisição de bens, materiais de consumo e na prestação dos serviços abaixo discriminados, visando atender à preparação e à execução das atividades de ensino em diversas Escolas distribuídas pelo território nacional, tais como: Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Formação Complementar (EsFCEx), Escola de Sargentos da Armas (EsSA), Escola de Instrução Especializada (EsIE), Escola de Saúde (EsSEx), Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EASA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), cinco Centros e 45 Núcleos de Preparação de Oficias da Reserva, além de inúmeros Centros de Instrução com especialidades específicas, como Guerra na Selva, Paraquedista, Caatinga, Pantanal, Foguetes, Operações Especiais, Aviação do Exército, Engenharia de Construção.

Em linhas gerais, os recursos da referida Ação foram empregados com as seguintes finalidades:

- Aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, informática, etc.) e permanente diversos (mobiliários, aparelhos e equipamentos de informática) destinados à adequação das instalações utilizadas em proveito do ensino.
- Manutenção e conservação de bens imóveis utilizados em proveito das atividades de ensino.
- Contratação de serviços em apoio ao ensino.
- Despesas relacionadas com o transporte de militares para as atividades de preparação, avaliação e de coordenação do ensino e deslocamentos dos alunos para exercícios e em cooperação de instruções.

Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação descritos acima, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação dos projetos diretamente envolvidos com as atividades educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino, tais como:

- PROCAP/SAU, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos profissionais de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Médicos Veterinários e Enfermeiros, profissionais de saúde que encerram as fileiras da Força.
- Cursos nos níveis de pós-graduação e capacitação por meio do EAD/DECEx.
- Curso de idiomas do Centro de Estudo de Pessoal/Forte Duque de Caxias.
- Cursos em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais.
- Curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais (CHQAO) na Escola de Instrução Especializada.
- Curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME).
- Implantação do ensino por competência.
- Estágios/seminários de atualização pedagógica.
- Início da implantação do Centro de Ensino a Distância do Exército (CEADEx).

2.3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

2.3.1. Programação de Despesa

O presente item foi elaborado a partir da análise da evolução orçamentária e da execução da despesa propriamente dita, de maneira a evidenciar as variações ocorridas, com o objetivo de fornecer uma perspectiva sobre o assunto abordado.

Preliminarmente, com relação à dotação orçamentária inicial consignada para a Unidade Orçamentária Comando do Exército, cabe ressaltar que de maneira global, incluindo as despesas de pessoal, o exercício financeiro de 2015 recebeu um acréscimo de aproximadamente 10 % (dez por cento) com relação ao exercício imediatamente anterior.

A despeito do acréscimo observado na dotação orçamentária consignada na rubrica entre os exercícios abordados, verificou-se um decréscimo de ordem superior a 12% (doze por cento) no montante total de despesas correntes e superior a 5% (cinco por cento) nos investimentos, sem considerar despesas consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.

No tocante aos investimentos acrescidos com as despesas consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento, ressalta-se que houve um acréscimo de aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) na dotação.

Com relação à execução das despesas propriamente ditas, o montante total autorizado, incluindo as despesas de pessoal, sofreu um acréscimo de aproximadamente 7% (sete por cento) entre os exercícios de 2014 e 2015.

Diverso do observado no acréscimo de autorização total e nas dotações consignadas para despesas correntes e investimentos, o exercício de 2015 apresentou forte declínio nas autorizações para execução de tais despesas.

As despesas correntes sofreram redução do montante total autorizado para execução de ordem de superior a 21% (vinte e um por cento), enquanto os investimentos, desconsiderado o Programa de Aceleração do Crescimento, sofreram redução superior a 30% (trinta por cento). A autorização para execução de despesas constantes no Programa de Aceleração do Crescimento apresentou comportamento semelhante, de maneira que apresentou redução de 29% (vinte e nove por cento) do total autorizado com relação ao exercício anterior.

Cabe evidenciar também que apesar de ter ocorrido, entre o exercício de 2014 e 2015, acréscimo na rubrica registrada para emendas parlamentares de aproximadamente 41% (quarenta e por cento), a autorização para a execução de tais despesas sofreu um decréscimo superior à 90% (noventa por cento).

O Comando do Exército recebe anualmente vultosos recursos oriundos de órgãos diversos, a fim de apoiar operações e ações subsidiárias. Sobre os destaques recebidos, vale destacar que entre os períodos abordados houve um acréscimo de aproximadamente 3% (três por cento).

2.3.2. Realização da Despesa

2.3.2.1. Realização da Despesa por Modalidade de Contratação

Tabela 5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos(valores em R$ 1,00)

Unidade Orçamentária: Comando Exército	Código UO: 52121	UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército		
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa Paga**	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
1. Modalidade de Licitação	**981.876.054,68**	**3.616.119.086,45**	**695.347.119,02**	**2.924.136.837,10**
a) Convite	**266.021,19**	**1.614.124,42**	**118.636,45**	**1.373.146,19**

Unidade Orçamentária: Comando Exército	Código UO: 52121	UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército		
b) Tomada de Preços	6.377.215,09	66.431.120,52	3.309.177,52	52.579586,45
c) Concorrência	25.770.356,21	286.229.277,79	13.002.591,85	215.530.497,44
d) Pregão	949.403.729,25	3.192.540.775,32	678.877.625,31	2.605.428.000,82
e) Concurso	58.505,06	45.927,92	38.860,01	36.810,09
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	227,88	69.257.860,48	227,88	49.188.795,21
2. Contratações Diretas	727.942.689,27	2.153.892.744,03	531.185.366,58	1.830.394.477,21
g) Dispensa	247.392.559,56	546.307.741,58	204.417.405,77	458.122.880,01
h) Inexigibilidade	480.550.129,70	1.607.585.002,45	326.767.960,80	1.372.271.597,62
3. Regime de Execução Especial	23.295.649,40	46.376.774,88	23.295.649,40	38.561.715,74
i) Suprimento de Fundos	23.295.649,40	46.376.774,88	23.295.649,40	38.561.715,74
4. Pagamento de Pessoal	30.665.768.000,54	27.784.164.520,77	30.663.731.977,73	27.781.775.049,28
j) Pagamento em Folha	30.637.818.059,45	27.699.464.500,68	30.637.818.059,45	27.699.449.615,33
k) Diárias	27.949.941,10	84.700.020,09	25.913.918,29	82.325.433,95
5. Outros	1.180.797.102,84	0,00	1.133.247.820,94	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	33.579.679.496,73	33.600.553.126,13	33.046.807.933,67	32.574.868.079,33

2.3.2.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da unidade

Tabela 6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Recebidos – TOTAL (R$ 1,00)

Unidade Orçamentária: Comando do Exército				Código UO: 52121		UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 - Despesas de Pessoal	30.637.818.059,47	27.699.464.500,68	30.637.818.059,47	27.699.464.500,68	6.300,72	0,00	30.637.818.059,47	27.699.464.500,68
Vencimentos e Vant. Fixas	10.528.777.921,56	9.361.313.477,09	10.528.777.921,56	9.361.313.477,09	0,00	0,00	10.528.777.921,56	9.361.313.477,09
Pensões	10.234.958.909,94	9.347.610.933,53	10.234.958.909,94	9.347.610.933,53	0,00	0,00	10.234.958.909,94	9.347.610.933,53
Aposentadorias e Reformas	8.848.510.410,22	8.027.715.101,70	8.848.510.410,22	8.027.715.101,70	0,00	0,00	8.848.510.410,22	8.027.715.101,70
Demais elementos do grupo	1.025.570.817,75	962.824.988,36	1.025.570.817,75	962.824.988,36	6.300,72	0,00	1.025.570.817,75	1.353.190.034,25
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	4.587.313.558,77	3.248.507.710,56	3.611.819.791,11	2.640.241.979,40	200.095.078,49	118.971.469,41	3.247.365.133,13	2.519.732.713,83
Material de consumo	1.238.754.480,82	1.100.257.792,74	709.358.102,47	714.933.134,76	98.593.002,55	67.599.140,10	515.262.595,51	662.835.402,46
Outros Serviços de Terceiros	1.021.931.530,35	903.037.519,03	780.678.673,42	706.999.952,12	76.159.691,78	50.709.496,86	682.093.399,37	645.055.077,43
Serviços de Terceiros PF	855.103.611,93	8.370.899,28	703.965.336,88	7.573.997,84	24.159,76	32.731,25	699.884.799,89	7.377.236,77
Demais elementos do	1.471.523.935,67	1.236.841.499,51	1.417.817.678,34	1.210.734.894,68	25.318.224,40	625.101,20	1.350.124.338,36	1.204.464.991,17

grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4 - Investimentos	1.166.286.522,2	1.319.285.334,01	553.559.154,74	525.975.683,94	325.534.081,02	725.319.724,44	323.814.335,56	468.623.816,62
Material Permanente	666.230.102,33	763.513.650,79	373.061.412,57	346.526.037,35	106.138.193,28	669.628.441,11	189.881.328,85	302.397.389,23
Obras e Instalações	224.647.760,35	251.667.697,42	53.284.578,99	48.253.156,49	166.530.198,68	49.937.230,25	31.281.534,67	42.825.739,01
Outros serviços de Terceiros	193.914.579,83	257.473.797,02	76.817.581,66	107.885.950,09	24.634.467,35	3.867.328,72	60.309.024,30	101.483.963,20
Demais elementos do grupo	81.494.079,69	46.630.188,78	50.395.581,52	23.310.540,01	28.231.221,71	1.886.724,36	42.342.447,74	21.916.725,18
5 - Inversões Financeiras	∑	∑	∑	∑	∑	∑	∑	∑
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
...								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	∑	∑	∑	∑	∑	∑	∑	∑
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
...								
Demais elementos do grupo								

Da análise das tabelas acima, cabe discorrer, no que se refere às alterações significativas ocorridas no exercício, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo de despesa, que foi mantida certa proporcionalidade entre os exercícios, sendo que, de maneira geral, as alterações observadas são resultantes da própria alteração na dotação orçamentária consignada a esta UPC.

Na tabela 5, o montante de recursos executado na modalidade suprimento de fundos se deve às características de emprego e à grande capilaridade do Exército Brasileiro, se fazendo presente nos mais distantes rincões do território nacional, impossibilitando, em algumas circunstâncias, a utilização do procedimento usual de contratação pela administração pública. Assim, é necessário salientar que a participação em operações fronteiriças, em especial na região amazônica, envolve deslocamentos de tropas e equipamentos com características ímpares, exigindo a disponibilização de recursos de maneira tempestiva e que possibilite os desdobramentos necessários da atividade militar. Ademais, a presença de tropa brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) também demanda a utilização dessa modalidade, uma vez que é inviável a utilização do instrumento do empenho para a realização de algumas despesas naquele país.

Ressalta-se a redução de aproximadamente 29% (vinte e nove por cento) no tocante à execução de despesas com diárias, em função de racionalização sistemática nos processos da Instituição.

Com relação à concentração de contratações realizadas via dispensa ou inexigibilidade, cabe argumentar em relação às contratações realizadas por meio de inexigibilidade, que aproximadamente 50 % (cinquenta por cento) do total executado por esta modalidade relacionam-se com aquisições de objetos detentores de particularidades únicas, como os blindados da família Guarani, materiais e equipamentos do Sistema ASTROS e materiais e equipamentos de artilharia antiaérea. Dotados das mesmas característica peculiares, pouco mais de 20% (vinte por cento) relacionam-se à aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

Evidencia-se ainda, que pouco mais de 10% (dez por cento) das execuções realizadas por meios de inexigibilidade referem-se a gastos realizados com instituições médicas variadas, que mantém convênios de atendimento ao pessoal militar, civil e respectivos dependentes.

O restante dos valores apresentados na modalidade de contratação abordada relacionam-se com empresas de saneamento de água e esgoto, e aquisição de munições, dentre outras despesas de pequeno vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, o montante mais proeminente refere-se às contratações realizadas pelo Sistema de Monitoramento de Fronteiras, somando mais de 41% (quarenta e um por cento) do total executado nesta modalidade de contratação. Seguindo, tem-se a obtenção de Material de Emprego Militar - MEM, com participação de pouco mais de 24% (vinte e quatro por cento). Evidencia-se também que pouco mais de 22% (vinte e dois por cento) relacionam-se aos pagamentos de concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, de maneira que o restante divide-se em aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender as peculiaridades da preparação e emprego do Exército Brasileiro.

No que se refere ao contingenciamento no exercício, este se configura o maior empecilho, de maneira que a falta de tempestividade na liberação de recursos, inviabiliza, por vezes, a correta execução do planejamento.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. Introdução

Neste item, serão apresentados:

a) Resultados obtidos no nível do ODG, ou seja, politico-estratégico, por meio de realizações de cada uma das subchefias do EME e que impactam na gestão e operação de toda FT.

b) Atividades relacionadas ao efetivo desempenho da Força Terrestre no cumprimento de sua missão constitucional, ou seja, as operações.

c) As atividades da engenharia do Exército no desenvolvimento nacional.

d) O Projeto Estratégico SISFRON.

e) Exemplo de racionalização administrativa adotada pelo Exército, em especial no trabalho das bases administrativas.

f) Indicadores de desempenho estratégicos.

2.4.2. Realizações do ODG

O Estado-Maior do Exército, como Órgão de Direção Geral, vem coordenando trabalhos no sentido de elevar o Exército Brasileiro a um novo patamar. Para tal, investe tempo e recursos (humanos e financeiros) na condução do processo de transformação. Esta transformação aumentará a participação da Força Terrestre no cenário nacional e internacional, ao mesmo tempo em que dará respaldo para o Brasil se posicionar, cada vez mais, como um ator global e com prontidão para atuar em qualquer área de interesse.

Nesse sentido, as Subchefias do EME e os ODS desenvolvem objetivos que apresentam resultados em diversos campos de atuação:

2.4.2.1. 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão do Pessoal)

a) Principais realizações

Implantação da Sistemática de Aproveitamento de Qualificações Específicas para os militares de carreira; Adoção do critério de merecimento como única forma de acesso ao posto de coronel; Desenvolvimento do novo plano de carreira (em parceria com a Fundação Getúlio Vargas); Diminuição gradativa do quantitativo de ingresso de oficiais e sargentos de carreira; Execução de processo de racionalização administrativa; e Criação do Centro de Educação à Distância.

b) Resultados obtidos

Melhoria no aproveitamento de capacitações, vocações e talentos individuais de militares em áreas de interesse da Instituição; Aumento da motivação e retenção de pessoal especializado; Valorização da meritocracia; Redução das despesas com pessoal inativo e pensionista (longo prazo); Redução de aproximadamente 20000 (vinte mil) cargos previstos na estrutura do Exército (longo prazo); e Racionalização do ensino, alterado cursos e estágios da modalidade presencial para a modalidade à distância.

c) Dificuldades enfrentadas

Com relação à Sistemática de Aproveitamento de Qualificações Específicas para os militares de carreira, a dificuldade enfrentada está sendo a preparação de toda a regulamentação interna como, por exemplo, a elaboração das instruções reguladoras do processo seletivo, previsão das habilitações nos Quadros de Cargos, adoção das regras de progressão na carreira etc.

Não são visualizados óbices para as demais realizações apresentadas.

d) Análise Crítica

As realizações na área de gestão de pessoal estão alinhadas com a busca de novos mecanismos que viabilizem cada vez mais a meritocracia, a atração, retenção e motivação do capital intelectual, impactando positivamente não só para o Exército (perspectiva interna), quanto para toda a sociedade (perspectiva externa). Ademais, as realizações que resultarão em redução dos efetivos, principalmente de militares de carreira, trarão benefícios diretos considerando o aspecto orçamentário-financeiro para o Sistema de Proteção Social dos militares.

2.4.2.2. 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão da Informação)

a) Principais realizações

A 2ª Subchefia formulou, propôs e manteve atualizadas, no nível de direção geral, as diretrizes estratégicas concernentes ao Sistema de Informação do Exército (SINFOEx);planejou, orientou, coordenou e avaliou, no nível de direção geral, as atividades referentes aos sistemas de: Comando e Controle (C²), Comunicações (Com), Tecnologia da Informação(TI), Guerra Eletrônica (GE), Imagens, Informações Geográficas e Meteorológicas (Imag Info Geo e Meteo), Informações Operacionais, Informações Organizacionais, Inteligência, Comunicação Social e Operações Psicológicas; bem como aos assuntos referentes ao Setor Cibernético e ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²), objetivando a otimização do processo decisório no âmbito da Força e participou da formulação e da evolução das Doutrinas de Informação e de Comando e Controle.

Durante o ano de 2015, o DCT realizou incremento da tecnologia nacional de material de defesa pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil, e pela formação de capital humano, no sentido de se promover o desenvolvimento tecnológico do Exército para ampliação da sua capacidade operativa de defesa.

b) Resultados obtidos

A 2ª Subchefia conseguiu empregar de maneira criteriosa os recursos recebidos no ano de 2015, tendo em vista que os recursos alocados foram abaixo dos planejados. Tendo desta maneira que priorizar as Áreas mais críticas e mais impactantes.

Conseguiu dotar o Exército Brasileiro de sistemas de comando e controle pelas atividades de desenvolvimento, implantação, modernização, manutenção, defesa e integração dos sistemas de comunicações, tanto estratégicos como táticos, de redes de telecomunicação e de informações, tendo como finalidade aparelhar o Exército com capacidades de produzir e executar decisões de forma tempestiva com informações precisas e acuradas.

c) Dificuldades enfrentadas

A dificuldade que influenciou o atingimento das metas residiu na limitação orçamentária alocada. Ademais, a tardia liberação de créditos também impactou a consecução de contratos, gerando inscrição em restos a pagar. Ainda neste contexto, dificuldades financeiras das empresas geraram impacto no atingimento de metas.

d) Análise Crítica

A 2ª Subchefia deixou de realizar alguns cursos a Distância, cursos esses realizados pelo DECEx, tendo em vista que o contingenciamento sofrido afetou diretamente essa área.

Percebe-se que as atividades realizadas estão diretamente associadas ao Plano Estratégico do Exército e aos objetivos setoriais estabelecidos. A consecução da maioria das metas demonstra gestão adequada dos recursos alocados. Neste sentido, em que pese a limitação orçamentária, verifica-se que a cooperação na área científico-tecnológica, intercâmbio de experiências e parcerias estratégicas de interesse das demais Forças Armadas, por meio do desenvolvimento de pesquisas, equipamentos, insumos, da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-

científicas e execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro; bem como pela cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas mitigou os impactos.

2.4.2.3. 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Operações e Doutrina)

a) Principais realizações

Ainda que as operações sejam realizadas pelos Comandos Militares de Área, sob a direção do COTER, a 3ª Subchefia tem participação direta, uma vez que coordena, no nível de direção geral, as atividades relacionadas com o preparo e a orientação do emprego da Força Terrestre, no Brasil e no exterior. Assim, foram executados exercícios para experimentação doutrinária (Criação da Brigada de Infantaria Mecanizada, Criação do Batalhão de Inteligência Militar, entre outras); Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Operação São Francisco, MERCOSUL e Dourados); Operações na Faixa de Fronteira (Operação Amazônia Oriental, Fronteira Sul, Fronteira Protegida, Abafa, entre outras); Operações Conjuntas na Faixa de Fronteira (Operação Ágata 9, Ágata 10, Atlântico e Anhanduí); Operações de Apoio aos Programas e Órgãos do Governo (Operação Mais Médicos, Expedicionários da Saúde, ENEM, entre outras); Operações de Apoio à Defesa Civil (Operação PIPA, Dengue, Mariana, Enchentes do Sul, entre outras); e Operações Internacionais (Operação MINUSTAH, MONUSCO, GMI, entre outras).

b) Resultados obtidos

Reformulação da Doutrina Militar Terrestre; Redução da criminalidade e restabelecimento da paz social na região do Complexo da Maré; Controle das fronteiras e redução dos crimes transfronteiriços; Controle dos crimes ambientais, apreensão de armas, munição e veículos furtados; Melhorias na distribuição e atendimento médico na Região Amazônica, transportando médicos para cidade de difícil acesso; Complementação da distribuição de água nas regiões em situação de emergência; e Ajuda no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010.

c) Dificuldades enfrentadas

Em linhas gerais, não foram encontradas dificuldades em executar as atividades doutrinárias, a cargo da 3ª Subchefia do Estado-Maior de Exército, previstas para 2015, pela coerência entre planejamento e a execução dos recursos financeiros provenientes da Ação Orçamentária 4450 (Preparo da Força). Porém, algumas atividades doutrinárias ficaram limitadas pela ausência de Material de Emprego Militar, que não pode ser adquirido e pela adequação dos recursos financeiros da Ação Orçamentária 4450.

d) Análise Crítica

A 3ª Subchefia de Estado-Maior do Exército cumpriu o máximo do planejamento que as dificuldades materiais e orçamentárias permitiram, buscando realizar um emprego judicioso dos recursos financeiros alocados e construindo soluções consensuais com o Ministério da Defesa, o Órgão de Direção Operacional, os Órgãos de Direção Setorial e os Comandos Militares de Área. Com a migração do C Dout Ex para o COTer, o planejamento do recurso da Ação Orçamentária 4450 também caberá ao Órgão de Direção Operacional (ODOp).

2.4.2.4. 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Logística)

a) Principais realizações

Resumindo o descrito no item 2.2.2.2, deste relatório, a 4ª SCh/EME adquiriu diversos itens que compõem os QDM das diversas unidades espalhadas pelo Brasil, bem como procurou atender as necessidades específicas de tropas especiais.

Houve investimentos em modernizações de interesse da Força Terrestre, tanto na Indústria de Defesa, quanto em empresas estrangeiras.

Outra área que recebeu significativos investimentos foi a tecnológica, com a continuação no desenvolvimento de diversos projetos.

b) Resultados obtidos

A meta quantificável a ser atingida pelo PEE OCOP é dotar o Exército Brasileiro, num período de 10 (dez) anos, com meios operacionais que preencham pelo menos 80% (oitenta por centro) do quadro de QDM, com produtos de alta qualidade e desempenho operacional, que permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Em 2015, apesar de uma dotação da ordem de R$ 185 MILHÕES, foram efetivamente liberados para empenho (e empenhados) da ordem de R$ 142 MILHÕES. Esses resultados contribuíram, não dentro do planejamento inicial, mas do possível, com o prosseguimento do PEE OCOP.

c) Dificuldades enfrentadas

O atraso na aprovação da LOA/2015 dificultou muito o planejamento e o início da execução orçamentária do ano de 2015.

A dotação orçamentária foi insuficiente para atender a todas as demandas planejadas, o que fez com que a gerência do projeto adequasse seus planejamentos à redução do orçamento, priorizando o que era essencial para realização no exercício referência.

As restrições impostas pela Portaria Nº 172, de 27 de maio de 2015, do MPOG, no que tange principalmente à proibição para aquisição de viaturas militares dificultaram o atendimento de necessidades específicas, e ainda houve dificuldades da indústria nacional em atender às necessidades apresentadas.

Houve muita demora na aprovação dos processos licitatórios pela Advocacia-Geral da União (AGU), o que trouxe grandes transtornos para a administração.

d) Análise Crítica

O Projeto Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena está cumprindo com o objetivo de dotar as organizações militares de material de emprego militar, imprescindível ao seu emprego operacional, mas na medida de suas restrições. Conforme aumenta o aporte de recursos destinados a este PEE, há uma aceleração no alcance do objetivo final, na mesma proporção que quando há redução no orçamento, o alcance se estende pelo tempo.

2.4.2.5. 5ª Subchefia do Exército (Gestão Internacional e Ambiental)

a) Principais realizações

Emprego de equipes móveis de treinamento (EMT) para adestrar militares de nações amigas; Instrução de Guerra na Selva para tropas de países amigos (China e Senegal); Curso de alto nível na língua inglesa; Criação do “Projeto África”; 16 (dezesseis) Conferências/reuniões bilaterais; 3 (três) Exercícios/treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil; 5 (cinco) Exercícios/treinamentos em conjunto no exterior, Envio de militares para organizações de ensino como oficiais de ligação, instrutores ou monitores; e Contribuição com 853 (oitocentos e cinquenta e três) militares em missão de paz sob égide da ONU; Designação de 59 (cinquenta e nove)

militares para o Programa Ciência sem Fronteira; e Participação em conselhos, comissões e grupos de trabalho nos assuntos de meio ambiente.

b) Resultados obtidos

Promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências nas áreas de Política e estratégia; Ampliação da Diplomacia Militar; Fomento a cooperação, integração e confiança recíproca com Exército Africanos; Aumento da presença brasileira na Namíbia, Angola, Moçambique e Senegal; e Aumento do número de vagas no Plano de Cursos e Estágios para militares estrangeiros no Exército Brasileiro.

c) Dificuldades enfrentadas

As restrições orçamentárias vem prejudicando a eficiência e a eficácia dos trabalhos da diplomacia militar com o cancelamento de atividades internacionais. O descompasso existente na gestão ambiental entre as prioridades do EB, o orçamento disponível e os princípios que regem a sustentabilidade ambiental.

d) Análise Crítica

No momento atual as restrições orçamentárias têm trazido reflexos negativos na atuação da Força Terrestre para a capacitação de recursos humanos no exterior, na cooperação com países de nações amigas e na busca de novas oportunidades.

2.4.2.6. 6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão Orçamentária)

a) Principais realizações

Elaboração do PPA 2016-2019; captação das Necessidades Gerais do Exército (NGE) a partir de informações geradas pelos Órgãos de Direção Setoriais (ODS); elaboração da pré-proposta orçamentária (PPO) do Exército; criação de Planos Orçamentários; mudanças na caracterização de ações visando adequar ao interesse da Força Terrestre; proposta de criação das ações para o Projeto Amazônia Conectada e para o Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC), com a intermediação da Assessoria Especial de Orçamento e Finanças, obtendo-se a inserção de iniciativas no Programa de Comunicações; emissão de diretrizes, acompanhamento e validação de alterações orçamentárias no SIOP; acompanhamento da execução orçamentária no SIAFI; confecção de 5.800 notas de movimentação de créditos e 3.790 notas de dotação; acompanhamento diário dos créditos recebidos por meio de destaques e suas descentralizações; acompanhamento e controle diário dos créditos e limites orçamentários nas Unidades Gestoras e Unidades Orçamentárias do Exército; análise e aprovação de 77 (setenta e sete) instrumentos de parceria; revisão e alteração da Portaria nº 796, de 28 Dez 2011, que trata dos IP, com a aprovação da Portaria nº 416, que aprovou a EB 10 IG 01.016; atendimento de cerca de 130 (cento e trinta) obras em unidades na região do Programa Calha Norte - PCN, num total de R$ 18,0 milhões (administrados pelo DEC); gestão de cerca de R$ 345,5 milhões nas Ações inseridas no PAC (SISFRON, GUARANI e ASTROS 2020) e R$ 430,0 milhões nas demais Ações do EME; gerenciamento de valores em torno de R$ 28,5 milhões, sendo que para adequação à infraestrutura dos PEF na região do PCN (Ação 2452) foram empregados R$ 9,0 milhões, e R$ 19,5 milhões para o desenvolvimento sustentável da região do PCN (Ação 20X6); elaboração da Diretriz de Ajuste Orçamentário do Exército.

b) Resultados obtidos

O acompanhamento preciso da situação orçamentária do Brasil e os reflexos para a área de da Defesa e o Comando do Exército permitiram o assessoramento oportuno e eficaz ao Chefe do

Estado-Maior do Exército e ao Comandante do Exército na aplicação dos recursos orçamentários colocados a disposição do Exército.

c) Dificuldades enfrentadas

A restrição orçamentária causou impacto grande no atendimento das demandas previstas e inopinadas.

d) Análise Crítica

A 6ª Subchefia do Exército contribuiu para a melhoria da gestão orçamentária do Exército Brasileiro, realizando a programação orçamentária frente a cenários indefinidos, descentralizando recursos para órgãos e acompanhando a execução orçamentária. Com isso, os recursos destinados ao Exército Brasileiro foram bem utilizados e permitiram a realização de parcela considerável das atividades previstas para a Força Terrestre no ano de 2015.

2.4.2.7. 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Planejamento Estratégico)

a) Principais realizações

Atualização do Plano Estratégico do Exército 16-19; Concepção Estratégica do Exército; Construção das árvores de indicadores dos Órgãos de Direção Setorial; Elaboração dos Contratos de Objetivos Estratégicos.

b) Resultados obtidos

Aperfeiçoamento da fase 7 do Sistema de Planejamento do Exército (medição); Mais transparência na destinação de recursos; Melhora no acompanhamento da execução físico-financeira.

c) Dificuldades enfrentadas

A dificuldade determinante para atingir as metas residiu na limitação orçamentária alocada. Ademais, a tardia liberação dos créditos também impactou a consecução de contratos, gerando inscrição em restos a pagar.

d) Análise Crítica

Percebe-se que as atividades realizadas estão diretamente associadas ao Plano Estratégico do Exército. Este fato demonstra, claramente, a evolução da cultura organizacional no sentido de alinhar as ações ao planejamento realizado. A mudança desta cultura tem gerado benefícios à gestão, na medida em que as ações, no seu amplo espectro, tendem a seguir as previsões e permitem, desta forma, o adequado direcionamento dos recursos disponibilizados à Instituição. Neste sentido, em que pese a limitação orçamentária, foi possível evoluir na sistemática de planejamento, mormente na fase de orçamentação e medição, cujo resultado é permitir, cada vez em um patamar mais elevado, a adequada aplicação dos recursos de investimento destinados à Força.

2.4.3. Operações militares e outras atividades

2.4.3.1. Exercício para Experimentação Doutrinária

a) Definição

A Experimentação Doutrinária é uma operação e/ou exercício realizado conforme o planejamento operacional da Força para buscar subsídios, lições aprendidas, informações sobre a reformulação da Doutrina Militar Terrestre (DMT).

b) Operações realizadas

Em 2015, ocorreram 08 (oito) exercícios de Experimentação Doutrinária: Criação da Brigada de Infantaria Mecanizada, criação do Batalhão de Inteligência Militar, Criação do 3º e 9º Grupamento Logístico, criação da Bateria de Busca de Alvo, criação do 4º Grupamento de Engenharia.

c) Exemplificação

Destacamos a criação do Batalhão de Inteligência Militar, organização militar que realizará a busca de conhecimento de maneira compartilhada com agências de inteligência.

d) Resultados obtidos

Reformulação da Doutrina Militar Terrestre (DMT) em consonância com a evolução da arte da guerra.

2.4.3.2. Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

a) Definição

Operação de Garantia da Lei e da Ordem é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento, previstos no art. 144 da CF88.

b) Operações realizadas

Em 2015, ocorreram 03 (três) operações de GLO: SÃO FRANCISCO, MERCOSUL e DOURADOS.

c) Exemplificação

Destacamos a Operação São Francisco realizada no Rio de Janeiro-RJ, por aproximadamente 8 meses de duração. A operação teve por finalidade a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio nas comunidades do Complexo da Maré. Ocorreu o trabalho conjunto das Forças Armadas com os Órgãos de Segurança Pública (OSP), no nível federal, estadual e municipal, como Ministério Público, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

d) Resultados obtidos

Redução da criminalidade e restabelecimento da paz social na região do Complexo da Maré. As metas estipuladas para esta Operação foram atingidas pela retomada da área enquadrada e pela perda da liberdade de ação das organizações criminosas. Não há espaço na comunidade que não seja patrulhado, o uso ostensivo de armas diminuiu e o comércio ilegal de entorpecentes teve uma forte redução. Destaca-se o apoio da população, que deixou de ser explorada de forma impune pelo crime e passou a se beneficiar da crescente presença do Estado, sob a forma de melhorias nas áreas sociais.

2.4.3.3. Operação na Faixa de Fronteira

a) Definição

A Operação na faixa de fronteira têm como bases o Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto Nº 7.496, de 8 de junho de 2011), a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Nº 6703, de 18 de dezembro de

2008) e a Constituição Federal e visa reduzir a ocorrência de crimes fronteiriços e transnacionais na faixa de fronteira, bem como aumentar a presença do Estado Brasileiro nesta região, uma vez que a Nação possui aproximadamente 8.000 Km de fronteira terrestre com cerca de 9 países sul americanos.

b) Operações realizadas

Em 2015, ocorreram 12 (doze) operações: CABO ORANGE, AMAZÔNIA ORIENTAL, CURARE ORIENTAL II, FRONTEIRA PROTEGIDA, CURARE, CURARETINGA, CARCARÁ II, ATALAIA (realizada em regiões distintas, ABAFA e FRONTEIRA SUL.

c) Exemplificação 1

A Operação FRONTEIRA SUL foi realizada por aproximadamente 2 meses, na região da tríplice fronteira, na região Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai), coordenada pelo Comando Militar do Sul (CMS). As ações realizadas nas fronteiras objetivaram combater o crime organizado, tráfico de drogas, de armas, a biopirataria e os delitos transfronteiriços. Em Foz do Iguaçu (PR) ocorreu o bloqueio na ponte da amizade, fronteira com Ciudad Del Este, bem como em outros pontos de fronteira com Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizando as inspeções de veículos e pessoas, controlando o descaminho, a imigração ilegal e outros ilícitos.

d) Exemplificação 2

A Operação AMAZÔNIA ORIENTAL foi realizada no Estado do Amapá (AP), ponto mais extremo do norte do País, por aproximadamente 1 mês. A operação foi coordenada pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), empregando sobremaneira o 34º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), única Organização Militar presente nesta região. As ações realizadas nas regiões limítrofes entre o Brasil e a Guiana Francesa objetivaram combater o tráfico de drogas, armas, biopirataria, controlar o descaminho, a imigração ilegal e outros ilícitos.

e) Resultados obtidos

Controle das fronteiras e redução dos crimes transfronteiriços como o contrabando de drogas e de armas.

2.4.3.4. Operação Conjunta na Faixa de Fronteira

a) Definição

A Operação Conjunta ocorre sob planejamento e coordenação do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado Ministério da Defesa (MD)**, empregando efetivos da **Marinha**do Brasil**,** do **Exército** Brasileiro e da **Força Aérea Brasileira** atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

b) Operações realizadas

Em 2015, ocorreram 04 (quatro) operações conjuntas na faixa de fronteira do Brasil: ÁGATA 9, ÁGATA 10, ATLÂNTICO e ANHANDUÍ.

c) Exemplificação 1

A operação conjunta AGATA 9 teve a duração de aproximadamente 2 meses sob a coordenação do Ministério da Defesa. A ofensiva deverá cobrir toda a extensão da fronteira oeste do País, combatendo os chamados crimes transfronteiriços, tais como narcotráfico, contrabando de armas, munições e veículos, descaminho, crimes ambientais e garimpos ilegais. A área de operações

compreendeu, principalmente os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que representa cerca de 2.500 quilômetros de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. A operação realizou o compartilhamento de informações com os Órgãos de Segurança Pública, no nível federal e estadual.

d) Exemplificação 2

A operação conjunta ÁGATA 10 foi realizada por aproximadamente 2 meses sob a coordenação do Ministério da Defesa. Ocorreu simultaneamente nas áreas dos Comandos Militares da Amazônia (CMA), sediado em Manaus (AM), e do Norte (CMN), localizado em Belém (PA). Ao todo, participaram da atividade cerca de 9 mil militares das Forças Armadas, além de profissionais de 33 agências governamentais e órgãos públicos. Ações de patrulhamento terrestre, motorizado, fluvial e marítimo, inspeções nas estradas e atendimento social à população local foram desempenhadas ao longo da faixa de fronteira. O foco da Ágata 10 foram os 9,6 mil quilômetros que vão desde o município de Acrelândia (AC) até a cidade de Caroebe (RR) e 1,8 mil quilômetros nos limites do Estado do Pará e Roraima com o município do Oiapoque (AP).

e) Resultados obtidos

Controle dos crimes ambientais, apreensão de armas, munições, veículos furtados e fronteiras mais fiscalizadas.

2.4.3.5. Operação de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo

a) Definição

A Operação de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo ocorre sob planejamento e coordenação do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa (MD)**, empregando efetivos da **Marinha**do Brasil**,** do **Exército** Brasileiro e da **Força Aérea Brasileira**, atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

b) Atividades realizadas

Em 2015, ocorreram 05 (cinco) operações de apoio aos Órgãos do Governo, tais como: Operação PLUVIÔMETROS, para instalação de pluviômetros; Operação MAIS MÉDICOS, para apoio ao Ministério da Saúde; e ENEM, para armazenamento de provas. Todas estas operações tinham por objetivo prestar apoio às instituições públicas, colaborando na execução de suas atribuições.

c) Exemplificação

A Operação MAIS MÉDICOS foi o auxílio prestado ao Ministério da Saúde para cooperar com a supervisão de agentes especializados em verificar o apoio prestado, na região Amazônica, como nos Estados do AM, PA e RR, bem como a recepção e distribuição do médicos selecionados para todas as cidades na região Amazônica.

d) Resultados obtidos

Supervisionou e colaborou com as melhorias na distribuição e atendimento médico na região Amazônica. Transportou os médicos para as cidades mais pobres e de difícil acesso da região Amazônica.

2.4.3.6. Operação de Apoio à Defesa Civil

a) Definição

A operação de apoio à defesa civil é a cooperação com os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem estar da população atingida e cooperando com o restabelecimento da normalidade social.

b) Atividades realizadas

No ano de 2015, ocorreram 19 (dezenove) operações de apoio à defesa civil. (Operação: PIPA [Distribuição emergencial de água, no semiárido do Nordeste Brasileiro], OURO VERDE [Instalação Pnt LSB], DENGUE [Cmb Aedes Aegypti], MÃO AMIGA [Enchente], BR 307 [Instalação de ponte], XANXERÊ [Tornado], FERREIRA GOMES [Enchente], Fanus [Incêndio Florestal], IPIRANGA [Enchente], SANGA CHEIA [Enchente], SANTA CATARINA [Enchente], GRANIZO, SIPRON [Exc Emergência nuclear], Vale Jequitinhonha [Lançamento de ponte LSB], LENÇÓIS [Incêndio Florestal], MARIANA [Rompimento da Barragem], COLATINA [Distr emergencial água], ENCHENTES NO SUL e DIAMANTINA [Incêndio Florestal]) com objetivo de prestar apoio ao Estado, à Sociedade e à população em situação de risco. São diversas as possibilidades de apoio á sociedade em situação de risco, sobretudo pelos acidentes da natureza. O Exército Brasileiro atuou com tropa e/ou Material de Emprego Militar (MEM) em uma gama diversificada de situações para prestar o apoio; nas enchentes, construção de pontes, incêndio, emergência química, biológica, radioativa e nuclear, rompimento de barragens, distribuição de água, distribuição de alimentos e outros. Ressalta-se os seguintes apoio prestado.

c) Exemplificação 1

A Operação PIPA é realizada pelo Exército Brasileiro há 20 anos. É a atividade distribuição de água potável por meio de carro-pipa para a população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no semiárido nordestino e norte de Minas Gerais. A ação é uma parceria do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com o Exército Brasileiro.

d) Exemplificação 2

A Operação DENGUE foi realizada em todas as regiões do País, empregando as tropas juntamente com agentes públicos do Ministério da Saúde no combate a epidemia que assola o Brasil, transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti.

e) Resultados obtidos

Complementou a distribuição de água que foi realizada pelos governos estaduais e municipais nas regiões em situação de emergência, a partir da distribuição dos recursos alocados pelo Ministério da Integração Nacional, com a utilização de carros-pipa contratados.

2.4.3.7. Operações Internacionais

a) Definição

As operações internacionais são realizadas pelo emprego do Exército no atendimento a compromissos internacionais do Estado Brasileiro, com a finalidade de cooperar em missões de paz

ou de integrar uma Força Aliada, sob o respaldo de Organizações Internacionais e de acordo com os interesses nacionais.

b) Atividades realizadas

Em 2015, ocorreram14 (quatorze) operações Internacionais: (BRAENGCOY/23 [Haiti], Diamante [Congo], MINURSO [Saara Ocidental], MINUSTAH [Haiti], UNMIL [Libéria], UNMISS [Sudão do Sul], UNOCI [Costa do Marfim], UNFICYP [Chipre], UNISFA [Abyei], MONUSCO [Congo], MINUSCA [República Centro Africana], UNIFIL [Líbano], GMI [Colômbia] e UNIOGBIS [Guiné-Bissau]).

c) Exemplificação

A **Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah)** foi criada por Resolução do **Conselho de Segurança da ONU**, em fevereiro de 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio.A participação dos militares brasileiros é reconhecida pelo povo haitiano e por autoridades internacionais pela desenvoltura com que combinam funções militares, como o patrulhamento, com atividades sociais e de cunho humanitário.

d) Resultados obtidos

A presença da **Minustah** assegurou a realização de eleições presidenciais em 2006 e 2010, com passagem pacífica do poder. A missão da ONU também atuou no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto devastador de janeiro de 2010. Vem sendo um fator de dissuasão da capacidade militar do estado brasileiro.

2.4.4. A Engenharia do Exército Brasileiro no desenvolvimento nacional

a) Conceito

As Organizações Militares de Engenharia do Exército Brasileiro executam diversas obras de interesse nacional, solicitadas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de serviços nos setores de infraestrutura hidroviária, rodoviária, portuária, aeroportuária, além de trabalhos em prol do meio ambiente. Para tanto, o Exército emprega 11 (onze) Batalhões de Engenharia de Construção e 1 (uma) Companhia de Engenharia de Construção desdobrados em todo o território nacional.

b) Obras de Cooperação em andamento e concluídas em 2015

- Obras concluídas: 3
- Obras em andamento: 25

EXÉRCITO COOPERA COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

em andamento
PAVIMENTAÇÃO DA BR-163

em andamento
CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BR-401

em andamento
INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO
CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO ÀS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO PISF

em andamento
RESTAURAÇÃO DA BR-101/RN (TOUROS)

em andamento
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-230/PA MIRITITUBA

concluída em 2015
CONTRUÇÃO DA RODOVIA BR-135

em andamento
PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

em andamento
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BR-307/AM

em andamento
ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE E RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE DA BR-101

em andamento
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO ACRE

em andamento
ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE E RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE DA BR-101/SE LOTE 02

em andamento
RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE 29,4 KM NA BR-319

concluída em 2015
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

em andamento
IMPLANTAÇÃO DA BR 418/BA

em andamento
CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BR-364

em andamento
CONSERVAÇÃO DA BR-367

em andamento
RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS DO TOCANTINS TO-040 E TO-110

em andamento
CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BR-116

concluída em 2015
CONSTRUÇÃO DA SC 430/114 CAMINHOS DA NEVE/SC

em andamento
PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS DE ARAGUARI/MG

RR AP AM PA MA CE RN PB PE AL SE PI AC RO TO BA MT GO DF MG ES MS SP RJ PR SC RS

Fonte: DOC
Elaboração em ABR 2016

Figura 12 – Obras de Cooperação do Exército Brasileiro

c) Resultados obtidos

1. Adestramento

O emprego da Engenharia do Exército na realização de obras permite o constante adestramento e aprimoramento dos quadros de carreira da Força. Ao desempenhar suas funções no planejamento, execução e controle de obras públicas, esses profissionais realizam, em tempos de paz, trabalhos muito semelhantes aos que seriam executados em um eventual conflito militar. A manutenção desse contingente militar bem treinado garante respostas rápidas em diversas situações de emergência no nosso País e no exterior, como a que o Brasil desempenha no apoio à infraestrutura do Haiti, desde 2005.

Por isso, a Engenharia do Exército, por meio de parcerias com órgãos públicos, coopera na elaboração e execução de projetos de infraestrutura em todo País, cumprindo dupla finalidade: a de manter os seus quadros permanentemente adestrados e a de materializar obras necessárias ao desenvolvimento nacional.

2. Formação de mão de obra

A Engenharia do Exército emprega nos seus batalhões profissionais especializados, tais como laboratoristas, topógrafos, mecânicos, operadores de equipamentos, dentre outros, os quais, após o cumprimento do tempo de serviço militar, são integrados ao mercado de trabalho, contribuindo para a qualificação da mão de obra no setor de infraestrutura do País. Para tanto, o Exército conta com a tradicional parceria do *Sistema S*, melhorando ainda mais a capacitação dos militares em áreas bastante carentes do Brasil.

3. Cooperação com o desenvolvimento nacional

A comprovada experiência da Engenharia Militar e a sua presença, geralmente, nas áreas remotas do País, onde as dificuldades logísticas e técnicas não atraem o interesse da iniciativa privada, constituem fator importante para assegurar a expansão da infraestrutura viária brasileira, bem como a manutenção da malha existente.

4. Reequipamento e desenvolvimento de novas tecnologias

A participação da Engenharia do Exército em cooperação com o desenvolvimento nacional permite renovar o acervo material em uso nos Batalhões de Engenharia, bem como incorporar novas tecnologias, algumas de aplicação dual, com ganhos para a sociedade como um todo. Exemplo dessa inovação é o emprego de EPS (isopor) para construção de aterros em região de solo mole e de placas de concreto nos trabalhos de duplicação da BR 101/NE.

2.4.5. Informações sobre as ações relativas ao Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON

2.4.5.1. Identificação e descrição sucinta das normas que regulam a gestão do SISFRON

As Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB) regulam a gestão do PEE SISFRON. As NEGAPEB objetivam padronizar e operacionalizar uma metodologia para a Elaboração e Gerenciamento de Projetos no âmbito do Exército Brasileiro.

2.4.5.2. Cronograma físico-financeiro atualizado

a) Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação do estágio de execução em que se encontra o projeto

- Anexo II

b) Razões para eventuais atrasos e alterações

- Baixo valor dos limites de movimentação e empenho e de pagamento atribuídos à Ação 14T5, muito aquém das necessidades previstas nos cronogramas físico-financeiro do Projeto.
- Dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (infovia) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão.
- Dependência do desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa, a cargo do Ministério da Defesa, de modo a permitir as especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações Satelitais do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão.
- Dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica.

2.4.5.3. Eventuais alterações na declaração de escopo do projeto

Em 2015, não houve alterações na declaração de escopo do projeto.

No âmbito do subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, foi verificada a necessidade de modificação do Contrato do Exército com o Consórcio TEPRO, tendo sido estabelecido, em consequência, o Segundo Termo Aditivo. As modificações constantes do Segundo Termo Aditivo resultaram do aprendizado adquirido durante a implantação e integração do Sistema, não implicando, contudo, alterações na declaração de escopo do Projeto, como um todo.

2.4.5.4. Informações dos subprojetos

a) Sensoriamento e Apoio à Decisão

- Anexo II

b Apoio à Atuação

- Anexo III

c) Obras de Infraestrutura

- Anexo III

d) custos financeiros decorrentes de eventuais atrasos na execução dos contratos e medidas adotadas para evitá-los

No caso específico do contrato celebrado com o Consórcio TEPRO, conforme cláusula referente a reajuste anual aplicável aos valores de etapas vincendas, houve acréscimo da ordem de R$ 11,3 milhões, no total de R$ 933,8 milhões. Além do acréscimo previsto inicialmente, devido ao cumprimento natural do cronograma físico-financeiro do contrato, ocorreram reajustes em decorrência, principalmente, de restrições orçamentárias e financeiras, de reprogramação e alongamento da execução do Projeto, bem como da disponibilidade de infraestrutura (obras de engenharia, regularizações patrimoniais etc).

Os custos devidos a mudanças nas datas de entregas são passíveis de ocorrer durante os reajustes anuais, quando esses atrasos independem da ação ou omissão da Contratada. A probabilidade de ocorrência de atrasos dessa natureza tem sido minimizada pelo acompanhamento da realização das entregas previstas, pela identificação antecipada de possíveis atrasos e pela intervenção adequada das equipes do Projeto.

2.4.5.5. Localização geográfica e finalidade das principais obras de infraestrutura do subprojeto obras de engenharia

- Anexo III

2.4.5.6. Medidas de contingência previstas em relação a eventuais atrasos por longos períodos na execução do projeto decorrentes de contingenciamentos ou outros motivos adversos, para salvaguardar ativos, principalmente os afetos à tecnologia da informação, contra o risco de obsolescência tecnológica

A obsolescência dos meios de TI é um fato que ocorre em qualquer programa que envolva sistemas complexos; é o caso do SISFRON, haja vista que a definição dos requisitos e a assinatura do contrato ocorreram ao longo do ano de 2012. Esse fato é notório no Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, particularmente, no Subsistema de Centros de Comando e Controle (CC2), que abarca a maioria dos ativos e passivos de TI do Projeto.

As medidas mitigadoras desse óbice são:

- A eventual substituição dos itens descontinuados por equipamentos mais modernos, que satisfaçam ou ultrapassem os requisitos em vigor, sem custo.
- A previsão de uma lista de aprovisionamento inicial (LAI), criada com a finalidade de agilizar a logística dos itens de maior rotatividade, que irá prover a manutenção dos equipamentos descontinuados e a distribuição ou recompra dos itens pela Contratada, no caso em que não forem utilizados.
- A seleção dos ativos e passivos de TI à época do lançamento da RFI/RFP contemplou os itens de desempenho acima da média, permitindo uma sobrevida antes de sua completa obsolescência tecnológica.
- A arquitetura dos sistemas de TI é propositadamente flexível e modular, permitindo interoperabilidade com sistemas legados e futuros.

2.4.5.7. Indicação das próximas etapas previstas, informando estimativas acerca de valores, prazos e quantitativos de equipamentos e serviços planejados

- As próximas etapas, com os respectivos valores, prazos e quantitativos, estão previstas nos contratos de objetivos para 2016, celebrados entre o EME e os ODS apoiadores da execução do Projeto. Os contratos de objetivos são documentos de distribuição restrita, no âmbito do Comando do Exército, estando disponível para consulta dos órgãos de controle interno e externo, quando necessário, no Estado-Maior do Exército.

2.4.5.8. Contrato 27/2012, celebrado entre o CCOMGEx e o Consórcio TEPRO, relativo à implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão do Projeto Piloto do SISFRON

a) Lista dos produtos entregues e de serviços realizados e previstos no âmbito do subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, inclusive projetos executivos e planos de trabalho

1. Principais produtos e serviços entregues em 2015:

- Recebimento de meios para emprego no monitoramento da fronteira, incluindo: binóculos de imagem termal, óculos de visão noturna, radares de vigilância terrestres (transportáveis, móveis e fixo), estações e aplicativos de sensoriamento eletromagnético, rádios portáteis com processador de transmissão de vídeo, rádios veiculares multibanda, módulos de telemática operacionais, centros de comando e controle móveis e fixos, grupos motogeradores e *no-breaks*.
- Instalação de 8 sítios das Infovia, inclusive com a conclusão do primeiro trecho, de Ponta Porã a Dourados, no MS.
- Obras de infraestrutura para comunicações satelitais em pelotões de fronteira.
- Serviços de testes em fábrica e de integração do aplicativo de sensoriamento e apoio à decisão.
- Continuidade da implantação e realização do suporte logístico integrado, com a operação do Centro de Atendimento ao Cliente, elaboração de estudo de reparabilidade, fornecimento de itens da lista inicial de provisionamento, entrega de manuais e prestação dos serviços de suporte, capacitação e gestão da garantia.
- Elaboração de projetos executivos do Subsistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR) e do Subsistema de Sensoriamento Eletromagnético.
- Elaboração de Relatórios de Gestão Ambiental.

2. Produtos e serviços previstos para 2016:

- óculos de visão noturna e binóculos de imagem termal;
- serviço de integração de optrônicos;
- 3 radares de vigilância terrestre fixos;
- 7 radares de vigilância terrestre móveis;
- 2 estações remotas do Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento;
- 7 estações fixas de sensoriamento eletromagnético;
- 1 Projeto Executivo do subsistema de sensoriamento eletromagnético;
- integração parcial de 1 pacote do aplicativo de apoio à decisão;
- implantação do aplicativo de apoio à decisão em centros de comando e controle fixos de 9 organizações militares;
- implantação do aplicativo de apoio à decisão em centros de comando e controle móveis de 11 organizações militares;
- instalação e integração de 3 rádios de alta capacidade em visada direta;
- entrega de hubs táticos e integração de estações fixas em 3 OM da faixa de fronteira;
- recebimento e integração do Pacote 2 de rádios VHF veiculares;
- instalação de 9 rotas da Infovia;
- provimento de serviços de rede da Infovia;
- provimento de Link de 10 mbps para a Infovia;
- instalação de 12 grupos motogeradores e 2 no-breaks;
- adequação de 4 sítios da infovia para apoiar sistema troncalizado;
- serviços de interligação de sensores;
- 03 terminais fixos de COMSAT em pelotões de fronteira;
- 02 centros de comando e controle fixos;
- 02 centros de comando e controle móveis;
- serviços de integração dos subsistemas; e
- 2 atualizações do Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES).

Em virtude da incerteza atual com relação aos limites de movimentação e empenho e de pagamento a serem estabelecidos pelo Executivo, ainda não há uma definição completa dos produtos e serviços a serem entregues em 2016, o que está sendo objeto de reajustes no cronograma físico-financeiro do subprojeto, levando-se em conta as entregas contratadas, o montante de créditos disponíveis, a capacidade de mobilização da Contratada, a continuidade de tarefas já iniciadas, o montante de restos a pagar processados e não pagos.

b) Situação atual das subcontratações, em especial no que se refere aos planos de compensação e nacionalização previstos no Anexo K ao Contrato 27/2012

O Anexo K – DISPOSIÇÕES DE OFFSET E PROPOSTAS PRELIMINARES DE COMPENSAÇÃO (e respectivos apêndices ao termo de contrato nº 27/2012) - previu as seguintes transações de *offset* vinculadas ao objeto do contrato principal:

Quadro 38 – Transações de *offset* vinculadas ao objetivo do contrato principal

Nr do Acordo de compensação	Subsistema	Contratada	Data da Assinatura do Contrato
001	Optrônicos	ELBIT SYSTEMS ELECTRO-OPTICS – ELOP	30/08/2013
002	Comunicações por Satélite	ADVANTECH WIRELESS INC	08/10/2013
003	Sensores de Sinais	SAAB MEDAV TECHNOLOGIES	10/10/2013

	Eletromagnéticos	GMBH	
004	Comunicações Táticas	HARRIS CORPORATION	25/10/2013

O quadro abaixo resume o *status* atual dos contratos de compensação em vigor:

Quadro 39 – *Status* atual dos contratos de compensação em vigor

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
Acordo de Compensação Nº001	ELOP	AEL Sistemas	Anexo A	Investimentos em infraestrutura estratégica para a produção de Optrônicos no Brasil	Os equipamentos de produção e testes estão prontos na ELOP aguardando aprovação do Termo Aditivo para inicio do processo logístico de exportação de Israel para o Brasil.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo B	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo C	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas & BRADAR	Anexo D	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e BRADAR. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas & Harpia	Anexo E	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e HARPIA. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
					transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo F	Transferência da tecnologia do monóculo de visão noturna LORIS para a produção, os testes, a certificação de conformidade e a manutenção no Brasil	Equipamentos recebidos e treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	Exército Brasileiro	Anexo G	Inspeção técnica das instalações da ELOP e da AEL Sistemas S.A.	Inspeção técnica nas instalações da ELOP realizada. O projeto aguarda o recebimento de todos os equipamentos pela AEL e o término da transferência de tecnologia existentes nos outros projetos, para que possa ser feita a inspeção técnica nas instalações da AEL.
Acordo de Compensação Nº 003	MEDAV	BRADAR	Anexo A	Calibração de antena de radiogoniometria	Sítio para calibração das antenas escolhido e aceito. Aguardando a importação dos equipamentos que irão compor o campo.
	MEDAV	BRADAR	Anexo C	IFS-8000 SIPAC	Programa de treinamento do projeto enviado e aprovado. No momento encontram-se em confecção os materiais que serão disponibilizados no treinamento previsto para acontecer em março de 2016.
	MEDAV	BRADAR	Anexo E	Linha de Sintonizadores de Banda Larga OMT	Em dezembro de 2015, ocorreu um workshop do OMT na BRADAR, onde a BRADAR apresentou a V1.0 do OMT totalmente fabricado no Brasil. A MEDAV entregou os relatórios sobre os testes de

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
					integração final (FIT), última etapa da engenharia do offset, sobre essas unidades. O FAT do OMT deverá ocorrer em Junho de 2016, quando a versão 2.1 do OMT, fabricado no Brasil, estiver pronta.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo F	Bolsa de estudos de doutorado de pesquisa e desenvolvimento AOA - TDOA	O militar nomeado para o doutorado visitará a MEDAV em MAR/2016 para alinhar expectativas do curso e pesquisa da tese com responsável da MEDAV.
	MEDAV	BRADAR	Anexo G	Estação de desenvolvimento de dispositivos virtuais	Materiais de treinamento aceitos. A data do treinamento está sendo definida.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo I	Centro de Treinamento	Materiais de treinamento dos módulos em confecção. Embarque de equipamentos previstos para fevereiro de 2016.
	MEDAV	BRADAR	Anexo K	IFS	Estão sendo realizados reajustes no planejamento do treinamento.
Acordo de Compensação Nº 004	HARRIS	Exército Brasileiro	Anexo A	Capacidade de Manutenção Local	Estações de diagnóstico, montagem e testes recebidas. Deverão ser entregues ainda algumas peças para o treinamento e os planos de ensino correspondentes.
	HARRIS	SAVIS	Anexo B	Capacitação e desenvolvimento de criptografia nacional	O projeto se encontra em fase final, aguardando a disponibilidade de pessoal para receber o treinamento previsto em contrato, a ser ministrado pela SAVIS.

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
	HARRIS	BRADAR	Anexo C	*Falcon Command* para PC	O projeto se encontra em fase final.

c) Estágio atual do Plano de Gestão do Programa (PGP) detalhando as sete ferramentas de gestão abrangidas: Gestão de Risco, Gestão da Qualidade, Gestão da Comunicação, Governança, Gestão de Prazo, Gestão de Aquisições e Gestão de Escopo

O PGP é o principal documento de gestão do Projeto, tendo sido entregue em março de 2013 e estando em vigor até o presente. O artefato foi construído em conjunto pelas partes contratantes, segundo os princípios e áreas de conhecimento do PMBOK/PMI. No concernente às ferramentas da gestão mencionadas, cabe o seguinte detalhamento:

- Gestão de Risco: a gestão de riscos é tratada no capítulo 6 do PGP, o qual aborda os principais processos, ferramentas e métodos a serem empregados para garantir a realização dos objetivos da Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão do Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Os riscos do Projeto são revistos a cada semestre pelos Relatórios de Integração (RINT); além disso, os gerentes de subsistema coletam, revisam e informam os riscos do Programa ao gestor mensalmente, no relatório correspondente.
- Gestão da Qualidade: a gestão da qualidade é realizada segundo os processos mencionados no Capítulo 5 do PGP. Os indicadores de qualidade (dentro dos critérios e indicadores estabelecidos pelas partes) são mapeados pelo PGES e consolidados semestralmente nos Relatórios de Integração.
- Gestão da Comunicação: a gestão da qualidade é realizada segundo o capítulo 8 do PGP. As reuniões entre as partes e os mecanismos e instrumentos de comunicações pertinentes são listados e detalhados. A consolidação dos indicadores de comunicação é apresentada semestralmente ao Gestor do contrato nas reuniões gerenciais do Programa.
- Governança: o capítulo 2 do PGP descreve, em linhas gerais, as ações de governança do Programa, que visam, entre outros, o alinhamento do projeto, o monitoramento e o controle de ameaças e oportunidades, a tomada de decisões e a garantia de que os entregáveis estejam focados no projeto conforme o escopo contratado. As ferramentas de governança incluem processos internos, comunicação com *stakeholders*, gestão de prazos e escopo, gestão de riscos e outras, cujos indicadores, quando aplicável, são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT, nos relatórios mensais dos gerentes de subsistema e relatórios diversos.
- Gestão de Prazo: a gestão do prazo, tratada no capítulo 4 do PGP, inclui os requeridos para o término do Programa, garantindo que ele cumpra com os prazos definido no Termo de Contrato que lhe deu origem. A principal ferramenta de gestão de prazo é o Cronograma Físico Financeiro (CFF) do Programa, atualizado diariamente no que concerne à execução ou não das etapas existentes. As outras ferramentas de gestão de prazo previstas são os termos aditivos de prazo e as postergações solicitadas pelas partes, cuja pertinência é julgada pelo gestor. Os indicadores de prazo (SPI e outros) são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT a que se referem.
- Gestão de Aquisições: a gestão de aquisições, também conhecida como processo de *Seleção de Fornecedores*, é aplicada sempre que for necessário contratar, engajar e gerir um fornecedor, a fim de realizar a entrega de um produto e/ou realização de um serviço. A principal ferramenta de gestão de fornecedores está detalhada no PGES (*metodologia de*

Kepner-Tregoe); ademais, a gestão de aquisições é supervisionada constantemente pela Contratante, uma vez que, por força de contrato, todas as subcontratações atinentes ao objeto do contrato deverão ser necessariamente aprovadas pelo CCOMGEX.
- Gestão de Escopo: a gestão de escopo é definida pelo PGP em seu capítulo 3 e compreende a *gestão da modificação* e a *gestão da configuração*. As principais ferramentas de gestão do escopo previstas no Programa são: ferramenta de gestão racional de requisitos (*Rational* DOORS); as reuniões periódicas do Comitê Gestor de Modificações (CGM) do Programa; os testes de verificação e validação (V&V), com os processos respectivos; e os diversos planos (PGES, Plano de Integração, Plano de Gestão de SLI e outros), manuais, estudos e outros artefatos que versam sobre a configuração do Programa.

d) Na Gestão de Escopo, o detalhamento do estágio atual da Gestão da Modificação, Gestão de Configuração, Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas e Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado

1. Gestão da Modificação e Gestão de Configuração

A Gestão da Modificação e Gestão de Configuração são subprocessos da gestão de escopo do programa. Ambas têm seus processos descritos no PGP, sendo atualizados a cada oportunidade em que esse artefato sofrer revisão. O PGES descreve alguns dos processos e ferramentas da gestão de configuração, sendo esta igualmente atualizada a cada nova edição do Plano.

2. Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas

O PGES é o artefato processual do Projeto, descrevendo procedimentos e atribuindo escopo a outros documentos técnicos de engenharia de sistemas. Com previsão de 1 edição preliminar e 5 atualizações, encontra-se atualmente com 4 edições entregues.

3. Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado

O Plano Estratégico de Suporte Logístico Integrado (PESLI) descreve a visão estratégica de suporte, a integração, as atividades e o gerenciamento do suporte logístico integrado da Fase Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Este plano compõe a documentação de gestão do Programa SISFRON no que se refere às atividades de Suporte Logístico Integrado. O PESLI foi divido em 2 etapas (PESLI 1/2 e 2/2), ambas já recebidas em 27/05/13 e 19/08/13, respectivamente.

e) Estágio atual do Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES), do Plano de Integração, dos projetos executivos de cada subsistema e dos planos de trabalho, indicando a data de recebimento definitivo de cada documento

1. Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES)

No escopo da Engenharia de Sistemas do Programa, foram previstas 6 edições para o PGES, a serem entregues ao longo da implantação do Sistema. Com essa estratégia, buscou-se a atualização constante do principal artefato de engenharia do Programa, em particular dos processos atinentes e do escopo dos demais documentos de gestão de engenharia relacionados.

2. Plano de Integração

O Plano de integração (Análise Funcional e Conceitual do Sistema, Projeto Detalhado do Sistema e Plano de Implantação) teve sua edição inicial entregue em **27 de setembro de 2013**, e compõe a documentação de gestão de programa da Fase Piloto do Projeto SISFRON que descreve a estratégia e os esforços da Contratada para a integração do projeto, tanto na fase de definição como na fase de implementação, necessários ao fornecimento dos subsistemas de forma integrada. O

PINT consiste em uma documentação extensa e bastante densa, contendo informações técnicas e arquiteturais, além de estudos e resultados de simulações acerca da operação do sistema integrado.

No contexto do PGES, foi prevista a revisão do PINT na entrega do PGES 5, o que ocorreu de fato. O documento foi atualizado – particularmente quanto às modificações que ocorreram por ocasião da definição dos Projetos Executivos dos subsistemas e dos resultados advindos da gestão de escopo do Programa. O PINT revisado foi entregue em **outubro de 2015**, por ocasião da apresentação do PGES 5.

3. Projetos executivos de cada subsistema

Quase todos os projetos executivos já foram concluídos e apresentados; resta apenas uma etapa referente ao subsistema de Sensores Eletromagnéticos (MAGE) pendente de apresentação e aprovação, de forma a completar o portfólio de artefatos de gerenciamento do Programa. O quadro a seguir lista os projetos executivos e as respectivas datas de recebimento.

Quadro 40 – Projetos executivos e as respectivas datas de recebimento

Subsistema	*Status*	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	**Recebido**	28/11/13
B – SVMR (TRANSPORTÁVEL)	**Recebido**	12/12/14
B – SVMR (MÓVEL E FIXO)	**Recebido**	11/05/15
C – MAGE (CRM E CIGE)	**Recebido**	13/11/15
C – MAGE (FASE 1A)	**Recebido**	24/11/15
C – MAGE (FASE 1B)	**Atrasado (circunstanciado; em revisão)**	–
D – SAD (C2CMB)	**Recebido**	28/02/14
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	**Recebido**	30/04/14
F – COMUNICAÇÕES SAT	**Recebido**	31/05/14
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	**Recebido**	31/12/13
H – CENTROS DE C2	**Recebido**	09/12/13
I – INFRAESTRUTURA	**Recebido**	21/08/13
J – SGL	**Recebido**	21/08/13

Ressalta-se que, em face das modificações de escopo que ocorrem durante a implantação do Programa, informações e planejamentos constantes da documentação de gestão são atualizados; as particularidades ocorridas na implantação, não previstas inicialmente ou não detalhadas suficientemente nos projetos executivos, constam da documentação pós-entrega (*as-built*).

4. Planos de trabalho

Os Planos de Trabalho dos subsistemas – SOW – foram apresentados, aprovados e entregues em sua totalidade. A revisão dos documentos, em particular dos cronogramas, é feita dinamicamente nos processos de gestão do prazo. Está em vias de finalização a elaboração de um **cronograma integrado** entre as Partes, que irá ajustar automaticamente as datas e tempos acordados inicialmente nos SOW. O quadro a seguir relaciona esses artefatos às datas de recebimento respectivas.

Quadro 41 – Projetos executivos e as respectivas datas de recebimento

Subsistema	*Status*	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	**Recebido**	21/06/13
B – SVMR	**Recebido**	19/08/13
C – MAGE	**Recebido**	07/11/13
D – SAD (C2CMB)	**Recebido**	01/08/13
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	**Recebido**	18/07/13

Subsistema	*Status*	Data de recebimento
F – COMUNICAÇÕES SAT	**Recebido**	19/07/13
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	**Recebido**	15/08/13
H – CENTROS DE C2	**Recebido**	21/06/13
I – INFRAESTRUTURA	**Recebido**	11/07/13
J – SGL	**Recebido**	24/06/13

2.4.5.9. Em relação à aquisição das plataformas externas ao Projeto, em especial dos satélites de comunicações e sensoriamento e dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP), indicação dos gestores do EME representantes do Comando do Exército junto ao Ministério da Defesa em Comissões que tratem do assunto, bem como de eventuais impactos na eficácia do projeto de atrasos na aquisição das plataformas

a) Gestores do EME representantes do Comando do Exército junto ao Ministério da Defesa em Comissões

Atualmente, o Comando do Exército não possui representantes em comissões junto ao Ministério da Defesa, no que diz respeito aos Satélites de Comunicações e Sensoriamento e dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP).

b) Satélites de Comunicações e Sensoriamento

No caso do Projeto Piloto do SISFRON, a dependência externa mais expressiva é a definição da tecnologia e o consequente lançamento do satélite de comunicações de defesa em 2016. Em dezembro de 2015, foram concluídos os alinhamentos da nova tecnologia do satélite de defesa entre o EB e o MD, a fim de compatibilizar os padrões. Em consequência, o subsistema de comunicações por satélite deverá ter seu cronograma e documentação de gestão atualizados via aditivo contratual. O principal impacto operativo, caso a implantação desse sistema seja frustrada, recairá sobre os terminais fixos e veiculares do subsistema de sensoriamento eletromagnético, que baseiam seu sistema de comunicações no meio satélite. Adicionalmente, há uma série de terminais portáteis de voz/dados por satélite, previstos para distribuição, e a não concretização desse meio prejudicará a mobilidade e flexibilidade de emprego esperadas para as tropas contempladas.

c) Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP)

Não houve impacto na eficácia do Projeto em decorrência de atrasos na aquisição de SARP pelo Comando do Exército.

2.4.5.10. Análise crítica sobre o andamento do projeto, contemplando os efeitos (positivos ou negativos) de eventual atraso na execução do cronograma físico, de alterações contratuais, de restrições orçamentárias

O PEE SISFRON vem sendo executado com um ritmo consideravelmente menor do que o previsto, devido às restrições orçamentárias, acarretando continuados reajustes anuais do cronograma físico-financeiro do Projeto Piloto, cuja conclusão, inicialmente prevista para 2016, deverá alongar-se demasiadamente no tempo, para além dessa data, caso sejam mantidos os níveis de disponibilidades orçamentárias atuais. Desse modo, as restrições orçamentárias retardam a entrega dos resultados do Projeto previstos para a sociedade, frustrando as expectativas dos segmentos a serem beneficiados com esses resultados.

Adicionalmente, atrasam as providências iniciais para contratação do Sistema a ser implantado nas demais regiões da faixa de fronteira, que devem iniciar imediatamente após o término do Projeto Piloto, de modo a evitar a interrupção das atividades do Projeto, a desmobilização das equipes de trabalho e das empresas fornecedoras, bem como o indesejável aumento de custo decorrente de uma nova mobilização.

A imprevisibilidade anual das dotações orçamentárias destinadas ao Projeto agrava a situação existente, pois requer o aumento de recursos humanos para as ações de gerenciamento, a fim de que sejam refeitos os planejamentos existentes, sejam realizadas novas coordenações das ações planejadas e sejam atendidas maiores necessidades de acompanhamento e fiscalização – o que não é uma tarefa trivial para o PEE SISFRON, que já tem de lidar com as incertezas decorrentes do seu ineditismo, magnitude e grau de complexidade.

2.4.6. Racionalização Administrativa

O Comando do Exército já vem trabalhando com a Racionalização Administrativa há alguns anos e com resultados concretos, obtidos pela gestão dos comandantes das diversas unidades.

Em 17 de dezembro de 2014, foi criado o Comitê Gestor da Racionalização Administrativa e expedida a Diretriz de Racionalização Administrativa do Comando do Exército, objetivando a melhoria da gestão do bem público em toda a Instituição.

Entre as diversas iniciativas, destaca-se a criação das Bases Administrativas que estão centralizando as licitações, aquisições e contratações, com economias próximas a 40%, otimizando, dessa forma, a aplicação de recursos de toda ordem.

Nesse contexto, ressalta-se, a seguir, o número de Organizações Militares (OM) atendidas, atualmente, pelas Bases Administrativas:

- Manaus (24 OM);
- Belém (7 OM);
- Campo Grande (7 OM);
- Complexo de Saúde/Rio de Janeiro (9 OM);
- Juiz de Fora (8 OM);
- Ibirapuera/São Paulo (6 OM);
- Caçapava (5 OM);
- Taubaté (7 OM);
- Curitiba (7 OM);
- Santa Maria (20 OM);
- QG do Exército/ Brasília; e
- Campinas (6 OM).

Assim, centenas de Processos Licitatórios estão deixando de ser realizados e houve uma considerável redução de efetivos empregados nas atividades administrativos em favor das atividades operacionais.

A seguir, destacam-se alguns exemplos de economias alcançadas pela Base Administrativa do Quartel-General do Exército (QGEx), que coordena as licitações de 11 Unidades Gestoras do QG do Exército. Ressalta-se que o processo adotado pela Base Administrativa do QGEx serviu de modelo para a centralização das aquisições no âmbito das Organizações Militares de Brasília, coordenadas pela SEORI do Ministério da Defesa.

a) Ganho Financeiro (exemplos)

- Os ganhos financeiros potenciais têm sido na ordem de 30 a 50% do valor estimado, em função da quantidade a ser adquirida, do grande número de participantes e da qualidade dos editais.
- Economia processual: R$ 130.000,00 (considerando um custo médio de R$ 13.000,00 por Processo Licitatório - Fonte: Instituto de Negócios Públicos).
- Custos Processuais Totais: R$ 2.600.000,00.

b) Ganho Operacional (exemplos)

- Para cada Licitação homologada, 10 UG deixam de fazê-la.

- Especialização dos Agentes da Administração.
- Permite a cada UG dedicar-se às aquisições peculiares ao seu Sistema correspondente.

c) Ganho Organizacional

- Maior competição – concorre para a lisura.
- Qualidade da licitação – maior segurança para a Administração.
- Padronização de bens.
- Troca de experiências entre as UG.
- Grupo interessado, coeso e consolidado.
- Exemplo e possibilidade de *benchmarking*.

d) Vantagens

- Diminuição da quantidade de licitações.
- Redução do custo operacional dos processos.
- Libera os Agentes da Administração.
- Não exige dotação orçamentária para abertura.
- Reduz os estoques.
- Aumenta o poder de negociação (quantidades).
- Atender à melhor capacitação e/ou especialização.
- Melhoria da gestão.

Outra iniciativa de destaque é a expedição anual pela Secretaria de Economia e Finanças (SEF) do Manual de Orientação aos Agentes da Administração. Para este momento de ajuste fiscal por que passa a nação, a SEF confeccionou uma Cartilha de Ações Administrativas para a Redução de Gastos nas OM.

2.4.7. Indicadores de Desempenho

O Exército Brasileiro utiliza indicadores de desempenho em todos seus níveis de planejamento, desde os indicadores estratégicos coordenados pelo Estado-Maior do Exército até aqueles mais simples aplicados nas Organizações Militares.

Em relação aos anos anteriores, nota-se uma grande evolução no uso dessa ferramenta gerencial, podendo ser comprovada pela fase de construção/atualização das árvores de indicadores dos 15 (quinze) Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), listados na seção dois deste relatório de gestão.

As metas estabelecidas projetam para o ano de 2022 índices a serem atingidos por cada um destes objetivos que variam entre 80% e 90% de efetividade.

Sendo assim, apresentar-se-ão 3 (três)Objetivos Estratégicos que se encontram em estágio mais adiantado de utilização de indicadores e que, por meio dos quais, visualiza-se um dado global do desempenho operacional do Exército.

- **OEE Nr 5 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE**

a) Árvore de Indicadores

- Neste OEE, a árvore de indicadores está em fase de construção, atualização e ajuste.
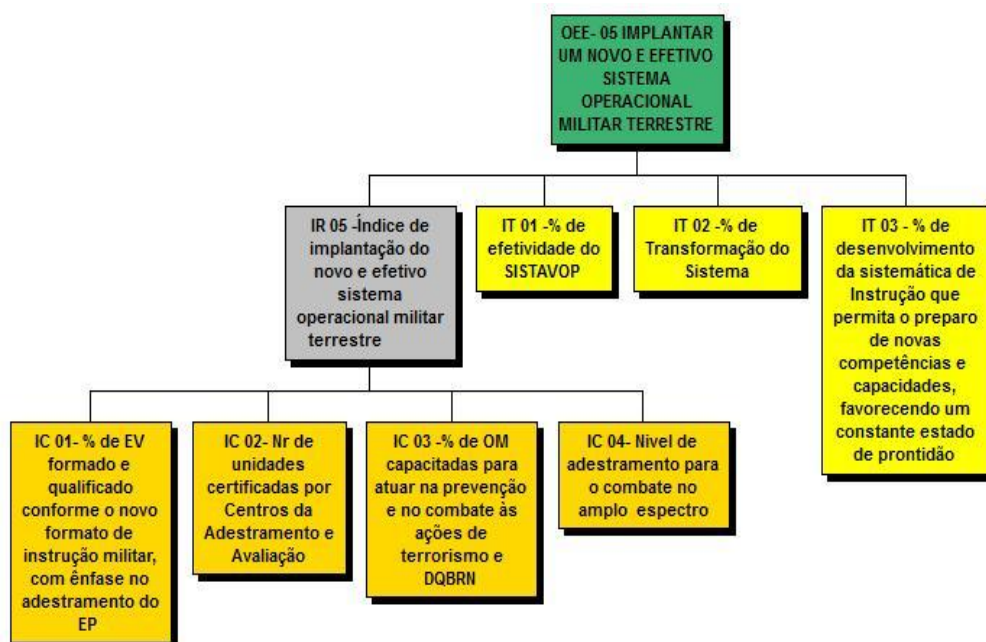
Figura 13 – Ãrvore de indicadores do OEE Nr 5

b) Descrição sumária de cada indicador relacionado

1. Indicador de Resultado (IR)

- Índice de Implantação do Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação de um novo e efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre.

2. Indicadores de Tendência (IT)

- IT 01 – Porcentagem de efetividade do SISTAVOP

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a efetivação do SISTAVOP.

- IT 02 - Porcentagem de Transformação do Sistema

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a transformação do Sistema Operacional Militar Terrestre.

- IT 03 - Porcentagem de desenvolvimento da sistemática de Instrução, que permita o preparo de novas competências e capacidades, favorecendo um constante estado de prontidão**.**

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o desenvolvimento da sistemática de Instrução que permita o preparo de novas competências e capacidades.

3. Indicadores de Composição (IC)

- IC 01 - Porcentagem de Efetivo Variável (EV) formado e qualificado, conforme o novo formato de instrução militar, com ênfase no adestramento do Efetivo Profissional (EP).

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do percentual de EV formado e qualificado, conforme o novo formato de instrução militar.

- IC 02 – Número de unidades certificadas por Centros de Adestramento e Avaliação

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do número de unidades certificadas por Centros de Adestramento e Avaliação.

- IC 03 - Porcentagem de Organizações Militares (OM) capacitadas para atuar na prevenção e no combate às ações de terrorismo e Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (DQBRN).

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do percentual de OM capacitadas para atuar na prevenção e no combate às ações de terrorismo e DQBRN.

- IC 04 - nível de adestramento para o combate no amplo espectro

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a elevação do nível de adestramento para o combate no amplo espectro**.**

c) Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado

- Índice de 10% ao ano para chegar à meta de 80% até 2022.

d) Índice acumulado até o ano de 2015

- O índice acumulado pelo COTER foi de 45,9%.

• OEE Nr 8 - IMPLANTAR UM NOVO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE

a) Árvore de Indicadores

- Neste OEE, a árvore de indicadores está em fase de revisão e aperfeiçoamento.
- A árvore de indicadores deste objetivo foi elaborada em 2013, pelas equipes do EME e das OM de nível gerencial.

Figura 14 – Árvore de indicadores do OEE Nr 8

b) Descrição sumária de cada indicador relacionado

1. Indicador de Resultado (IR)

-IR - Índice de implantação de um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação de um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre.

2. Indicadores de Tendência (IT)

- IT 01**-** porcentagem de atualização da doutrina logística.

Descrição**:** acompanhar o desempenho relacionado às ações para a atualização da doutrina logística.

- IT 02 - porcentagem de execução do Projeto Estratégico Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP).

Descrição: acompanhar a execução do Projeto OCOP**.**

- IT 03 - porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados nas tarefas, atividades e funções logísticas.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para ampliação de recursos humanos capacitados nas funções, atividades e tarefas logísticas.

- IT 03.1 - porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados na área logística-gerencial.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a ampliação de recursos humanos capacitados na área logística-gerencial.

- IT 03.2 -porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados na área logística.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a ampliação de recursos humanos capacitados na área logística.

- IT 04 - porcentagem de implantação do sistema de informação logística.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação do sistema de informação logística.

3. Indicadores de Composição (IC)

- IC 01 - porcentagem de transformação/reestruturação/criação das estruturas logísticas**.**

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para transformação/reestruturação/criação das estruturas logísticas.

- IC 02 - porcentagem de prontidão logística.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para ampliar a prontidão logística.

c) Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado

- Índice de 10% ao ano para chegar à meta de 80% até 2022.

d) Índice acumulado até o ano de 2015

- O índice acumulado pelo COLOG foi de 22,10%.

- **OEE Nr 13 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA**

a) Árvore de Indicadores

- Neste OEE, a árvore de indicadores já foi publicada e as medições foram realizadas em 2014 e 2015.
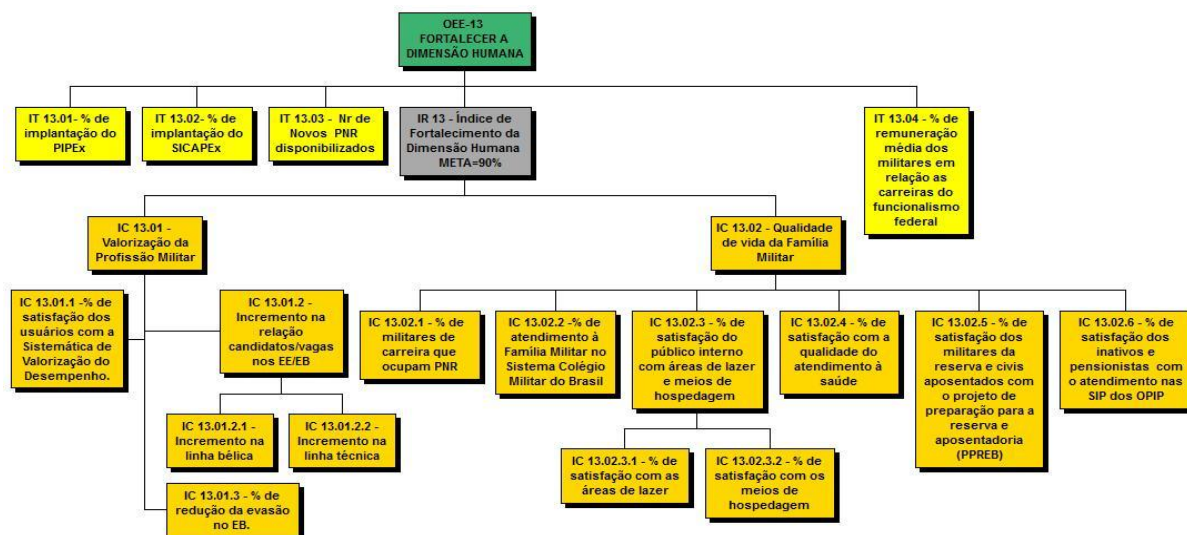
Figura 15 – Árvore de indicadores do OEE Nr 13

b) Descrição sumária de cada indicador relacionado

1. Indicador de Resultado (IR)

- Índice de fortalecimento da dimensão humana.

Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para promoção da qualidade de vida da família militar e da valorização da profissão militar.

2. Indicadores de Tendência (IT)

- IT 01 - porcentagem de Implantação do Programa de Inativos e Pensionistas do Exército (PIPEx).

Descrição: Execução do PIPEx.

- IT 02 - porcentagem de Implantação do Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SICAPEx).

Descrição: Execução do SICAPEx.

- IT 03- número de novos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) disponibilizados.

Descrição: Verificar o número de novos PNR disponibilizados.

- IT 04 - porcentagem de remuneração média dos militares em relação às carreiras do funcionalismo federal.

Descrição: Remuneração da carreira militar em relação às carreiras do funcionalismo federal (Administração direta).

3. Indicadores de Composição (IC)

- IC 01 - Valorização da profissão militar.

Descrição: conjunto de ações que tenham impacto na valorização da profissão militar.

- IC 01.1 - porcentagem de satisfação do usuário com a sistemática de valorização do desempenho.

Descrição: verificação da satisfação dos usuários da sistemática de valorização do desempenho.

- IC 01.2 - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro.

Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino.

- IC 01.2.1 - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro, na linha bélica.

Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino, da linha bélica: Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Sargentos das Armas.

- IC 1.2.2 - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro, na linha técnica.

Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino, da linha técnica: Escola de Formação Complementar do Exército, Escola de Saúde do Exército e Instituto Militar de Engenharia.

- IC 1.3 - porcentagem de Redução da evasão no Exército Brasileiro.

Descrição: verificação da redução da evasão no Exército Brasileiro.

- IC 02 - Qualidade de vida da família militar.

Descrição: verificação da situação da Qualidade de vida da família militar.

- IC 2.1 -porcentagem de militares de carreira que ocupam Próprio Nacional Residencial (PNR).

Descrição: Os dados serão obtidos das fichas individuais dos militares de carreira levantando-se a situação de todos os militares ocupantes de PNR.

- IC 2.2 - porcentagem de atendimento á Família Militar no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

Descrição: Verificar o percentual de atendimento aos pedidos de matrículas, para dependentes, solicitadas pelos militares, ao SCMB.

- IC 2.3 - porcentagem de satisfação do público interno com áreas de lazer e meios de hospedagem do Exército.

Descrição: Verificar a satisfação do público interno com áreas de lazer e meios de hospedagem do Exército.

- IC 2.3.1 - porcentagem de satisfação do público interno com áreas de lazer do Exército.

Descrição: Verificar a satisfação do público interno com áreas de lazer do Exército.

- IC 2.3.2 - porcentagem de satisfação do público interno com meios de hospedagem do Exército.

Descrição: Verificar a satisfação do público interno com os meios de hospedagem do Exército.

- IC 2.4 - porcentagem de satisfação com a qualidade do atendimento à saúde.

Descrição: Verificar o nível de satisfação do público interno com a qualidade de atendimento à saúde.

- IC 2.5 - porcentagem de satisfação dos militares da reserva e civis aposentados com o Projeto de preparação para a reserva e aposentadoria (PPREB).

Descrição: Verificar o nível de satisfação dos militares da reserva e civis aposentados com o PPREB.

- IC 2.6 - porcentagem de satisfação dos inativos militares e servidores civis com o atendimento nas Seções de Inativos e Pensionistas (SIP) dos Órgãos Pagadores de Inativos e Pensionistas (OPIP).

Descrição: Verificar o nível de satisfação com o atendimento das SIP das OPIP.

c) Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado

- Os indicadores listados já foram aprovados pelo Órgão responsável e publicados em Boletim do Exército.

d) Índice acumulado até o ano de 2015

- O índice acumulado pelo Departamento Geral do Pessoal foi de 60,09%.

ANÁLISE SITUACIONAL

Verifica-se a evolução da metodologia de medição dos Objetivos Estratégicos do Exército, no sentido de permitir o acompanhamento da evolução das atividades/projetos que levarão à sua consecução.

Este acompanhamento permite a atuação efetiva no sentido de buscar atingir as metas, bem como proporciona oportunidade para realizar intervenções oportunas nos processos em andamento.

Da análise global dos objetivos, cujos indicadores foram detalhados neste item, pode-se concluir que o Exército Brasileiro, no que se refere ao desempenho operacional, está direcionado para cumprir seus objetivos estratégicos e tem atingido suas metas intermediárias.

3. GOVERNANÇA

O tamanho do Exército Brasileiro, a variedade e a complexidade de atividades desempenhadas demandam especial atenção para a governança da Instituição.

Os pilares básicos do Exército são **a hierarquia e a disciplina**, que naturalmente concorrem para a governança da Instituição. Além disso, sua organização e regulamentos também contribuem decisivamente para a coordenação e controle das atividades desempenhadas e seus resultados.

3.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A análise de riscos é uma atividade inerente à profissão militar, ensinada e praticada desde os bancos escolares.

Os riscos são fatores analisados durante o planejamento de operações militares, na gestão de projetos e na execução das atividades administrativas.

Os planejamentos estratégicos são realizados e aperfeiçoados continuamente por profissionais capacitados e aprovados em diversas instâncias, e obedecem a metodologias específicas.

Os projetos estratégicos são precedidos de diretrizes e estudos de viabilidade, e posteriormente, têm a sua execução acompanhada. São executados com base em normas, tais como as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro, as NEGAPEB, e controlados e coordenados dentro de uma estrutura adequada para a gestão de projetos: o Escritório de Projetos do Exército – EPEx.

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada por profissionais capacitados e por organizações que possuem estrutura que a comporte. Todas as Unidades Gestoras possuem a estrutura física e de pessoal adequada para a gestão dos recursos colocados à disposição da Instituição.

Os Controles Internos Administrativos são exercidos com base em extensa legislação interna, na segregação de funções, na hierarquia e disciplina, nos processos bem definidos, nas atividades de inteligência, por meio das prestações de contas, e nas atividades de controle, tais como as visitas e inspeções do comando superior, fiscalização e auditoria dos órgãos de controle interno, orientações técnicas e capacitações, entre outras atividades.

Assim, e com base na estrutura de governança a ser apresentada no próximo bloco, o Comando do Exército avalia que tem uma boa gestão dos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e uma boa qualidade de Controles Internos Administrativos.

A despeito da boa gestão de riscos, visualiza-se que a insuficiência de recursos orçamentários e sua imprevisibilidade dificultam atingir as metas previstas. Nesse sentido, o Comando do Exército tem realizado diversas atividades de melhoria da gestão, já expostas na Seção deste Relatório de Gestão dedicada ao desempenho operacional, a fim de fazer frente a essa insuficiência de recursos.

3.2. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Exército tem uma estrutura organizacional que facilita sua governança, além de ser constituído sobre os pilares básicos da hierarquia e disciplina.

A Força Terrestre está organizada em um Comando, Órgãos de Assessoramento Superior, Órgãos de Assistência Direta e Imediata, um Órgão de Direção Geral (o EME), um Órgão de Direção Operacional (o COTER), os Órgãos de Direção Setorial e os Comandos Militares de Área.

O Exército realiza suas atividades amparado em extensa legislação, começando pela Constituição Federal e chegando aos regulamentos e portarias internas em todas áreas de atuação,

principalmente as finalísticas (operações) e as administrativas. Dentre as principais legislações internas, podemos destacar as seguintes por concorrerem diretamente para a governabilidade da FT:

- o **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG)**: prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes;
- o **Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)**: tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas;
- o **Regulamento de Administração do Exército (RAE)**: tem por finalidade estabelecer os preceitos gerais para as atividades administrativas do Exército; e
- o **Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R Cont):** tem por finalidade estabelecer as honras, as continências e os sinais de respeito que os militares prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares.

Os Controles Internos Administrativos já fazem parte da cultura do Exército, conforme citado na Seção anterior, e são fator preponderante em nossa governança.

A respeito das estruturas de governança voltadas ao exercício do controle interno, a primeira instância se faz presente na própria Unidade Gestora Executora. Em cada UGE existe um responsável pela Conformidade de Registro de Gestão, que tem por finalidade verificar se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora Executora foram realizados em observância às normas vigentes. O conformador pauta-se na base legal disponível e homologa, ou não, a gestão dos recursos daquela UGE, sendo, portanto, o primeiro nível da estrutura de controle interno do Exército.

Na segunda instância da estrutura de controle interno estão as Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx). Ao todo, o Exército Brasileiro possui 11 (onze) inspetorias distribuídas em todo território nacional:

- 1ª ICFEx (Rio de Janeiro/RJ): Responsável pelas UGE situadas nos Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- 2ª ICFEx (São Paulo/SP): Responsável pelas UGE situadas no Estado de São Paulo;
- 3ª ICFEx (Porto Alegre/RS): Responsável pelas UGE situadas no Estado do Rio Grande do Sul;
- 4ª ICFEx (Juiz de Fora/MG): Responsável pelas UGE situadas no Estado de Minas Gerais, exceto o Triângulo Mineiro;
- 5ª ICFEx (Curitiba/PR): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná;
- 7ª ICFEx (Recife/PE): Responsável pelas UGE situadas nos Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas e Paraíba;
- 8ª ICFEx (Belém/PA): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão;
- 9ª ICFEx (Campo Grande/MS): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- 10ª ICFEx (Fortaleza/CE): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte;
- 11ª ICFEx (Brasília/DF): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal e Triângulo Mineiro; e
- 12ª ICFEx (Manaus/AM): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

As ICFEx são subordinadas à Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e têm como missão realizar a contabilidade analítica, sob a coordenação técnica da Diretoria de Contabilidade (D Cont), e desenvolver atividades de Auditoria e Fiscalização, sob a coordenação técnica do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), nas Unidades Gestoras vinculadas.

As atividades de auditoria e fiscalização são atividades realizadas continuamente por meio do acompanhamento da execução orçamentária e financeira das UG, auditorias, visitas de orientação técnica e capacitação dos agentes da administração.

A terceira instância de estrutura do controle interno é representada pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx). Situado em Brasília e diretamente subordinado ao Comandante do Exército Brasileiro, o CCIEx tem a missão de comprovar a legalidade e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, com imparcialidade e isenção, por intermédio de auditoria e fiscalização, no âmbito do Exército Brasileiro e das Entidades Vinculadas.

A Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx) também é uma ferramenta de gestão e governança, ao estabelecer objetivos e estratégias alinhados com a missão constitucional da FT.

O Comando do Exército ainda tem os seus Órgãos de Assessoramento Superior. São eles:

- o Alto Comando do Exército (ACE);
- o Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF);
- o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx); e
- o Conselho Superior de Transformação (CONSUT).

Em 17 de dezembro de 2014 foi criado o Comitê Gestor da Racionalização Administrativa e expedida a Diretriz de Racionalização Administrativa do Comando do Exército, objetivando a melhoria da gestão do bem público em toda a Instituição.

Na estrutura do EME a 7ª SCh – responsável pela Gestão Estratégica – dispõe de uma Seção de Acompanhamento Estratégico (SPE-3), com atribuições de realizar o acompanhamento e o controle da execução do planejamento estratégico, com base na metodologia do BSC.

O Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento (SIGA) é um sistema que está em constante evolução e participa desde o planejamento orçamentário até a sua execução, sendo uma excelente ferramenta de governança.

Quanto à gestão do portfólio de projetos do Exército, o Escritório de Projetos do Exército (EPEx), responsável pela coordenação, acompanhamento e controle dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), toma diversas medidas de acompanhamento e controle dos PEE: expediu as suas normas de gestão próprias – as NEGAPEB; expede relatórios de situação dos projetos; confecciona calendários de obrigações dos PEE; realiza o acompanhamento físico-financeiro dos PEE; realiza reuniões periódicas de acompanhamento dos PEE; e fiscaliza a evolução e documentação.

Assim, por meio de diversas ferramentas que estão em constante evolução, a Governança do Comando do Exército contribui para os excelentes resultados da Instituição e pela excelente percepção e confiabilidade da população no seu Exército.

3.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Quadro de Pessoal do Comando do Exército é composto por Militares e por Servidores Civis, que são regidos por legislação específica existente para cada segmento.

3.3.1. Militares

Quanto aos Militares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta um sistema de correição próprio, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia (ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças

Armadas) e da disciplina (rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar).

Tem como objetivo a apuração de toda transgressão disciplinar, entendida como toda a ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, que ofenda à ética, aos deveres e às obrigações militares, ou que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

A aplicação da punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e visa o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.

3.3.1.1. Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército

a) Estrutura

O sistema de correição no âmbito do Comando do Exército não está estruturado em órgãos ou unidades centrais e setoriais, cabendo a cada Organização Militar (OM), conforme prevê a base normativa, desenvolver as atividades relacionadas à apuração de possível irregularidade e à aplicação das devidas penalidades. Dessa forma, a estrutura de correição do Comando do Exército compreende todas as suas OM que, por sua vez, apresentam diferenciados níveis de competências, conforme o ordenamento hierárquico entre os cargos e os escalões de comando.

Neste contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal, Órgão de Direção Setorial, somente o registro das informações para fins de avaliação e promoção.

b) Abrangência

Militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados.

c) Base normativa

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares;
- Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências;
- Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências;
- Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) - Aprovado pelo Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002; e
- Portaria nº 107, de 13 de fevereiro 2012- Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército (EB 10-IG-09.001).

d) Sistemática

De acordo com o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), a sistemática de apuração de ilícios inicia-se com a comunicação do fato. Todo militar que tomar conhecimento de fato contrário à disciplina, deverá participá-lo ao seu chefe imediato ou, quando a ocorrência exigir pronta intervenção, deverá tomar providências imediatas para preservação da disciplina e do decoro da Instituição.

A punição disciplinar não é imposta sem que ao transgressor seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Recebido e processado o documento de comunicação do fato, o militar arrolado recebe o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), sendo-lhe concedidos três dias úteis, para apresentar as alegações de defesa.

Caso a autoridade determine a instauração de sindicância, a apuração dos fatos será processada de acordo com a legislação específica.

O julgamento da transgressão é precedido de análise que considera a pessoa do transgressor, a natureza dos fatos ou atos, suas causas e consequências. São levantadas, também, as causas que justifiquem a falta ou as circunstâncias que a atenuem ou a agravem.

A transgressão da disciplina é, então, classificada, desde que não haja causa de justificação, em leve, média ou grave.

Os tipos de punições disciplinares são:

- Advertência - Admoestação feita verbalmente ao transgressor;
- Impedimento disciplinar - É a obrigação de o transgressor não se afastar da OM;
- Repreensão - É a censura enérgica ao transgressor, feita por escrito;
-Detenção disciplinar - É o cerceamento da liberdade do punido disciplinarmente, o qual deve permanecer no alojamento da subunidade;
- Prisão disciplinar - Consiste na obrigação de o punido disciplinarmente permanecer em local próprio e designado para tal; e
- Licenciamento e exclusão a bem da disciplina - Consistem no afastamento, *ex-officio,* do militar das fileiras do Exército.

Quanto à aplicação da Punição Disciplinar, procede-se o seguinte:

- Elaboração de nota de punição contendo:descrição dos fatos, a referência legal, a classificação da transgressão e a punição disciplinar imposta; local para o seu cumprimento; classificação do comportamento militar; e datas do início e do término do cumprimento da punição disciplinar.
- Publicação em boletim interno, que se configura no ato administrativo formal de aplicação das punições disciplinares, exceto para o caso de advertência.
- Registro na ficha disciplinar individual. Documento que deverá conter dados sobre a vida disciplinar do militar e que o acompanha desde a incorporação ao licenciamento ou à transferência para a inatividade, quando ficará arquivado no órgão designado pela Força.

Sobre a anulação da punição disciplinar, procede-se o seguinte:

- A punição disciplinar aplicada pode ser anulada, relevada ou atenuada pela autoridade competente. Deve ocorrer quando houver fatos que recomendem este procedimento, devendo a respectiva decisão ser justificada e publicada em boletim interno da OM.
- A anulação da punição disciplinar consiste em tornar sem efeito sua aplicação e deverá ocorrer quando for comprovado ter havido injustiça ou ilegalidade na aplicação da mesma.
- A anulação de punição disciplinar elimina, das alterações do militar e da ficha disciplinar individual, toda e qualquer anotação ou registro referente à sua aplicação e é comunicada ao DGP.

e) Competências e responsabilidades

A competência para aplicar as punições disciplinares é definida pelo cargo e não pelo grau hierárquico. São competentes para aplicá-las:

- O Comandante do Exército,em relação a todos aqueles que estiverem sujeitos ao RDE; e
-Chefe do Estado-Maior do Exército; Chefe dos Órgãos de Direção Setorial; Chefe dos Órgãos de Assessoramento; Comandantes Militares de Área; e demais ocupantes de cargos privativos de oficial-general.
- Chefes de estado-maior; chefes de gabinete; comandantes de unidade; e demais comandantes cujos cargos sejam privativos de oficiais superiores.
- Subchefes de estado-maior; comandantes de unidade incorporada; chefes de divisão, seção, escalão regional, serviço e assessoria; ajudantes-gerais; subcomandantes e subdiretores.

- Comandantes das demais subunidades ou de elementos destacados com efetivo menor que subunidade.

Compete aos comandantes militares de área aplicar a punição aos militares da reserva remunerada, reformados ou agregados.

3.3.2. Servidores Civis

As atividades de correição relacionadas aos Servidores Civis se processam por intermédio do DepartamentoGeral do Pessoal, por intermédio da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS).

A DCIPAS tem as seguintes atribuições, relacionadas ao regime disciplinar:

- designação de comissão de inquérito;
- designação de defensor dativo;
- instrução de processo administrativo;
- aplicação de sanções, até a penalidade de suspensão por noventa dias, em decorrência de inquérito administrativo; e
- apresentação de proposta de penalidade de demissão.

Desta maneira, estas informações constarão, de forma consolidada, no Relatório de Gestão do Órgão de Direção Setorial responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Comando do Exército (UG 160070 – Departamento-Geral do Pessoal).

3.3.2.1. Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército

a) Estrutura

- Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) – Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social e Assessoria Técnica da Subdiretoria de Pessoal Civil; e
- Organização Militar de vinculação do servidor civil – Comandante, Chefe ou Diretor da OM e servidores designados para compor a Comissão Disciplinar.

b) Abrangência, quando objetiva

- Sindicância - inobservância dos deveres funcionais (art. 116) e proibições (art. 117, incisos I a VIII e XVII a XIX), tudo da Lei nº 8.112/90, para aplicação das penas estatutárias brandas (advertência e suspensão até trinta dias); e
- Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - procedimento obrigatório para apuração de infração cuja pena cabível é suspensão superior a 30 (trinta) dias ou demissão (art. 132, Lei nº 8.112/90). Instrumento aplicável também nos casos de possível suspeição da autoridade julgadora da sindicância, maior complexidade (realização de diligências, perícias, inspeção de saúde) ou pluralidade de acusados, por exemplo, que requererão maior prazo para apuração e, consequentemente, maior prazo para sua conclusão.

c) Abrangência, quando subjetiva

- Servidores públicos federais vinculados ao Comando do Exército, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, estáveis ou em estágio probatório, na atividade, exonerados ou aposentados, desde que a irregularidade a ser apurada tenha sido cometida no exercício da função ou do cargo público – art. 134, 135 e 172, parágrafo único, Lei nº 8.112/90; Enunciado 2-CGU, de 04 MAIO 11.
- O pessoal contratado por tempo determinado na forma da Lei nº 8.745/93 para atender necessidade temporária de excepcional interesse público não se sujeita aos dispositivos da

Lei nº 8.112/90, e, portanto, todas as infrações disciplinares cometidas devem ser apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de até 30 (trinta) dias, de acordo com art. 10 da Lei nº 8.745/93.

d) Base normativa

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- Portaria nº 071-Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013 .- Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB10-R-02.020);
- Portaria nº 192-DGP, de 1º de outubro de 2015 - Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP;
- Portaria nº 278-DGP, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova as Normas Técnicas nº 3 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30-N-50.003);e
- Portaria nº 259-DGP, de 10 de novembro de 2008 - Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP.

e) Sistemática

Em sua maioria, o conhecimento do fato supostamente irregular, envolvendo servidor civil vinculado ao Comando do Exército, decorre da comunicação de outro servidor civil ou militar ao chefe imediato.

Por vezes, pode ocorrer denúncia apresentada por particular ou representação, oficiada por outro órgão público, além de notícia veiculada na mídia.

O procedimento disciplinar pode ser instaurado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM, no caso de sindicância, ou pelo Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social, no caso de Processo Administrativo Disciplinar em sentido estrito, de acordo com a suposta infração cometida e a penalidade a ser aplicada.

A apuração do fato ou infração é conduzida autonomamente pela Comissão formada por servidores civis estáveis, designada pela autoridade competente para proceder ao inquérito administrativo, e de acordo com os requisitos legais, que compreende instrução, defesa e relatório.

A quarta e última fase do processo administrativo cabe:

- ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM, no caso de sindicância, com penalidade máxima de suspensão por trinta dias;
- ao Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social, para a penalidade até suspensão por noventa dias; e
- ao Ministro da Defesa, para aplicação das penas expulsivas (demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, e destituição do cargo em comissão).

Quanto à aplicação da penalidade, observa-se o seguinte:

- Advertência e suspensão: o julgamento é publicado no Boletim Interno da Organização Militar na qual o servidor está lotado, com definição das providências cabíveis.
- Demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição do cargo em comissão: o julgamento é publicado no Diário Oficial da União, seguido do Boletim Interno da Organização Militar, com definição das providências cabíveis.

A Seção de Pessoal Civil da OM registra a penalidade nos assentamentos (alterações) do servidor, bem como o arquivamento dos autos originais (no caso das sindicâncias) por prazo indeterminado.

Todas as instaurações de procedimentos apuratórios e julgamentos no âmbito do Comando do Exército devem ter seus dados registrados no Sistema de Acompanhamento da Controladoria

Geral da União (CGU-PAD) pela DCIPAS, à exceção das demissões, cujos registros de julgamento são efetuados pela Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa (DIPEC/MD).

Após o julgamento por parte da autoridade competente, cópia dos autos das sindicâncias e dos autos originais dos PAD (junto com cópia da publicação dos julgamentos) são arquivadas na DCIPAS. Ressalta-se que a DCIPAS é periodicamente auditada pela CGU.

Antes da decisão definitiva, ocorrem no processo institutos que asseguram o duplo grau de jurisdição, ou seja, o direito do servidor recorrer contra decisões da administração:

- Pedido de reconsideração: dirigido à própria autoridade decisória, em única vez. É permitido em qualquer fase do processo administrativo. (art. 106, Lei nº 8.112/90); e
- Recurso: dirigido à autoridade superior, sendo possível apenas na fase do julgamento (art. 107, Lei nº 8.112/90).

A revisão do processo disciplinar, por sua vez, ocorre quando se encerra o procedimento apuratório, voltando a discutir a imputação de responsabilidade e a aplicação de qualquer pena. Também pode ocorrer a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, desde que se aduzam novos fatos ou circunstâncias capazes de comprovar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, cabendo ao requerente o ônus da prova.

f) Competências e responsabilidades

Na Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS):

- Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social: instauração ou determinação de instauração de procedimentos e processos disciplinares, com designação de comissão de inquérito; designação de defensor dativo; julgamento e aplicação de sanções, até a penalidade de suspensão por noventa dias, em decorrência de inquérito administrativo; e proposta ao Ministro da Defesa de aplicação penalidade de demissão.
- Assessora Técnica da Subdiretoria de Pessoal Civil: proposição de medidas para padronizar e aprimorar procedimentos operacionais relacionados às atividades correcionais; supervisão e orientação técnica às Comissões e às organizações militares do Comando do Exército com processos disciplinares em andamento; registro de dados no CGU-PAD; e acompanhamento dos processos com propostas de demissão junto ao Ministério da Defesa.

Na Organização Militar de vinculação do servidor civil:

- Comandante, Chefe ou Diretor: instauração ou determinação de instauração de procedimentos e processos disciplinares na forma de sindicância contraditória (ou acusatória) disciplinar, com designação de comissão de inquérito; designação de defensor dativo; julgamento e aplicação de sanções, até a penalidade de suspensão por trinta dias, em decorrência do inquérito administrativo; e proposta de instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- Comissão Disciplinar. - apuração da irregularidade, com instrução e relatório do inquérito administrativo.

3.3.2.2. Principais resultados observados em relação à atividade de correição no âmbito do Comando do Exército.

a) Punições administrativas aplicadas

Tabela 7 – Punições administrativas aplicadas

PUNIÇÕES	2014	2015	TOTAL
Demissão	03	03	06
Cassação	00	00	00
Destituição	00	00	00
Exoneração ex-officio	00	00	00

TOTAL EXPULSIVAS	03	03	06
Suspensão*	00	00	00
Advertência*	00	00	00
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	00	00	00
TOTAL GERAL	03	03	06

(*) Os procedimentos de apuração de menor gravidade e aplicação das penas estatutárias brandas (sindicância, para aplicação de advertência e suspensão até 30 dias), por serem instaurados e julgados nas OM dos servidores, têm seus respectivos dados registrados no CGU-PAD após o recebimento dos respectivos autos, de forma centralizada, pela DCIPAS, o que pode acarretar em acúmulo e atraso no registro no Sistema, e portanto, há imprecisão no quantitativo de suspensões e advertências constantes no quadro acima.

b) Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90)

Tabela 8 - Causas das punições aplicadas

MOTIVOS	ACUMULADO 2014-2015	
	Qnt	%
Valimento Indevido de Cargo	01	16,66
Improbidade Administrativa	00	0
Abandono de Cargo	01	16,66
Recebimento de Propina	00	0
Acumulação ilegal de Cargos	01	16,66
Desídia	00	0
Inassiduidade Habitual	03	50
TOTAL GERAL	06	100%

3.3.3. Informações quanto ao cumprimento da Portaria Nº 1.043/2007-CGU

A extensa área de abrangência do Exército Brasileiro, com cerca de 6.500 servidores distribuídos em 350 Organizações Militares em todo país, dificulta o controle dos procedimentos instaurados no âmbito de cada Unidade.

Além disso, há escassez de servidores para execução das diversas atividades de controle administrativo, processos e procedimentos, bem como carência na formação e perfil desejados de servidores para supervisão e orientação técnica aos órgãos com processos disciplinares em andamento.

Em razão de tais dificuldades, o prazo estipulado pela Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, para registro das informações relativas aos processos disciplinares no CGU-PAD por vezes tem sido ultrapassado. Entretanto, esforços têm sido envidados para melhoria do desempenho institucional na área do Sistema de Correição e cumprimento da legislação.

A Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social dispõe de arquivo com todos os processos disciplinares, envolvendo servidores civis, e instaurados no âmbito do Comando do Exército, garantindo, desta forma, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os canais de acesso ao cidadão disponibilizados pelo Comando do Exército são:

a) Fale Conosco – Divisão de Relações Públicas

b) Internet: www.exercito.eb.mil.br

c) E-mail: faleconosco@eb.mil.br

d) Telefones e Fax:

- Div Plj Gst = 3415-4113 / fax: 3415 4439
- Div RM = 3415-5303/ fax: 3415 5619
- Div RP = 3415-4114
- Div Prod Div = 3415-5163
- SIC = 3415-5751
- Mídias sociais: Facebook, Twitter, YouTube e EBlog (acesso por meio do portal: www.eb.mil.br)
- Serviço de Informações ao Cidadão - SIC (Telefones: 3415 5751 e 3415 5813, e acesso ao serviço por meio do portal: www.eb.mil.br)

Tabela 9 - Fale Conosco – registros

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
A - Críticas/Denúncias	26	**24**	**3**	4	**7**	60	19	45	14	35	32	13	282	2,61
B - Ingresso Masculino	122	116	142	124	295	182	195	176	178	121	103	67	1821	16,86
C - Ingresso Feminino	149	46	122	101	344	186	138	125	98	80	68	58	1515	14,03
D - Serviço Militar	200	107	66	62	195	139	97	111	91	81	50	41	1240	11,48
E - DFPC/SFPC	24	15	24	27	72	32	25	29	33	34	15	25	355	3,29
F - Colégio Militar	38	11	30	22	98	63	60	51	40	36	32	25	506	4,69
G – FUSEx	20	10	15	14	54	37	15	5	16	15	8	8	217	2,01
H - Pagamento Militar	11	5	17	15	29	1	0	2	2	2	2	4	90	0,83
I - Dúvidas em Geral (*)	146	76	48	46	333	187	179	197	171	114	97	104	1698	15,72
J – DCIPAS	5	19	10	16	62	66	26	21	13	23	15	11	287	2,66
K - Intervenção Militar	183	83	318	201	306	147	68	100	114	563	173	94	2350	21,76
L - Agradecimentos	10	18	2	7	78	57	60	54	42	52	31	28	439	4,06
TOTAL	**934**	**530**	**797**	**639**	**1873**	**1157**	**882**	**916**	**812**	**1156**	**626**	**478**	**10800**	**100**

São disponibilizados os seguintes canais de atendimento ao cidadão nas mídias sociais, dentro do ambiente chamado SAC 2.0 (Serviço de Atendimento ao Cidadão 2.0):

- Mensagem INBOX no Facebook

- Comentários em Postagem no Facebook
- Mensagens diretas no Twitter
- Comentários no Twitter
- Comentários realizados em vídeos no Youtube
- Mensagens do WhatsApp

Por peculiaridade das mídias sociais, nas quais ser anônimo é muito difundido, os canais acima são utilizados para atender as seguintes demandas:

- Informar a população sobre as atividades do Exército Brasileiro, divulgando, sempre que possível, nossos valores.
- Solucionar as dúvidas ostensivas e recebimento de sugestões.
- Resolução de reclamações de conteúdo, postados nas mídias sociais.

As denúncias e pedidos de acesso à informação de dados restritos, recebidos nas mídias sociais, são encaminhadas para os canais adequados, a exemplo do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

No ano de 2015, foram coletados os seguintes resultados:

- Número Total de Atendimentos no Período: 19.002
- Tempo Médio de Resposta: 12 horas
- Divisão dos atendimentos por assuntos
- Avaliação do atendimento

Tabela 10 - Divisão dos atendimentos

ASSUNTO	TOTAL*
Relacionados à Política	3307
Ingresso na Força	4549
Serviço Militar	3964
Informações Diversas	3415
Elogios	736
Reclamações	214
Críticas	16
Denúncias	52

Tabela 11 - Avaliação do atendimento

AVALIAÇÃO	TOTAL (%)
POSITIVO	61,27
NEUTRO	37,33
NEGATIVO	1,40

Com base em análise dos dados coletados, observa-se que o Exército Brasileiro é visto como um canal de reclamação sobre Assuntos Relacionados à Política, tais como saúde pública, economia e educação. Tal fato corrobora com o índice apurado de confiabilidade da população no Exército Brasileiro. Outros dados que se destacam são as formas de Ingresso no Exército e as solicitações sobre o Serviço Militar.Em relação à avaliação do sentimento do cidadão no SAC 2.0, a maioria (86%) avalia o Exército como positivo.

As mídias sociais propiciam um ambiente de interação jovem e amigável, onde as estruturas burocráticas são ocultadas sob um acesso direto e instantâneo. O acompanhamento tecnológico é essencial nesse cenário, onde prever tendências é muito difícil. Existe ainda a necessidade de medir métricas e compará-las com os anos anteriores, o que será possível de realizar a partir deste ano de 2016.

Existem, também, oportunidades de melhorias no aprimoramento das campanhas de ingresso e do serviço militar, esta última em complemento ao Ministério da Defesa, realizadas no ambiente digital.

Tabela 12 - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

PEDIDOS	TOTAL	PORCENTAGEM
Recursos 1ª Instância	147	12%
Recursos 2ª Instância	67	6%
Recursos CGU	51	4%
Recursos CMRI*	21	2%

*CMRI – Recurso na Comissão Mista de Reavaliação da Informação
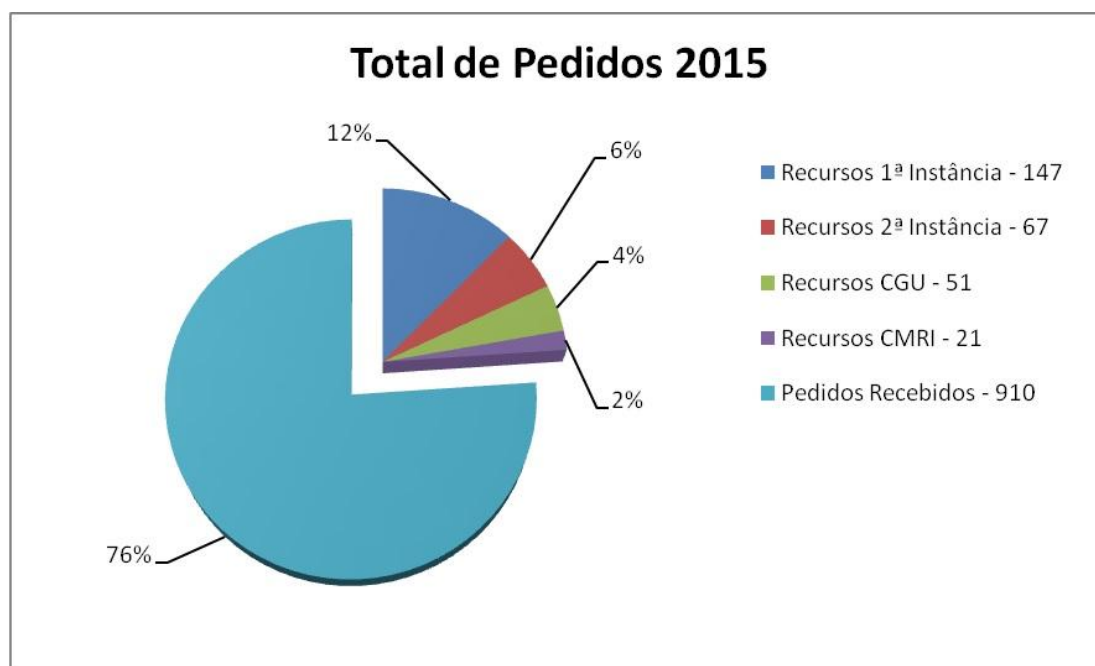
Figura 16 - Total de pedidos 2015

Quadro 42 – Informações sobre os pedidos 2015

96 % Dos pedidos foram respondidos satisfatoriamente (neste caso, considerou somente o recurso da CGU).
12% Apresentaram Recurso 1ª Instância.
06% Apresentaram Recurso 2ª Instância.
04% Apresentaram Recurso na Controladoria Geral da União.
02% Apresentaram Recurso na Comissão Mista de Reavaliação da Informação.

4.2.CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do Exército Brasileiro está em fase de definição pelo Estado-Maior do Exército, e terão os seguintes serviços disponibilizados:

a) Comunicação Social
b) Cultura, Ensino, Capacitação Física
c) Desenvolvimento Tecnológico
d) Endereços de OM
e) Fabricação de Material de Emprego Militar
f) Fiscalização de Produtos Controlados
g) Hotéis de Trânsito
h) Inativos, Pensionistas e Assistência Social
i) Meio Ambiente
j) Mídias Sociais
k) Obras Militares e de Cooperação
l) Pagamento de Pessoal
m) Portal da Transparência
n) Projetos de Engenharia
o) Rádio Verde Oliva
p) Resenha de diária
q) Saúde
r) Serviço Militar
s) Serviços Geográficos

4.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

4.3.1. Mecanismos para medir a satisfação

As pesquisas de opinião pública, realizadas por institutos nacionais, como o IBOPE, a FGV, o DATAFOLHA, o Instituto SENSUS, entre outros, são os principais instrumentos de medicação da satisfação da sociedade brasileira com os serviços prestados pelo Exército. Está em fase final (Jan 2016) uma pesquisa encomendada pela Força e que se encontra sob a responsabilidade da empresa MK Pesquisa. Os resultados servirão de base à atualização do Planejamento Estratégico (SIPEx), particularmente para a Comunicação Estratégica.

Quadro 43 - Pesquisas e índices dos últimos 3 (três) anos

PESQUISAS DE OPINIÃO - EXÉRCITO / FORÇAS ARMADAS			
2013	75 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES – FORÇAS ARMADAS (refere-se ao 3º trimestre 2012)

	64 %	IBOPE	ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL – FORÇAS ARAMADAS (Julho 2013)
2014	72 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI) – 2º e 3º Trim 2013.
	64 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) – 4º Trim 2013 e 1º trim 2014.
	68 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (pesquisa FGV Índice de Confiança no Judiciário – ICJ Brasil) – Abr 2013 a Mar 2014
2015	68 %	FVG	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) – 1º Trim 2015
	73 %	DATAFOLHA	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa sobre o FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS) – Jul 2015

4.3.2. Mecanismos de transparência das informações relevantes

O Exército Brasileiro mantém uma gama de informações relevantes em sua página na internet, em www.eb.mil.br, atualizadas constantemente, possibilitando ao interessado ter acesso a diversos assuntos pertinentes à Força, conforme demonstram as Figuras 17 e 18.

Figura 17 – Página do Exército Brasileiro na internet
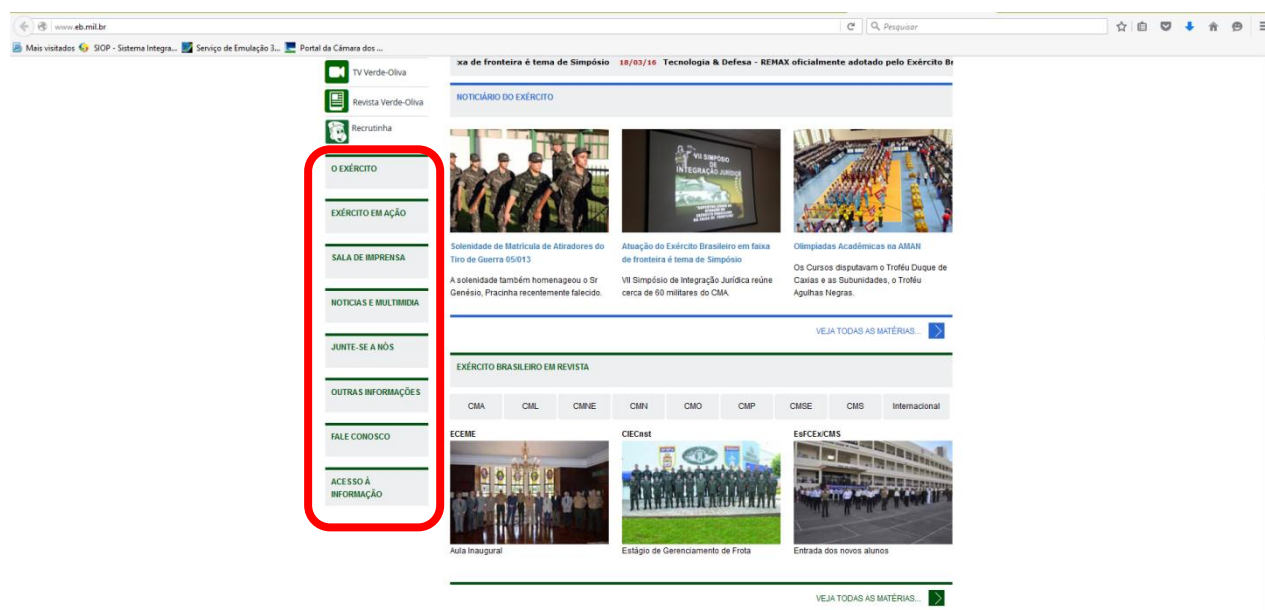
Figura 18 – Página do Exército Brasileiro na internet

As principais oportunidades de acesso às informações relevantes se encontram em oito janelas de acesso, conforme marcado na Figura 18. Cada janela de acesso abre outras janelas com informações relacionadas, de fácil acesso e com atualização diária, quando é o caso. São informações sobre a estrutura do Exército, sobre a atuação da Instituição (missões, operações e exercícios, ações cívico-sociais, meio-ambiente, Amazônia), sobre seus canais de notícias, sobre informações ao público interno, sobre formas de ingresso à Força, sobre formas de contato, diretrizes, dentre outras.
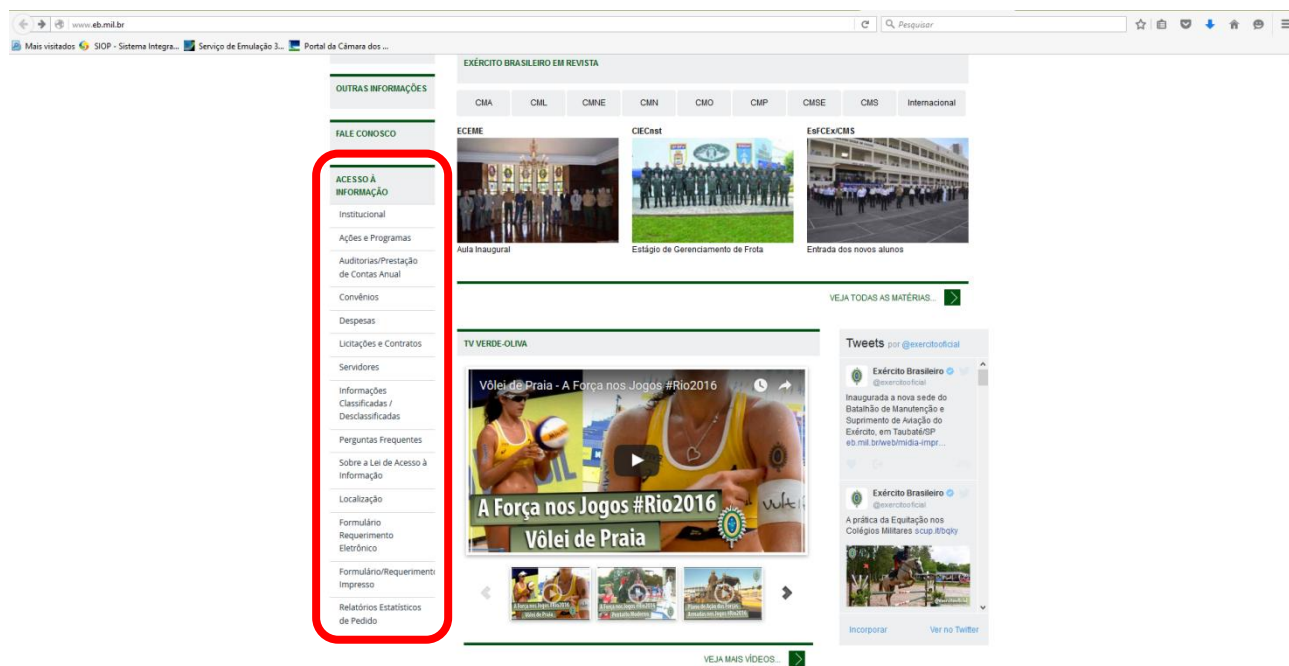
Figura 19 – Página do Exército Brasileiro na internet

No *link* “ACESSO À INFORMAÇÃO”, conforme marcado na Figura 19, há uma série de janelas de acesso às informações que contribuem para a transparência da gestão, inclusive com

possibilidade de acesso a relatórios de gestão. São 14 seções que disponibilizam os mais variados *links*, reforçando o compromisso da Força Terrestre com a transparência das informações.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos):

- Esta unidade está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima:

- Não é o caso desta unidade.

c)Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo:

- Adoção da tabela disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conforme Macrofunção SIAFI 020330 (depreciação).

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

- Método das cotas constantes, ou seja, valor depreciável dividido pela vida útil.

e) As taxas utilizadas para os cálculos baseiam-se na vida útil do bem, ou seja, bens cuja vida útil seja de 5 anos, a taxa de depreciação será de 20% ao ano.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

- Os ativos mantidos pelas unidades estão registrados pelo custo de aquisição ou produção ou construção sem aplicar sobre eles a redução ao valor recuperável dos ativos e o ajuste ao valor presente. Ressalte-se que nem os imóveis e nem os demais itens do imobilizado, incluindo as máquinas e equipamentos foram testados para aferir sua recuperabilidade, embora registrados ao valor de aquisição e a depreciação esteja sendo feita por taxas lineares.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela unidade no exercício:

- A redução ao valor recuperável dos ativos reflete nos seus valores, principalmente no imobilizado da unidade. Também tem reflexo nos resultados, pois que o valor da redução tem contrapartida nos resultados da unidade.
- O ajuste a valor presente reflete em todas as contas de ativo e passivo, principalmente nos de natureza financeira. Também tem reflexo nos resultados, pois que o valor do ajuste tem contrapartida nos resultados da unidade.
- Como a redução ao valor recuperável e o ajuste a valor presente não foram realizados no exercício financeiro de **2015,** não foi possível mensurar o impacto econômico-financeiro na variação patrimonial das unidades.

5.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Gestão de Custos do Comando do Exército encontra-se em estágio relativamente avançado quando levado em consideração outros Órgãos da Administração Pública Federal.

O Exército Brasileiro, na busca constante das boas práticas voltadas à gestão pública e antevendo a importância da informação de custos para a tomada de decisão e a melhoria do gasto

público, expediu, na Diretriz Geral do Comandante do Exército de 2003, determinações para o desenvolvimento e implantação de um sistema de custos para a Força Terrestre.

Na ocasião, o Exército baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC nº 101, de 05 de maio de 2000, não esquecendo a Lei 4.320, de 1964, que já tratava da apuração de custos para os órgãos públicos. A LRF determina que a "Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial".

Neste sentido, seguindo a diretriz do Comandante do Exército, a Diretoria de Contabilidade (D Cont) desenvolveu o Sistema Gerencial de Custos do Exército (SISCUSTOS), instituído pela Portaria nº 932 do Comandante do Exército, em 19 de dezembro de 2007, que aprova as Normas para Funcionamento do Sistema, bem como seu conceito, prescrevendo sua continuidade no tempo: "*É um sistema corporativo, de* ***desenvolvimento contínuo e evolutivo****, que busca, por meio da utilização de recursos de TI, o gerenciamento dos custos das atividades (rotinas) realizadas pelas OM do EB"*.

O SISCUSTOS tomou fulcro no custeio baseado nas atividades, "Custeio ABC", aplicando e adaptando algumas peculiaridades da Instituição. Essa definição foi tomada no início dos trabalhos, ocorrido em meados de 2004, pelo grupo responsável por sua implantação.

Seu objetivo é ser uma ferramenta que possibilite identificar o custo das atividades significativas; proporcionar aos dirigentes, nos seus respectivos níveis, informações gerenciais sobre os custos apropriados nas diferentes atividades; realizar o acompanhamento gerencial das Organizações Militares (OM) e disponibilizar informações em tempo hábil para auxiliar no processo decisório, mediante a análise comparativa dos custos entre as diversas unidades da Força.

A proposta do SISCUSTOS é levantar os custos dos Programas de Governo, cumprindo assim, o artigo 15 da Lei 10.180, de 6 FEV 01, bem como os projetos e atividades sob a responsabilidade do Comando do Exército. Para tanto, cada projeto ou atividade está mapeado e vinculado aos Grupos de Custos (GC), que, por sua vez, subdividem-se em tantos Centros de Custos (CC) quanto forem necessários.

Para cumprir os objetivos citados, o SISCUSTOS coleta e processa os dados que são extraídos de diversos sistemas, internos e externos à Instituição.

A importação de dados (carga no Sistema) é realizada pelo SISCUSTOS sob a gestão da D Cont, com os dados das apropriações dos serviços provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) por meio do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC); do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) que é um módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com os insumos de material e depreciação do material permanente; do Sistema Automático de Pagamento de Pessoal (SIAPPES), do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e do Sistema de Retribuição no Exterior (SRE) com os valores das remunerações; objetivando assim, disponibilizar informações gerenciais às unidades do Exército.

Seguindo a ideia de um sistema em constante evolução, o SISCUSTOS mantém-se atualizado com as orientações e determinações dos órgãos responsáveis pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emanando Resoluções específicas como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as NBC T 16 e, em particular ao assunto de custos, a NBC T 16.11 que estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

A Gestão de Custos do Exército Brasileiro mantém parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade e Custos do Governo Federal, acompanhando, alinhando-se e se integrando ao Sistema de Custos do Governo Federal.

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído com a Portaria STN 157, de 09 de março de 2011, tendo como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais

as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos – SIC.

Segundo a referida Portaria, as unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União podem integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.

No mesmo sentido a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre o Sistema de Informações de Custos – SIC, o qual constitui sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.

Assim, cumprindo essas orientações da STN, a Secretaria de Economia e Finanças publicou a Portaria 020 – SEF, de 22 DEZ 11, que criou Setorial de Custos do Comando do Exército, designando a Diretoria de Contabilidade como Órgão Setorial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC. A D Cont encontra apoio em suas Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) para seus trabalhos de registros e evidenciações contábeis das 418 Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército.

A fim de identificar o estágio em que se encontra a implantação de sistemática de apuração de custos pela Unidade e em que medida os seus produtos são utilizados para subsidiar a tomada de decisões, seguem algumas informações:

a) Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso.

A Secretaria de Economia e Finanças publicou a Portaria 020 – SEF, de 22 DEZ 11, que criou Setorial de Custos do Comando do Exército, designando a Diretoria de Contabilidade como Órgão Setorial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC. A D Cont encontra apoio em suas Inspetorias de Contabilidade Finanças do Exército (ICFEx) para seus trabalhos de registros e evidenciações contábeis das 416 Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército.

b) Identificação das subunidades administrativas da unidade das quais os custos são apurados.

Todas as 652 Organizações Militares do Exército (OM), dessas 424 são Unidades Gestores, nas suas diversas áreas de atuação operacional, de saúde, de logística, de engenharia, de ensino fazem trabalhos de apuração e evidenciação dos custos de suas atividades, considerando os custos com pagamento de pessoal, consumo de material utilizado nas atividades, depreciação do material permanente, utilização e contratação de serviços utilizados nessas diversas atividades operacionais e administrativas das unidades.

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos.

O Sistema Gerencial de Custos do Exército carrega, importa e processa dados que são extraídos de diversos sistemas. Carrega no próprio SISCUSTOS às informações de pessoal por CC, valores das contas de telefone e cadastro da potência elétrica para alocação dos valores gastos com energia elétrica. A importação de dados (carga no Sistema) é realizada pelo SISCUSTOS, sob a gestão da D Cont, com os dados das apropriações dos serviços provenientes do SIAFI com apoio do SIC. Do SISCOFIS são contabilizados o consumo de material e a depreciação mensal do material permanente. E dos diversos sistemas de pagamento são computados os valores das remunerações dos militares da ativa, funcionários civis e pessoal servindo no exterior.

A razão para que o SIC não tenha sido adotado como o principal sistema de apuração de custos no exercício de referência do relatório de gestão é que, conforme exposto no parágrafo anterior, ele somente fornece dados de SIAFI para a Gestão de Custos do Exército.

Visando uma Gestão de Custos integrada (dados comparativos, tempestivos e confiáveis para a tomada de decisão), a Diretoria de Contabilidade tem como desafio para o biênio 2016-2017, realizar os ajustes necessários à implantação de novas servidões da contabilidade pública, entre elas, o alinhamento da gestão de Custos do Exército com o Sistema de Custos do Governo Federal. Sobre o assunto, cabe destacar que o Comando do Exército (D Cont/SEF) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), periodicamente, realizaram reuniões e intensificaram estudos para que os dados de depreciação e do consumo de material sejam contabilizados de forma automatizada, ou seja, ligação direta do SISCOFIS com o SIAFI, dispensando assim os registros de NL referente à depreciação e a movimentação de material de consumo, em consequência, desonerando as OM deste encargo administrativo.

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos.

As unidades fazem o levantamento de custos, por meio de extração de dados dos diversos sistemas que integram a Gestão de Custos, levando em consideração os centros de custos, aqui considerados como as atividades da Organização Militar, que pela estrutura do Exército faz correlação com as seções e subunidades da unidade.

Cada OM possui um Gestor de Custos para o gerenciamento, acompanhamento e fiscalização das informações de custos produzidas. Este agente da administração, denominado Gerente de Custos, é o Fiscal Administrativo da OM que, por sua vez, é designado em Boletim Interno pelo Ordenador de Despesas. Outros atores são igualmente importantes para o processo. O Encarregado do Setor de Finanças pelas apropriações no SIAFI de acordo com os CC selecionados pela unidade. O Encarregado do Setor de Material pelas movimentações do material de consumo e distribuição do material permanente para posterior cálculo da depreciação mensal. Também, outros agentes designados pelo gestor para auxílio da correta utilização do sistema e produção de informações úteis e confiáveis (auxiliares de custos).

Mensalmente, a equipe de custos da OM se reúne para verificar os dados lançados no SISCUSTOS. Esta reunião fica registrada no Relatório de Prestação de Contas Mensal (RPCM) do OD da OM.

e) Impactos observados na atuação da unidade, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos.

O maior obstáculo encontrado pela Gestão de Custos do Exército tem sido a quebra de paradigmas, ou seja, a inserção e a solidificação de uma cultura de custos e de gestão. Tendo como premissa que "a credibilidade da Gestão de Custos depende diretamente da ação de seus usuários", cabe destacar os principais óbices enfrentados pela Gestão de Custos do Exército em termos de impactos na atuação da unidade:

- Rotatividade de pessoal.
- Relativo desinteresse e falta de envolvimento das UG no trato com o SISCUSTOS.
- Falta de confiabilidade dos dados lançados no SISCUSTOS.
- Desconhecimento dos objetivos da Gestão de Custos.
- Falta de engajamento dos agentes responsáveis (gestores) pelo planejamento e gestão de custos.

Atualmente a Gestão de Custos encontra-se em fase de consolidação e a Diretoria de Contabilidade tem buscado soluções para minimizar o impacto dessas dificuldades, como a normatização de procedimentos, desenvolvimento do Novo SISCUSTOS e de novas funcionalidades voltadas para facilitar às rotinas de seus usuários e o incentivo a capacitação do pessoal, tudo objetivando elevar o nível de conscientização dos usuários, em consequência visando agregar maior confiabilidade dos dados lançados no sistema.

A Diretoria de Contabilidade tem por missão fazer com que a Gestão de Custos cumpra com sua finalidade e gere informações necessárias ao apoio à tomada de decisão. Portanto as unidades são orientadas a primar pela confiabilidade das informações geradas através da ferramenta SISCUSTOS, realizar corretamente as liquidações dos serviços no SIAFI, bem como utilizar plenamente o SISCOFIS.

f) Relatórios utilizados pela unidade para análise de custos e tomada de decisão.

Funcionalidade de comunicação e gerenciamento da gestão de custos disponibilizada pela ferramenta SISCUSTOS é o Relatório de Análise de OM (RAOM). Esse relatório está disponível para a comunicação das observações relevantes e acompanhamento dos dados deste processo entre as OM, ICFEx e D Cont.

Além do RAOM, a pesquisa no banco de dados (BD) do SISCUSTOS poderá ser realizada diretamente, gerando alguns relatórios ou por meio da Ferramenta Geradora de Relatórios (FlexVision) que permite a visualização dos dados armazenados em bancos relacionais nos mais variados formatos e possibilita a construção de consultas a cargo do gestor de acordo com suas necessidades.

5.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas figuram como anexo a este Relatório de Gestão.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. GESTÃO DE PESSOAS

6.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal

As informações relativas a Gestão de Pessoas são de responsabilidade do Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Comando do Exército (**UG 160070 – Departamento-Geral do Pessoal**) e consideram as informações sobre a Gestão de Pessoas no âmbito de todo o Comando do Exército.

A composição do efetivo do Exército Brasileiro está baseada na otimização do emprego de recursos humanos, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às reais necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade a médio e a longo prazo.

O compromisso com o resultado e a crescente necessidade de aperfeiçoamento dos processos organizacionais implicará no aumento qualitativo do efetivo, ou seja, no crescimento da presença de pessoal especializado na Força, principalmente nos cargos administrativos. Será diminuído o emprego de militares combatentes de carreira em atividades não relacionadas, diretamente, com a atividade-fim, principalmente nos postos de oficiais subalternos e intermediários e nas graduações de 3º e 2º sargentos.

6.1.1.1. Composição da força de trabalho

A composição da força de trabalho à disposição do Comando do Exército está disposta conforme os quadros abaixo:

Tabela 13 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12/2015 (MILITARES)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	82.034	65.426	1.883	2.870
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	82.034	65.426	1.883	2.870
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	82.034	64.348	1.883	2.870
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1.078	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	156.719	152.762	81.286	78.012
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	239.753	218.188	83.169	80.882

Tabela 14 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12/2015 (CIVIS)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	12.234	6.025	53	422
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	12.234	6.025	53	422
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	12.221	6.012	0	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	7	7	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	6	6	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	37	37	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	12.271	6.062	55	424

Tabela 15 – Distribuição da Lotação Efetiva (MILITARES)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	23.945	41.481
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	23.945	41.481
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	23.945	41.481
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2.Servidores com Contratos Temporários	55.910	96.852
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4.Total de Servidores (1+2+3)	79.855	138.333

Tabela 16 – Distribuição da Lotação Efetiva (CIVIS)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	6.025	0
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6.025	0
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	6.012	0
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	0
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	-	0
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	0
2.Servidores com Contratos Temporários	0	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	37	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	6.062	0

Tabela 17 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	114	113	12	12
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	113	112	12	12
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	65	64	10	10
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	37	37	2	2
1.2.5. Aposentados	11	11	0	0
2. Funções gratificadas	813	605	73	137
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	813	605	73	137
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	927	718	85	149

Conforme Portaria nº 237-Cmt Ex, de 11 MAIO 2006 e Portaria Interministerial nº 279-MD/MP, de 03 MAR 2006.

a) Análise Crítica referente aos Militares

A quantidade de militares tem se mostrado compatível com as necessidades do Comando do Exército. Pequenas diferenças são observadas se compararmos os Cargos Previstos com o Efetivo Existente.

Visualiza-se a necessidade de ampliar o emprego de oficiais e sargentos temporários, altamente qualificados, principalmente nas organizações militares não integrantes da Força Terrestre. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção. Serão implementadas medidas que possibilitem o crescimento profissional do militar temporário enquanto permanecer no serviço ativo. Ainda nesse sentido, o aumento da quantidade e o incremento da qualidade dos órgãos de formação de oficiais da reserva se fazem necessário, principalmente de Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), o que permitirá a ampliação do universo para a seleção de militares temporários combatentes. Será estudada, também, a implantação de órgãos similares para a formação de graduados.

A utilização de pessoal da reserva, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), também poderá ser aumentada, pois é de interesse da Força o aproveitamento desse profissional que possui grande experiência e vivência na Instituição, constituindo-se em excelente capital intelectual. Esses militares também possuem papel fundamental para a transmissão de valores aos mais jovens e para a preservação da Cultura Institucional.

O Estado-Maior do Exército (EME) adequará as vagas disponibilizadas para as escolas de formação com as reais necessidades do Exército e também para atender a dinâmica do fluxo de carreira.

Sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim, a avaliação é que o percentual de 63,4% de militares na atividade-fim é compatível e está de acordo com as necessidades estabelecidas nos Quadros de Cargos, visto que esses efetivos são empregados de acordo com suas Armas, Quadros e Serviços. Como exemplo, o militar do Serviço de Saúde exerce suas funções predominantemente em Organizações Militares consideradas da atividade-meio, embora, para o Exército, ele esteja exercendo sua atividade-fim.

Por fim, as licenças não causam impactos nem consequências negativas à Gestão de Pessoal.

b) Análise Crítica referente aos Civis

Há de se considerar a crescente evasão de servidores civis das diversas carreiras e cargos existentes no âmbito do Comando do Exército (áreas de ensino, saúde, Ciência e Tecnologia, Tecnologia Militar e Administração), de forma escalonada, devido principalmente à sazonalidade dos concursos, necessários ao cumprimento da exigência constitucional para provimento dos cargos públicos.

Verifica-se, também, analisando a força de trabalho entre o número de servidores ocupantes de cargos comissionados frente ao número de servidores não comissionados - Quadros “A.6.1.1.1.2.b – Distribuição da Lotação Efetiva” e “A.6.1.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas”, que o quantitativo não atende à necessidade de especialização exigida para desempenho das diversas funções.

Periodicamente tem sido realizado o levantamento da demanda por área/carreira e solicitado ao Ministério da Defesa gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para fortalecimento da capacidade institucional.

Atualmente a carência maior quanto ao efetivo tem sido nas áreas de saúde, e nos diversos cargos da área administrativa, responsáveis pela atividade meio, a serem alocados nas diversas Regiões Militares, hospitais, colégios militares, Departamentos e Secretarias, necessitando de esforços concentrados, visto que em 2009 foi realizado concurso para provimento de cargos da carreira de Ciência e Tecnologia, tendo sido os candidatos aprovados nomeados em 2010. Em 2010

foi realizado concurso para a carreira de Tecnologia Militar, com candidatos aprovados sendo nomeados no ano de 2012, e conforme concurso realizado em 2013 para a carreira de ensino básico, técnico e tecnológico, com servidores nomeados em 2014 e 2015.

Serão realizadas gestões junto aos órgãos governamentais para que seja aumentada a quantidade de civis nas atividades não ligadas à atividade-fim, principalmente nas áreas administrativa e científico-tecnológica.

6.1.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

No que concerne à qualificação e capacitação da Força de Trabalho, o Exército tem centrado os esforços na Gestão de Pessoas por Competências, sendo entendida como um conjunto integrado de processos e de atividades dos gestores da Área de Pessoal, que visa aumentar a efetividade da organização por meio do desenvolvimento de talentos e alinhamento das competências individuais e profissionais de seus integrantes com as capacidades necessárias à organização.

A Gestão por Competências tem estabelecido o escopo das ações a serem implantadas para propiciar o desenvolvimento profissional dos integrantes do Exército. Para tanto, busca o alinhamento das competências necessárias ao Profissional Militar com as reais necessidades operacionais e organizacionais da Força, formuladas a partir do Planejamento Estratégico do Exército.

A identificação de talentos ocorre de forma permanente, a partir das Escolas de Formação, permitindo que, desde os primeiros anos de sua vida profissional, o militar seja incentivado e estimulado a desenvolver importantes competências que permitirão à Força direcioná-lo para Áreas Funcionais de interesse do Exército e do próprio militar.

O aperfeiçoamento da capacitação para a ocupação de cargos recebe especial atenção dos gestores da Área de Pessoal, em todos os níveis, tendo em vista a melhoria da efetividade na Instituição como um todo.

6.1.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal do Comando do Exército Segundo a Escolaridade

Tabela 18 – Quantidade de Servidores da unidade por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12 (MILITARES)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	Dados não disponíveis									
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	47.259	60.399	31.641	11.493	1.470	247	28	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-					

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; **2** - Alfabetizado sem cursos regulares; **3** - Primeiro grau incompleto; **4** - Primeiro grau; **5** - Segundo grau, ensino médio ou técnico; **6** - Superior;**7** - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; **8** – Mestrado; **9** – Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); **10** - Não Classificada.

Tabela 19 – Quantidade de Servidores da unidade por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12 (CIVIS)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
1. Provimento de cargo efetivo	0	140	502	530	2612	2136	0	93	107	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	140	502	530	2612	2136	0	93	107	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	10	18	166	669	0	53	31	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	18	88	0	5	2	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	10	18	148	581	0	48	28	1
3. Totais (1+2)	0	140	512	548	2778	2805	0	146	138	1

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; **2** - Alfabetizado sem cursos regulares; **3** - Primeiro grau incompleto; **4** - Primeiro grau; **5** - Segundo grau, ensino médio ou técnico; **6** - Superior;**7** - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; **8** – Mestrado; **9** – Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); **10** - Não Classificada.

6.1.1.2.2. Iniciativas para Capacitação e Treinamento dos Servidores

O Exército Brasileiro completou um ciclo do seu Processo de Transformação, que teve como principal objetivo preparar a Força para desenvolver, a partir de 2016, um outro ciclo, no qual será implantada a denominada FORÇA TERRESTRE 2022 (FT 2022). Nesse contexto, o Sistema de Educação e Cultura do Exército tem papel de fundamental importância, haja vista que é a base para a capacitação e para o desenvolvimento das competências desejadas para o Profissional Militar da FT 2022.

O Sistema de Educação e Cultura do Exército possui tradição de inovação, pois, ao longo de sua existência, tem vivenciado constante processo de evolução e de aprendizagem, mantendo-se, sempre, na vanguarda do Sistema Educacional do País. Portanto, no próximo ciclo do Processo de Transformação, esse impulso inovador do Sistema continuará a seguir seu caminho natural, no preparo de recursos humanos de alta qualidade para atuar na Força Terrestre, em operações militares “de guerra e não guerra” nas quais o Exército Brasileiro venha a ser empregado.

A inovação na área de Educação e Cultura é atendida em pontos-chave e eixos constitutivos do processo ensino-aprendizagem, entre os quais podem ser destacados: a flexibilização e o dinamismo curricular; a introdução de novas práticas metodológicas; a exploração das potencialidades da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); a revisão dos conceitos sobre avaliação do aprendizado; a reavaliação do papel do docente, bem como a sua adequada atualização profissional e a revisão da infraestrutura de apoio ao ensino.

A capacitação continuada tem sido imperativa para a manutenção da efetividade do profissional militar. É consolidada por meio de ações implementadas pela Instituição para melhor preparar seus profissionais, ao longo de toda a carreira, para a ocupação de cargos e desempenho de funções específicas, bem como mantê-los atualizados em relação à realidade complexa e dinâmica que será vivenciada pelo Exército Brasileiro na Era do Conhecimento.

Os cursos e estágios disponibilizados terão seus currículos otimizados e voltados para a ocupação imediata de cargos nas diversas organizações militares.

Neste cenário, o papel da Educação a Distância (EAD) tem sido visto como instrumento importante para a capacitação continuada dos integrantes da Força. O uso de metodologias adequadas, aliado ao emprego de TIC, possibilita a capacitação do profissional militar de forma progressiva, econômica e efetiva, sem afastá-lo, por muito tempo, de suas funções na organização

militar (OM) na qual esteja servindo. A preparação dos profissionais docentes e das Escolas para essa “educação *on-line*” receberá atenção especial. A execução de convênios com instituições civis especializadas poderá potencializar a EAD no Exército Brasileiro.

Como resultado, em 2015 foram realizados no Exército Cursos e Estágios capacitando militares. Também foram capacitados 269 (duzentos e sessenta e nove) Servidores Civis.

6.1.1.3. Custos de Pessoal do Comando do Exército.

Tabela 20 - Custos do Pessoal (em R$ 1,00)

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Pessoal Militar da Ativa, Inativos e Pensionistas											
Exercício	2015	22.281.755.935,82	0,00	3.039.625.047,00	2.416.315.711,05	681.044.765,74	205.765.002,27	511.209.944,89	82.440.721,36	19.910.377,95	29.238.067.506,08
	2014	5.777.424.554,61	16.400.049.511,00	337.644.157,84	2.147.013.526,57	145.201.754,80	627.463,54	1.519.355.897,00	89.320.400,77	17.768.691,10	26.434.405.957,23
Servidores Civis											
Exercício	2015	1.148.673.657,09	219.344.327,58	115.099.933,93	23.710.860,99	470.608,20	49.663.466,53	32.498.553,69	405.462,91	384.572,81	1.590.251.443,73
	2014	192.312.263,84	933.620.253,85	252.145.837,96	9.967.333,79	316.137,00	0,00	225.014.951,70	937.290,49	484.790,73	1.614.798.859,36

6.1.1.4. Irregularidades na área de pessoal

6.1.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Atualmente, o Exército, por ocasião da publicação dos Editais convocatórios de suas Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos de carreira, assim como da seleção para Oficiais e Sargentos temporários, exige do candidato, como um dos requisitos para a inscrição, que o mesmo não esteja investido em outro cargo público.

Já no caso de constatação pela Administração de ocorrência de acumulação, após o devido processo legal, são adotadas as medidas determinadas pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 142.

6.1.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não é o caso do Comando do Exército.

6.1.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Estão sendo feitos estudos no Departamento-Geral do Pessoal a fim de identificar os Riscos na Gestão de Pessoas, que poderão ter componentes salariais, motivacionais e fluxo de carreira entre outros.

6.1.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Informação consolidada no Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Comando do Exército (UG 160070 – Departamento-Geral do Pessoal).

Foram criados alguns indicadores para avaliar os Gerenciais sobre Recursos Humanos como por exemplo:

a) Militares que passaram para reserva em 2015 X efetivo total de 2015

Cálculo: reserva /efetivo total= valor em%
2314/208,890= 1,11%
Este indicador também está sendo utilizado por postos e graduações

b) Servidores civis egressos em 2015 x efetivo total de servidores civis

Cálculo: (egressos-ingressos) /efetivo total= valor em%
(147-83)/718= 8,91%

Os demais indicadores de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade, educação continuada, disciplina estão sendo desenvolvidos nas diretorias do DGP e serão submetidos ao Escritório de Processos Projetos e Gestão para sua validação.

6.1.2. Informações sobre a Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.

A profissão militar é tipicamente uma profissão de risco e na execução das atividades requer um adestramento do pessoal e profissionalismo no manuseio do material, que em boa parte é letal.

Dessa forma, a fim de executar sua atividade-fim, a Força Terrestre utiliza recursos humanos próprios, quais sejam, militares incorporados às fileiras do Exército. A terceirização de mão-de-obra e contratação de pessoal de apoio e estagiários se restringe somente à atividade-meio, tais como: limpeza e conservação, e apenas em algumas Organizações Militares, principalmente Hospitais Militares, Estabelecimentos de Ensino e Quartéis-Generais.

Segue abaixo quadro demonstrativo em complemento às informações sobre a contratação de pessoal de apoio e estagiários.

Tabela 21 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos

TIPO DE CONTRATO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ANUAL (R$)	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ORGANIZAÇÕES MILITARES (%)
Manutenção e Limpeza de Ar condicionado	43	4.377.649,68	6,60
Coleta de Lixo	74	4.508.775,24	11,30
Locação de Copiadora	267	6.922.690,92	40,95
Desinsetização & Desratização	69	641.627,88	10,58
Manutenção de Elevadores	26	744.854,52	3,99
Suporte de Informática	3	1.328.380,92	0,46
Lavagem de Roupa	160	3.443.349,24	24,54
Limpeza & Conservação	122	72.912.242,16	18,71
Manutenção de Bens Imóveis	25	63.995.788,50	3,83
Manutenção de Bens Móveis	29	20.815.060,01	4,45
Poços Artesianos	28	1.061.211,60	4,29

Em complemento às informações sobre os contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade, pode-se dizer o seguinte:

a) Informações sobre os contratos de prestação de serviços poderão ser obtidas pelo acesso ao sítio da Diretoria de Gestão Orçamentária (www.dgo.eb.mil.br/index.php/relatorios-de-contratos).

b) Os contratos assinados são relativos às atividades meio da Força Terrestres.

c) Os tipos de contrato que estão presentes em mais de 10% das Organizações Militares são os relativos às atividades específicas e técnicas, que são difíceis de serem executadas por militares.

d) Os contratos de Limpeza & Conservação, Lavagem de Roupa, Desinsetização & Desratização e Manutenção de Bens Móveis são, em grande parte, firmados por Organizações Militares Hospitalares, Estabelecimentos de Ensino e Quartéis Generais. Nas demais Organizações Militares, estes serviços são realizados pelos próprios militares.

e) Com o impacto da inflação medida em 2015, cerca de 11% dos contratos celebrados foram reajustados.

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO

6.2.1. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UJ

O patrimônio imobiliário sob a administração do Comando do Exército é constituído por bens públicos nacionais, classificados como bens de uso especial (art. 99, II, CC), abrangendo edifícios ou terrenos, afetados ao seu uso para uma finalidade específica (art. 76, I, Dec.-Lei nº 9.760/1946), indispensáveis à implantação ou construção de fortificações ou construções militares e à preparação e ao emprego da tropa, objetivando a defesa da pátria (art. 142, CF/1988).

A Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) é o órgão de apoio técnico-normativo-consultivo do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), que tem por finalidade superintender as atividades relacionadas com a gestão do patrimônio imobiliário, jurisdicionado ao Comando do Exército ou por ele administrado.

Todas as ações patrimoniais do Exército são pautadas na legalidade, sobretudo nas principais leis aplicáveis aos bens públicos e especificamente àqueles jurisdicionados às Forças Armadas (Lei nº 9636/98, Lei nº 8666/93, Lei nº 5651/70, além das normas reguladoras internas).

A competência para remanejamentos e gestão patrimonial dos imóveis afetados aos interesses militares é do Comandante do Exército, com ratificação do Superior Tribunal de Justiça e anuência expressa da Secretaria do Patrimônio da União, órgão central de patrimônio da União, a qual autorizou diretamente aos Comandantes das Forças Armadas a gestão do patrimônio a elas jurisdicionado (Portaria MPOG nº 217, de 16 de agosto de 2013).

A utilização do patrimônio imobiliário da União é regida pelo Decreto-Lei n°9.760, de 5 de setembro de 1946, alterado pela Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001; pelo Decreto-Lei n° 271, de 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto n° 77.095, de 30 de janeiro de 1976 e Lei nº 8.666/93.

O uso em finalidade militar objetiva:

- a edificação e instalação de organização militar (OM);
- a utilização como área ou campo de instrução, atracadouro ou porto e campo de pouso;
- a utilização como residência (Próprio Nacional Residencial) do militar em atividade na Força; a preservação histórica, cultural ou ambiental; e
- a edificação de instalações de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e religiosa motivada pela necessidade de assistência à tropa, administrada diretamente pelo Exército.

O uso em finalidade complementar objetiva:

- apoiar as demais forças singulares, forças auxiliares, órgãos públicos e entidades civis de reconhecido interesse militar;
- prestar serviços, cuja exploração não recomende o empenho de efetivos militares; e
- otimizar o emprego do patrimônio imobiliário para gerar receitas financeiras que serão revertidas em benefício da Força.

Dentre as formas de uso de um imóvel ou benfeitoria em finalidade complementar, destacam-se as seguintes:

- locação;
- arrendamento;
- cessão de uso;
- permissão de uso; e
- concessão de direito real de uso resolúvel.

A cessão de uso será utilizada para exercício de atividades de apoio necessárias ao desempenho das atividades da OM cedente, de seus militares e servidores civis, a seguir relacionadas:

- posto bancário;
- posto dos correios e telégrafos;
- restaurante e lanchonete;
- central de atendimento à saúde;
- creche;
- barbearia e cabeleireiro;
- alfaiataria, sapateiro, boteiro, confecção e venda de uniformes e artigos militares;
- lavanderia;
- estabelecimento de fotografia e filmagem;
- papelaria e livraria em estabelecimento de ensino e organização militar de saúde;
- ótica e farmácia em organização militar de saúde;
- postos de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas e voltadas a assistência de militares e civis;
- escola pública de ensino fundamental;

- promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade; e
- antena de telefonia móvel.

Cabe ao Secretário de Economia e Finanças (SEF) a elaboração de Normas para a Prestação de Contas dos Recursos Utilizados pelas Unidades Gestoras do Comando do Exército e a elaboração de normas específicas, visando a captação de recursos para as unidades gestoras e para o Fundo do Exército, decorrentes da utilização do patrimônio imobiliário da União jurisdicionado ao Comando do Exército e de prestação de serviços, bem como regular a utilização e a prestação de contas dos mencionados recursos.

Cabe aos Comandantes de Região Militar/Gpt E o controle e a supervisão das atividades referentes à exploração econômica de bens patrimoniais sob jurisdição do Comando do Exército, nas unidades administrativas existentes em suas áreas.

6.2.1.1 Normas e regulamentos que norteiam o gerenciamento do patrimônio

Quadro 44 – Legislação sobre gerenciamento do patrimônio na unidade

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	CONTEÚDO	AMPARO LEGAL
IG 50-02	DESINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	VENDA	1 - Lei 9636/98 - Imóveis da União 2 - Lei 5651/70 - venda e permuta Cmt Ex 3 - Port 217-SPU/12 - delegação para atos da 4 - Lei 8666/93 - licitações e contratos
IR 50-12		PERMUTA	1 - Lei 9636/98 - Imóveis da União 2 - Lei 5651/70 - venda e permuta Cmt Ex 3 - Port 217-SPU/12- delegação para atos da 4 - Lei 8666/93 - licitações e contratos
IG 10-37	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	COMPRA	Lei 9636/98 - Imóveis da União
IR 50-14		DOAÇÃO	Lei 9636/98 - Imóveis da União
IG 50-01	ADMINISTRAÇÃO DE PNR	SISTEMA DE CONTROLE	
		ADMINISTRAÇÃO DE PNR EM BRASÍLIA	
		PERCENTUAL DE TAXA DE OCUPAÇÃO DE PNR	
IG 10-38	DOCUMENTAÇÃO	OBTENÇÃO	Lei 6015/73 - registros públicos
		ELABORAÇÃO	
		DISTRIBUIÇÃO	
		ARQUIVAMENTO	

IG 10-03	UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS	PERMISSÃO DE USO	1- Competência SPU - Lei 9636/98 - Imóveis da União - Portaria nº 1 - SPU/14 - permissão de uso
		CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO	ortaria Normativa nº 1233-MD/12
		LOCAÇÃO	Competência - SPU Lei 9636/98- Imóveis da União
IR 50-13		ARRENDAMENTO	- Decreto nº 77.095/ 76, - Decreto-Lei nº 1.310/74
		CDRUR	Lei 9636/98 - Imóveis da União
R-7	Regulamento da Diretoria de Patrimônio		Port 002-DEC/12 RI DEC
EB10-IG-01.016	Instrumentos de Parceria		Lei Complementar nº 97/99 - organização preparo emprego FFAA
Portaria 1495/14	Delegação de Competência Cmt Ex		Lei Complementar nº 97/99

6.2.2. Distribuição geográfica dos imóveis da União

Quadro 45 – Distribuição geográfica dos imóveis do Exército

RM	ESTADO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	TOTAL
1ªRM	RIO DE JANEIRO	199	211
	ESPÍRITO SANTO	12	
2ªRM	SÃO PAULO	121	121
3ªRM (4ºGPT E)	RIO GRANDE DO SUL	279	279
4ªRM	MINAS GERAIS	83	83
5ªRM	PARANÁ	143	211
	SANTA CATARINA	68	
6ªRM (1ºGPT E)	BAHIA	41	50
	SERGIPE	9	
7ªRM (1ºGPT E)	RIO GRANDE DO NORTE	21	161
	ALAGOAS	9	
	PERNAMBUCO	114	
	PARAÍBA	17	
8ªRM	MARANHÃO-AGREGADO	11	65
	AMAPÁ	13	
	PARÁ	41	
9ºRM (3ºGPT E)	MATO GROSSO	36	174
	MATO GROSSO DO SUL	138	
10ªRM (1ºGPT E)	CEARÁ	19	36
	PIAUÍ	17	
	MARANHÃO	0	
11ªRM	WASHINGTON	2	268
	MINAS GERAIS - TRIÂNGULO MINEIRO	0	
	GOIÁS	60	
	DISTRITO FEDERAL	197	
	TOCANTINS	9	
12ªRM (2ºGPT E)	RONDÔNIA	53	198
	RORAIMA	35	
	AMAZONAS	81	
	ACRE	29	
TOTAL			1857

6.2.3. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

O controle da qualidade e completude do registro das informações contidas no SPIUnet é exercido através da atualização periódica dos dados realizado pelas RM/Gpt E.

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União(SPIUnet) é um sistema de cadastramento e gerenciamento do patrimônio imobiliário de "Uso Especial da União" desenvolvido em plataforma WEB, concebido para ser uma ferramenta de gerenciamento dos imóveis a disposição das Unidades Gestoras do Governo Federal.

O acesso ao SPIUnet é feito pelo site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (www.planejamento.gov.br), item Patrimônio da União, ou direto no site https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/.

Objetivos do SPIUnet:

- Manter cadastro de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais.
- Manter atualizado o cadastro dos usuários destes imóveis.
- Emitir relatórios gerenciais.
- Permitir utilização de elementos digitalizados (plantas, fotos e imagens de documentos dos imóveis).
- Disponibilizar informação em interface simplificada e moderna.

6.2.4. Informações gerenciais sobre as Cessões de Uso

Os recursos obtidos por meio da utilização de imóveis deverão ser depositados no Fundo do Exército, conforme o inciso II, do art. 2°, do Decreto-Lei n° 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, e de acordo com a Portaria n° 011 - SEF, de 28 de julho de 2011, que aprova as Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras do Exército.

O acesso ao SIAFI https://siafi.tesouro.gov.br possibilita identificar, por meio das Guias de Recolhimento da União (GRU), os valores auferidos com a cessão de uso de imóveis do EB sob os regimes de: permissão de uso, cessão de uso para exercício de atividade de apoio, locação, arrendamento, concessão de direito real de uso resolúvel.

A fiscalização do cumprimento das referidas normas é realizada pelas Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), em particular no que se referir à compatibilização entre os valores lançados no SIAFI e no SIGA com os estabelecidos nos respectivos contratos, bem como os valores devidos à própria UG, aos OG e ao FEx, conforme o caso.

6.2.4.1. Receitas geradas a partir da exploração econômica do patrimônio da União

No Comando do Exército, a Unidade Gestora 167086 – Fundo do Exército, é a responsável pela administração das receitas geradas pelas 422 (quatrocentos e vinte e duas) unidades geradoras do Exército Brasileiro, conforme preconiza a Portaria nº 011, de 28 de julho de 2011, da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro.

Essas receitas são classificadas da seguinte forma:

- Exploração de bens imóveis: por meio de locação, arrendamento, cessão de uso, permissão de uso e a concessão de direito real de uso resolúvel.
- Locação de bens móveis: reguladas em portarias tais como: máquinas e equipamentos, bancadas e ferramental.
- Alienação de bens.
- Prestação de serviços.

As atividades geradoras de receitas seguem os procedimentos legais para licitações e assinaturas de contratos, nos termos da Lei de licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8666, de 21 de junho de 1993), e os recursos financeiros auferidos são centralizados em conta

específica e fonte definida. A partir de então, são aplicados no mercado financeiro, sempre optando pela melhor captação de rendimentos para o sistema, e, posteriormente, descentralizados mediante solicitação das UG envolvidas.

As tabelas a seguir retratam, numa visão macro, a consolidação das receitas realizadas no ano de 2015:

Tabela 22 – Valores recebidos por natureza de receita

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	RECEITA REALIZADA (R$)	%
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	983.094,48	3%
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	16.489.294,94	51%
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	11.953.196,46	37%
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	3.006.467,54	9%
TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS 2015			**32.432.053,42**	**100%**

O quantitativo de contratos e aditivos em vigor em 2015, considerando-se todas as Unidades Gestoras (UG), lançados no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA), dentro de cada tipo de receita estão representados conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Valores recebidos por tipos de contratos

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	Nº CONTRATOS	%
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	197	7%
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	128	4%
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	1379	49%
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	1122	40%
TOTAL DE CONTRATOS EM 2015			**2826**	**100%**

A contabilização das receitas com cessão de uso por terceiros é realizada a partir da parametrização dos códigos de depósitos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA). Após a compensação dos depósitos via GRU, esses valores são consolidados em conta corrente única e distribuídos por fontes de recursos que atendam as particularidades de cada situação específica, conforme tabela abaixo:

Tabela 24 – Contabilização das receitas

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	PERCENTUAL A SER DISTRIBUÍDO	FONTE DE RECURSOS DETALHADA
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	70% UG	0250270002
			25% FEx	0250270001

			5% FEx	0250270021
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	70% UG	0250270002
			25% FEx	0250270001
			5% FEx	0250270021
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	70% UG	0250270002
			30% FEx	0250270001
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	70% UG	0250270002
			30% FEx	0250270001

Ao ser efetuado o pagamento pelo permissionário, por meio de GRU, com o código previsto, o sistema destinará 70% (setenta por cento) para a UG arrecadadora e 30% (trinta por cento) para a UG 167086 - Fundo do Exército (Reserva do Comandante do Exército), ou outro percentual estipulado. Os valores destinados à UG arrecadadora poderão ser verificados, após compensação bancária nas contas previstas junto ao SIAFI.

As receitas auferidas pelas Unidades Gestoras (UG) com a exploração das atividades aqui abrangidas, após deduzidos os valores destinados ao Fundo do Exército (reserva do Comandante do Exército), são utilizados, em princípio, em benefício dos bens que as geraram, de acordo com a classificação orçamentária vigente. Nas situações em que houver saldo de recursos recebidos, estes poderão ser aplicados para atender a outras necessidades da UG, a critério do Ordenador de Despesas (OD).

Os recursos destinados ao FEx tem como finalidade principal auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para a realizações ou serviços, inclusive programas de ensino e de assistência social que se façam necessários, a fim de que o EB possa dar cabal cumprimento às suas missões.

6.2.5. Despesas de manutenção

Em virtude das 652 organizações militares do Exército Brasileiro, o patrimônio imobiliário requer uma atenção especial, principalmente, no que diz respeito à manutenção dos bens imóveis.

Parte dos recursos orçamentários despendidos para a manutenção são originários das receitas próprias auferidas na exploração econômica e que complementam os montantes alocados pelo tesouro.

A ação orçamentária 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército; cujo objetivo é adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional; é a principal responsável pelos recursos destinados à manutenção do patrimônio imobiliário.

Em seu escopo, a ação 20PY contém atividades como recuperação, reparação, reforma, adequação e adaptação de instalações.

No ano de 2015, o Departamento de Engenharia e Construção, responsável pela ação, executou cerca de R$ 70 milhões, entre obras e manutenção, atingindo uma meta de física de 70 (setenta) Organizações Militares Adequadas.

6.2.6. Qualidade dos Registros Contábeis

Os registros contábeis são de responsabilidade das Organizações Militares e das Regiões Militares. São objeto de análises contábeis das ICFEx e da Diretoria de Contabilidade, e não apresentaram restrições no exercício financeiro.

6.2.7. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Invasão de áreas da União sob jurisdição do Comando do Exército. O Comando de Operações Terrestre emitiu Diretriz para Prevenção Contra Invasão de Áreas da União sob Jurisdição do Exército Brasileiro (EB), de 15 SET 2009, com o objetivo de subsidiar os Comandantes de Organizações Militares (OM) quanto à adoção de medidas que impeçam a invasão de áreas da União sob jurisdição do EB e, caso venha a ser consumada, acerca dos procedimentos para a reintegração de posse.

Tendo-se em conta que os imóveis da União jurisdicionados ao Comando do Exército possuem um elevado índice de regularização dominial, mais de 80% dos imóveis regularizados, não raro são objetos de cobiça externa (especulação imobiliária - pressões âmbito nacional de todos os setores público e privado).

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) O Comando do Exército possui diversos sistemas no mais variados níveis. Abaixo estão representados alguns desses sistemas considerados mais importantes:

Quadro 46 – Sistemas e funções

SISTEMAS	FUNÇÃO
Sistema Integrado de Gestão SIG	Compartilhar informações organizacionais de todas as Áreas de Atividade do Exército, propiciando um “amplo cruzamento de dados” e possibilitando consultas históricas para o apoio à decisão do Comandante e da Alta Administração do Exército.
Sistema de Material do Exército SIMATEX	Realizar o controle físico e patrimonial do material orgânico das OM do Exército.
Sistema de Protocolo Eletrônico do Exército SPED	Gerenciar o fluxo de documentos internos de cada Organização Militar. É o Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED) do Exército.
Sistema de Legislação SISLEG	Automatizar fluxos de trabalho com documentos permitindo o ciclo de vida e de versões.
Sistema de Gestão de Projetos do Exército GPEx	Gerenciar os projetos.
Webmail ZIMBRA	Proporcionar contas de e-mail funcional.
Sistema de Boletim Interno SISBOL	Gerar o Boletim Interno da OM.
Sistema de Imagens Geográficas SIG Web - BDGEx	Propiciar o armazenamento e a disseminação de dados e metadados geoespaciais produzidos pelo Serviço Geográfico.
Sistema de Notas de Crédito SISNC	Gerenciador das Notas de Créditos.
Banco de Talentos	Manter informações específicas de pessoal para apoiar as atividades relativas a RH.
Sistema de Estudo Continuado ESC	Proporcionar ao Chefe do EME um acompanhamento contínuo das ações dos Departamentos e suas OMDS.
Sistema de Gestão de Recursos do Sv Geográfico	Propiciar o controle efetivo e a situação de disponibilidade das viaturas/material técnico/material náutico das OMDS,

SGR	além da gestão de recursos financeiros para manutenção/aquisição de novos equipamentos.
SISTRADHF	Protocolar eletronicamente radiogramas.
Minerva	Manter informações sobre instituições de pesquisa de interesse para os seus Departamentos.
Sistema de Agendamento de Audiências	Gerenciador das audiências com entidades em geral.
Sistema de Mapeamento e Modelagem de Processos SISMMP	Ferramenta para registro gráfico no mapeamento dos processos.
Sistema de Gerenciamento de Instrumento e Parceria SGC	Gerenciar os Instrumentos de Parceria dos Departamentos.
ArcGIS for Desktop	Programa destinado à construção de sistemas de informação geográfica, a edição cartográfica, a estruturação e a validação de dados geoespaciais.
AutoCAD	Programa utilizado principalmente para a elaboração plantas de aquartelamentos em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D).
Data GEOSIS	Programa utilizado para executar cálculos topográficos e geodésicos (transformação de coordenadas), cálculo e divisão de áreas, edição de desenhos, de curvas de nível, confecção de projeto geométrico de estradas, de perfis transversais e/ou longitudinais, de volumes através de superfícies ou pelo método tradicional de seções (método das semi-distâncias),de mapas de declividades, de área de inundação e etc.
Exelis Visual Information Solutions	Programa destinado para processamento digital de imagens.
Feature Manipulation Engine	Programa utilizado para realizar conversão entre estruturas de dados de diversos formatos; carregamento de dados vetoriais, matriciais ou não espaciais em estruturas de 3D; extração de dados de sistemas legados; integração de dados de várias fontes; e conversão de coordenadas do sistema.
Geographic Calculator	Programa de conversão de coordenadas geográficas ou planimétricas.
Global Mapper	Programa utilizado para: Importação e Exportação de Dados, Acesso a Dados Online, Capacidade para importar e exportar dados nos formatos KML/ KMZ, Retificação de Imagens, Geocodificação, Digitalização, Renderização de Feições, Processamento de Scripts, Análise de Terrenos, Operações Lógicas de SIG, Impressão de Mapas Geração de Buffers, Geração de Curvas de nível, Edição de Atributos, Medição de áreas e distâncias, Geração de análise de intervisibilidade 3D, Geração de análise de Perfil topográfico e visibilidade 3D, Fatiamento e Sombreamento de altimetria e Layout de Mapas e impressão.
Gothic Database Server	É um conjunto de ferramentas para construir, e processar aplicações para informações relacionadas com o espaço. Estas aplicações capacitam a captura, armazenamento, pesquisa e a manipulação de dados espaciais.

GPSurvey	Programa que permite o processamento de dados observados por GPS em modo estático (bases geodésicas) e em modo cinemático. Permite proceder ao planejamento de uma sessão de observação antecipadamente, permitindo um melhor aproveitamento do sistema em benefício da precisão final de resultados.
Image Analyst	Programa de extração de informações significativas a partir de imagens, por meio de técnicas de processamento digital de imagem (PDI).
LAMPS 2 – Integrator with Hummingbird Exced	Programa utilizado para edição cartográfica e validação topológica. Trabalha sobre um banco de dados orientado a objetos.
Leica Photogrammetry Suite	Programa que permite a realização de operações fotogramétricas em Estação Fotogramétrica Digital.
Microstation	Programa CAD (Computer Aided Design) utilizado para construção de plantas cadastrais e patrimoniais.
Sistema de Automação Topográfica Posição	Aplicativo profissional integrado ao AutoCAD que permite a elaboração de cálculos e desenhos de levantamentos topográficos com funções que abrangem desde a transferência e/ou digitação de dados de Estações Totais e GPS até a edição final dos desenhos.

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas:

Quadro 47 – Necessidades de novos sistemas e suas justificativas

NECESSIDADES (Novos Sistemas ou Funcionalidades)	JUSTIFICATIVAS	MEDIDAS PARA OBTENÇÃO
Solução Corporativa de Antivírus Multiplataforma com Gerência Centralizada	A aquisição de uma solução de antivírus multiplataforma e corporativa com gerenciamento centralizado, fornecida por um único fabricante, de modo que tanto o suporte da solução quanto as funcionalidades sejam inteiramente integradas. Tal esforço, julga-se de suma importância para proteção das informações contra a perda e roubo de informações por *malwares* ou códigos maliciosos além de aprimorar a governança de Tecnologia da Informação no Exército Brasileiro.	Aquisição da solução a ser realizada por meio de licitação

6.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Exército atualmente conduz processo de transformação baseado em Projetos Estratégicos, Indutores e Estruturantes que necessitam de arcabouço tecnológico como infraestrutura de frameworks para adoção de padrões e boas práticas, de maneira a garantir um suporte eficaz para a atuação do EB na Era Pós-Digital.

A TI, diferentemente de outros recursos, pela amplitude e diversidade de sua aplicação, permeia toda a organização do EB, desde a seleção de pessoal até o Comando e Controle das ações de combate, passando pela logística e pela saúde, dentre outras áreas.

Assim, a TI deve ser aplicada como uma ferramenta para potencializar as capacidades do EB nos diversos sistemas, visando o cumprimento de sua missão e o enfrentamento das mais variadas ameaças relacionadas à Defesa Nacional.

Vale ainda destacar o compromisso do EB em manter-se alinhado às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à aplicação criteriosa e legal dos recursos financeiros disponibilizados pela sociedade brasileira, em especial no que concerne à TI, cujos instrumentos de governança estão sendo aprimorados dentro da Força.

Também merecem destaque as incertezas na disponibilização de recursos, considerando-se que os cortes e contingenciamentos têm sido uma constante ao longo dos anos, o que demanda ainda mais a capacidade do Exército em se planejar em prol da aplicação de recursos financeiros que agreguem valor real à instituição, dentro deste cenário.

Neste contexto, a Governança de TI assume importante papel na definição dos trabalhos que devem ser executados, sejam eles programas, projetos, processos ou simples ações, de maneira que o direcionamento dos investimentos colaborem com a visão estratégica na consecução dos Objetivos Organizacionais definidos.

Inicialmente, cabe destacar que Aprimorar a Governança de TI é um dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE nº 07 do Plano Estratégico do Exército – Página 28 deste Relatório).

O Exército criou o Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx), e estabeleceu, através da Portaria Nº 352, de 20 MAI 2013, o seu regulamento, publicado no Boletim do Exército nº 21, de 24 MAI 13.

Este Conselho tem caráter deliberativo e se destina a assessorar o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação (TI) do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; no planejamento, na direção e no controle das ações de TI; e na condução da Governança de TI no âmbito do Exército.

De acordo com o Regulamento do Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx), a Governança de TI tem por objetivos avaliar e direcionar o emprego atual e futuro da TI, para assegurar que a sua utilização atenda aos objetivos organizacionais, bem como monitore o seu desempenho na busca dos resultados pretendidos.

Ainda em 2014, foi publicada a Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação, a CETI, conforme no Boletim do Exército nº 13, de 28 de março de 2014, e teve por finalidade, à época, orientar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), seguindo o princípio de que Tecnologia da Informação (TI) deva ser estruturada e empregada para o atendimento das necessidades do Exército Brasileiro (EB).

Para a elaboração da CETI, foi realizado um minucioso diagnóstico estratégico, considerando-se os ambientes interno e externo, com a participação efetiva dos principais agentes operadores da TI no Exército, levando-se em consideração, também, o diagnóstico estratégico realizado pelo Estado-Maior do Exército (EME) na formulação do Plano Estratégico do Exército.

Dessa forma, a CETI está delineada pela visão de futuro da TI no EB, pelos Objetivos Estratégicos de TI e pelas orientações estratégicas para a elaboração do PETI.

Os Objetivos Estratégicos de TI foram definidos considerando-se como horizonte o ano de 2022, quando estará concluída a Fase de Transformação do EB.

O Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx), oportunamente assessorado pelo Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI), então, promoveu a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação para todo o Exército, em 2014, em sua primeira versão, ainda vigente, publicada no Boletim do Exército nº 30,de 09 de junho de 2014, através da Portaria nº 553.

Como documento estratégico, está permanentemente alinhamento com o Plano Estratégico do Exército (PEEx), sendo fruto dos desdobramentos dos Objetivos lá elencados.

Destaque-se que o PETI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação do Exército Brasileiro, durante o período que envolve o Processo de Transformação. Esse plano executa, dentre outros, o papel de consolidador dos recursos de TI às estratégias organizacionais vinculando-os à sua atividade-fim. Ele define os Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação (OETI), as estratégias e as ações estratégicas, que serão concretizadas com a execução dos projetos e das ações executivas.

Desse modo, nota-se que a Governança de TI no EB é de responsabilidade da Alta Administração, exercida por intermédio do CONTIEx, com a finalidade de dirigir e controlar o uso atual (Gestão) e futuro da TI, visando a atingir os OEE.

Adicionalmente as exigências do controle externo, no que tange ao acompanhamento de aquisições de TI, aumentaram e ultrapassaram as demandas iniciais por conformidade dos processos.

A necessidade para que as aquisições estejam claramente alinhadas com o Planejamento Estratégico do Exército, tenham economicidade e, principalmente, efetividade, demandam um fiel planejamento.

Este Plano traz consigo o desdobramento do que está previsto no PETI do Exército para seu órgão de atuação em conjunção com os Objetivos Estratégicos de sua OM.

Considerando-se a complexidade e o tamanho do Exército, o processo de elaboração dos PDTI está em fase de implantação e amadurecimento. Porém sua iniciação demonstra a clara intenção de internalizar e de capilarizar a mentalidade de planejamento e controle das ações de TI em todas as OM e em todo o Exército Brasileiro.

6.4. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Há alguns anos, o Exército Brasileiro vem adotando diversas medidas de produção e consumo sustentáveis, acompanhando o movimento de Responsabilidade Sócio Ambiental.

O Exército Brasileiro foi a primeira das Forças a aderir a chamada Agenda Ambiental da Administração Pública (A3 P) que tem como objetivos sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental no dia a dia.

A participação da Força Terrestre é fundamental, tendo em vista que o Meio Ambiente é o teatro de Operações da Instituição, e sua preservação ser do interesse de todos os militares.

A presença do Exército no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) reforça o interesse da Instituição nesse importante tema.

O meio ambiente tem influenciado as atividades do EB que em constante ligação com outros órgãos da Administração Pública e privada, vem tratando do tema, visando orientar a conduta das ações da F Ter.

O EB participa, em conselhos, comissões, comitês e grupos de trabalho no âmbito do Ministério da Defesa e de outros órgãos da Administração Federal, nos assuntos de meio ambiente de interesse da Força.

Devido à sua importância nos âmbitos nacional e internacional o assunto já foi tratado em Simpósios de Meio Ambiente e em 3 (três) Conferências Especializadas na Conferência de Exércitos Americanos, órgão internacional de natureza militar.

Conforme preconizado na lei 7746/2012, o EB no intuito de concretizar um Plano de Logística Sustentável (PLS) vem realizando ações de divulgação, conscientização e capacitação do Pessoal Militar do Exército. Para isso aprovou em Portaria de Nr 001 – DEC , de 26 de setembro de 2011, as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50-20).

O EB busca ser referência no trato do assunto Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental. As áreas sob a Administração Militar estão entre as mais bem conservadas sob o ponto de vista Ambiental e conforme orienta os regulamentos da Força Terrestre adota-se muito bem os critérios de Responsabilidade Ambiental.

Quadro 48 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	**Não**
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	**X**	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		**X**
3.	As contratações realizadas pela unidade observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	**X**	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		**X**
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		**X**
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		**X**
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado:		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados:		

6.5. GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

6.5.1. Identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo

O **Fundo do Exército (FEx)** foi criado por meio da Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, com a finalidade de auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Ministro da Defesa, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

De acordo com o Regulamento da Diretoria de Gestão Orçamentária (R-14) aprovado pela Portaria nº 016, de 16 de janeiro de 2004, o Fundo do Exército é gerido pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), que é uma Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) à Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e tem por finalidade realizar a execução orçamentária do Exército, a gestão setorial a cargo da SEF, a gestão dos recursos do Fundo do Exército (FEx), a produção de informações gerenciais para a SEF e o controle de importações e exportações e das dívidas interna e externa do Exército.

Conforme o art. 1º do Decreto lei nº 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, o Fundo do Exército (FEx) é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços, inclusive programas de ensino e de assistência social, que, a juízo do Ministro do Exército, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento a suas missões.

6.5.2. Objetivos e desempenho do Fundo

A UJ é um Fundo de natureza pública contábil de agregação dos recursos próprios do Comando do Exército e não executa despesas. Descentraliza créditos orçamentários para a consecução das metas das Organizações Militares (OM) de forma a complementar os recursos ordinários. Para a consecução de seus objetivos utiliza-se do Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA), uma ferramenta de Tecnologia da Informação (TI), para gerenciar os recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição das 653 OM, sendo destas, 422 Unidades Gestoras.

Os recursos do Fundo do Exército estão distribuídos nas seguintes Ações orçamentárias:

- 13D9 – Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército
- 2000 – Administração da Unidade
- 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
- 2919 – Registro e Fiscalização de Produtos Controlados
- 4450 – Aprestamento do Exército
- 2522 – Produtos Farmacológico, Médico e Fitoterápico

6.5.2.1. Valores do Planejamento e execução orçamentária das Ações do FEx

Tabela 25 – Valores do planejamento e da execução orçamentária das Ações do FEx

Ação	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago	RP
13D9	5.200.000,00	5.199.996,10	1.229.906,00	1.229.906,00	3.970.090,10
2000	166.196.361,00	125.550.271,36	125.550.271,36	92.160.825,48	33.389.445,88
2004	916.656.837,00	916.617.483,23	916.617.483,23	629.810.703,71	286.806.779,52
2919	24.004.099,00	4.543.057,89	3.387.448,00	3.283.843,53	1.259.214,36
4450	270.736.846,00	187.756.761,00	128.043.957,00	101.495.332,65	86.261.428,35
2522	385.524,00	384.792,56	250.573,00	226.993,33	157.799,23
Total	**1.383.179.667,00**	**1.240.052.362,14**	**1.175.079.638,59**	**828.207.604,70**	**411.844.757,44**

A Ação 13D9 destina-se a aquisição e construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para o Exército, os recursos são oriundos do percentual descontado dos militares ocupantes de PNR e são aplicados pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC) na ampliação dos PNR existentes ou na construção de novos PNR. Sua execução orçamentária e financeira teve como dotação o valor de R$ 5.200.000,00 dos quais R$ 5.199.996,10 foram executadas, representando 99,99 % do montante.

A Ação 2000 tem como objetivo o pagamento relacionado ao funcionamento da Unidade, conforme o demonstrativo acima, a dotação do exercício foi de R$ 166.196.361,00 e a executada foi de 75,54 % do montante.

A Ação 2004 tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, militares e seus dependentes, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental. Sua execução orçamentária e financeira teve como dotação inicial e final o valor de R$ 916.656.837,00, da qual foi executada 99,99 %.

A Ação 2919 tem como fonte de recursos o exercício regular do poder de polícia do Exército sobre a instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas. São aplicados pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Comando Logístico (COLOG). A execução orçamentária e financeira teve como dotação inicial e final o valor de R$ 24.004.099,00, da qual foi executada 18,92 %.

A ação 4450 congrega os recolhimentos oriundos da arrecadação de receitas geradas pelas UG ao FEx, os rendimentos das aplicações financeiras e demais receitas que não possuem destinação específica. São aplicados pelas UG de acordo com os limites orçamentários e a legislação em vigor, e possui como finalidade o Aprestamento do Exército a fim de elevar a capacidade operacional do exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da capacitação, adestramento e prontidão logística. Durante o exercício de 2015 essa ação teve como dotação o valor de R$ 270.736.846,00, dos quais 69,35 % foram executados.

A ação 2522 possui como objetivo fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde através da produção de fármacos medicamento e fitoterápicos. Essa ação teve como dotação o valor de R$ 385.524,00, dos quais 99,81% foram executados.

6.5.2.2. Dotação Orçamentária por Ação
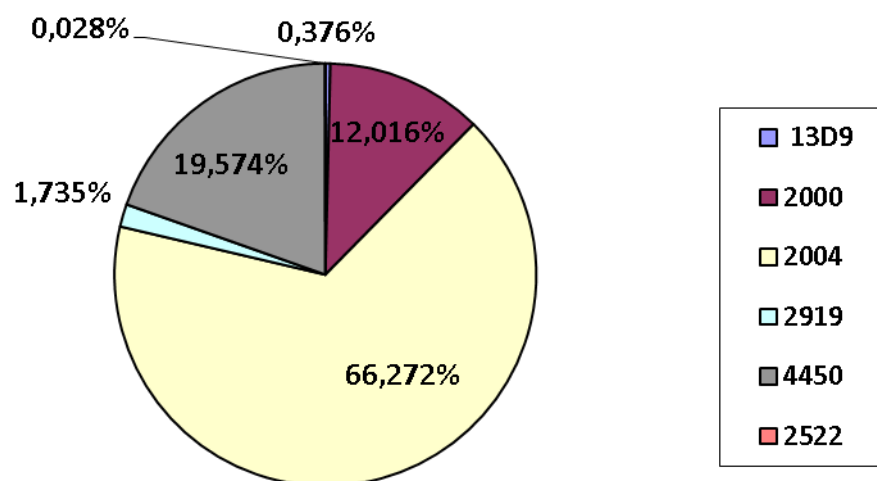
Figura 20 – Dotação orçamentária por ação

6.5.2.3. Restos a pagar processados e não-processados

O saldo a pagar no valor de R$ 411.844.757,44, ocorreu por diversas razões sendo uma das principais a demora na entrega de materiais de consumo e permanente, ou a realização da entrega do material ou prestação do serviço muito próxima do final do exercício, fazendo com que a liquidação ocorresse, mas o pagamento tivesse que ser realizado somente em 2016, é o caso dos restos a pagar processados. Do total de restos a pagar, R$ 64.972.723,55 são Restos a Pagar não Processado (RPNP) e R$ 346.872.033,89 são referentes a Restos a Pagar Processados (RPP).
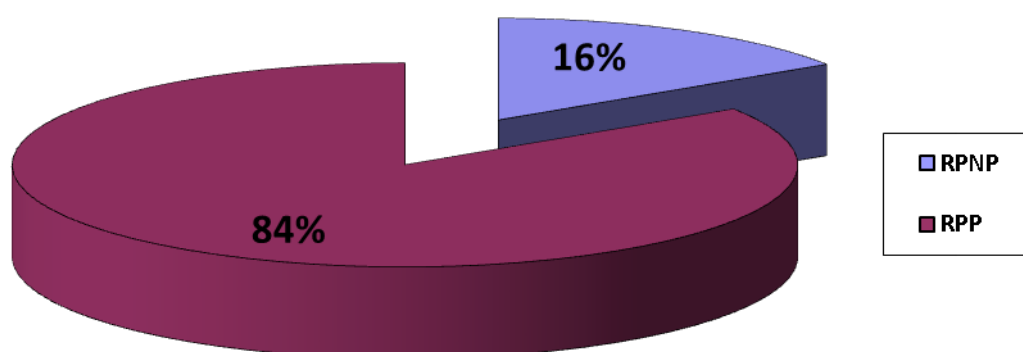
Figura 21 – Proporção de restos a pagar

6.5.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários

A receita arrecada pelo Fundo, conforme balanço orçamentário apresentado pelo SIAFI, é a seguinte:

Tabela 26 – Receitas arrecadadas pelo FEx

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada
	1.338.179.667,00	**1.338.179.667,00**	**1.363.961.570,87**
Receitas correntes	1.292.556.097,00	1.292.556.097,00	1.336.402.239,13
Taxas	23.690.692,00	23.690.692,00	21.972.777,19
Patrimonial	250.671.551,00	250.671.551,00	295.642.548,87
Serviços	154.444.363,00	154.444.363,00	132.749.699,87
Outras receitas	863.749.491,00	863.749.491,00	886.037.213,20
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	45.623.570,00	45.623.570,00	27.559.331,74

Constata-se que ocorreu um aumento na arrecadação de 1% se comparado com a previsão atualizada. A origem principal da Receita são as receitas correntes que representaram 96% da arrecadação do FEx.

Apesar do volume significativo de receitas auferidas pelas Unidades Gestoras, atualmente a utilização desses recursos sofre severas limitações.

A restrição de limites de crédito, movimentação e empenho e de pagamento que são impostas ao Exército Brasileiro tem impacto significativo na aplicação dos recursos oriundos das receitas próprias.

Dessa forma, o descompasso entre a expectativa de receitas e os limites orçamentários autorizados vem gerando alguns problemas para a Força Terrestre, dentre os quais:

- **prejuízo das atividades relacionadas à área de ensino, pois as cotas relativas ao recolhimento de mensalidades escolares não são integralmente repassadas aos Colégios Militares e Estabelecimentos de Ensino;**
- **desaceleração do ritmo de construção de novos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), uma vez que os recursos oriundos da folha credenciada, parcialmente utilizados para este fim, não são totalmente autorizados;**
- **queda no nível de manutenção dos PNR existentes, já que os valores recolhidos pelos usuários não são integralmente utilizados na atividade;**
- **prejuízo da manutenção e funcionamento da rede de Hotéis de Trânsito, haja vista que a totalidade dos ingressos advindos do pagamento de hospedagens fica impossibilitada de ser aplicada em melhorias e em ferramentas de gestão;**
- **redução no apoio aos concursos públicos a cargos das escolas militares, em virtude do valor recolhido pelas taxas de inscrição não ser totalmente repassado às escolas responsáveis pela aplicação das provas; e**
- **prejuízo das atividades desenvolvidas na área de saúde, pois, apesar dessas despesas serem de caráter obrigatório, suas receitas possuem rigorosos limites de pagamento.**

Portanto, a diferença entre a arrecadação e a autorização já apresenta como consequência um desestímulo à exploração de bens patrimoniais e um arrefecimento da busca por receitas próprias no Exército Brasileiro.

6.5.4. Relacionamento dos recursos

O Fundo do Exército tem como principal função auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Ministro do Exército, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões. Analisando os relatórios do Fundo do Exército percebe-se o cumprimento de 90% do planejamento orçamentário de 2015, ou seja, o FEx alcançou um satisfatório desempenho de sua função.

6.5.5. Demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

a) Balanço Orçamentário

b) Balanço Financeiro

c) Balanço Patrimonial

d) Demonstração das Variações Patrimoniais

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

6.5.5.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

O balanço orçamentário do exercício de 2015 apresenta como receita prevista o valor de R$ 1.338.179.667,00 e como valor da receita realizada o valor de R$1.363.961.570,87, ou seja, ocorreu um excesso de arrecadação no valor de R$ 25.781.903,87 durante o exercício de 2015.

6.5.5.2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. O Balanço Financeiro do exercício de 2015 demonstra que ocorreu um superávit financeiro no valor de **R$1.053.182.881,14.**

Tabela 27 – Resultado financeiro do exercício - FEx

Receitas Orçamentárias	1.363.961.570,87
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.171.875.137,10

(+) Recebimentos Extra Orçamentários	8.289.047,85
Saldo do Exercício Anterior	633.128.150,19
(-) Despesa Orçamentária	0,00
(-) Transferências Financeiras Concedidas	1.930.554.841,56
(-) Pagamentos Extra Orçamentários	193.516.183,31
Resultado Financeiro do Exercício	**1.053.182.881,14**

6.5.5.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Publica.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõe.

O FEx é um fundo de natureza contábil, não possui ativo permanente por ser uma OM vinculada, por isso o Balanço Patrimonial possui como ativo somente valores financeiros.

Tabela 28 – Balanço Patrimonial - FEx

2015	
TOTAL DO ATIVO	**1.054.696.639,51**
Ativo Circulante	1.053.182.881,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.053.182.881,14
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.513.758,37
Ativo Não Circulante	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.054.696.639,51**
Passivo Circulante	0,00
Passivo Não Circulante	0,00
Patrimônio Líquido	1.054.696.639,51

6.5.5.4. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. As variações patrimoniais quantitativas aumentativas do FEx no exercício de 2015 foram de R$ 2.350.848.162,37, e as variações patrimoniais quantitativas diminutivas foram R$ 1.933.160.176,80, portanto, o Resultado Patrimonial do período foi de R$ 417.687.985,57.

6.5.5.5. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o saldo do caixa. O resultado do exercício de 2015 do FEx, foi a geração de fluxo de caixa de R$ 392.495.399,21 referente as atividades e operações e fluxo de caixa das atividades financeiras de R$ 27.559.331,74, resultando em um fluxo de caixa positivo de R$ 420.054.730,95 no período.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Tabela 29 – Fluxo de Caixa - FEx

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**392.495.399,21**
INGRESSOS	2.516.566.424,08
Receitas Derivadas e Originárias	**1.336.402.239,13**
Receita Tributária	21.972.777,19
Receita Patrimonial	195.544.434,92
Receita de Serviços	132.749.699,87
Remuneração das Disponibilidades	100.098.113,95
Outras Receitas Derivadas e Originárias	886.037.213,20
Outros Ingressos das Operações	**1.180.164.184,95**
Transferências Financeiras Recebidas	1.171.875.137,10
Demais Recebimentos	8.289.047,85
DESEMBOLSOS	**-2.124.071.024,87**
Outros Desembolsos das Operações	**-2.124.071.024,87**
Transferências Financeiras Concedidas	-1.930.554.841,56
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-193.516.183,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Alienação de Bens	27.559.331,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**420.054.730,95**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	633.128.150,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.053.182.881,14

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O órgão na estrutura do Comando do Exército responsável pelo acompanhamento e controle dos processos em trâmite no Tribunal, de interesse da Força, e das deliberações decorrentes é o Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx. Este dispõe de sistema informatizado específico para o controle de demandas do TCU. Posteriormente, após análise e registro, a demanda do Tribunal é enviada a uma das 11 (onze) Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército – ICFEX, para remessa às suas Unidades Gestoras Vinculadas e acompanhamento do cumprimento das determinações e/ou recomendações.

No exercício de 2015, foram recebidas pelo Comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx, um total de 33 (trinta e três) deliberações exaradas pelo TCU, por meio de acórdãos que continham determinações e/ou recomendações.

Está apresentado na tabela abaixo, o quantitativo recebido de acórdãos comparativamente com o atendido pelo Comando do Exército, conforme sua classificação (determinações e recomendações).

Tabela 30 – Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendido pelo Comando do Exército
Determinações	23	22 (*)
Recomendações	10	10
Deliberações na Área de Pessoal	199	199

(*) a diferença entre o recebido e o atendido, trata-se da determinação constante dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2712/2015 – TC 014.846/2014-4, que se encontra dentro do prazo estipulado pelo TCU para o cumprimento das determinações.

Não há deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.

7.1.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Compete às Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), Unidades de Controle Interno do Comando do Exército, realizar os trabalhos de auditoria e fiscalização em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA). O PAAA é o documento que contém o planejamento das auditorias a serem realizadas, durante o ano, pelo controle interno nas Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército, no Fundo do Exército (FEx) e nas entidades vinculadas ao Comando do Exército (Fundação Osório, Fundação Habitacional do Exército – FHE e Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL), na sede e fora de sede, conforme o caso.

Atualmente, o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) é o responsável por consolidar e aprovar as propostas do PAAA elaborado pelas ICFEx, acompanhar a consequente execução, auditar a FHE, a IMBEL, a Fundação Osório, o FEx, e, excepcionalmente, atuar nas UG. O CCIEx e as ICFEx, na fase de planejamento, levam em consideração, na concepção do PAAA as variáveis básicas da materialidade, da relevância e da criticidade.

De igual modo, ainda na fase de planejamento, procede-se à avaliação do risco operacional e de fraude, destinada à identificação das áreas e sistemas relevantes a serem auditados. O processo de seleção deve estar integrado simultaneamente ao planejamento estratégico do Exército e ao PAAA.

Após o Comandante do Exército aprovar o Plano de Inspeções e Visitas (PIV) que engloba PAAA, as ICFEx e o CCIEx realizam as visitas de auditoria previstas. É comum, ainda, que durante o transcurso do exercício financeiro ocorram visitas de auditoria não programadas, fruto de alguma demanda de Órgãos Externos (Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público, Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, etc), ou mesmo de Órgãos Internos. Nesse caso, o Chefe do Centro de Controle Interno decide acerca da instauração do procedimento de auditoria devido.

Realizadas as visitas de auditoria pelas ICFEx, os achados e recomendações são consolidados em relatório próprio e encaminhados aos Gestores das respectivas unidades organizacionais auditadas, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento, se pronunciem acerca da implementação das recomendações e sugestões propostas.

O atendimento das recomendações e sugestões propostas nos relatórios de visita de auditoria é verificado na visita de auditoria seguinte.

Por fim, após o pronunciamento da auditada a respeito do cumprimento das recomendações, o relatório de auditoria é encaminhado pela ICFEx ao CCIEx, onde se realiza o acompanhamento das atividades de auditoria.

7.1.2.1. Recomendações do OCI atendidas no exercício

A tabela a seguir apresenta a quantidade de recomendações recebidas pelas unidades da estrutura do Comando do Exército comparativamente à quantidade atendida em 2015.

Tabela 31 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	2039
Número de Recomendações Atendidas	1798
Indicador de Recomendações Atendidas	88,18%
Indicador de Recomendações Não Atendidas	11,82%

7.1.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Foram destacadas as recomendações a seguir, julgadas mais relevantes para a gestão das Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro:

a) Está previsto no Art. 67, da Lei nº 8.666/93, que a execução do contrato deve ser acompanha e fiscalizada por representante da administração (Fiscal de Contrato) que, no exercício de suas atribuições, deverá anotar, em registro próprio todas as ocorrências pertinentes, como por exemplo, as coletas realizadas diariamente, a constatação da necessidade de coletas extraordinárias, etc.

b) A UG deve efetuar um controle rigoroso do estoque físico, e que o Chefe do Depósito efetue, rotineiramente, inventários, com o objetivo de avaliar as medidas de controle a serem implementadas, bem como certificar a compatibilização entre o Saldo SISCOFIS x SIAFI x FISICO.

c) O Encarregado do Setor de Material deverá participar ao Fiscal Administrativo, imediatamente, sobre as movimentações de entradas e saídas no Almoxarifado, bem como identificar as alterações entre o estoque físico e saldos registrados no SIAFI e SISCOFIS, a fim de permitir o conhecimento atualizado das escriturações contábeis. Diante do exposto,

orienta-se que sejam adotados os procedimentos cabíveis, no mais curto prazo, no sentido de que as demonstrações contábeis inseridas nas contas 115610100 (Estoque Interno – Almoxarifado) e 123110801 (Estoque Externo), reflitam com tempestividade a posição patrimonial da UG, uma vez que todos os atos e fatos administrativos ocorridos internamente são evidenciados na Demonstração da Execução da Despesa do exercício financeiro. Esta Inspetoria sugere como oportunidade de melhoria, que os materiais de consumo sejam catalogados de forma adequada no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), considerando as características técnicas contidas nos documentos recebidos, como por exemplo: Guias de Fornecimento, Notas de Empenho, Notas Fiscais, etc, no sentido de evitar desperdício de tempo daqueles que devem receber e utilizar um determinado produto. Orienta-se, ainda, como medida preventiva, que seja realizado um inventário periódico como instrumento de controle dos materiais de consumo e permanentes, para verificação de saldo de estoque no Almoxarifado ou Depósito, visando cumprir as normas previstas no RAE.

d) Aprimore as rotinas internas, visando permitir aos agentes da administração executarem com tempestividade a elaboração e registro de documentos que comprovem o efetivo controle patrimonial. Conforme orientações constantes dos itens 2 e 3, do Capítulo IX, da 5ª Edição da Nota Informativa Especial – 2014, publicada na Separata ao B Info 04/2014, desta Inspetoria.

e) Observar o fiel cumprimento do que prescreve o Art. 14 da Portaria nª14 – DGS, de 30 JUN 1999, que aprova as Instruções Reguladoras para a Concessão do Auxílio – Transporte no Âmbito do Exército Brasileiro (IR-70-21), bem como, orientar as equipes encarregadas do Exame da Solicitação do Auxílio – Transporte para que observem o estabelecido na Portaria nº 98 – DGP, de 31 OUT 01, que aprova as Normas para o Controle da Solicitação e Concessão do Auxílio – Transporte e o Exame de sua Requisição no Âmbito do Exército Brasileiro.

f) Orientar as equipes encarregadas da conferência, bem como, militares e civis inativos, pensionistas militares, anistiados políticos militares ou seus dependentes habilitados acerca da importância de se manter a Pasta de Habilitação à Pensão Militar, a Pasta de Habilitação à Pensão Civil e a Pasta de Habilitação à Reparação Econômica em Prestação Mensal Permanente e Continuada com a documentação atualizada e válida conforme prescreve a Port. nº 175-DGP, de 12 ago14, que aprova as Normas para conferência da Pasta de Habilitação à Pensão Militar (PHPM), da Pasta de Habilitação à Pensão Civil (PHPC), da Pasta de Habilitação à Reparação Econômica em Prestação Mensal Permanente e Continuada (PHREPMPC) e da Declaração de Beneficiários de militares e civis da ativa, militares e civis inativos, pensionistas militares e anistiados políticos militares ou seus dependentes habilitados (EB 30-N-50012).

g) Observar que o contracheque do militar deverá ser submetido ao exame de pagamento no mês subsequente à implantação do benefício pela SIP/OP, que deverá conferir as informações constantes da Ficha de Controle e da Portaria, conforme letra g, do item 4 do nº 04-AUXÍLIO-INVALIDEZ, do Manual do Usuário Nº 2–Militar Inativo, disponível na intranet do CPEx. Organizar e manter atualizado, separadamente, o cadastro de vinculados que recebem o referido auxílio, com a declaração anual que não exerce atividade remunerada, pública ou privada conforme prescreve a Portaria no 082-DGP, 23 ABR 14, que aprova a Reedição das Instruções Reguladoras para a Administração de Civis, Inativos e Pensionistas do Exército (EB30-IR-50.001).

h) Determinar que a Seção FuSEx realize a lisura de todas as contas médicas, adotando os procedimentos necessários à correta liquidação da despesa, verificando:

- Se os serviços constantes da fatura da OCS estão coerentes com o encaminhamento realizado e se os medicamentos e materiais estão coerentes com o serviço prestado (tipo de medicamento/material e quantidades utilizadas).
- Se os valores constantes da fatura (serviços, medicamentos, materiais descartáveis, diárias, taxas, etc.) estão em estrita consonância com o estabelecido no Termo de Contrato/Credenciamento.

i) Observar para que nas aquisições de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) constem no processo o seguinte:

- Solicitação dos materiais para aquisição (através de lista discriminada), fornecida pelo médico assistente.
- A pesquisa de preços contendo no mínimo três cotações, fornecida pela OCS e deverá ser realizada com seus fornecedores de OPME.
- Cópia da Nota Fiscal devidamente preenchida.

Caso, os itens acima não estejam no edital de credenciamento e, por conseguinte, no Termo de Contrato/Credenciamento, de maneira clara e detalhada, recomenda-se que a UG providencie aditivo (e/ou novo contrato) para a inclusão da definição na forma de cobrança de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais), ou seja, prever, entre outros:

- A taxa de comercialização (%) a ser aplicada sobre o preço da Nota Fiscal.
- A apresentação de pesquisa de preços realizada pela OCS.
- A necessidade da OCS solicitar autorização prévia, nos procedimentos eletivos, para a aquisição das OPME.
- A necessidade de envio da Nota Fiscal do material adquirido.
- E os casos excepcionais (urgência).

j) Verificar, por meio do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, durante a fase de habilitação das empresas, a idoneidade das empresas licitantes; a existência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis, administrado pelo Conselho Nacional de Justiça; e a composição acionária das empresas no SICAF.

k) Com relação à Portaria nº 02-SEF, de 3 fev 14 (EB90-N-02.001), 1ª Edição, 2014 – Normas para o Exame de Pagamento de Pessoal: 1) Recomendou-se que a escolha dos examinados seja feita mês a mês. 2) e 3) Recomendou-se que os contracheques dos transferidos no mês para UG/OP sejam obrigatoriamente examinados pela Equipe de Exame de Pagamento de Pessoal do mês, conforme prescrito no parágrafo 1º do Art. 4º e inciso VII do Art. 8º da Port. nº 02-SEF, de 3 de fevereiro de 2014. 4) Recomendou-se que o Chefe do Setor de Pessoal deve confeccionar para Equipe de Exame de Pagamento de Pessoal, até 25 de cada mês, uma relação atualizada e assinada dos efetivos existentes na UG/OP, para fins de confrontação dos dados contidos no Relatório de Contemplados no Mês do CPEx, conforme o prescrito nos incisos I e XIII do Art. 8º e inciso VII do Art. 12 da Portaria nº 02-SEF, de 3 fev 14. Recomendou-se, ainda, que a supracitada relação seja arquivada juntamente com o processo de exame de pagamento do mês. 5) Recomendou-se que as Equipes de Exame de Pagamento de Pessoal façam uma rigorosa conferência dos efetivos pagos pela UG, informando as divergências encontradas entre os efetivos informados pelo Setor de Pessoal da UG e Relatório Nominal do CPEx, conforme prescrito no inciso I e XIII do Art. 8º da Portaria nº 02-SEF, de 3 fev de 14. Sugere-se, ainda, que se faça constar no relatório (se for o caso), a justificativa da divergência. Por fim, no caso de serem constatados

pagamentos indevidos, o Ordenador de Despesas deverá fazer constar no seu despacho do relatório as providências as serem tomadas. 6) Recomendou-se que seja relacionado no Relatório de Exame de Pagamento de Pessoal, o nome do integrante que teve participação da equipe do mês anterior, designado conforme o parágrafo 13º do Art. 4º da Port nº 02-SEF, de 3 de fev 14. Ressalta-se, também, a importância que este integrante assine o relatório, pois o mesmo faz parte da composição da Equipe de Exame de Pagamento de Pessoal.

l) Recomendou-se que o Encarregado pela Conformidade dos Registros de Gestão cumpra suas atribuições com eficiência e eficácia, buscando sempre respaldar os atos e fatos de gestão baseados em documentação que dê suporte aos lançamentos e registros efetuados no SIAFI.

m) Recomenda-se que nas requisições da UG sejam registrados no despacho do Ordenador de Despesas a indicação precisa da fonte de recursos orçamentários e natureza de despesa detalhada, nos termos das normas sobre o tema e das orientações da Secretaria de Economia e Finanças (Of. nº 021-A2, 27 FEV 1996).

n) Recomenda-se que nas requisições da UG sejam detalhados os critérios e condições de execução do objeto requisitado, para se fazer cumprir o art. 7º, 14 e 15 da Lei 8.666/93. No caso analisado, recomenda-se que as medições para pagamento dos serviços sejam acompanhadas de relatório que possa dizer sobre o que foi efetivamente realizado no local dos serviços, com dimensionamentos, destaques para a qualidade e garantia dos serviços (Lei 4.320/64, art. 62 a 64). Esse relatório deve ser emitido por quem acompanha os serviços e deve ser juntado às notas discais correspondentes e, por fim, ao processo de origem, na Seção de Conformidade (IN 06/2007-STN, art. 15).

o) Recomenda-se a UG, em suas requisições, motive suas necessidades de maneira consistente, cabendo ao requisitante do objeto a fiel especificação da demanda com as justificativas das necessidades e indicação específica dos destinos dos bens a luz da Lei 8.666/93 art. 15, 7°, II, e a IG 12-2, art. 3, único. Recomenda-se ainda, que UG observe o princípio da segregação das funções, promovendo o controle interno administrativo do processo de compras, de maneira a se evitar que o próprio solicitante selecione o fornecedor ou o mercado de que se deve comprar, conforme recomendações exaradas no julgado do TCU n° 5.463/2010-1ª Câmara, item 1.5. Recomenda-se a UG que a Lei 8.666/93 estabelece de forma taxativa os objetos que podem ser exigidos pela Administração Pública, para fins de habilitação dos licitantes. Qualquer exigência a mais configura-se restrição da competição. Logo a UG deverá se abster de incluir em seus Editais a obrigatoriedade de vistoria, com base no art 30, II, da Lei 8.666/93, substituindo por declaração de conhecimento das condições, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) constante dos acórdãos n° 983/2008 – TCU – Plenário e n° 3354/2010 – Segunda Câmara.

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 49 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

<table>
<tr><th rowspan="5">Casos de dano objeto de medidas administrativas internas</th><th colspan="8">Tomadas de Contas Especiais</th></tr>
<tr><th colspan="3">Não instauradas</th><th colspan="5">Instauradas</th></tr>
<tr><th colspan="2">Dispensadas</th><th rowspan="3">Outros Casos*</th><th colspan="5">Não remetidas ao TCU</th></tr>
<tr><th rowspan="2">Débito < R$ 75.000</th><th rowspan="2">Prazo > 10 anos</th><th colspan="3">Arquivamento</th><th rowspan="2">Não enviadas > 180 dias do exercício</th><th rowspan="2">Remetidas ao TCU</th></tr>
<tr><th>Recebimento Débito</th><th>Não Comprovação</th><th>Débito < R$ 75.000</th></tr>
</table>

							instauração	
778	619	-	159	-	-	-	-	-

(*) **Especificar razões (Outros Casos):**

- Em processo de pagamento: 49
- Sem dano: 13
- Em processo de apuração: 51
- Inscrição na Dívida Ativa: 38
- Dano ressarcido: 8

O processo de apuração de irregularidades administrativas no âmbito das Unidades Gestoras do Comando do Exército segue o previsto na Portaria 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003, combinado com orientações normativas complementares, expedidas, até o exercício financeiro de 2010, pela Secretaria de Economia e Finanças do Exército e, mais recentemente, pelo Centro de Controle Interno do Exército.

Assim, conforme preconizado pela legislação vigente, na ocorrência de fatos de qualquer natureza que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, os procedimentos para a apuração e ressarcimento são desenvolvidos pela unidade gestora interessada mediante instauração de Sindicância, de Inquérito Policial Militar (IPM) ou de Processo Administrativo, de acordo com a respectiva legislação e o previsto na Portaria anteriormente citada.

As auditorias e as perícias contábeis também podem ser utilizadas como instrumentos para a apuração e levantamento de informações.

Esgotadas as medidas administrativas internas, conforme as possibilidades anteriormente tratadas, sem que tenha ocorrido a devida recomposição do Erário, serão tomadas providências para instauração da Tomada de Contas Especial (TCE), de acordo com a legislação específica que regula esse tipo de processo.

No caso de instauração de Sindicância, IPM ou Processo Administrativo, o Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar deverá comunicar sua abertura à Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) de vinculação, independente dos valores envolvidos e das demais comunicações regulamentares.

Ao tomar conhecimento da instauração de quaisquer processos dessa natureza, as Unidades de Controle Interno (ICFEx) passam a acompanhar e a controlar o seu andamento, até a efetiva recomposição do Erário ou a inscrição do(s) responsável(eis) na Dívida Ativa da União.

Todos os processos encontram-se discriminados em um documento denominado Relatório de Acompanhamento da Apuração de Indícios de Irregularidades Administrativas (RAAIIA), cuja elaboração inicia na própria organização militar instauradora, passando pela respectiva ICFEx de vinculação para análise e acompanhamento, e seguindo até o Centro de Controle Interno do Exército, para consolidação e extração de dados gerenciais.

Considerando-se a imprescindibilidade do contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, tornou-se imperiosa a otimização do gerenciamento das informações registradas nos RAAIIA, os quais se tornaram, com o decurso do tempo, documentos extensos e de difícil análise e acompanhamento, inviabilizando o seu trâmite físico entre as instâncias interessadas (Unidades Gestoras e unidades de controle interno).

Nessa senda, vislumbrou-se a necessidade de desenvolvimento e utilização de um sistema informatizado e corporativo, como ferramenta capaz de facilitar o cadastro, o trâmite, o acompanhamento e a tomada de decisão acerca do andamento de tais processos em todos os níveis. Concebeu-se, destarte, o Sistema de Acompanhamento de Dano ao Erário (SISADE).

Hodiernamente, encontra-se em fase final o trabalho de migração dos dados acerca dos processos de apuração de irregularidades administrativas, descritos nos RAAIIA, para a base de dados do SISADE.

A expectativa é que, após a conclusão dos trabalhos atinentes ao cadastramento de todos os processos nesse Sistema, que deverá ser concluído no primeiro semestre do corrente exercício, abandone-se a prática atual de envio dos RAAIIA por meio físico ou pelo Sistema de Protocolo Eletrônico do Exército, registrando-se todos os dados referentes às apurações de prejuízos à Fazenda Nacional no SISADE.

7.3. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

O presente item foi analisado de forma a observar a busca pela perfeita e transparente aplicação das normas que regem a Administração Pública e conforme determinação da Lei nº 12.546/2011 e do Decreto 7.828/2012.

Foram observadas informações de 27 (vinte e sete) RG, que por sua vez, consolidam informações dos relatórios de gestão de todas as Organizações Militares do EB, as quais compreendem 652 Organizações Militares, sendo 424 Unidades Gestoras Executoras.

Da análise das informações apresentadas foi observado que todas as UJ atenderam às orientações no que tange à apresentação das informações necessárias com relação às revisões em contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, conforme extrato exposto abaixo com o detalhamento de todos os contratos enquadrados no presente item de verificação.

Quadro 50 - Detalhamento sobre os contratos (Fonte 3ª - Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército)

Unidade Contratante					
Nome: Comissão Regional de Obras da 3ª Região Militar					
UG/Gestão: 160396/0001			**CNPJ:** 09.610.604/0001-24		
Dados sobre o Contrato					
Nº Contrato	**Nome da Empresa Contratada**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Objeto**	**Vigência**	**Economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato**
12/2013	Construtora Fortes LTDA-ME	06.070.362/0001-35	Revitalização Posto de Abastecimento no 9º RCB	15/10/13 a 01/03/15 (502 dias)	R$ 7.045,42
14/2013	PAULO GUTIERREZ CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	90.629.445/0001-28	Construção do Pavilhão de Manutenção de Blindados, Pátio de Circulação de Blindados e Rampa de Lavagem no 6º RCB	18/10/13 a 14/03/15 (512 dias)	R$ 21.429,06
15/2013	DE MARTINI ASSOCIADOS LTDA	nº 00.870.180/0001-62	Construção do Pavilhão Guarani no CIBld	02/12/13 a 14/11/15 (712 dias)	R$ 64.809,21
17/2013	HAMBRECHT & LOUREIRO ENGENHARIA LTDA - EPP	18.615.965/0001-54	Serviço de Adaptação em Oficina Mecânica no 9º RCB	05/12/13 a 21/01/15 (412 dias)	R$ 32.112,35
18/2013	PAULO GUTIERREZ CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	90.629.445/0001-28	Construção do Pavilhão de Manutenção de Blindados no 4º RCB	09/12/13 a 05/04/15 (482 dias)	R$ 21.767,55

22/2013	Fagundes Instalações Industriais e Transportes Ltda.	91.271.528/0001-50	Revitalização do Posto de Abastecimento no 3º BPE	16/12/13 a 01/07/15 (562 dais)	R$ 12.222,68
23/2013	PAULO GUTIERREZ CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	90.629.445/0001-28	Construção do Pavilhão de Manutenção de Blindados no 4º Blog	30/12/13 a 29/01/15 (395 dias)	R$ 23.447,73
01/2014	PRADE & BONILLA LTDA	15.510.938/0001-29	Obra de construção do Centro de Equoterapia no 13º GAC	07/01/14 a 10/03/15 (427 dias)	R$ 20.582,21
02/2014	PAULO GUTIERREZ CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	90.629.445/0001-28	Construção do Pavilhão de Romaneio II no 4º BLog	24/01/14 a 12/03/15 (412 dias)	R$ 30.822,15

Quadro 51 - Detalhamento sobre os contratos (Fonte - 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército)

Unidade Contratante					
Nome: Comissão Regional de Obras da 5ª Região Militar					
UG/Gestão: 160220			**CNPJ:** 09.551.936/0001-85		
Dados sobre o Contrato					
Nº Contrato	**Nome da Empresa Contratada**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Objeto**	**Vigência**	**Economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato**
03/2014	JUGLER CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	05.321.847/0001-91	Obra de Construção do Pavilhão Alojamento de Cabo e Soldados do 5º RCC em Rio Negro-PR	01/11/2015	R$ 101.350,48

Quadro 52 - Detalhamento sobre os contratos (Fonte - 10ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército)

Unidade Contratante					
Nome: 2º Batalhão de Engenharia de Construção					
UG/Gestão:160203			**CNPJ:** 07.549.168/0001-08		
Dados sobre o Contrato					
Nº Contrato	**Nome da Empresa Contratada**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Objeto**	**Vigência**	**Economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato**
23/2013	Construtora WN LTDA EPP	11.724.406/0001-33	Serviço de engenharia para conservação e manutenção das instalações e dependências físicas desta organização militar	31/10/2013 a 30/10/2015	Processo em andamento, aguarda resolução de recurso interposto pela contratada.

Quadro 53 - Detalhamento sobre os contratos (Fonte - 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército)

Unidade Contratante					
Nome: Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar					
UG/Gestão: 160017			**CNPJ: ----**		
Dados sobre o Contrato					
Nº Contrato	**Nome da Empresa Contratada**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Objeto**	**Vigência**	**Economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato**

24/2013	FSB CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	11.162.645/0001-45	Construção de 01 (um) reservatório d´água, metálico, tipo taça de 10.000L, na Companhia de Comando do Colégio Militar de Manaus	26Mar14 a 25Mar15	R$ 6.526,90

7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O ART. 5º da Lei 8.666/93

a) Nível Órgão Técnico-Normativo

O atendimento das demandas das Unidades Gestoras (UG) é realizado observando-se a data de liquidação da despesa no SIAFI, por meio do documento hábil denominado "Nota de Sistema (NS)".

Para consolidar as informações de todas as UG do Exército, a Diretoria de Contabilidade utiliza um sistema próprio, denominado SISCONUM (Sistema de Controle de Numerário), onde no campo "Num Ped" a posição numérica com 111 posições indica a data de liquidação, e os 3 últimos dígitos indicam o final do código da UG. Exemplo: a UG 160251 realiza liquidação da despesa em 14/03/2016, logo aparecerá no SISCONUM o código "Num Ped" igual a "14032016 251", onde "14032016" é a data da liquidação e "251" é o final do código de UG. Assim, a D Cont obedece à data de liquidação da despesa, atendendo primeiro as mais antigas.

b) Nível Execução nas UG

Da análise dos relatórios de gestão enviados pelas 11 (onze) setoriais de contabilidade do Comando do Exército e demais RG dos ODS/Gab Cmt/C Mil A, verificou-se que as Unidades Jurisdicionadas (UJ) cumpriram o cronograma de pagamento das obrigações, conforme previsto no art. 5º da Lei 8.666/93, salvo a seguinte exceção:

- UJ 72º BI Mtz 160183: inverteu o Estágio da Despesa no pagamento de Locações de Veículos. (Foram tomadas as medidas cabíveis pela unidade de controle interno 7ª ICFEx).

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**91.031.242,15**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**36.391.418.140,58**	**-**
Ordinárias	**18.419.053,02**	**-**	**Ordinárias**	**17.066.186.723,68**	**-**
Vinculadas	**75.401.541,90**	**-**	**Vinculadas**	**19.325.231.416,90**	**-**
Educação		-	Educação	578.224,65	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	15.691.846.629,97	-
Operação de Crédito	580,06	-	Operação de Crédito	3.578.455.395,31	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	75.400.961,84	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	49.980.438,07	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.370.728,90	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.789.352,77	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**72.347.323.793,11**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**37.641.245.020,32**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	68.742.766.591,35	-	Resultantes da Execução Orçamentária	34.376.078.419,34	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	34.547.988.122,83	-	Repasse Concedido	181.299.950,82	-
Sub-repasse Recebido	34.194.752.316,92	-	Sub-repasse Concedido	34.194.752.316,92	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido	26.151,60	-	Sub-repasse Devolvido	26.151,60	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.604.557.201,76	-	Independentes da Execução Orçamentária	3.265.166.600,98	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.603.610.814,19	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.984.228.401,21	-
Demais Transferências Recebidas	70.890,33	-	Demais Transferências Concedidas	71.246,91	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	875.497,24	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.280.866.952,86	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**3.703.973.752,99**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**2.139.639.352,40**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	594.199.477,16	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	415.332.286,52	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.588.221.135,12	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.576.204.611,40	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	125.786.832,88	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	145.796.328,66	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.395.766.307,83	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.306.125,82	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	78.801,76	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	13.689,61	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	2.226.773,25	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade	1.261.817.202,21	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	550,81	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	10.063.735,62	-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	123.871.680,39	-			
Saldo do Exercício Anterior	**376.138.142,53**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**346.164.417,48**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	376.138.142,53	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	346.164.417,48	-
TOTAL	**76.518.466.930,78**	**-**	**TOTAL**	**76.518.466.930,78**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	**1.363.961.570,87**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**1.112.634.676,84**	**-**
Ordinárias	**35.372,39**	**-**	**Ordinárias**	**5.404.963,18**	**-**
Vinculadas	**1.369.723.443,33**	**-**	**Vinculadas**	**1.107.229.713,66**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.347.397.309,92	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.102.686.655,77	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	22.326.133,41	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.543.057,89	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5.797.244,85	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**2.118.185.174,49**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**2.130.046.436,65**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	800.430.893,06	-	Resultantes da Execução Orçamentária	796.352.363,90	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	4.114.934,81	-	Repasse Concedido	36.405,65	-
Sub-repasse Recebido	796.315.958,25	-	Sub-repasse Concedido	796.315.958,25	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	1.317.754.281,43	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.333.694.072,75	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	192.802.649,40	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	186.302.649,40	-
Demais Transferências Recebidas	459.089,61	-	Demais Transferências Concedidas	388.733,03	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.124.492.542,42	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.147.002.690,32	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**392.560.278,79**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**211.089.130,52**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	237.185.504,15	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.563.240,39	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	121.237.547,84	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	167.771.033,07	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.341.579,58	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.752.297,98	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.795.647,22	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.559,08	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	498,20	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	15.374,16	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	2.559,08	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade	337,48	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	378.157,39	-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	10.401.279,99	-			
Saldo do Exercício Anterior	**635.397.104,31**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**1.056.333.884,45**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	635.397.104,31	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.056.333.884,45	-
TOTAL	**4.510.104.128,46**	**-**	**TOTAL**	**4.510.104.128,46**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**96.890.500,00**	**96.890.500,00**	**31.255.021,77**	**-65.635.478,23**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**1.409.009,83**	**1.409.009,83**
Receitas Imobiliárias	-	-	-1.259,80	-1.259,80
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	1.410.269,63	1.410.269,63
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**1.226,65**	**1.226,65**
Transferências Correntes	**96.890.500,00**	**96.890.500,00**	**11.527.419,88**	**-85.363.080,12**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	96.890.500,00	96.890.500,00	11.527.419,88	-85.363.080,12
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**18.317.365,41**	**18.317.365,41**
Multas e Juros de Mora	-	-	1.024.965,92	1.024.965,92
Indenizações e Restituições	-	-	17.212.639,75	17.212.639,75
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	79.759,74	79.759,74
RECEITAS DE CAPITAL	**5.256.000,00**	**5.256.000,00**	**59.776.220,38**	**54.520.220,38**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**-**	**-**	**193,00**	**193,00**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	193,00	193,00
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**5.256.000,00**	**5.256.000,00**	**59.776.027,38**	**54.520.027,38**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	5.256.000,00	5.256.000,00	59.776.027,38	54.520.027,38
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**102.146.500,00**	**102.146.500,00**	**91.031.242,15**	**-11.115.257,85**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**102.146.500,00**	**102.146.500,00**	**91.031.242,15**	**-11.115.257,85**
DÉFICIT			**36.300.386.898,43**	**36.300.386.898,43**
TOTAL	**102.146.500,00**	**102.146.500,00**	**36.391.418.140,58**	**36.289.271.640,58**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**55.221.734,00**	**55.221.734,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	55.221.734,00	55.221.734,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**30.937.322.191,00**	**34.052.169.117,00**	**35.225.131.618,35**	**34.249.637.850,69**	**33.885.183.192,71**	**-1.172.962.501,35**
Pessoal e Encargos Sociais	**27.525.915.047,00**	**30.638.665.919,00**	**30.637.818.059,46**	**30.637.818.059,46**	**30.637.818.059,46**	**847.859,54**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**3.411.407.144,00**	**3.413.503.198,00**	**4.587.313.558,89**	**3.611.819.791,23**	**3.247.365.133,25**	**-1.173.810.360,89**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.862.694.948,00**	**1.817.905.845,00**	**1.166.286.522,23**	**553.559.154,77**	**323.814.335,59**	**651.619.322,77**
Investimentos	**1.862.694.948,00**	**1.817.905.845,00**	**1.166.286.522,23**	**553.559.154,77**	**323.814.335,59**	**651.619.322,77**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**32.800.017.139,00**	**35.870.074.962,00**	**36.391.418.140,58**	**34.803.197.005,46**	**34.208.997.528,30**	**-521.343.178,58**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**32.800.017.139,00**	**35.870.074.962,00**	**36.391.418.140,58**	**34.803.197.005,46**	**34.208.997.528,30**	**-521.343.178,58**
TOTAL	**32.800.017.139,00**	**35.870.074.962,00**	**36.391.418.140,58**	**34.803.197.005,46**	**34.208.997.528,30**	**-521.343.178,58**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**200.101.379,21**	**819.628.948,61**	**832.288.049,10**	**776.558.335,91**	**34.831.922,68**	**208.340.069,23**
Pessoal e Encargos Sociais	**6.300,72**	**-**	**-**	**-**	**3.731,04**	**2.569,68**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**200.095.078,49**	**819.628.948,61**	**832.288.049,10**	**776.558.335,91**	**34.828.191,64**	**208.337.499,55**
DESPESAS DE CAPITAL	**325.534.081,02**	**1.048.458.999,57**	**941.953.545,03**	**799.646.275,49**	**34.015.739,93**	**540.331.065,17**
Investimentos	**325.534.081,02**	**1.048.458.999,57**	**941.953.545,03**	**799.646.275,49**	**34.015.739,93**	**540.331.065,17**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**525.635.460,23**	**1.868.087.948,18**	**1.774.241.594,13**	**1.576.204.611,40**	**68.847.662,61**	**748.671.134,40**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.144.634,18**	**227.059.823,62**	**226.792.424,87**	**401.464,95**	**1.010.567,98**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**21.882,50**	**-**	**21.882,50**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	4

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	**1.144.634,18**	**227.037.941,12**	**226.792.424,87**	**379.582,45**	**1.010.567,98**
DESPESAS DE CAPITAL	**973.853,22**	**189.399.618,66**	**188.539.861,65**	**1.833.610,23**	**-0,00**
Investimentos	**973.853,22**	**189.399.618,66**	**188.539.861,65**	**1.833.610,23**	**-0,00**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**2.118.487,40**	**416.459.442,28**	**415.332.286,52**	**2.235.075,18**	**1.010.567,98**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.292.556.097,00**	**1.292.556.097,00**	**1.336.402.239,13**	**43.846.142,13**
Receitas Tributárias	**23.690.692,00**	**23.690.692,00**	**21.972.777,19**	**-1.717.914,81**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	23.690.692,00	23.690.692,00	21.972.777,19	-1.717.914,81
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**250.671.551,00**	**250.671.551,00**	**295.642.548,87**	**44.970.997,87**
Receitas Imobiliárias	112.577.323,00	112.577.323,00	112.736.744,02	159.421,02
Receitas de Valores Mobiliários	55.767.874,00	55.767.874,00	100.098.113,95	44.330.239,95
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	82.326.354,00	82.326.354,00	82.807.690,90	481.336,90
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**154.444.363,00**	**154.444.363,00**	**132.749.699,87**	**-21.694.663,13**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**863.749.491,00**	**863.749.491,00**	**886.037.213,20**	**22.287.722,20**
Multas e Juros de Mora	373.124,00	373.124,00	343.163,28	-29.960,72
Indenizações e Restituições	21.016.161,00	21.016.161,00	23.526.040,76	2.509.879,76
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	842.360.206,00	842.360.206,00	862.168.009,16	19.807.803,16
RECEITAS DE CAPITAL	**45.623.570,00**	**45.623.570,00**	**27.559.331,74**	**-18.064.238,26**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**45.623.570,00**	**45.623.570,00**	**27.559.331,74**	**-18.064.238,26**
Alienação de Bens Móveis	18.944.124,00	18.944.124,00	12.419.986,89	-6.524.137,11
Alienação de Bens Imóveis	26.679.446,00	26.679.446,00	15.139.344,85	-11.540.101,15
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.338.179.667,00**	**1.338.179.667,00**	**1.363.961.570,87**	**25.781.903,87**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.338.179.667,00**	**1.338.179.667,00**	**1.363.961.570,87**	**25.781.903,87**
TOTAL	**1.338.179.667,00**	**1.338.179.667,00**	**1.363.961.570,87**	**25.781.903,87**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**45.000.000,00**	**45.000.000,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	45.000.000,00	45.000.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**1.216.580.067,00**	**1.226.580.067,00**	**1.046.067.211,43**	**953.505.386,41**	**727.594.268,64**	**180.512.855,57**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**1.216.580.067,00**	**1.226.580.067,00**	**1.046.067.211,43**	**953.505.386,41**	**727.594.268,64**	**180.512.855,57**
DESPESAS DE CAPITAL	**121.599.600,00**	**156.599.600,00**	**66.567.465,41**	**37.891.742,59**	**26.617.356,21**	**90.032.134,59**
Investimentos	**121.599.600,00**	**156.599.600,00**	**66.567.465,41**	**37.891.742,59**	**26.617.356,21**	**90.032.134,59**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**1.338.179.667,00**	**1.383.179.667,00**	**1.112.634.676,84**	**991.397.129,00**	**754.211.624,85**	**270.544.990,16**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.338.179.667,00**	**1.383.179.667,00**	**1.112.634.676,84**	**991.397.129,00**	**754.211.624,85**	**270.544.990,16**
SUPERÁVIT			**251.326.894,03**			**-251.326.894,03**
TOTAL	**1.338.179.667,00**	**1.383.179.667,00**	**1.363.961.570,87**	**991.397.129,00**	**754.211.624,85**	**19.218.096,13**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**3.222.598,05**	**105.130.724,15**	**99.006.951,20**	**97.385.748,94**	**3.451.851,21**	**7.515.722,05**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**3.222.598,05**	**105.130.724,15**	**99.006.951,20**	**97.385.748,94**	**3.451.851,21**	**7.515.722,05**
DESPESAS DE CAPITAL	**72.645.585,67**	**63.199.567,05**	**78.927.731,12**	**70.385.284,13**	**746.422,82**	**64.713.445,77**
Investimentos	**72.645.585,67**	**63.199.567,05**	**78.927.731,12**	**70.385.284,13**	**746.422,82**	**64.713.445,77**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**75.868.183,72**	**168.330.291,20**	**177.934.682,32**	**167.771.033,07**	**4.198.274,03**	**72.229.167,82**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**33.446,68**	**15.033.863,37**	**15.056.397,28**	**7.201,82**	**3.710,95**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**33.446,68**	**15.033.863,37**	**15.056.397,28**	**7.201,82**	**3.710,95**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**3.506.843,11**	**3.506.843,11**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**3.506.843,11**	**3.506.843,11**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**33.446,68**	**18.540.706,48**	**18.563.240,39**	**7.201,82**	**3.710,95**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**1.202.041.744,33**	**-**
INGRESSOS	**73.900.131.955,59**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**19.727.601,89**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-1.259,80	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.226,65	-
Remuneração das Disponibilidades	1.410.269,63	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	18.317.365,41	-
Transferências Correntes Recebidas	**11.527.419,88**	**-**
Intergovernamentais	10.747.419,88	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	6.218.676,19	-
Dos Municípios	4.528.743,69	-
Intragovernamentais	780.000,00	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**73.868.876.933,82**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	125.786.832,88	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	13.689,61	-
Transferências Financeiras Recebidas	72.347.323.793,11	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.261.817.202,21	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão	10.063.735,62	-
Demais Recebimentos	123.871.680,39	-
DESEMBOLSOS	**-72.698.090.211,26**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-34.733.459.913,57**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-6.380.538,43	-
Essencial à Justiça	-14.984,71	-
Administração	-4.199.827,70	-
Defesa Nacional	-14.691.108.524,81	-
Segurança Pública	-842.587.106,33	-
Relações Exteriores	-2.586,70	-
Assistência Social	-4.581.662,90	-
Previdência Social	-19.173.561.336,44	-
Saúde	-1.289.027,71	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.120.395,00	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-38.290,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.158,18	-
Ciência e Tecnologia	-100.581,20	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-90.387,75	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-6.304.703,95	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-78.801,76	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-175.361.624,65**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-175.361.624,65	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-37.789.268.673,04**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-145.796.328,66	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-37.641.245.020,32	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-2.226.773,25	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	-550,81	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.291.791.689,76**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-1.291.791.689,76**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.014.718.306,27**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-277.073.383,49**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**59.776.220,38**	**-**
INGRESSOS	**59.776.220,38**	**-**
Operações de Crédito	**193,00**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**59.776.027,38**	**-**
Intergovernamentais	59.776.027,38	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	59.776.027,38	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-29.973.725,05**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**376.138.142,53**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**346.164.417,48**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**493.846.140,85**	**-**
INGRESSOS	**3.488.724.142,22**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.336.402.239,13**	**-**
Receita Tributária	21.972.777,19	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	195.544.434,92	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	132.749.699,87	-
Remuneração das Disponibilidades	100.098.113,95	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	886.037.213,20	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**2.152.321.903,09**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	23.341.579,58	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	15.374,16	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.118.185.174,49	-
Arrecadação de Outra Unidade	337,48	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão	378.157,39	-
Demais Recebimentos	10.401.279,99	-
DESEMBOLSOS	**-2.994.878.001,37**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-822.630.086,10**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-822.630.584,30	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
28/03/2016	2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	498,20	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-17.446.621,56**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.446.621,56	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-2.154.801.293,71**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-24.752.297,98	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.130.046.436,65	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-2.559,08	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-72.909.360,71**	**-**
INGRESSOS	**27.559.331,74**	**-**
Alienação de Bens	**27.559.331,74**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	3

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-100.468.692,45**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-92.697.888,94**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-7.770.803,51**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**420.936.780,14**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**635.397.104,31**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.056.333.884,45**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	**2014**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**87.529.043.173,2**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**1.261.816.856,65**	**-**
Contribuições Sociais	1.261.816.856,65	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.226,65**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.226,65	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**281.516.852,40**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.239,10	-
Variações Monetárias e Cambiais	280.101.343,67	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.410.269,63	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**75.139.665.745,1**	**-**
Transferências Intragovernamentais	72.419.484.345,2	-
Transferências Intergovernamentais	71.303.447,26	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.648.877.952,62	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**10.827.480.537,5**	**-**
Reavaliação de Ativos	9.589.716.619,46	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	956.507.040,91	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	281.256.877,16	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**18.561.954,84**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18.561.954,84	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**81.925.037.333,2**	**-**
Pessoal e Encargos	**13.337.638.369,3**	**-**
Remuneração a Pessoal	12.204.520.872,4	-
Encargos Patronais	109.240.430,69	-
Benefícios a Pessoal	1.023.849.632,22	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	27.434,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**18.130.975.532,9**	**-**
Aposentadorias e Reformas	8.240.802.041,49	-
Pensões	9.831.330.213,20	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	58.843.278,22	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**3.883.571.863,19**	**-**
Uso de Material de Consumo	1.317.149.501,03	-
Serviços	2.064.074.626,04	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	502.347.736,12	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**210.709.949,79**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	595.696,05	-
Variações Monetárias e Cambiais	210.109.491,57	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.762,17	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**39.708.693.586,9**	**-**
Transferências Intragovernamentais	37.713.781.078,4	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.994.912.508,55	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**6.547.339.369,02**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.454.250.292,41	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	382.553.355,05	-
Incorporação de Passivos	996.802.477,80	-

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	713.733.243,76	-
Tributárias	**27.045.636,31**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	589.229,51	-
Contribuições	26.456.406,80	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**79.063.025,72**	**-**
Premiações	64.088,42	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	78.998.937,30	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**5.604.005.839,98**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**3.510.777.089,6**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**21.973.077,19**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	21.973.077,19	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**337,48**	**-**
Contribuições Sociais	337,48	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**329.430.266,49**	**-**
Venda de Mercadorias	13.310.683,29	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	316.119.583,20	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**110.195.521,83**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	341.127,40	-
Variações Monetárias e Cambiais	9.784.546,69	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	100.069.847,74	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**2.125.999.256,7**	**-**
Transferências Intragovernamentais	2.118.207.185,2	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.792.071,49	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**26.947.870,69**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	16.956.947,45	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.717.367,45	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.273.555,79	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**896.230.759,23**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	896.230.759,23	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**3.322.708.500,3**	**-**
Pessoal e Encargos	**2.035.068,13**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	1.577.167,75	-
Benefícios a Pessoal	457.900,38	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**125.000,00**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	125.000,00	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**796.350.373,61**	**-**
Uso de Material de Consumo	475.666,72	-
Serviços	795.874.706,89	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**5.073.903,54**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.584,35	-
Variações Monetárias e Cambiais	3.988.660,41	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.065.658,78	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**2.485.211.331,1**	**-**
Transferências Intragovernamentais	2.130.135.697,1	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	355.075.634,05	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**22.999.518,31**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	414.404,99	-
Incorporação de Passivos	9.177.785,83	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
28/03/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52904 - FUNDO DO EXERCITO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	**2014**
Desincorporação de Ativos	13.407.327,49	-
Tributárias	**3.332.668,68**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	142.864,14	-
Contribuições	3.189.804,54	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**7.580.636,96**	**-**
Premiações	24.917,18	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.555.719,78	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**188.068.589,23**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	**2014**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ANEXO II

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO SISFRON

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO PEE SISFRON

PFI	Empreendimento	UF	Estágio	% de Execução Física		Meta Física	Unidade de Medida	Data de Início Prevista	Data de Conclusão Prevista	2011 - 2015 (milhões R$)		Pós 2015 (milhões R$)	Valor total do empreendimento (milhões R$)
PAI	Implantar o SISFRON	BR	Em execução	5,00%	(1)	PEE SISFRON implantado nas 13 Brigadas.	Brigada	01/01/2012	31/12/2021	847,81	(2)	11.144,19	11.992,00
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 4ª Bda C Mec (Dourados/MS) (Piloto)	MS	Em execução	42,14%	(3)	PEE SISFRON implantado na área da 4ª Bda C Mec (Piloto).	Brigada	01/01/2012	31/12/2016	847,81		574,78	1.422,59
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 18ª Bda Inf Fron (Corumbá/MS)	MS	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 18ª Bda Inf Fron.	Brigada	01/01/2016	31/12/2017	0,00		552,80	552,80
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá/MT)	MT	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 13ª Bda Inf Mtz.	Brigada	01/01/2016	31/12/2017	0,00		640,81	640,81
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 17ª Bda Inf Sl (Porto Velho/RO)	RO AC AM	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 17ª Bda Inf Sl.	Brigada	01/01/2017	31/12/2018	0,00		2.404,17	2.404,17
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 15ª Bda Inf Mec (Cascavel/PR)	PR SC	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 15ª Bda Inf Mec.	Brigada	01/01/2018	31/12/2019	0,00		468,71	468,71
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 1ª Bda C Mec (Santiago/RS)	RS	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 1ª Bda C Mec.	Brigada	01/01/2018	31/12/2019	0,00		252,40	252,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 16ª Bda Inf Sl (Tefé/AM)	AM	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 16ª Bda Inf Sl.	Brigada	01/01/2018	31/12/2020	0,00		1.293,35	1.293,35
FILHO	Implantar o SISFRON na 2ª Bda Inf Sl (São Gabriel da Cachoeira/AM)	AM	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área 2ª Bda Inf Sl.	Brigada	01/01/2018	31/12/2020	0,00		1.287,48	1.287,48
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 1ª Bda Inf Sl (Boa Vista/RR)	RR	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 1ª Bda Inf Sl.	Brigada	01/01/2018	31/12/2020	0,00		1.485,00	1.485,00
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 22ª Bda Inf Sl (Macapá/AP) Em organização	AP, PA	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área do CMN.	Brigada	01/01/2019	31/12/2021	0,00		1.320,40	1.320,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 3ª Bda C Mec (Bagé/RS)	RS	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área da 3ª Bda C Mec.	Brigada	01/01/2020	31/12/2021	0,00		206,40	206,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas/RS)	RS	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área 8ª Bda Inf Mtz.	Brigada	01/01/2020	31/12/2021	0,00		135,59	135,59
FILHO	Implantar o SISFRON na2ª BdaC Mec Mtz (Uruguaiana/RS)	RS	Planejado	0,00		PEE SISFRON implantado na área 2ª Bda C Mec.	Brigada	01/01/2020	31/12/2021	0,00		522,30	522,30
								TOTAL		**847,81**		**11.144,19**	**11.992,00**

Legenda:

(1) Valores liquidados (R$ 576,89 milhões) até Dez/15, em relação ao custo total planejado para o PEE SISFRON (R$ 11,992 milhões).

(2) Soma dos recursos empenhados pelo Projeto até Dez/15, sendo R$ 196,70 milhões em 2012, R$ 242,04 milhões em 2013, R$ 256,06 milhões em 2014 e R$ 160,29 milhões em 2015, descontados os RAP cancelados (Emp Efetivo).

(3) Considerado o valor liquidado (R$ 576,89 milhões) até Dez/15, em relação ao valor total do Projeto Piloto (R$ 1.422,59 milhões).

SENSORIAMENTO E APOIO À DECISÃO
CONTRATOS EM VIGOR

Identificação do contrato	Objeto	Empresas contratadas	Valores envolvidos	Termos aditivos e suas respectivas motivações	Atrasos e seus impactos na condução do projeto	Estágio da execução físico-financeira de cada contrato
27/2012	IMPLANTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE SENSORIAMENTO E DE APOIO À DECISÃO DO PROJETO PILOTO DO SISFRON, QUE FAZEM ENTRE SI A BASE ADMINISTRATIVA DO CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO E O CONSÓRCIO TEPRO	CONSÓRCIO TEPRO	R$ 839.664.954,32	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 27/2012 – CCOMGEX SITUAÇÃO: ASSINADO EM 2014, EM EXECUÇÃO. CONTRATANTE: EXÉRCITO CONTRATADA: CONSÓRCIO TEPRO FINALIDADE DO ADITIVO: FIXAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DATAS, ALTERAÇÕES NOS REAJUSTES CONTRATUAIS E ADEQUAÇÃO DE ESCOPO EM SUBSISTEMAS VALOR: R$ 84.209.586,40 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 27/2012 – CCOMGEX SITUAÇÃO: EM PLANEJAMENTO, COM PREVISÃO DE ASSINATURA 1º SEM/2015. CONTRATANTE: EXÉRCITO CONTRATADA: CONSÓRCIO TEPRO FINALIDADE DO ADITIVO: FIXAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DATAS, ALTERAÇÕES NOS REAJUSTES CONTRATUAIS E ADEQUAÇÃO DE ESCOPO EM SUBSISTEMAS VALOR: R$ 9.886.586,68	O contrato vem sendo desenvolvido com um passo menor do que o previsto no Cronograma Físico-financeiro, em grande parte devido ao ineditismo e às incertezas que circundam um projeto desta magnitude e grau de complexidade. Isto tem, logicamente, um aspecto negativo, de retardar os benefícios esperados com o projeto, mas em contrapartida tem dado a oportunidade de analisar as soluções e aperfeiçoá-las ao longo do processo.	Em execução
2013	Serviço de apoio ao Exército no acompanhamento e fiscalização do contrato de implantação e integração do SISFRON, envolvendo: estudos,	PROGETO Engenharia Ltda.	R$ 9.473.399,82	PRIMEIRO TERMO ADITIVOSITUAÇÃO: ASSINADO EM 2013, EM EXECUÇÃO.CONTRATANTE: EXÉRCITO CONTRATADA:	Não há	Em execução

Identificação do contrato	Objeto	Empresas contratadas	Valores envolvidos	Termos aditivos e suas respectivas motivações	Atrasos e seus impactos na condução do projeto	Estágio da execução físico-financeira de cada contrato
	verificação, acompanhamento, inspeção, assessoramento técnico, fiscalização e acompanhamento de artefatos de softwares, verificação da conformidade dos requisitos, da integração, do ciclo de vida do projeto, verificação e acompanhamento da instalação, implantação e integração de subsistemas; estudos orçamentários, técnicos, laudos e pareceres e apoio à fiscalização de engenharia, de complexidade média e alta.			PROGETO Engenharia Ltda. FINALIDADE DO ADITIVO: Alterações de cargos e funções para adequação às necessidades da gerência do projeto.VALOR: R$ 9.093.273,74SEGUNDO TERMO ADITIVOSITUAÇÃO: ASSINADO EM 2014, EM EXECUÇÃO.CONTRATANTE: EXÉRCITO CONTRATADA: PROGETO Engenharia Ltda. FINALIDADE DO ADITIVO: Alterações de cargos e funções para adequação às necessidades da gerência do projeto.VALOR: R$ 19.342.614,52TERCEIRO TERMO ADITIVOSITUAÇÃO: ASSINADO, Pub. DOU EM 5/1/15, EM EXECUÇÃO.CONTRATANTE: EXÉRCITO CONTRATADA: PROGETO Engenharia Ltda.. FINALIDADE DO ADITIVO: Extensão do prazo do contrato por mais 12 meses, permitindo a continuidade no acompanhamento e fiscalização do SISFRON. VALOR: R$ 19.342.614,52		
2013	Módulo Telemática Operacional (MTO)	Harris	R$ 3.336.613,48	PRIMEIRO TERMO ADITIVO 2014. SITUAÇÃO: em execução VALOR: R$ 2.460.618,48	Não há	Em execução
2014	Contratação de fábrica de software para o Comando do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX) e suas OMDS	RUST CONSULTORIA ENGENHARIA LTDA	R$ 14.040.000,00	Não Há	Não há	Em execução
2014	AQUISIÇÃO DE LIÇENÇA DE SOFTWARES	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA	R$ 440.728,02	Não Há	Não há	Produtos recebidos

Identificação do contrato	Objeto	Empresas contratadas	Valores envolvidos	Termos aditivos e suas respectivas motivações	Atrasos e seus impactos na condução do projeto	Estágio da execução físico-financeira de cada contrato
2014	Serv Inst para SRDT	Motorola	R$ 222.100,00	Não Há	Não há	Em execução
2014	Eqp Rad Multibanda (SRP)	Harris	R$ 392.334,16	Não Há	Não há	Em execução
TOTAL			**R$ 867.570.129,80**			

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ANEXO III

RECURSOS EMPENHADOS, LICITAÇÕES E LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS DO SISFRON

Relatório de Gestão 2015 - Apoio a atuação - Recursos empenhados

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - DGP - 2015						
Nr	Objeto da Licitação / Quantidade	Orgão Gestor	Modalidade da Licitação	Nome da empresa vencedora	Valor Orçado	Valor contratado
1	01 (um) aparelho de oxigenoterapia	DGP	PREGÃO	SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP	R$ 14.528,17	R$ 11.000,00
2	04 (quatro) padiolas fixas			SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP	R$ 1.630,00	R$ 1.610,00
3	04 (quatro) padiola sarticuladas			SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP	R$ 2.544,00	R$ 2.499,00
4	01 (um)Cilindro de oxigênio pequeno com máscar a 3L			LIFE TRADE ATACADISTA MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES	R$ 2.960,00	R$ 2.465,00
5	01 (um)desfibrilador externo automático			IBI LIFE MEDICAL LTDA - ME	R$ 16.583,33	R$ 5.100,00

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - 17º BLog - 2015						
Nr	Objeto da Licitação	Orgão Gestor	Modalidade da Licitação	Nome da empresa vencedora	Valor Orçado	Valor contratado
1	02 Módulos de Abastecimento de 15.000L	EME	PREGÃO	ARXO INDUSTRIAL	R$ 195.680,00	R$ 195.680,00
2	10 Módulos de Abastecimento de 5.000L	EME	PREGÃO	ARXO INDUSTRIAL	R$ 440.000,00	R$ 440.000,00
3	70 Barreira plástica empilhavel 125	EME	PREGÃO	JIREH COM E DIST LTDA - EPP	R$ 19.381,60	R$ 19.381,60
4	28 Barreira pantográfica reflexiva sanfonada	EME	PREGÃO	ELIDE GIUSTINA BORTOLON - ME	R$ 31.220,00	R$ 31.220,00
5	75 Luva refletiva	EME	PREGÃO	ELIDE GIUSTINA BORTOLON - ME	R$ 8.700,00	R$ 8.700,00
6	258 Cone de sinalização - (75 Cm)	EME	DISPENSA	NORTE UNIFORME IND E COM LTDA - ME	R$ 7.482,00	R$ 7.482,00
7	56 Cone Barril (1,15 m)	EME	PREGÃO	NORTE UNIFORME IND E COM LTDA - ME	R$ 8.677,20	R$ 8.677,20
8	28 Lombada de borracha (transportável)	EME	PREGÃO	JIREH COM E DIST LTDA - EPP	R$ 24.779,16	R$ 24.779,16
9	28 Sinalizador tipo giroflex 51	EME	PREGÃO	NORTE UNIFORME IND E COM LTDA - ME	R$ 6.440,00	R$ 6.440,00
10	7 Farol de busca 1km de alcance 12	EME	PREGÃO	ADEMIR BORGES FILHO - ME	R$ 5.950,00	R$ 5.950,00
11	14 Bloqueador antifuga (fura pneu)	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 13.845,86	R$ 13.845,86
12	14 Espelho de inspeção veicular 25	EME	PREGÃO	THERMKAL COM INSTR MED LTDA - ME	R$ 2.380,00	R$ 2.380,00
13	35 Algema	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 6.650,00	R$ 6.650,00
14	35 Bastão tipo tonfa retrátil	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 5.564,65	R$ 5.564,65
15	70 Cadeira dobrável em alumínio	EME	PREGÃO	D & C COM SV - EIRELI - EPP	R$ 18.900,00	R$ 18.900,00
16	28 Lanterna Mini Maglite 40	EME	PREGÃO	THERMKAL COM INSTR MED LTDA - ME	R$ 700,00	R$ 700,00
17	7 Detetor de Metal	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 1.365,00	R$ 1.365,00
18	28 Placa "Pare"	EME	PREGÃO	JIREH COM E DIST LTDA - EPP	R$ 1.209,60	R$ 1.209,60
19	14 Placa "Reduza a velocidade" (1,20 x 0,90 m)	EME	PREGÃO	FRATELLI COM MAQ EQUIP LTDA – ME	R$ 2.016,00	R$ 2.016,00
20	14 Placa "Exército Brasileiro em Operações" (1,20 x 0,90)	EME	PREGÃO	JIREH COM E DIST LTDA - EPP	R$ 2.016,00	R$ 2.016,00
21	14 Placa "20 Km/h"	EME	PREGÃO	FRATELLI COM MAQ EQUIP LTDA – ME	R$ 4.176,48	R$ 4.176,48
22	14 Placa "60 Km/h "	EME	PREGÃO	FRATELLI COM MAQ EQUIP LTDA – ME	R$ 4.339,86	R$ 4.339,86
23	280 Colete refletivo	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 3.920,00	R$ 3.920,00
24	112 Colete com LED	EME	PREGÃO	CARAVAN EXP & IMP DO BRASIL LTDA - EPP	R$ 6.606,88	R$ 6.606,88
25	75 luva de arrasto	EME	PREGÃO	JIREH COM E DIST LTDA - EPP	R$ 7.725,00	R$ 7.725,00
26	280 Capa de chuva refletiva	EME	PREGÃO	NORTE UNIFORME IND E COM LTDA - ME	R$ 43.677,20	R$ 43.677,20
27	70 Pisca de advertência com LED	EME	PREGÃO	FRATELLI COM MAQ EQUIP LTDA – ME	R$ 8.046,50	R$ 8.046,50
28	430 Luva de proteção	EME	PREGÃO	ELIDE GIUSTINA BORTOLON - ME	R$ 4.803,10	R$ 4.803,10

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - 12ª RM - 2015						
Nr	**Objeto da Licitação / Quantidade**	**Orgão Gestor**	**Modalidade da Licitação**	**Nome da empresa vencedora**	**Valor Orçado**	**Valor contratado**
1	02 Embarcações Logísticas Tipo Ferryboat	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	Estaleiro Bibi EIRELI	R$ 1.455.866,67	R$ 1.296.999,98
2	01 Balsa Fluvial Frigorificada	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	Estaleiro Bibi EIRELI	R$ 1.139.733,33	R$ 810.999,98
3	01 Embarcação Leve Transporte de Grupo	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	B3 - Industria de Embarcações Ltda	R$ 350.500,00	R$ 350.000,00
4	02 Embarcações tipo "Ambulancha"	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	B3 - Industria de Embarcações Ltda	R$ 413.333,33	R$ 400.000,00
5	01 Lancha de transporte de pessoal para 20 passageiros	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	Dantas - Com. E Ind. Naútica Ltda.	R$ 285.333,33	R$ 258.333,33
6	02 lanchas de transporte de passageiros para 10 passageiros	Comado da 12ª Região Militar	PREGÃO	B3 - Industria de Embarcações Ltda	R$ 250.016,67	R$ 204.690,00

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - 15º BLog - 2015						
Nr	**Objeto da Licitação / Quantidade**	**Orgão Gestor**	**Modalidade da Licitação**	**Nome da empresa vencedora**	**Valor Orçado**	**Valor contratado**
1	Filmadora Portátil /12	15 B Log	Pregão (SRP)	Diva Brasil	R$ 15.108,00	R$ 10.128,00
2	Lombada móvel / 48	15 B Log	Pregão (SRP)	Promove Multi Comercio	R$ 172.224,00	R$ 32.624,64
3	Impressora Multifuncional / 11	15 B Log	Pregão (SRP)	DMX5	R$ 3.600,00	R$ 4.642,00
4	Espelho de varredura / 192	15 B Log	Pregão (SRP)	Figueira	R$ 6.864,00	R$ 11.326,08
5	Poste ilum solar / 22	15 B Log	Pregão	Queretaro	R$ 14.063,06	R$ 8.470,00
6	Poste ilum solar / 22	15 B Log	Pregão	Master	R$ 46.918,74	R$ 48.598,00
7	Farol de busca / 12	15 B Log	Pregão (SRP)	Caravan	R$ 6.600,00	R$ 9.048,00
8	Megafone / 11	15 B Log	Pregão (SRP)	Orbteck	R$ 9.492,00	R$ 2.705,67
9	Câmera fotográfica / 13	15 B Log	Pregão (SRP)	Dilcréia Martins	R$ 4.788,00	R$ 5.135,00
10	Cadeira metálica dobrável / 120	2º GAAAe	Pregão (SRP)	Jomarivali	R$ 25.560,00	R$ 22.078,80
11	Notebook / 13	6º B Com	Pregão (SRP)	Compre Original	R$ 14.400,00	R$ 24.440,00
12	Gerador / 1	9º RCB	Pregão (SRP)	WR Equipamentos	XXXXXXXXXXX	R$ 3.121,00
13	Computador / 3	11 D Sup	Pregão (SRP)	Plataforma	XXXXXXXXXXX	R$ 8.322,00
14	Cone de sinalização / 360	BPE Brasília	Pregão (SRP)	Elide Giustina	R$ 19.800,00	R$ 31.464,00
15	Capas de chuva refletiva / 490	15 B Log	Pregão (SRP)	Vértice	R$ 44.000,00	R$ 57.820,00
16	Luva de segurança / 3469	15 B Log	Pregão (SRP)	Licitare	R$ 35.730,70	R$ 35.931,43
17	Colete em X / 480	15 B Log	Pregão (SRP)	Licitare	R$ 5.472,00	R$ 3.331,15
18	Placa "Pare" / 48	15 B Log	Pregão (SRP)	Gihf adesivos	R$ 5.928,00	R$ 1.535,52
19	Placa "Atenção reduza a velocidade" /24	15 B Log	Pregão (SRP)	Gihf adesivos	R$ 7.680,00	R$ 2.639,76
20	Placa "Exército Brasileiro em operações" / 24	15 B Log	Pregão (SRP)	Gihf adesivos	R$ 7.680,00	R$ 3.117,60
21	Luva de raspa / 200	33 BI Mec	Pregão (SRP)	Personal São José	XXXXXXXXXXX	R$ 1.224,00
22	Máscara de solda / 4	Pq R Mnt/5	Pregão (SRP)	Marechal	XXXXXXXXXXX	R$ 908,00
23	Jaqueta de raspa / 10	33 BI Mec	Pregão (SRP)	Personal São José	XXXXXXXXXXX	R$ 548,00
24	Óculos de proteção / 80	33 BI Mec	Pregão (SRP)	Mastersul	XXXXXXXXXXX	R$ 168,00
25	Óculos de proteção / 40	33 BI Mec	Pregão (SRP)	Mastersul	XXXXXXXXXXX	R$ 84,00
26	Avental em raspa / 54	Pq R Mnt/9	Pregão (SRP)	J J Vitalli	XXXXXXXXXXX	R$ 1.323,00
27	Protetor facial / 100	Pq R Mnt/5	Pregão (SRP)	J J Vitalli	XXXXXXXXXXX	R$ 1.339,00
28	Protetor auricular / 150	Pq R Mnt/3	Pregão (SRP)	J J Vitalli	XXXXXXXXXXX	R$ 999,00
29	Perneira em raspa / 20	33 BI Mec	Pregão (SRP)	J J Vitalli	XXXXXXXXXXX	R$ 289,90
30	Luva Vaqueta / 250	Pq R Mnt/9	Pregão (SRP)	Mastersul	R$ 1.224,00	R$ 1.125,50
31	Máscara de segurança / 500	Pq R Mnt/9	Pregão (SRP)	Mastersul	XXXXXXXXXXX	R$ 475,00
32	Óculos de proteção / 100	Pq R Mnt/9	Pregão (SRP)	Mastersul	XXXXXXXXXXX	R$ 2.800,00
33	Colete de LED / 180	17 Ba Log	Pregão (SRP)	Caravan	R$ 33.600,00	R$ 10.618,20
34	Bandoleira 3 pontas / 500	19 BI	Pregão (SRP)	Comercial Brasil	XXXXXXXXXXX	R$ 11.625,00
35	Colete em X / 12	15 B Log	Pregão (SRP)	Licitare	XXXXXXXXXXX	R$ 83,28
36	Luva de segurança / 31	15 B Log	Pregão (SRP)	Licitare	XXXXXXXXXXX	R$ 316,27
37	Capas de chuva refletiva / 50	15 B Log	Pregão (SRP)	Vértice	XXXXXXXXXXX	R$ 5.900,00
38	Luva de vaqueta / 20	Cmdo 15 Bda	Pregão (SRP)	Autoluk	XXXXXXXXXXX	R$ 297,80

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - COLOG - 2015						
Nr	**Objeto da Licitação / Quantidade**	**Orgão Gestor**	**Modalidade da Licitação**	**Nome da empresa vencedora**	**Valor Orçado**	**Valor contratado**
1	**03 Viaturas Furgão SR**	D MAT	PREGÃO	RENAULT DO BRASIL S/A.	-	R$ 364.500,00
2	**01 VTE Munck**	D MAT	PREGÃO	MAN LATIN AMERICA IND E COM VEICULOS LTDA	-	R$ 283.500,00
3	**01 VRE Cisterna Combustível 1.500L**	D MAT	PREGÃO	JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA	-	R$ 43.990,00
4	**04 VTP Motocicleta Trail Operacional**	D MAT	PREGÃO	FREEDOM MOTORS LTDA	-	R$ 55.600,00
5	**02 VTL Rec Marrua**	D MAT	PREGÃO	AGRALE S/A	-	R$ 392.000,00
6	**01 VTE Socorro Leve**	D MAT	PREGÃO	MAN LATIN AMERICA IND E COM VEICULOS LTDA	-	R$ 169.580,00
7	**02 VRE Reboque Carga Geral,**	D MAT	PREGÃO	JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA	-	R$ 115.760,00
8	**02 VRE Cisterna Água,**	D MAT	PREGÃO	DELKA DO BRASIL FABRICA DE REBOQUES LTDA EPP	-	R$ 87.000,00
9	**01 VTE Munck 23Ton.**	D MAT	PREGÃO	MAN LATIN AMERICA IND E COM VEICULOS LTDA	-	R$ 283.500,00
10	**02 VTL Rec Marruá**	D MAT	PREGÃO	AGRALE S/A	-	R$ 392.000,00
11	**02 VTNE Marruá 3/4 Ton**	D MAT	PREGÃO	AGRALE S/A	-	R$ 363.000,00
12	**04 VTP Moto Trail operacional-Honda**	D MAT	PREGÃO	FREEDOM MOTORS LTDA	-	R$ 55.600,00
			PREGÃO			

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - 9º B Sup - 2015						
Nr	Objeto da Licitação / Quantidade	Orgão Gestor	Modalidade da Licitação	Nome da empresa vencedora	Valor Orçado	Valor contratado
1	12(doze) módulos de abastecimento de combustível 15.000 L	9º B Sup	pregão	Arxo Industrial do Brasil LTDA.	R$ 564.000,00	R$ 564.000,00
2	6(seis) módulos de abastecimento de combustível 5 mil L	9º B Sup	pregão	Arxo Industrial do Brasil LTDA.	R$ 239.040,00	R$ 239.040,00
3	1(um) módulo de abastecimento de combustível 15 mil L	9º B Sup	pregão	Arxo Industrial do Brasil LTDA.	R$ 47.000,00	R$ 47.000,00

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - DEC - 2015						
Nr	Objeto da Licitação / Quantidade	Orgão Gestor	Modalidade da Licitação	Nome da empresa vencedora	Valor Orçado	Valor contratado
1	4 (quatro) geradores	DEC	pregão	Gamma Cobra	-	R$ 49.000,00
2	1 (uma) Torre de Iluminação	10º RC Mec	pregão	WR Eqp	-	R$ 17.600,00

Relatório de Gestão - PEE SISFRON - 2ª Bda Inf Sl - 2015						
Nr	Objeto da Licitação / Quantidade	Orgão Gestor	Modalidade da Licitação	Nome da empresa vencedora	Valor Orçado	Valor contratado
1	10 (dez) módulos de abastecimento de combustível 15.000L	DEC	pregão	Arxo Industrial do Brasil LTDA	R$ 970.840,00	R$ 942.880,00

INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO EME - PEE SISFRON - OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Lista de licitações realizadas até 2014

RM	Nr Contrato	Nr Obra (OPUS)	Descrição da Obra	OM Beneficiada	Município	UF	Contratada	CNPJ Contratada	Modalidade de Licitação	Objeto	Órgão gestor	Contratado R$	Descentralizado R$
5	01/2015	201405000037	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec	Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada	Cascavel	PR	LESSIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	04516630000174	Concorrência	Obra de Construção do Centro de Operações da 15ª Bda Inf Mec em Cascavel-PR.	CRO/5	2.248.985,70	2.249.519,52
5	16/2015	201405000170	Adaptação / Garagem / 15ª Cia Inf Mtz	15ª Companhia de Infantaria Motorizada	Guaíra	PR	ENG CONS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	14515656000151	Tomada de Preço	Obra Construção do Pavilhão Garagem da 15ª Cia de Infantaria Motorizada em Guaíra-PR.	CRO/5	501.154,92	501.154,92
5	22/2012	201205000210	Construção / Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem e Sinalização Vert/Horz. / 33º BI Mtz	33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO	Cascavel	PR	Jugler Construtora de Obras Ltda	05321847000191	Concorrência	Construção da infraestrutura do 33º BI Mtz	CRO/5	5.346.122,20	1.857.440,00
9	02/2013	201209000191	Construção / Centro de Operações / Cmdo 13ª Bda Inf Mtz	COMANDO DA 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA	Cuiabá	MT	ENGELEC ENGENHARIA ELÉTRICA E CIVIL LTDA-ME	08594071000171	Concorrência	Construção do Centro de Operações da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá - MT	CO/3º Gpt E	2.783.914,68	2.947.657,96
9	03/2013	201209000176	Construção / Depósito SISFRON / Pq R Mnt / 9ª RM	PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO DA 9ª REGIÃO MILITAR	Campo Grande	MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	02419758000194	Concorrência	Construção do Pavilhão Depósito do Parque Regional de Manutenção/9, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	1.283.498,99	1.465.436,13
9	03/2015	201409000030	Construção / Pavilhão Garagem / 2ª CIA FRON	2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA	Porto Murtinho	MS	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	08204087000120	Tomada de Preco	Obra de Construção da Garagem da 2ª Companhia de Fronteira, em Porto Murtinho - MS	CO/3º Gpt E	705.423,60	705.423,60
9	04/2013	201109000090	Construção / Pavilhão Garagem I / 14ª Cia Com Mec	14ª Companhia de Comunicações Mecanizada	Dourados	MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	02419758000194	Concorrência	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DA 14ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, EM DOURADOS–MS	CO/3º Gpt E	776.466,28	776.466,28
9	04/2015	201409000166	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0026 Of Sup / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	107.321,55	107.321,55
9	04/2015	201409000164	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0015 ST/Sgt / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	97.476,21	97.476,21
9	04/2015	201409000167	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0025 Of Sup / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	107.321,55	107.321,55
9	04/2015	201409000159	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0010 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000163	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0014 ST/Sgt / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	97.476,21	97.476,21
9	04/2015	201409000162	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0013 ST/Sgt / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	97.476,21	97.476,21
9	04/2015	201409000161	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0008 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000160	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0009 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000165	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0016 ST/Sgt / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	97.476,21	97.476,21
9	04/2015	201409000152	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0003 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000153	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0004 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000154	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0005 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000155	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0006 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000156	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0007 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000157	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0012 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	04/2015	201409000158	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0011 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	CO/3º Gpt E	72.247,02	72.247,02
9	05/2013	201209000166	Construção / Garagem / 20º RCB	20º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO	Campo Grande	MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	02419758000194	Concorrência	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO 20º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADA, EM CAMPO GRANDE – MS	CO/3º Gpt E	796.353,65	796.353,65
9	05/2015	201409000019	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Tomada de Preço	Obra de Construção da Garagem do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Iguatemi - MS	CO/3º Gpt E	721.678,03	721.678,03
9	06/2013	201209000148	Construção / Centro de Operações de Dourados / CMDO 4ª BDA C MEC	Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	Dourados	MS	MACEN - CONSTRUTORA E INCORPORADORA TDA	08855908000199	Concorrência	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA, EM DOURADOS/MS	CO/3º Gpt E	2.438.785,54	2.438.785,54
9	06/2015	201409000050	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 17º RCMec / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	12362814000155	Tomada de Preço	Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica no 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Amambai, MS.	CO/3º Gpt E	609.400,31	1.052.642,67
9	07/2013	201209000193	Construção / Pelotão especial de fronteira-caracol / 10º RC Mec	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Bela Vista	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO "H" DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACOL - MS	CO/3º Gpt E	3.337.223,93	3.712.973,75
9	07/2015	201409000049	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELETRICA / 10º RC Mec	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Bela Vista	MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	12362814000155	Tomada de Preço	Obra de Adequação da Infraestrutura da Rede Elétrica do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Bela Vista - MS	CO/3º Gpt E	369.935,12	840.075,31
9	08/2013	201209000194	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 10º RC Mec	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Bela Vista	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACOL – MS	CO/3º Gpt E	809.889,07	829.446,13
9	08/2015	201409000053	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 11º RCMec / 11º RC Mec	11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Ponta Porã	MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	12362814000155	Tomada de Preço	Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica do 11º R C Mec, em Ponta Porã, MS	CO/3º Gpt E	999.999,99	1.843.242,35
9	09/2013	201209000192	Construção / Oficina de MNT do 2º ESQ. / 28º B Log	28º BATALHÃO LOGÍSTICO	Dourados	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 28º B LOG, EM DOURADOS/MS	CO/3º Gpt E	761.096,53	787.720,88
9	09/2014	201409000086	Construção / Contrução do Posto de Saúde 9º GAC / 9º GAC	9º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Nioaque	MS	Rádice Engenharia LTDA-EPP	07436136000198	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	33.812,14	33.812,14
9	09/2015	201409000052	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - 4Bda C Mec / CMDO 4ª BDA C MEC	Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	Dourados	MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	12362814000155	Tomada de Preço	Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, MS	CO/3º Gpt E	896.981,91	1.740.224,27
9	10/2014	201409000027	Adaptação / Garagem Central / 11º RC Mec	11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Ponta Porã	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	CO/3º Gpt E	23.610,00	27.539,60
9	10/2015	201409000054	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - CMO / Cmdo CMO	COMANDO DO COMANDO MILITAR DO OESTE	Campo Grande	MS	CONNECT FAST COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	09551402000159	Tomada de Preço	obra de adequação das instalações elétricas do Pavilhão do Comando do Comando Militar do Oeste, em Campo Grande, MS	CO/3º Gpt E	1.279.558,52	2.122.800,88
9	12/2013	201109000331	Construção / CIA com Posto de Comando / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	15463342000115	Concorrência	Construção do Pavilhão Companhia com Posto de Comando do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	4.175.782,91	1.035.438,66
9	12/2014	201109000005	Adaptação / Posto de abastecimento, lavagem e lubrificação / 28º B Log	28º BATALHÃO LOGÍSTICO	Dourados	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	19.614,90	19.614,90
9	13/2013	201109000340	Adequação / Pavimentação / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Construção de infraestrutura civil do 9° Batalhão de Comunicações (terraplenagem, drenagem, esgoto e pavimentação) – 1ª fase, em Campo Grande – MS	CO/3º Gpt E	6.772.878,03	4.062.058,49
9	14/2013	201109000373	Construção / Corpo da Guarda/Posto de Identificação / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Construção do Pavilhão Corpo da Guarda do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	900.866,15	1.031.999,66
9	14/2014	201409000034	Construção / Centro de Operação / 17º B Fron	17º BATALHÃO DE FRONTEIRA	Corumbá	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	18.389,19	18.389,19
9	14/2014	201409000028	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 2ª CIA FRON	2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA	Porto Murtinho	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	18.389,19	19.773,19
9	14/2014	201409000031	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra	3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA E FORTE COIMBRA	Corumbá	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	18.389,19	18.389,19
9	15/2014	201409000139	Adequação / Cobertura / Pavilhão Hangar / 3º B Av Ex	3º Batalhão de Aviação do Exército	Campo Grande	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	15.635,00	15.635,00
9	16/2013	201109000334	Construção / Pavilhão Garagem/Oficina / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Construção do Pavilhão Garagem do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande – MS	CO/3º Gpt E	562.936,04	636.935,64
9	16/2014	201409000037	Adaptação / Sede CICC / 11º RC Mec	11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Ponta Porã	MS	TESLENCO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA	36784171000104	Tomada de Preço	Serviços de Elaboração de Estudos e Projetos de Arquitetura e Engenharia para atender ao Plano Básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	DEC	84.573,49	89.191,49
9	18/2011	201109000087	Construção / Cop / CMDO C M O	COMANDO DO COMANDO MILITAR DO OESTE	Campo Grande	MS	POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES Ltda	03492162000182	Concorrência	Construção do Centro de Operações do Comando Militar do Oeste, em Campo Grande – MS	CO/3º Gpt E	1.602.332,25	287.592,32
9	18/2013	201109000339	Adequação / Cerca de Arame / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	15463342000115	Concorrência	Obra de construção do Cercamento do 9º Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	305.613,13	353.202,04
9	2014NE 800220	201109000340	Adequação / Pavimentação / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	ARATER CONSULTORIA & PROJETOS LTDA - EPP	15516511000138	Dispensa de Licitação	Contratação de empresa para retirada de licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa (DOF), relativa ao projeto SISFRON - 9ºB COM	CO/3º Gpt E	4.800,00	4.062.058,49
9	20/2013	201409000049	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELETRICA / 10º RC Mec	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Bela Vista	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	23.628,86	840.075,31
9	20/2013	201409000053	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 11º RCMec / 11º RC Mec	11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Ponta Porã	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	25.757,12	1.843.242,35
9	20/2013	201409000060	Construção / CASA DE FORÇA DE ENERGIA 17º B FRON / 17º B Fron	17º BATALHÃO DE FRONTEIRA	Corumbá	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	29.468,11	843.242,36
9	20/2013	201409000050	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 17º RCMec / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	32.156,29	1.052.642,67
9	20/2013	201409000186	Adequação / Rede Elétrica / 18º GAC	18º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Rondonópolis	MT	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	29.788,26	470.140,19
9	20/2013	201309000011	Reparação / Pavilhão de comando e administração / 28º B Log	28º BATALHÃO LOGÍSTICO	Dourados	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	30.473,87	942.263,83
9	20/2013	201309000009	Reparação / Pavilhão Comando / 2ª CIA FRON	2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA	Porto Murtinho	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	22.649,33	1.107.334,18
9	20/2013	201309000010	Reparação / PAVILHÃO COMANDO E GUARDA / 2ª Cia Inf	2ª COMPANHIA DE INFANTARIA	Três Lagoas	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	29.641,06	443.242,36
9	20/2013	201309000023	Adequação / Pavilhão CMDO e ADM / 2º B Fron	2º BATALHÃO DE FRONTEIRA	Cáceres	MT	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	33.186,99	1.584.141,77
9	20/2013	201309000022	Adequação / Pavilhão comando e administração / 44º BI Mtz	44º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO	Cuiabá	MT	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	23.535,04	443.242,36
9	20/2013	201409000185	Adequação / Rede Elétrica / 4ª CIA E CMB MEC	4ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA	Jardim	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	21.935,06	443.242,36
9	20/2013	201409000187	Adequação / Instalação elétrica / Casa de força / 58º BI Mtz	58º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO	Aragarças	GO	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	31.260,27	443.242,36
9	20/2013	201309000176	Construção / Substação de Energia Elétrica / CMCG	COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE	Campo Grande	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	17.858,24	443.242,36
9	20/2013	201409000184	Adequação / Instalação elétrica / Pavimentação / Cmdo 18ª Bda Inf Fron	COMANDO DA 18ª BRIGADA DE INFANTARIA DE FRONTEIRA	Corumbá	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	29.468,11	443.242,36
9	20/2013	201409000052	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - 4Bda C Mec / CMDO 4ª BDA C MEC	Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	Dourados	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	29.446,28	1.740.224,27
9	20/2013	201409000054	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - CMO / Cmdo CMO	COMANDO DO COMANDO MILITAR DO OESTE	Campo Grande	MS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10874447000143	Tomada de Preço	Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,MS e GO	CO/3º Gpt E	31.011,67	2.122.800,88
9	21/13	201309000183	Adequação / Pavilhão Administração / 9ª Cia G	9ª COMPANHIA DE GUARDAS	Campo Grande	MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	15463342000115	Tomada de Preço	Serviços remanescentes da obra de adequação da 9ª Companhia de Comunicações, em Campo Grande/MS	CO/3º Gpt E	957.168,32	770.455,98
9	21/2014	201409000013	Construção / Posto de Reabastecimento Avançado / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Tomada de Preço	Obra de Construção do posto de reabastecimento Avançado (PRA), no 17º R C Mec, em Iguatemi - MS	CO/3º Gpt E	103.744,44	103.744,44
9	22/2013	201309000090	Construção / COP / 11º RC Mec	11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Ponta Porã	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Obra de Construção do Centro de Operações - 11º RC Mec, em Ponta Porã/MS	CO/3º Gpt E	599.553,97	599.553,97
9	22/2014	201409000032	Construção / POSTO DE REABASTECIMENTO AVANÇADO / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra	3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA E FORTE COIMBRA	Corumbá	MS	RENOVA CONSTRUÇÕES E PAISAGISMO LTDA ME	13777340000175	Tomada de Preço	Obra de Construção do Posto de Reabastecimento Avançado (PRA) da 3º Cia Fron, em Forte Coimbra - MS	CO/3º Gpt E	103.397,70	103.397,70
9	23/2013	201309000046	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Obra de Construção do Centro de Operações - 17º RC Mec, em Amambai/MS.	CO/3º Gpt E	598.993,72	598.993,72
9	24/2013	201309000012	Construção / COP / 10º RC Mec	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Bela Vista	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Obra de Construção do Centro de Operações - 10º RC Mec, em Bela Vista/MS	CO/3º Gpt E	689.722,57	689.722,57
9	24/2014	201409000018	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	MULT OBRAS SERVIÇOS E COMÉCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	13272590000153	Tomada de Preço	Obra de Construção da Garagem do 17º RC Mec em Mundo Novo - MS	CO/3º Gpt E	728.557,42	28.557,42
9	25/2011	201109000360	Adequação / Pavilhão Administração / Cmdo 9ª RM	COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR	Campo Grande	MS	EPCON Engenharia, Projetos e Construções Ltda	02452642000157	Concorrência	Serviço de adequação e implantação da futuras instalações da 9ª Companhia de Comunicações, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	1.302.371,12	186.589,91
9	25/2013	201309000013	Construção / COP / 9º GAC	9º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Nioaque	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Obra de Construção do Centro de Operações - 9º GAC, em Nioaque/MS	CO/3º Gpt E	862.300,01	878.664,57
9	25/2014	201109000089	Construção / Pavilhão Garagem II / 14ª Cia Com Mec	14ª Companhia de Comunicações Mecanizada	Dourados	MS	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	15587547000102	Tomada de Preço	Obra de Construção da 2º Garagem da 14ª Compania Comunicações Mecanizada, em Dourados - MS.	CO/3º Gpt E	606.349,56	729.179,78
9	26/2013	201309000035	Adaptação / Pavilhão chefia, administração e técnico / CO/3º Gpt E	Comissão de Obras do 3º Grupamento de Engenharia	Campo Grande	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Carta Convite	Adequação do pavilhão principal da Comissão de Obras do 3ºGrupamento de Engenharia, em Campo Grande/MS	CO/3º Gpt E	148.950,59	106.066,53
9	27/2013	201309000044	Adaptação / Pavilhão administração / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	C3 Engenharia	09282860000130	Concorrência	Adequação do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado 17º RC MEC	CO/3º Gpt E	2.519.148,44	3.013.037,20
9	28/2013	201309000020	Adequação / NUCRIS - NÚCLEO DO CENTRO REGIONAL DE INTELIGÊNCIA DO SINAL / Cmdo CMO	COMANDO DO COMANDO MILITAR DO OESTE	Campo Grande	MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	02419758000194	Concorrência	Adequação das instalações do NuCRM – CMO, em Campo Grande/MS	CO/3º Gpt E	1.135.861,43	1.135.861,43
9	29/2014	201409000025	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 18º B Log	18º BATALHÃO LOGÍSTICO	Campo Grande	MS	ELEFE CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA	12381044000198	Tomada de Preço	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 18º B Log, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	696.157,24	696.157,24
9	31/2014	201109000332	Construção / Pavilhão Comando e Administração / 9º B Com	9° Batalhão de Comunicações	Campo Grande	MS	COPLENGE Engenharia Ltda	04349790000176	Concorrência	Obra de Construção do Pavilhão Comando do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	CO/3º Gpt E	3.114.345,46	3.207.837,21
9	38/2013	201309000023	Adequação / Pavilhão CMDO e ADM / 2º B Fron	2º BATALHÃO DE FRONTEIRA	Cáceres	MT	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	08954940000121	Tomada de Preço	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 2º BATALHÃO DE FRONTEIRA, CÁCERES/MT.	CO/3º Gpt E	1.139.898,18	1.584.141,77
9	39/2013	201309000022	Adequação / Pavilhão comando e administração / 44º BI Mtz	44º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO	Cuiabá	MT	VICTOR ADAUTO SALMAZO - EPP	01657467000171	Tomada de Preço	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, 44º BIMtz EM CUIABÁ / MT	CO/3º Gpt E	385.207,02	443.242,36
9	39/2014	201309000168	Adequação / Pavilhão de Rancho e Hotel de Trânsito / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra	3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA E FORTE COIMBRA	Corumbá	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	2.600,00	2.600,00
9	40/2013	201309000045	Ampliação / Posto de Abastecimento e Lubrificação / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	08204087000120	Concorrência	CONSTRUÇÃO DO PALL DO 17º RC Mec DE AMAMBAI/MS.	CO/3º Gpt E	1.300.496,92	1.300.496,92
9	40/2014	201409000038	Terraplenagem / ATERRAMENTO DO HELIPORTO / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra	3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA E FORTE COIMBRA	Corumbá	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	20.780,00	20.780,00
9	41/2013	201309000043	Adaptação / Pavilhão Administração / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	VIZZOTO & CIA LTDA	06049792000175	Concorrência	Obra de Adequação do Pelotão de Cavalaria Mecanizado - 17º R C Mec, em Mundo Novo/MS.	CO/3º Gpt E	1.676.001,01	1.676.001,01
9	42/2013	201209000079	Construção / ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO / 17º B Fron	17º BATALHÃO DE FRONTEIRA	Corumbá	MS	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	04236152000149	Tomada de Preço	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, EM CORUMBÁ - MS	CO/3º Gpt E	1.133.012,47	1.133.012,47
9	42/2014	201409000017	Adaptação / PAVILHÃO OFICINA / 17º RC Mec	17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO	Amambai	MS	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19740543000173	Tomada de Preço	Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	DEC	44.895,00	48.824,60
9	45/13	201309000010	Reparação / PAVILHÃO COMANDO E GUARDA / 2ª Cia Inf	2ª COMPANHIA DE INFANTARIA	Três Lagoas	MS	MULT OBRAS SERVIÇOS E COMÉCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	13272590000153	Tomada de Preço	Adequação da Infraestrutura Elétrica, 2ª CIA INF em Três Lagoas/ MS.	CO/3º Gpt E	469.610,76	443.242,36
9	46/2013	201309000009	Reparação / Pavilhão Comando / 2ª CIA FRON	2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA	Porto Murtinho	MS	Construtora Obras Maiores LTDA - ME	13772327000123	Tomada de Preço	Obra de Adequação da Infraestrutura da Rede Elétrica do Pavilhão da 2ª Companhia de Fronteira, em Porto Murtinho/MS.	CO/3º Gpt E	654.895,76	1.107.334,18
9	47/2013	201109000205	Adequação / Estação de Tratamento de Água / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra	3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA E FORTE COIMBRA	Corumbá	MS	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	04236152000149	Tomada de Preço	Adequação da Estação de Tratamento de Água ETA, 3ª CIA FRON, Forte Coimbra - Corumbá/MS.	CO/3º Gpt E	796.669,37	796.669,37
9	49/2013	201309000011	Reparação / Pavilhão de comando e administração / 28º B Log	28º BATALHÃO LOGÍSTICO	Dourados	MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	12362814000155	Tomada de Preço	Adequação da Infraestrutura Elétrica, 28° B LOG em Dourados/ MS.	CO/3º Gpt E	499.021,47	942.263,83
11	21/2013	201211000140	Construção / Centro de Monitoramento de Fronteiras / CComGEx	CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO	Brasília	DF	OMEGA ENGENHARIA	00881154000130	Concorrência	Obra de construção do Centro de Monitoramento de Fronteiras no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), em Brasília/DF.	CRO/11	10.210.551,62	9.914.408,00
11	PA 101/ 2012	201311000204	Adequação / Seção SEÇÃO DE ARQUITETURA E DESENHO / Bloco B / CRO / 11ª RM	COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 11ª REGIÃO MILITAR	Brasília	DF	OMEGA ENGENHARIA	00881154000130	Pregão	Prestação de serviços de reforma de instalações da Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar, em Brasília-DF	CRO/11	500.000,00	27.731,43
12	08/2013	201212000384	Construção / COP / Cmdo 17ª Bda Inf SL	COMANDO DA 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	Porto Velho	RO	WORK ENGENHARIA	02552175000137	Concorrência	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES - COP - 17ª BDA INF SL - PORTO VELHO/RO	CRO/12	2.269.218,41	2.439.525,49

Obras que não possuem contrato cadastrado no OPUS

RM	UG Executora	Nr Obra	Descrição da Obra	Descentralizado (SISFRON)	
3	Cmdo CMS	201203001210	Adequação / 6º Pavimento / QGI / Cmdo CMS	R$	1.771.595,00
9	CO/3º Gpt E	201409000039	Construção / Alojamento no PEF de Barranco Branco / 2ª CIA FRON	R$	35.518,00
9	CO/3º Gpt E	201409000041	Construção / Garagem no PEF de Barranco Branco / 2ª CIA FRON	R$	24.171,00
9	CO/3º Gpt E	201409000033	Construção / Instalações Pel Fron Barranco Branco / 2ª CIA FRON	R$	57.849,19
9	CO/3º Gpt E	201409000014	Adaptação / Pavilhão das seções rádio, telefonia e manutenção / 6º CTA	R$	4.042,00
9	17º R C MEC	201509000289	Adequação / Instalação hidraulica / Poço semi-artesiano / 17º RC Mec	R$	27.176,00
9	CO/3º Gpt E	201309000146	Construção / Posto de Abastecimento / 14ª Cia Com Mec	R$	3.862,50
9	CO/3º Gpt E	201309000036	Reforma / Instalação elétrica / Pavilhão de comando / Cmdo CMO	R$	14.000,00
9	CO/3º Gpt E	201409000045	Construção / Posto de Abastecimeto de embarcações / PEF de Barranco Branco / 2ª CIA FRON	R$	19.104,14

INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO EME - PEE SISFRON - OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Localização Geográfica e a Finalidade das Principais Obras Previstas para 2016

Localização Geográfica da Obra	Objeto da licitação	Finalidade
Campo Grande/MS	Prosseguir na construção da cerca	Prover a estrutura de comando e controle e guerra eletrônica do CMO.
Corixa / MT	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000 L	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Adequação dos 15 PNR PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Construção de sistema de tratamento de esgoto para o PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Adequação do sistema de tratamento de água do PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Adequação da rede elétrica PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Adequação do Pav Cmdo PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Corixa / MT	Cnst Pavilhão Rancho PEF Corixa	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Barranco Branco / MS	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000 L	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Barranco Branco / MS	Adequação de 8 PNR no PEF Barranco Branco	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Barranco Branco / MS	Construção de ETA PEF Barranco Branco	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Barranco Branco / MS	Construção de ETE PEF Barranco Branco	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 15.000 L e 1 (um) de 5.000L	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Adequação de 14 PNR PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Construção de sistema de tratamento de esgoto para os PNR do PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Adequação da ETA PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Adequação da rede elétrica PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Cnst Pavilhão Rancho PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Porto Índio / MS	Cercamento da Pista de Pouso PEF Porto Índio	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000 L	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Adequação dos 14 PNR PEF Fortuna	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Construção de sistema de tratamento de esgoto para os 14 PNR do PEF Fortuna	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Adequação do sistema de tratamento de água do PEF Fortuna	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Adequação da rede elétrica PEF Fortuna	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Fortuna / MT	Cnst Pavilhão Rancho PEF Fortuna	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000 L e de 15.000 L	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Adequação dos 8 PNR PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Construção de sistema de tratamento de esgoto para os 8 PNR do PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Adequação do sistema de tratamento de água do PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Adequação da rede elétrica PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Cnst Pav Refeitório e adequação da cozinha PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Guaporé /MT	Adequação Pav Cmdo PEF Guaporé	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Adequação dos 4 PNR PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Construção de sistema de tratamento de esgoto para os 4 PNR do PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Adequação do sistema de tratamento de água do PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Adequação da rede elétrica PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Adequação Pav Cmdo PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Palmarito / MT	Const Pav H Reduzido PEF Palmarito	Adequar o destacamento para receber um Pel C Mec
Curitiba / PR	Construção do Centro de Operações da 5ª DE	Possibilitar o acompanhamento, direção, coordenação e controle das operações.
Forte Coimbra / MS	Cnst de 02 (duas) ETE 3ª Cia Fron	Adequar a companhia para receber um Pel C Mec
Foz do Iguaçu/PR	Construção do Centro de Operações do 34º B I Mtz	Possibilitar o acompanhamento, direção, coordenação e controle das operações.
Forte Coimbra / MS	Adequação do pavilhão alojamento de CB/Sd Ef Profl	Adequar a companhia para receber um Pel C Mec
Mundo Novo / MS	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000 L	Prover a estrutura de apoio da logística das operações
Jardim / MS	Projeto de Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 15.000 L	Prover a estrutura de apoio da logística das operações
Jardim / MS	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 15.000 L	Prover a estrutura de apoio da logística das operações
Nioaque/MS	Projeto de Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 15.000 L	Prover a estrutura de apoio da logística das operações
Nioaque/MS	Construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 15.000 L	Prover a estrutura de apoio da logística das operações
Campo Grande/MS	Projeto de Adequação da calçada em torno do BCom GE, atendendo as normas de acessibilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.	Prover a estrutura de comando e controle e guerra eletrônica do CMO.
Campo Grande/MS	Adequação da calçada em torno do BCom GE, atendendo as normas de acessibilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.	Prover a estrutura de comando e controle e guerra eletrônica do CMO.
Campo Grande/MS	Cnst Pav Cia Com PC - Val total obra = 4.600.000,00	Prover a estrutura de comando e controle e guerra eletrônica do CMO.